Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 2

2.3 - Outras informações relevantes 4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 5

3.2 - Medições não contábeis 6

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 9

3.4 - Política de destinação dos resultados 11

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 13

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 14

3.7 - Nível de endividamento 15

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento 16

3.9 - Outras informações relevantes 17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 18

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco 28

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 29

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 37

4.5 - Processos sigilosos relevantes 38

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 39

4.7 - Outras contingências relevantes 40

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 41

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado 42

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado 45
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado 47
5.4 - Outras informações relevantes 48

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 49
6.3 - Breve histórico 50
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas 52
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 55
6.7 - Outras informações relevantes 56

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas 57
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 61
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 64
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 80
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 81
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 85
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 86
7.8 - Relações de longo prazo relevantes 87
7.9 - Outras informações relevantes 89

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico 102
8.2 - Organograma do Grupo Econômico 104
8.3 - Operações de reestruturação 105
8.4 - Outras informações relevantes 106

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 107
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 108

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia 112

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 125

9.2 - Outras informações relevantes 127

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 128

10.2 - Resultado operacional e financeiro 166

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 169

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 170

10.5 - Políticas contábeis críticas 171

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor 174

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 175

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 176

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 177

10.10 - Plano de negócios 178

10.11 - Outros fatores com influência relevante 179

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 180

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 181

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 182

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 192

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76 195

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 196

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 197

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 198

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração 203

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 204

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 205

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 216

12.12 - Outras informações relevantes 217

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 220

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 223

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 226

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 228

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 232

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 233

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária 238

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 239

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções 240

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 241

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 242

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 243

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 244

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 245

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 246

13.16 - Outras informações relevantes 247

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 248

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 251

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 252

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 253

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária 254

15.3 - Distribuição de capital 260

15.4 - Organograma dos acionistas 261

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 262

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 264

15.7 - Outras informações relevantes 265

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 266

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 267

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 336

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 337

17.2 - Aumentos do capital social 338

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 339

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 340

17.5 - Outras informações relevantes 341

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 342

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 343

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 344

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 345

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos 346

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 349

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 350

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 351

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 352

18.10 - Outras informações relevantes 353

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 354

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 355

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social 356

19.4 - Outras informações relevantes 357

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 358

20.2 - Outras informações relevantes 359

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 361

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 364

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 366

21.4 - Outras informações relevantes 367

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor 368

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 369

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 370

22.4 - Outras informações relevantes 371

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Roberto Bellissimo Rodrigues**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0011-93
Período de prestação de serviço	01/01/2003 a 27/03/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, com emissão de parecer sobre referidas demonstrações financeiras. Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa a serviços de auditoria no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R$1.386.594,32, sendo deste valor R$35.000,00 relativos a serviços de laudo de avaliação patrimonial para incorporação societária da NEW-UTD Utilidades Domésticas S.A.
Justificativa da substituição	Em atendimento ao artigo 28, da Instrução CVM nº308/99, e com o objetivo de atender a rotatividade dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Edgar Jabbour	01/01/2011 a 27/03/2012	839.554.458-87	Avenida Doutor José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, 5º Andar – Sala 502, Jardim Madalena, Campinas, SP, Brasil, CEP 13091-611

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	28/03/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2012, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, com emissão de parecer sobre referidas demonstrações financeiras.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Em razão dos serviços contratados serem referentes ao exercício de 2012, a remuneração total ainda não foi concluída.
Justificativa da substituição	Não aplicável, pois não houve substituição dos auditores.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luiz Carlos Nannini	28/03/2012	038.563.538-95	

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 2 do Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	620.945.000,00	47.436.000,00	-6.063.000,00
Ativo Total	4.877.354.000,00	3.927.780.000,00	2.633.968.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	6.419.371.000,00	4.808.024.000,00	3.350.999.000,00
Resultado Bruto	2.144.287.000,00	1.641.763.000,00	1.210.811.000,00
Resultado Líquido	11.666.000,00	68.834.000,00	-92.707.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	186.494.467	48.283.255	48.283.255
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	3,329563	0,982452	-0,125571
Resultado Líquido por Ação	0,066874	0,000000	0,000000

3.2 - Medições não contábeis

a) Valor das medições não contábeis;

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; e

c) Motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de nossa condição financeira e do resultado de nossas operações.

EBITDA

Calculamos o EBITDA (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) como o lucro (prejuízo) líquido, antes do imposto de renda e da contribuição social, das receitas (despesas) financeiras e da depreciação e amortização. Em razão de nosso cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também da nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro.
O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro, segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA não possui significado padrão e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com a definição de EBITDA de companhias. Porém, uma vez que EBITDA não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.

Reconciliação do EBITDA com o Lucro (Prejuízo) Líquido:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em milhões de Reais)	**2011**	**2010**	**2009**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11,7	68,8	(92,7)
(+) Resultado financeiro	165,7	141,5	140,6
(+) Depreciação e amortização	86,9	68,5	60,6
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	36,3	41,1	(43,9)
EBITDA	300,6	319,9	64,6

3.2 - Medições não contábeis

Reconciliação do Endividamento Líquido

O Endividamento Líquido corresponde a empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e financiamento para a aquisição da Lojas Maia, subtraído do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários (circulantes e não circulantes). Outras companhias podem calcular o Endividamento Líquido de maneira diferente da Companhia.

	Em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2011	2010	2009
Empréstimos e Financiamentos Circulantes	129,7	108,8	168,2
Financiamento da Aquisição da Lojas Maia	-	33,6	0,0
Empréstimos e Financiamentos Não Circulantes	581,7	666,1	527,7
Endividamento Bruto (A)	**711,3**	**808,5**	**695,8**
Caixa e Equivalentes de Caixa	173,1	328,9	192,4
Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	75,0	46,7	39,2
Títulos e Valores Mobiliários Não Circulantes	43,3	32,0	24,0
Caixa e Aplicações (B)	**291,3**	**407,6**	**255,6**
Endividamento Líquido (A) - (B) (1)	**420,0**	**400,9**	**440,2**

Capital de Giro

Calculamos o Capital de Giro como o ativo circulante menos (i) caixa e equivalentes de caixa e (ii) títulos e valores mobiliários, subtraído de passivo circulante menos (i) empréstimos e financiamentos, (ii) financiamento da aquisição da Lojas Maia e (iii) receitas diferidas. Outras companhias podem calcular o Capital de Giro de maneira diferente da Companhia. Para uma reconciliação do Capital de Giro com o ativo circulante e o passivo circulante, vide abaixo.

Reconciliação entre o Capital de Giro, o Ativo Circulante e Passivo Circulante.

	Em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2011	2010	2009
Ativo Circulante	3.567,1	2.895,6	2.011,1
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(173,1)	(328,9)	(192,4)
(-) Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	(75,0)	(46,7)	(39,2)
Subtotal	3.319,0	2.520,0	1.779,6
Passivo Circulante	3.167,1	2.685,9	1.837,3
(-) Empréstimos e Financiamentos Circulantes	(129,7)	(108,8)	(168,1)
(-) Financiamento da Aquisição da Lojas Maia	-	(33,6)	0,0
(-) Receitas Diferidas	(24,1)	(26,0)	(55,0)
(-) Dividendos a Pagar	(1,7)	-	-
Subtotal	3.011,6	2.517,5	1.614,2
Capital de Giro	**307,3**	**2,5**	**165,4**

3.2 - Medições não contábeis

Capital Fixo

Calculamos o Capital Fixo como sendo as seguintes contas do ativo não circulante: (i) contas a receber; (ii) imposto de renda e contribuição social diferidos, (iii) outros ativos; (iv) imobilizado; e (v) intangível, menos as seguintes contas do passivo não circulante: (i) depósitos interfinanceiros; (ii) impostos parcelados; (iii) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; (iv) provisão técnica de seguros; (v) provisão para perda de investimentos; (vi) imposto de renda e contribuição social diferidos; e (vii) imposto de renda e contribuição social diferidos outras contas a pagar. Para uma reconciliação do Capital Fixo com o ativo não circulante e passivo não circulante, vide abaixo.

Reconciliação entre o Capital Fixo, o Ativo Não Circulante e o Passivo Não Circulante

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	**2011**	**2010**	**2009**
Contas a receber	9,4	18,7	24,8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	178,9	168,2	162,5
Outros ativos	139,8	79,8	27,1
Imobilizado	489,9	358,8	297,8
Intangível	448,9	374,6	86,7
Contas dos Ativos não circulantes (A)	**1.267,0**	**1.000,1**	**598,9**
Depósitos interfinanceiros	-	4,0	4,3
Impostos parcelados	4,4	6,3	12,9
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	173,4	182,0	26,3
Provisões técnicas de seguros	17,9	20,8	12,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10,8	13,7	0,0
Outras contas a pagar	6,9	5,4	1,4
Contas dos Passivos não circulantes (B)	**213,3**	**232,2**	57,1
Capital Fixo (A) - (B)	**1.053,6**	**767,9**	**541,8**

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, emitidas em 22 de março de 2012, não contemplam os seguintes eventos subsequentes:

Aumento de capital – Luizacred

Em 16 janeiro de 2012 foi realizado um aumento de capital social na controlada em conjunto Luizacred, no valor de R$48.000, permanecendo sendo a mesma participação societárias de seus acionistas:

Acionista	Montante Capitalizado	% do Capital Social
Itaúcard	24.000	50,00%
Magazine Luiza	19.465	40,55%
Lojas Maia	4.535	9,45%
Total	48.000	100,00%

Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia assinou um contrato de AFAC com sua controlada Lojas Maia, no valor de R$42.000, cujos desembolsos foram realizados em três momentos, sendo o primeiro montante de R$12.000 em 15 de dezembro de 2011, o segundo montante de R$15.000 em 02 de janeiro de 2012 e R$15.000 em 16 de janeiro de 2012.

Outorga do plano de ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 4 de janeiro de 2012, a Companhia deliberou sobre a eleição dos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 1º de abril de 2011, onde em suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços do Grupo. Na mesma oportunidade foi fixado o preço de exercício das opções a serem outorgadas, no valor de R$13,60 para alguns diretores eleitos e R$10,32 para outro diretor. Neste mesmo ato, foram assinados os instrumentos particulares de outorga de opções de compra de ações, aos beneficiários eleitos, sendo outorgado o total de 2.250.000 opções de compra de ações pelo preço de R$10,32 e o total de 1.147.259 opções de compra de ações pelo preço de R$13,60.
A Administração da Companhia está efetuando a mensuração dos efeitos contábeis a serem registrados nos exercícios subsequentes, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 10 R1.

Emissão de Notas Promissórias:

Em 10 de abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da sua primeira emissão de notas promissórias, em série única (“Emissão” e “Notas Promissórias”, respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, em consonância com a Instrução CVM n.º 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada, e da Instrução da CVM nº 476/09, conforme alterada (“Oferta Restrita”). Foram emitidas 10 (dez) Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), totalizando, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), o valor de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Notas Promissórias foi 25 de abril de 2012 (“Data de Emissão”). As Notas Promissórias têm prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias após a Data de Emissão. As Notas Promissórias não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Emissão, correspondentes a 109,00% (cento e nove inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados.

Os recursos captados por meio da Emissão foram destinados ao reforço da posição de caixa da Companhia.

A Oferta Restrita foi automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2011	2010	2009
a) Regras sobre a retenção de lucros	Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação: Reserva Legal: 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012, que aprovou as demonstrações financeiras de 2011, o saldo do lucro remanescente após a destinação para a reserva legal e o pagamento do dividendo foi destinado para conta de reserva de retenção de lucros.	Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação: Reserva Legal: 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. A Assembleia Geral Ordinária de 2011, que aprovará as demonstrações financeiras de 2010, ainda não foi realizada.	Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação: Reserva Legal: 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de maio de 2010, que aprovou as demonstrações financeiras de 2009, o saldo do lucro remanescente após a destinação para a reserva legal, compensação de ajustes de exercícios anteriores e o pagamento do dividendo obrigatório foi destinado para conta de reserva de retenção de lucros.
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	Dividendo Obrigatório: Nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas a demais regras do Estatuto e a legislação aplicável.	Dividendo Obrigatório: Nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas a demais regras do Estatuto e a legislação aplicável.	Dividendo Obrigatório: Nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas a demais regras do Estatuto e a legislação aplicável.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual

3.4 - Política de destinação dos resultados

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Nosso Estatuto Social prevê restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. Além disso, em decorrência do contrato de abertura de crédito firmado com o Banco do Brasil S.A. em 19 de março de 2009 e aditado em 2 de outubro de 2009, em 15 de junho de 2010 e em 17 de agosto de 2011, a nossa distribuição de dividendos está limitada ao máximo de 25% sob pena de vencimento antecipado de referido contrato. Para mais informações acerca do contrato de abertura de crédito, ver seção 10.1 (f) (i) deste Formulário de Referência.	Nosso Estatuto Social prevê restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. Além disso, em decorrência do contrato de abertura de crédito firmado com o Banco do Brasil S.A. em 19 de março de 2009 e aditado em 2 de outubro de 2009 e em 15 de junho de 2010, a nossa distribuição de dividendos está limitada ao máximo de 25% sob pena de vencimento antecipado de referido contrato. Para mais informações acerca do contrato de abertura de crédito, ver seção 10.1 (f) (i) deste Formulário de Referência.	Nosso Estatuto Social prevê restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. Além disso, em decorrência do contrato de abertura de crédito firmado com o Banco do Brasil S.A., a nossa distribuição de dividendos está limitada ao máximo de 25% sob pena de vencimento antecipado de referido contrato. Para mais informações acerca do contrato de abertura de crédito, ver seção 10.1 (f) (i) deste Formulário de Referência.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado	11.666.000,00	68.834.100,00	-92.706.900,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	2.770.664,860000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	2.770.664,86	13.700.000,00	0,00
Lucro líquido retido	8.895.335,14	994.000,00	651.000,00
Data da aprovação da retenção	30/04/2012		12/05/2010

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Prioritário Fixo						
Ordinária	2.770.664,86	23/05/2012				
Dividendo Obrigatório						
Ordinária			13.700.000,00	12/05/2010	0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No exercício social de 2011, R$583,3 mil foram destinados à reserva legal e R$8.312,0 mil foram destinados à conta de lucros retidos; no exercício social de 2010, R$3.441,6 mil foram destinados à reserva legal e R$994,0 mil foram declarados à conta de lucros retidos e, no exercício social de 2009, R$34,0 mil foram destinados à reserva legal e R$651,0 mil foram transferidos da conta de lucros retidos para a de prejuízos acumulados.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	4.256.409.000,00	Índice de Endividamento	6,85472787	
	0,00	Outros índices	1,40000000	“Dívida Líquida”: por dívida líquida deve-se entender o somatório de todos e quaisquer Empréstimos e Financiamentos do passivo circulante e não circulante subtraída de títulos e valores mobiliários circulante e não circulante, caixa e equivalentes de caixa. Entendemos que tal métrica representa, de forma mais apropriada, o endividamento, pois reflete o endividamento consolidado líquido das suas disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional, e é utilizado como referência para os covenants definidos nos contratos de empréstimos junto a algumas instituições financeiras.Entendemos que o índice Dívida Líquida / EBITDA representa, de forma mais apropriada, nosso índice de endividamento, pois reflete o endividamento consolidado líquido das suas disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional, e é utilizado como referência para os covenants definidos nos contratos de empréstimos junto a algumas instituições financeiras. Este índice baseia-se no total do nosso endividamento líquido de R$420,0 milhões, dividido pelo nosso EBITDA de R$300,6 milhões, conforme reconciliação incluída no item 3.2 (c) deste Formulário de Referência.

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	129.672,00	348.029,00	233.634,00	0,00	711.335,00
Quirografárias	3.037.464,00	172.303,00	95.191,00	240.116,00	3.545.074,00
Total	3.167.136,00	520.332,00	328.825,00	240.116,00	4.256.409,00

Observação

As informações acima, de dívida, referem às Demonstrações Financeiras consolidadas.

3.9 - Outras informações relevantes

Com referência ao montante total da dívida do item 3.7 do Formulário de Referência deve ser entendido como o somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo patrimônio líquido e foram prestadas com base nas informações financeiras selecionadas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a. ao emissor

Se não conseguirmos manter nossa cultura organizacional durante a nossa expansão, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

Acreditamos que nosso potencial de crescimento e o alcance de nossas metas corporativas orientadas por resultados estão diretamente relacionados à nossa capacidade de atrair e manter os melhores colaboradores.

Na medida em que expandimos nossos negócios para diferentes localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de vendedores alinhados à nossa filosofia, ou, ainda, podemos ter problemas para manter esta cultura corporativa, que é parte integral da nossa marca, conforme nos tornemos uma empresa maior. Em ambos os casos, tal falha poderia resultar em uma piora em nosso atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos nossos vendedores, e conseqüentemente em um enfraquecimento da nossa marca. Entendemos que nossa cultura organizacional e a nossa marca são cruciais para nossos planos de negócio, e o insucesso em manter tal cultura e marca pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Problemas em nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, poderão impactar adversamente nossas operações e nosso controle de estoque.

Nossas operações dependem em grande parte do nosso sistema de informação, que é importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle de nosso estoque. Problemas de administração ou de segurança em nossos sistemas podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento. Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos a tempo e, se essa eventual interrupção se prolongar, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados. Adicionalmente, os nossos sistemas de tecnologia estão sujeitos a atualizações constantes. Caso não sejamos capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Podemos enfrentar dificuldades em inaugurar novas lojas ou realizar aquisições com sucesso.

Nosso crescimento está fortemente ligado à nossa capacidade de abrir e operar novas lojas e realizar aquisições com sucesso. Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de nosso controle. Esses fatores incluem nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, o que envolve reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos nos locais escolhidos, assim como a negociação de contratos de aluguel em termos aceitáveis. Precisamos também concluir as obras sem atrasos, interrupções ou aumento de custos. A abertura de novas lojas também requer a manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender à sua demanda, bem como a contratação, treinamento e retenção de pessoal qualificado para as lojas,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

especialmente em nível gerencial. Caso não sejamos capazes de administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso na abertura de novas lojas, nossos negócios e o resultado de nossas operações poderão ser negativamente afetados.

Adicionalmente, como parte da nossa estratégia de crescimento, analisamos regularmente oportunidades de aquisições que julgamos interessantes para as nossas atividades, relacionadas a nosso mercado de atuação ou a novos mercados relacionados a nossos produtos. Realizar aquisições com sucesso envolve uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre nossos negócios, como riscos relacionados à integração das estratégias de negócios, operações, pessoal, produtos e base de clientes; autorizações governamentais; geração dos retornos esperados; e exposição às obrigações e contingências referentes às empresas adquiridas. O processo de auditoria legal que conduzimos para avaliar a situação jurídico-patrimonial da empresa a ser adquirida e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que recebemos de vendedores das empresas ou negócios prospectados poderão ser insuficientes para nos proteger ou indenizar em função de eventuais contingências. A concretização de qualquer um desses riscos poderá afetar de maneira adversa a aquisição em questão, bem como os nossos negócios e o resultado de nossas operações.

Se não implementarmos totalmente nossa estratégia de crescimento, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

Nossa capacidade de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de nossa estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais nossa capacidade de:

- Proteger o poder da nossa marca e nossa cultura;
- Abrir novas lojas e expandir nossa cobertura geográfica, por meio de crescimento orgânico e de aquisições selecionadas;
- Alavancar vendas e aumentar a rentabilidade de nossas operações;
- Fortalecer e expandir a oferta de serviços e produtos financeiros para nossa base de clientes; e
- Aperfeiçoar a experiência de compra por meio da multi-canalidade.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. O insucesso em implementar nossa estratégia pode afetar adversamente nossos negócios.

Podemos precisar de recursos adicionais e ocasionar uma queda no desempenho das lojas existentes em decorrência de nossa estratégia de crescimento.

Nossa estratégia de crescimento envolve a abertura e a operação de um número considerável de novas lojas a cada ano, o que pode demandar recursos adicionais. Tal estratégia gera demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais e administrativos, o que pode resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios. Ainda, quando a inauguração de novas lojas ocorrer em mercados onde já possuímos lojas, poderemos sofrer uma redução nas vendas líquidas das lojas pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas, o que pode afetar negativamente nossos negócios e o resultado de nossas operações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Uma redução nas vendas a prazo pode afetar adversamente nossos resultados.

Vendas a prazo são um componente importante no resultado das empresas do nosso setor. No passado, o Governo Brasileiro implementou medidas para restringir a demanda doméstica, impondo restrições de crédito a bancos, administradoras de cartão de crédito e setor de varejo, e aumentando a taxa de juros. Nossos resultados podem ser adversamente afetados se a demanda por crédito ao consumidor diminuir, ou se a política do governo brasileiro restringir a extensão de crédito ao consumidor. Para mais informações acerca de nossa política de crédito, ver item 7 deste Formulário de Referência.

A eventual perda de membros da nossa alta administração e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados pode causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nosso desempenho depende em grande parte de esforços e da capacidade da nossa alta administração formada por experientes executivos e funcionários-chave que detêm amplo conhecimento do nosso negócio. A perda dos membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios e nossos resultados operacional e financeiro. Além disso, caso venhamos a perder algum desses profissionais chave, teremos que atrair novos profissionais altamente qualificados para substituí-los. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, cconsequentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

Uma falha no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais de nossos clientes e de nossa rede poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e afetar substancialmente nosso negócio e os resultados das operações.

Uma das maiores dificuldades relacionadas ao comércio eletrônico, comunicação online e informática é a transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas e o armazenamento seguro de dados em nossos sistemas conectados a redes públicas. Uma falha no sentido de impedir essas quebras de segurança poderá prejudicar nossa reputação e nossa marca e, ainda, afetar substancialmente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Atualmente, a maior parte de nossas vendas é debitada diretamente das contas de cartão de crédito e débito de nossos clientes. Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra.

Além disso, armazenamos nosso banco de dados de clientes, que contém detalhadas informações demográficas e de vendas de cada um de nossos clientes, em nossa intranet, que está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Qualquer comprometimento de nossa segurança poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e nos expor a situações de litígio, nas quais poderemos ser obrigados a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente o nosso negócio e os

4.1 - Descrição dos fatores de risco

resultados das nossas operações. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as nossas medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em nossas operações. Em razão do exposto, poderemos ter de aumentar os recursos destinados à proteção contra a violação do nosso sistema de segurança ou à solução dos problemas ocasionados por esta.

Uma falha na avaliação dos riscos associados a fraudes de cartões de crédito poderá vir a prejudicar a nossa reputação e a nossa marca, afetando adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

Conforme as práticas atuais no setor de cartão de crédito, assumimos o risco por operações fraudulentas, visto que aceitamos o pagamento por meio de cartão de crédito sem a aposição da assinatura do titular. Atualmente não mantemos um seguro contra este tipo de risco. A medida que as nossas vendas crescem, o risco de perdas significativas em decorrência dessas operações fraudulentas também aumenta. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

Historicamente, os resultados de nossas operações refletem o efeito da sazonalidade das vendas de nossos produtos e podem ser afetados adversamente em decorrência destas variações.

Em determinadas épocas, os resultados de nossas operações variaram de trimestre para trimestre e entendemos que tais variações continuarão a acontecer no futuro. Historicamente, nossa receita e lucratividade atingem seus maiores níveis durante o último trimestre do ano. No entanto, as vendas no referido período podem eventualmente não alcançar as nossas expectativas, o que ocorreu, por exemplo, no último trimestre de 2008, devido à crise financeira mundial e seus reflexos sobre a economia brasileira, ficando assim os nossos resultados para o último trimestre do ano abaixo do esperado.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre do ano, incorremos em despesas adicionais significativas, tais como o aumento do volume de produtos estocados, as nossas obrigações com fornecedores e a contratação temporária de equipes de loja para as lojas físicas. Caso a receita para este período venha a ser abaixo da esperada, poderemos experimentar um impacto desproporcional significativo em nossos resultados operacionais e financeiros no período em questão.

Enfrentamos riscos relacionados aos nossos centros de distribuição.

Atualmente, temos 8 centros de distribuição e 1 *cross docking* localizados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Todas as mercadorias que vendemos são distribuídas por meio desses centros de distribuição. Se a operação normal de um desses centros de distribuição fosse interrompida por fatores que estão além de nosso controle, como incêndios, desastres naturais, falta de energia, falha nos sistemas, entre outros, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional. Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas nas regiões

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Norte e Nordeste do país, o que pode demandar uma expansão na capacidade de nossos centros de distribuição, uma reorganização de nossos centros de distribuição atuais ou o estabelecimento de novos centros de distribuição. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição nos novos mercados, ou não consigamos integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo em nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos para nós, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios.

Contratamos seguros conforme as práticas usuais de mercado, os quais têm por objetivo garantir perdas em nossas lojas e centros de distribuição decorrentes de eventuais sinistros ocorridos. Não obstante, via de regra, certos tipos de riscos não são garantidos pelas seguradoras que atuam no mercado (tais como guerra, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades). Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não garantidos, podemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar aos ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por nós integralizado. Adicionalmente, poderemos ser responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro, razão pela qual contratamos seguro de responsabilidade civil geral, para nossa operação, e seguro de vida em grupo, para os nossos empregados.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Nossa gestão é fortemente influenciada por nossos acionistas controladores.

Nossa gestão é consideravelmente influenciada por nossos acionistas controladores que orientam vários aspectos da condução de nossos negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente nosso bloco de acionistas controladores e que estão entre os nossos principais executivos poderá afetar adversamente nossos negócios, uma vez que nossa estrutura é associada ao bom relacionamento existente entre nossos administradores, empregados e principais fornecedores. Podemos também nos defrontar com questões sucessórias no futuro o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Os interesses de nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração, determinar nossas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Mercado, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de nossos resultados operacionais.

c. a seus acionistas

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro e poderemos optar por obtê-los por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social.

Os titulares de nossas ações podem não receber dividendos.

De acordo com o disposto em nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, a título de dividendo obrigatório, no mínimo 15% de nosso lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. O resultado de determinado exercício pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou no pagamento de eventuais participações estatutárias de diretores, empregados ou administradores, o que reduz o valor possível de distribuição aos acionistas. Por exemplo, não pagaremos quaisquer dividendos a nossos acionistas no exercício social em que nosso Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com nossa situação financeira.

d. a suas controladas e coligadas

Nosso resultado financeiro pode ser negativamente afetado caso o desempenho de nossas controladas seja, de alguma forma, prejudicado.

Detemos participação direta de 50% no capital da Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento e da Luizaseg Seguros S.A. e de 100% no capital da Consórcio Luiza Administradora de Consórcios Ltda. Na medida em que nossos resultados são afetados pelos resultados de nossas controladas, podemos ser adversamente afetados caso nossas controladas tenham seu desempenho prejudicado, de forma a impactar a distribuição de resultados a nós.

e. a seus fornecedores

Não estamos expostos a riscos decorrentes dos nossos fornecedores.

f. a seus clientes

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Estamos expostos a riscos relacionados ao financiamento e empréstimos para nossos clientes.

Com a parceria financeira que mantemos com o Itaú Unibanco, criamos a Luizacred, por meio da qual oferecemos cartões de crédito de bandeira própria e de marca compartilhada e empréstimos pessoais. Estamos sujeitos aos riscos normalmente associados ao fornecimento deste tipo de financiamento, o que inclui o risco de inadimplência no pagamento do valor principal e juros, bem como qualquer inconsistência entre custos e vencimentos de nosso financiamento em relação aos custos e vencimentos do financiamento de nossos clientes. Qualquer um destes riscos poderia afetar negativamente o nosso fluxo de caixa e consequentemente os nossos negócios.

Atualmente, a Luizacred é responsável pelo financiamento de mais de 50% de nossas vendas e a utilização do Cartão Luiza proporciona um plano de pagamento parcelado aos nossos clientes. No decorrer de processos de expansão de nossa carteira de clientes, nossos níveis de inadimplência podem aumentar. Além disto, oferecemos empréstimos pessoais e consignados em folha de pagamento aos nossos clientes, de acordo com as políticas de financiamento estabelecidas pelo Itaú Unibanco, nos termos de nosso acordo de *joint venture*. O descumprimento por nossos clientes das obrigações de pagamento de principal ou juros poderia afetar negativamente os nossos negócios. Dependemos significativamente do nosso parceiro, Itaú Unibanco, para estabelecer políticas de financiamento para os nossos clientes. Se nosso relacionamento com o Itaú Unibanco terminasse, ou se não mais tivéssemos acesso ao seu conhecimento da indústria de financiamento ao consumo, os resultados da Luizacred poderiam ser afetados negativamente, o que poderia, por conseguinte, afetar os nossos resultados.

Adicionalmente, mudanças adversas nas condições econômicas brasileiras podem levar a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes, concentrados na Classe C, mais sensível a estes fatores, pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios. Além disso, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Brasileiro restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossas clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido seja prejudicada.

Desta forma, quaisquer eventos que possam afetar negativamente a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido a eles por meio do Cartão Luiza ou empréstimos poderão afetar negativamente nosso resultado operacional.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

O setor de varejo no Brasil é altamente competitivo, o que pode afetar adversamente nossa participação no mercado e nossa receita líquida.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Enfrentamos intensa competição de pequenos varejistas que frequentemente podem se beneficiar das ineficiências do sistema de arrecadação de tributos no Brasil. Além disso, nós competimos com um grande número de redes multinacionais de varejo de alimentos e mercadorias em geral, assim como com hipermercados que oferecem aos seus clientes bens duráveis. Alguns desses competidores internacionais têm acesso a fontes maiores de financiamento a custos menores do que nós.

Além disso, as decisões de compra por parte dos consumidores são afetadas por fatores tais como reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e preferências subjetivas de cada consumidor. Alguns de nossos concorrentes podem realizar investimentos em *marketing* substancialmente maiores do que os nossos. Se nossas estratégias publicitárias, promocionais ou mercadológicas não tiverem êxito, ou se formos incapazes de oferecer novos produtos que atendam às demandas do mercado ou que representem tecnologias inovadoras que possam ser comercializadas, ou se não conseguirmos administrar com sucesso as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou a rentabilidade destes esforços ou, se por outras razões, nossos consumidores finais acreditarem que os produtos de nossos competidores são mais atraentes, então nossas vendas, nossa rentabilidade e nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

A concorrência no comércio eletrônico também pode se intensificar. Outras empresas do ramo varejista e de comércio eletrônico podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva. À medida que a carteira de clientes for crescendo e aumentando a sua fidelização nos diversos segmentos do mercado de Internet, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado no qual atuamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do varejo online. Acreditamos que a natureza da Internet como um local de mercado eletrônico facilita a entrada de competidores e permite a realização de compras por meio de comparação de preços. Esse aumento na concorrência pode vir a reduzir as nossas vendas, lucros operacionais, ou ambos. Ainda, os concorrentes, tanto no mercado de varejo quanto no mercado de comércio eletrônico, poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e *marketing* do que nós. Além disso, na medida em que o uso da Internet e de outros serviços online aumentar, os varejistas atuantes neste mercado poderão vir a ser adquiridos, receber investimentos, ou celebrar outros relacionamentos comerciais com empresas maiores, mais estabelecidas e dotadas de recursos financeiros.

O setor de varejo é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral que levaram à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, em especial o consumidor da Classe C, que tem menos acesso a crédito que as classes A e B,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

mais dificuldade para refinanciar dívidas e potencialmente mais afetado pelo aumento do desemprego. Tais situações poderão afetar adversamente nossas vendas, resultado operacional e nossa situação financeira.

Dependemos do sistema de transportes e infra-estrutura das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição para a entrega das mercadorias em nossas lojas.

A distribuição de mercadorias para todas as nossas lojas parte dos nossos oito centros de distribuição e *cross docking* localizados em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O sistema de transporte e infraestrutura no país ainda é incipiente e necessita de investimentos por parte do governo brasileiro, para que possa funcionar de maneira eficiente e atender os nossos negócios. Além disso, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infra-estrutura de transportes das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição ou em suas operações devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias para nossas lojas e ocasionar queda em nossas vendas, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

As instituições financeiras no Brasil, inclusive nossa subsidiária Luizacred, estão sujeitas de forma extensiva e contínua a diversas revisões na regulamentação por parte do Banco Central.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. A estrutura regulatória que rege as instituições financeiras brasileiras está em contínua evolução, inclusive em decorrência de tratados e acordos internacionais. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas. Não possuímos controle sobre as regulamentações governamentais aplicadas sobre nossas atividades, incluindo as relativas a:

- requerimentos de capital mínimo;
- requerimentos de investimento em capital fixo;
- limites e outras restrições de crédito; e
- requerimentos contábeis e estatísticos.

Tais mudanças podem afetar de forma adversa nossas operações e rendimentos.

Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem nos afetar adversamente.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal, por intermédio do CMN e do Banco Central, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos, de regulação do prazo máximo dos financiamentos e imposição de limitações sobre o montante

4.1 - Descrição dos fatores de risco

que pode ser financiado, dentre outras ferramentas. Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito e podem restringir o crescimento da carteira de crédito de nossa subsidiária Luizacred. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar nossa liquidez, estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo a lucratividade, bem como a solvência de nossos clientes.

Podemos ser obrigados a arcar com prejuízos ou restrições em nossas atividades decorrentes de eventual insolvência de nossa controlada Luizaseg Seguros S.A.

De acordo com a Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as sociedades seguradoras são equiparadas às instituições financeiras. Adicionalmente, o artigo 3º da Lei nº. 10.109, de 14 fevereiro de 2001, dispõe expressamente que as sociedades seguradoras estão sujeitas à ingerência estatal por intermédio de intervenção, liquidação extrajudicial e/ou regime de administração especial temporária aplicável às instituições financeiras.

Em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, nos casos de regime de administração especial temporária, intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras, os acionistas controladores são considerados objetivamente responsáveis pelos ônus financeiro decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela sociedade seguradora, ou seja, tais acionistas poderão ser responsabilizados independentemente de comprovação de dolo ou culpa. Dessa forma, poderemos ser diretamente responsabilizados por prejuízos e obrigações de nossa controlada Luizaseg, o que pode causar impacto adverso relevante em nossa condição financeira.

Por fim, de acordo com o artigo 2º da Lei nº. 9.447, de 14 de março de 1997, o acionista controlador, direto ou indireto, de uma instituição financeira sujeita a intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária, está proibido de alienar ou onerar seus bens. Entretanto, tal proibição fica condicionada à discricionariedade da autoridade fiscalizadora competente. Assim, em caso de liquidação extrajudicial ou intervenção sobre nossa controlada Luizaseg, poderemos ter impacto adverso relevante na condução de nossas operações.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não atuamos em países estrangeiros.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Atualmente não temos expectativas sobre o aumento ou redução da exposição aos riscos mencionados no item 4.1 acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A sociedade emissora e suas controladas possuem processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades, para os quais foram apresentados defesa administrativa ou judicial. Mantemos uma provisão em nossos balanços referentes a perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada de tais perdas. As práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS exigem que a constituição de reservas em virtude de perdas prováveis e que efetue provisão quando, na opinião de nossa Diretoria e de nossos advogados externos, acreditamos que um resultado desfavorável seja provável e a perda possa ser razoavelmente estimada.

Possuímos valores de contingências, os quais estão sendo discutidos nos âmbitos administrativo e judicial, e que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis, no valor total de R$1,0 bilhão. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões no montante total de R$ 173,4 milhões até 31 de dezembro de 2011.

Destacam-se, abaixo, os processos judiciais e administrativos de maior relevância em que nós e nossas controladas somos parte.

(i) Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, havia treze Termos de Ajustamento de Conduta, firmados entre nós e o Ministério Público do Trabalho, nos quais nos comprometemos a não mais incorrer em irregularidades relacionadas à: (i) jornada de trabalho; (ii) salário e benefícios; (iii) cumprimento da cota de deficientes; e (iv) contratação de cooperativas. As multas, em caso de eventual descumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta, serão aplicadas por constatação ou diariamente, variando de R$ 200,00 a R$ 60.000,00.

Somos parte, ainda, em 37 procedimentos preparatórios e inquéritos civis públicos instaurados pelos Ministérios Públicos do Trabalho dos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e São Paulo, cujos objetos, versam, em linhas gerais, à aprendizagem, CTPS e registro dos empregados, salário e duração do trabalho, solicitação de documentos, investigação de descontos nas folhas dos empregados, investigação relacionada ao PCMSO e PPRA, abuso do poder diretivo do empregador, investigação de assédio sexual, dentre outras investigações.

Em 31 de dezembro de 2011, figurávamos como reclamada em 2.100 reclamações trabalhistas, os quais totalizavam o valor aproximado de R$225,9 milhões. Deste valor, aproximadamente R$29,2 milhões representavam risco de perda provável sendo, portanto, provisionados de acordo com nossa política interna de provisionamento.

Os principais pedidos envolvidos nas ações trabalhistas em andamento contra nós estão relacionados ao pagamento de horas extras e respectivos reflexos.

Dentre as ações de natureza trabalhista que representavam contingências relevantes para nós em 31 de dezembro de 2011, destacam-se em razão do valor:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO Nº. 01671-2007-103-03-00-3	
Juízo	3ª Vara do Trabalho de Uberlândia – MG
Instância	1ª instância. A ACP está arquivada, porém estamos sofrendo diversas fiscalizações decorrentes do mesmo
Data de instauração	19/11/2007
Partes no processo	Ministério Público do Trabalho X Magazine Luiza S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Jornada de Trabalho, Descanso Semanal Remunerado (DSR) após 06 (seis) dias laborados, Intervalo intrajornada e interjornada, Banco de horas irregular, Direito de imagem. Tem abrangência nacional.
Principais fatos	A Ação Civil Pública (ACP) foi proposta pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em razão de supostas irregularidades relacionadas a jornada de trabalho e sua marcação no ponto; concessão de intervalos interjornada e intrajornada; prática de banco de horas irregular e previsão nos contratos de trabalho dos empregados de cessão de direito de imagem sem qualquer ônus de caráter remuneratório. Foi firmado Termo de Ajustamento de Contrato (TAC) em 31 de agosto de 2008, mas estamos sendo autuados reiteradamente em razão de seu descumprimento.
Chance de perda	Provável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	As multas serão aplicadas e somadas por estabelecimento comercial, fixando-se, pelo descumprimento do TAC, um teto mensal, por estabelecimento, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais) sendo que a soma das penalidades aplicadas para a totalidade dos estabelecimentos fiscalizados será no valor máximo de R$300.000,00 (trezentos mil reais) mensais.
Valor provisionado, se houver provisão	R$300.000,00 (trezentos mil reais).

(ii) Contingências Tributárias e Previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2011, figurávamos como ré em 505 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, incluindo os de natureza repetitiva, os quais totalizavam o valor aproximado de R$621,2 milhões. Deste valor contingente, conforme avaliado por nossos consultores jurídicos internos e externos, temos, aproximadamente R$241,2 milhões com chances remotas de perda, isto é, a probabilidade de perdermos tais processos é considerada pequena por nossos advogados internos e externos, R$377,3 milhões com chances possíveis de perda, ou seja, devido à natureza de tais questionamentos, nossos advogados internos e externos classificam que é possível alcançar êxito em tais contingências e R$15,7 milhões com chances prováveis de perda. Para as questões tributárias possuímos em provisão o montante de R$ 126,2 milhões referentes à contingências tributárias passivas com chances prováveis de perda, à depósitos judiciais de contingências tributárias ativas, e à *business combination*, em cumprimento à nossa política interna e às normas contábeis.

Dentre as ações de natureza tributária e previdenciária de natureza não repetitiva que representavam contingências relevantes para nós em 31 de dezembro de 2011, destacam-se em razão do valor:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO Nº. 3.133.424-6	
Juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado de São Paulo
Instância	Segunda Instância Administrativa – TIT
Data de instauração	13/07/2010
Partes no processo	Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo x Magazine Luiza S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$113.858.146,12
Principais fatos	Fomos autuados em razão (i) da não comprovação da origem de créditos relativos ao ICMS de janeiro a outubro de 2007 e (ii) da não apresentação de documentos fiscais no curso de processo de fiscalização. A decisão de primeira instância administrativa reconheceu como válida parte do crédito e manteve integralmente a autuação com relação ao descumprimento das obrigações acessórias. Será apresentado recurso ao Tribunal de Imposto e Taxa de São Paulo.
Chance de perda	Remota (para o item (i) do AIIM) e Possível (para o item (ii) do AIIM)
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, parcelaremos o debito, de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.
Valor provisionado, se houver provisão	Tendo em vista o diagnóstico de perda remota, não há provisão para este caso.

PROCESSO Nº. 6556957-4	
Juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná
Instância	DRR 01
Data de instauração	25/01/2010
Partes no processo	Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná x Magazine Luiza S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$52.161.916,57
Principais fatos	Fomos autuados em razão de operações realizadas com a Positivo Informática. O referido auto de infração abrange o período de 05/2005 a 05/2007. De acordo com o entendimento do fiscal do Estado do Paraná, não poderíamos ter tomado o crédito integral de 18% em nossas aquisições da Positivo Informática (destacado na nota fiscal da Positivo). Segundo o relatório final da fiscalização, a Positivo deveria aplicar a alíquota de 18% sobre a base de calculo reduzida (benefício concedido pelo art. 3º da Lei 13.214/01), o que geraria para nós um crédito de apenas 7%. Contudo, por determinação legal, a Positivo tem que destacar em suas notas fiscais de saída a alíquota de 18% aplicada sobre a operação, bem como o ajuste do beneficio deverá ocorrer internamente em sua escrita fiscal. Tal processo está na Delegacia Regional de Julgamento de Curitiba, aguardando a aplicação da Resolução acima citada.
Chance de perda	Remota.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.
Valor provisionado, se houver provisão	Tendo em vista o diagnóstico de perda remota, não há provisão para este caso.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO Nº. 6561106-6	
Juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná
Instância	DRR 01
Data de instauração	13/05/2010
Partes no processo	Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná x Magazine Luiza S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$16.232.992,43
Principais fatos	Fomos autuados por suposta utilização de créditos de ICMS entre o período de 06/2007 a 12/2008 no Estado do Paraná. Fomos autuados em razão de operações realizadas com a Positivo Informática. De acordo com o entendimento do fiscal do Estado do Paraná, não poderíamos ter tomado o crédito integral de 18% em nossas aquisições da Positivo Informática (destacado na nota fiscal da Positivo). Segundo o relatório final da fiscalização, a Positivo deveria aplicar a alíquota de 18% sobre a base de calculo reduzida (benefício concedido pelo art. 3º da Lei 13.214/01), o que geraria para nós um crédito de apenas 7%. Contudo, por determinação legal, a Positivo tem que destacar em suas notas fiscais de saída a alíquota de 18% aplicada sobre a operação, bem como o ajuste do beneficio deverá ocorrer internamente em sua escrita fiscal., o que nos dá o direito ao crédito.Tal processo está na Delegacia Regional de Julgamento de Curitiba, aguardando a aplicação da Resolução 085/2010, a qual pacificou a discussão em nosso favor.
Chance de perda	Remota.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.
Valor provisionado, se houver provisão	Tendo em vista o diagnóstico de perda remota, não há provisão para este caso.

PROCESSO Nº. 2007.34.00.032125-8	
Juízo	20ª Vara Federal do Distrito Federal
Instância	Primeira Instância Judicial
Data de instauração	10/09/2007
Partes no processo	F S Vasconcelos e CIA Ltda. x União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$33.084.000,00
Principais fatos	Ação proposta para alcançar o direito de excluir da base de cálculo do PIS e da COFINS, os valores relativos ao ICMS. Por meio desta ação pedimos (i) a restituição, via compensação, dos valores indevidamente pagos antes da data da propositura da ação (nos anos de 2002 a 2007) no valor de R$23.031.300,28 e, (ii) afastamento de quaisquer atos da Fazenda Nacional no sentido de exigir o PIS e a COFINS com a inclusão dos valores de ICMS em sua base de cálculo até o julgamento final da ação. A tutela antecipada foi deferida, autorizando que a realização dos depósitos judiciais dos valores discutidos. O valor total depositado judicialmente era de 33.084.000,00 em 31/12/2011
Chance de perda	Remota.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, utilizaremos depósito judicial. Não será necessário parcelamento.
Valor provisionado, se houver provisão	R$ 38.084.000,00.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO Nº. 2003.61.82.055640-5	
Juízo	11ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo
Instância	Primeira Instância Judicial
Data de instauração	11/12/2008
Partes no processo	INSS x Magazine Luiza S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$18.072.017,81
Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal, inicialmente movida em face das Lojas Kolumbus, e depois contra nós, sob a alegação de que teríamos adquirido fundos de comércio da referida empresa, o que não ocorreu. Contratamos carta de fiança bancária para garantir o débito executado e embargamos a execução. Possuímos Carta de Fiança bancária garantindo o crédito tributário.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.
Valor provisionado, se houver provisão	Tendo em vista o diagnóstico de perda possível, não há provisão para este caso.

PROCESSO Nº. 13855.002820/2010-15	
Juízo	Processo Administrativo Fiscal
Instância	Primeira Instância Administrativa
Data de instauração	12/11/2010
Partes no processo	Receita Federal x Magazine Luiza S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$17.186.338,45
Principais fatos	Cobrança de débitos de IRPJ, CSL, COFINS e PIS, relativos aos períodos de 2005 a 2008, tendo em vista (i) tratamento contábil diverso dado a dois contratos idênticos de cessão de créditos; (ii) o não reconhecimento de receitas acordadas em Memorando de Entendimento como contrapartida ao reconhecimento dos direitos a receber da Luizacred motivado pela aquisição de novas lojas e; (iii) receita decorrente da venda da participação na empresa Luizaseg à Cardif. O débito relativo ao item (i) já foi pago e contra os demais pontos a defesa administrativa foi apresentada e ainda pende de julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.
Valor provisionado, se houver provisão	Tendo em vista o diagnóstico de perda possível, não há provisão para este caso.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO Nº. 13855.001386/2007-42	
Juízo	Processo Administrativo Fiscal
Instância	Primeira Instância Administrativa
Data de instauração	05/07/2007
Partes no processo	Receita Federal x Magazine Luiza S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 7.265.000,00
Principais fatos	Cobrança de débitos de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os prêmios pagos aos nossos diretores, gerentes e assessores sob o argumento de que tais valores configurariam remuneração indireta e que não teriam sido objeto de retenção e recolhimento do Imposto de Renda. A defesa administrativa foi apresentada e ainda pende de julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.
Valor provisionado, se houver provisão	Tendo em vista o diagnóstico de perda possível, não há provisão para este caso.

PROCESSO Nº. 4032/2008	
Juízo	Vara da Fazenda Publica – Estado de São Paulo
Instância	Segunda Instância Judicial
Data de instauração	10/10/2008
Partes no processo	Fazenda de São Paulo x Magazine Luiza S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 13.581.000,00
Principais fatos	Operação com precatórios. Foram compensados débitos de ICMS com créditos próprios de precatórios nos termos do Art; 78 da ADCT, corroborado pela EC 62/2009.
Chance de perda	Remota.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.
Valor provisionado, se houver provisão	Tendo em vista o diagnóstico de perda remota, não há provisão para este caso.

PROCESSO Nº. 13855. 721.049/2011-51	
Juízo	Processo Administrativo Fiscal
Instância	Primeira Instância Administrativa
Data de instauração	28/06/2011
Partes no processo	Receita Federal x Magazine Luiza S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$135.393.000,00
Principais fatos	PIS/COFINS – suposto créditos indevidos a titulo de bonificações, verbas de propaganda, e outros.
Chance de perda	Possivel
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.
Valor provisionado, se houver provisão	Tendo em vista o diagnóstico de perda possivel, não há provisão para este caso.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Parcelamentos

Possuímos parcelamentos de tributos federais vinculados ao PAES (originalmente de 2003), cujo saldo a pagar é de R$ 0,7 milhões. Estes parcelamentos têm prazos de pagamento totais de 120 meses, restando em 31 de dezembro de 2011, 18 parcelas a vencer, sendo os saldos devedores atualizados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e na Taxa SELIC, respectivamente.

Em novembro de 2009, nós em conjunto com nossa controlada Luizacred optamos pelo parcelamento de determinados tributos federais através da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS IV) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em que acordamos o pagamento dos tributos relativos à Luizacred em parcela única e às nossas 60 parcelas mensais, com saldo devedor sujeito a correção pela Taxa SELIC. Nosso passivo refere-se à desistência de uma discussão em processo administrativo e judicial sobre: (i) autos de infração pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas a cartões de incentivo, avaliada por nossos assessores legais como perda possível e (ii) PIS e COFINS outrora compensados e não homologados. Os parcelamentos relacionados ao REFIS IV já foram consolidados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e os pagamentos mensais das parcelas após a consolidação, resta um saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2011, um montante de 6,5 milhões.

(iii) Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2011, figurávamos no pólo passivo em aproximadamente 20.526 processos judiciais de natureza cível, os quais totalizavam o valor aproximado de R$166 milhões. Deste valor contingente, conforme avaliado por nossos advogados internos e externos, temos, aproximadamente R$17,9 milhões com chances prováveis de perda sendo, portanto, provisionados de acordo com a política interna de provisionamento.

Referidos processos são relacionados a reclamações oriundas principalmente de nossos clientes envolvendo questionamentos decorrentes de nossa atividade, sendo na sua maioria, ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo que tratam, principalmente, sobre defeito de produtos e inscrição indevida de clientes nos cadastros de proteção ao crédito.

Dentre as ações de natureza cível que representavam contingências relevantes para a nós em 31 de dezembro de 2011, destacam-se em razão do valor:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO Nº. 583.02.2009.101506-0 (N.º ORDEM 226/09)	
Juízo	8ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro da Comarca de São Paulo
Instância	1ª instância
Data de instauração	16/01/2009
Partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição e P.A. Publicidade Ltda. x Magazine Luiza S.A. e Nic. Br
Valores, bens ou direitos envolvidos	Expressão de propaganda “Vem Ser Feliz”.
Principais fatos	Liminar requerida para suspensão da utilização da expressão “Vem Ser Feliz”, a qual não foi deferida. No despacho saneador o juiz exclui o réu Nic. Br da lide, em face de sua ilegitimidade. O processo está em fase de perícia.
Chance de perda	Remota.
Análise do impacto em caso de perda do processo	A expressão “Vem Ser Feliz” está intimamente ligada à marca Magazine Luiza, fazendo parte de todo material publicitário da empresa. A referida expressão é a materialização da filosofia da companhia perante seus clientes. A procedência da ação ocasionaria alteração na comunicação entre nós e nossos clientes.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Em janeiro de 2007, o Colegiado da CVM, em Processo Administrativo Sancionador (PAS nº 02/2003) movido pela CVM a apuração de responsabilidades dos administradores e do acionista controlador do Bompreço S.A. – Supermercados do Nordeste, ou Bompreço, de eventos relacionados ao fechamento de capital do Bompreço e sua comunicação ao público, aplicou multa pecuniária ao Sr. Marcelo José Ferreira e Silva, no montante de R$0,25 milhões. O Sr. Marcelo José Ferreira e Silva é atualmente nosso Diretor Superintendente e, à época dos fatos e antes de ingressar na Companhia, exercia o cargo de Diretor de Relações com Investidores do Bompreço. O Sr. Marcelo José Ferreira e Silva interpôs recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o qual está pendente de julgamento.

Em dezembro de 2010, o Colegiado da CVM, em Processo Administrativo Sancionador (PAS nº 18/2008) movido pela CVM para a apuração de responsabilidades dos administradores da Sadia S.A. por eventuais irregularidades relacionadas a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e na divulgação de informações, aplicou multa pecuniária no montante de R$0,2 milhões a Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues. A Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues é Vice Presidente do nosso Conselho de Administração e Diretora Presidente, e à época dos fatos, também exercia o cargo de membro do Conselho de Administração da Sadia S.A.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2011, nós e nossas controladas não éramos parte em processos sigilosos e que não tenham sido divulgados nas seções 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de dezembro de 2011, éramos parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos na seção 4.3 deste Formulário de Referência.

PROCEDIMENTOS TRIBUTÁRIOS	
Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 31 ações de natureza tributária (Execuções Fiscais), consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
Valores envolvidos (aproximados)	R$72.000.000,00
Valor provisionado, se houver provisão	Tendo em vista o diagnóstico de possível perda, não há provisão para estes casos.
Prática do emissor ou de suas controladas que causou tal contingência	Estamos sendo executados sob a alegação de ter creditado indevidamente a diferença de 17% para 18% de ICMS no Estado de São Paulo.

PROCEDIMENTOS TRIBUTÁRIOS	
Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 61 ações de natureza tributária (Autuação Administrativa – Estado de SC), consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
Valores envolvidos (aproximados)	R$11.220.547,63
Valor provisionado, se houver provisão	Tendo em vista o diagnóstico de possível perda, não há provisão para estes casos.
Prática do emissor ou de suas controladas que causou tal contingência	A Fazenda Pública do Estado de Santa Catarina nos autuou por algumas vezes pela base de cálculo de ICMS, inclusive pelo serviço de garantia estendida oferecidos aos nossos clientes.

PROCEDIMENTOS TRIBUTÁRIOS	
Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 66 ações de natureza tributária (Autuação Administrativa – Estado de SC), consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
Valores envolvidos (aproximados)	R$6.600.000,00
Valor provisionado, se houver provisão	Tendo em vista o cenário da discussão não há provisão para estes casos. A probabilidade de perda é classificada como possível.
Prática do emissor ou de suas controladas que causou tal contingência	A Fazenda Pública do Estado de Santa Catarina nos autuou questionando a emissão de documentos fiscais com destaque parcial do imposto devido, alegando que houve redução da base de cálculo conforme a legislação (alíquota prevista 12%, alíquota efetiva com beneficio 7%, nas saídas de equipamentos de produtos de informática, automação e telecomunicação), porém, não pedimos o Regime Especial em tempo hábil, para fazer jus ao beneficio. A fiscalização reconhece o direito do beneficio, mas não o concede pela falta de Regime Especial. Notamos que posteriormente à autuação, a própria Secretaria da Fazenda de SC revogou o dispositivo que exigia que o contribuinte, para fazer jus ao beneficio, procedesse ao pedido de Regime Especial.

4.7 - Outras contingências relevantes

Em 31 de dezembro de 2011, figuramos no pólo ativo em processos tributários em que pleiteamos créditos que acreditamos ser de nosso direito, totalizando o valor de aproximadamente R$294,5 milhões. Tais créditos referem-se principalmente à tese de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, o que totaliza aproximadamente R$ 175,6170,5 milhões. Outros créditos são buscados em ações que discutem o alargamento da base de cálculo do PIS, exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS, não incidência de contribuições previdenciárias sobre verbas indenizatórias e o aviso prévio indenizado, entre outros.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois somos emissor nacional, temos sede no Brasil e nossas ações são custodiadas neste país.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos do Ambiente Macroeconômico

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades. A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal que por vezes realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevê-las. Os nossos negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária, incluindo aquelas das quais nossas lojas atualmente se beneficiam;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Riscos de Taxa de Juros e Inflação

Historicamente, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira. No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de -1,72%, 11,32% e 5,10% em 2009, 2010 e 2011, respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado, e de 4,31%, 5,91% e 6,50%

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

em 2009, 2010 e 2011, respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos capazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e prazo hábil para cobrir um eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas margens líquidas e operacionais. A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal, acompanhadas de altas taxas de juros, que podem afetar a economia com um todo, inclusive o nosso setor de atuação e de nossos clientes. Uma política antiinflacionária adotada pelo Governo Federal poderá resultar em redução do nível de atividade econômica e poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando consequências negativas para os nossos negócios. Tais alterações podem influenciar, principalmente, na compra de matérias-primas.

Ademais, nossas dívidas ou outras obrigações reajustadas pela inflação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter um efeito adverso em nossos resultados, já que poderemos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

Nossa posição de obrigações financeiras líquidas (empréstimos bancários deduzidos de aplicações financeiras) tem o comportamento ilustrado abaixo em relação à oscilação de taxas de juros. A tabela mostra a sensibilidade das obrigações financeiras líquidas para variações em três cenários distintos: cenário provável com manutenção da curva de juros futuros da BM&F, na data de 31 de dezembro de 2011, e cenários pessimistas com aumentos de 25% e 50% na curva de juros futuros.

Juros a incorrer expostos a:	Cenário I Provável	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	65.479	89.340	107.208
TJLP	2.683	2.930	3.256
IPCA	1.278	1.380	1.518
Total	69.437	86.155	102.988

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos Cambiais

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e a outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real, o Dólar e outras moedas. Por exemplo, o Real se valorizou 14,0%, 9,3% e 20,5% com relação ao Dólar em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2009, observou-se a valorização de 25,5% da moeda brasileira frente ao Dólar. Em 31 de dezembro 2009, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$1,74 por US$1,00. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar novamente. Em 2010, o Real valorizou 4,3% frente ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2010, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$1,67 por US$1,00. Com relação ao exercício encerrado em 2011, o Real desvalorizou 12,6% frente ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$1,88 por US$1,00. As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e aumento de nossos custos. Dessa forma, a instabilidade cambial pode afeta adversamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. Riscos para os quais se busca proteção.

Devido à natureza de nosso negócio, buscamos proteção essencialmente contra riscos associados à flutuação da taxa de cambio, advindas basicamente de operações de empréstimos em moeda estrangeira e/ou de importações de produtos para revenda.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge).

Como estratégia de gerenciamento de riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio, podemos fazer uso de diversos instrumentos de derivativos como *swaps*, *non deliverable forward* (contrato a termo de moeda sem entrega física) e opções. A escolha por cada tipo de contrato vai depender da natureza da operação, prazo e de condições de mercado, tais como liquidez dos contratos. Para as operações em aberto em nosso balanço patrimonial de dezembro de 2011, tínhamos exclusivamente contratos de *swap* como mitigantes para risco cambial, contratados em operações de repasses de recursos externos. A contratação desse instrumento financeiro é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que nossa Administração pretende cobrir. Administramos esses instrumentos pela definição de estratégias operacionais e controles internos lastreada em nossas operações e não utilizamos tais instrumentos com outros propósitos que não de proteção (*hedge*).

Além disso, nossa gestão de riscos tem como princípio a proteção a fim de afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Fazemos uso de instrumentos financeiros exclusivamente para *hedge* de itens financeiros. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações. Não efetuamos aplicações financeiras de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

c. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge).

Conforme mencionado anteriormente, podemos nos utilizar de diversos instrumentos a fim de protegermos o nosso patrimônio, tais como *swaps*, NDFs (*Non-Deliverable Forward*) e opções. As operações de *swap* são nosso principal instrumento financeiro para proteção contra riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio a que estamos sujeitos em razão de contratos firmados para repasses de recursos externos. Tais contratos eliminam nossa exposição ao risco cambial, substituindo-a por uma exposição pós-fixada em moeda local e variação do CDI (certificados de depósitos interbancários). Entendemos que a substituição da variação cambial pela variação pós-fixada em CDI não nos expõe a um risco adicional de mercado, uma vez que nossas obrigações financeiras sofrerão oscilações semelhantes à taxa de juros de mercado, caracterizando, assim, somente um componente de risco macro-econômico.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Nós e nossas subsidiárias contratamos operações de *swap* com o Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco do Brasil com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação de indexadores como CDI, TJLP e IPCA, entre outros. Para cada contrato de empréstimo celebrado, é realizada uma operação "casada" de *swap* cambial na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido, minimizando, desta forma, nossa exposição aos riscos acima descritos.

e. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

Vide item 5.2.c, acima.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

A administração de riscos de mercado é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando assegurar liquidez e segurança das nossas operações. Não efetuamos aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco com fim especulativo, mas apenas como estratégia de proteção patrimonial.
O Comitê de Auditoria e Riscos e o Comitê de Finanças atuam no gerenciamento de riscos corporativos estratégicos, assessorando o Conselho de Administração da Companhia.
g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Nossa administração monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações por nós efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos por nós adotado.

5.4 - Outras informações relevantes

Riscos Legais

O Governo Federal regularmente implementa alterações nos regimes tributários que podem aumentar nosso encargo fiscal. Essas alterações incluem modificações de alíquotas e, ocasionalmente, promulgação de tributos temporários, cujo produto é destinado a fins públicos designados. Os efeitos dessas medidas e de quaisquer outras alterações que resultarem da promulgação de reformas tributárias poderão acarretar aumentos do nosso encargo fiscal como um todo, o que poderá interferir nos preços praticados, prejudicando nossa situação financeira e resultados operacionais. Caso ocorram quaisquer dessas medidas, não poderemos garantir nossa capacidade de manutenção de preços e lucratividade.

Riscos Políticos

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Européia e países de economias emergentes. Apesar de a conjuntura econômica desses países ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Européia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	16/11/1957
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade limitada, sendo que, em 16 de junho de 1984, por meio de alteração contratual devidamente arquivada na Junta Comercial de São Paulo - JUCESP, a nossa Companhia transformou-se em sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/04/2011

6.3 - Breve histórico

Nossa história teve início em 1957, quando o casal Luiza Trajano e Pelegrino José Donato fundou o Magazine Luiza em Franca, interior do Estado de São Paulo. Em 1966, a fim de impulsionar nosso crescimento, ingressou na sociedade o casal Maria Trajano Garcia, irmã de Luiza Trajano, e Wagner Garcia, e nossa primeira loja foi ampliada.

Em 1974, inauguramos a nossa primeira grande loja de departamentos. Em 1976, fizemos nossa primeira grande aquisição, com a compra das Lojas Mercantil, que possuía filiais em outras cidades da região. Em 1983, iniciamos nossa expansão para fora do Estado de São Paulo, atingindo diversas cidades do Triângulo Mineiro. Alguns anos depois, em 1986, inauguramos nosso primeiro Centro de Distribuição, em Ribeirão Preto, com sistemas automatizados e logística ágil e inteligente, este foi um grande passo para consolidar o crescimento de nossa rede.

Em 1991, iniciamos uma reestruturação societária a fim de propiciar uma expansão aos negócios da sociedade. Foi nessa oportunidade que ingressou em nosso quadro societário a Holding LTD. No mesmo ano, Luiza Helena Trajano, sobrinha de Luiza Trajano, assumiu a liderança da sociedade e deu início a uma grande transformação no nosso modelo de gestão com o objetivo de fortalecer a sociedade para o século seguinte.

Fomos pioneiros na criação do primeiro modelo de comércio eletrônico. Nossas Lojas Eletrônicas, hoje chamadas Lojas Virtuais, criadas por nós em 1992, foram resultado de um projeto inovador, cujas vendas eram realizadas por intermédio de terminais multimídia, composto por vendedores que orientavam os clientes, sendo que não havia produtos em exposição e nem nos estoques. Em 2000, levamos a experiência adquirida em vendas virtuais para a internet, com a criação e consagração de nosso site magazineluiza.com, um dos grandes sites do e-commerce brasileiro. Hoje, o site é um dos maiores do setor e conta com os mais modernos canais e ferramentas de interação com os clientes, como *videocast, podcast*, blog e *twitter*. Ainda no início da década de 90, criamos as nossas maiores liquidações: a "Liquidação Fantástica", um saldo de Natal realizado imediatamente após a virada do ano, no qual os clientes compram com até 70% de desconto todas as mercadorias que conseguirem carregar, e o "Só Amanhã", uma promoção na qual, durante um determinado dia, o cliente pode comprar um produto anunciado por um preço muito abaixo da média do mercado.

Em 1996, ampliamos nossa rede de lojas no Paraná e também ingressamos no mercado do Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul. Neste mesmo ano, apesar de ser uma companhia de capital fechado, o Magazine Luiza divulgou seu primeiro balanço financeiro auditado externamente, exigência necessária somente em companhias de capital aberto.

Em 2001, nos associamos ao Unibanco para a criação da Luizacred, uma financeira responsável, principalmente, pelo financiamento dos clientes. A Luizacred é uma das maiores financeiras do país e conta com a sólida estrutura de financiamento e os rígidos controles de concessão de crédito do Itaú Unibanco. Adicionalmente, adquirimos a Wanel, rede de lojas na região de Sorocaba. Em 2003, iniciamos grande expansão, com a aquisição das Lojas Líder, na região de Campinas, e um processo de

6.3 - Breve histórico

transição de marca foi iniciado. Em 2004, a expansão seguiu, com a aquisição das Lojas Arno, no Rio Grande do Sul.

Em 2005, recebemos aporte de capital de fundos administrados pela Capital, um grande investidor internacional de *private equity*, com presença em mais de 20 países. Isso possibilitou nossa rápida expansão, a facilitação da entrada na capital paulista, a construção do centro de distribuição Bandeirantes e a ampliação de nossa estrutura em logística. No mesmo ano, nos associamos à Cardif, empresa do Grupo BNP Paribas, para a criação da Luizaseg, uma seguradora responsável pelos produtos de garantia estendida e seguros, com gestão compartilhada. Somos a única empresa do varejo a possuir uma seguradora própria, instituída por meio de uma associação (*joint venture*).

Não demorou muito para o crescimento alcançar também o Estado de Santa Catarina e expandir-se no Paraná e no Rio Grande do Sul, com a aquisição das Lojas Base, Kilar e Madol, em 2005. Neste ano, também foram criados a TV Luiza, a Rádio Luiza e o Portal Luiza, veículos de comunicação interna exclusivos para informar os colaboradores da rede. O bom trabalho executado a partir deste posicionamento foi reconhecido, cinco anos depois, com o prêmio A Melhor Empresa na Prática do Falar com Seus Colaboradores, em pesquisa do Instituto *Great Place To Work*.

Em razão das atitudes inovadoras e voltadas ao público feminino, recebemos, em 2007, o título de A Melhor Empresa para a Mulher Trabalhar no Brasil, em pesquisa do Instituto *Great Place to Work*. O prêmio foi um reconhecimento à política de Recursos Humanos baseada na valorização do trabalho da mulher e na crença de sua evolução dentro da companhia.

Em 2008, abrimos simultaneamente 46 lojas na cidade de São Paulo, o maior mercado consumidor brasileiro. O empreendimento, que começou com a mobilização de centenas de profissionais, resultou na obtenção de mais de um milhão de novos clientes. Em 2010, com a aquisição das Lojas Maia, que possuía 136 unidades espalhadas pelos nove Estados da região Nordeste, alcançamos a expressiva marca de 20 milhões de clientes em 16 Estados do Brasil. Ao final de 2010, trouxemos para a cidade de São Paulo nosso escritório de negócios, situado no mesmo prédio da Loja-Conceito na Marginal Tietê.
Em junho de 2011, finalizamos nosso processo de Abertura de Capital e Oferta de Ações (IPO), um passo muito importante para nossa estratégia e trajetória de crescimento, permitindo o acesso a uma fonte alternativa de financiamento dos investimentos, geração de empregos e criação de valor para nossos acionistas. Também em 2011, realizamos a aquisição das lojas do Baú da Felicidade e passamos de 604 em 2010 para 728 lojas ao final do ano, sendo 24 lojas novas e 100 oriundas da aquisição do Baú.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Aquisição e Incorporação da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia) pelo Magazine Luiza S.A.
Principais condições do negócio	Em 16/07/2010 adquirimos a sociedade F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia) pelo valor total de R$ 98.280.693,00, com o objetivo de expandir nossas atividades. Referida aquisição foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas em 02/08/2010. Em 30 de abril de 2012, houve a incorporação das Lojas Maia pelo Magazine Luiza S.A.. Em virtude dessa incorporação, o valor contábil do acervo líquido das Lojas Maia, apurado com base no Laudo de Avaliação na data-base de 31 de março de 2012, no montante de R$ 178.319.890,84 negativo, foi transferido à Magazine Luiza S.A.
Sociedades envolvidas	Nós e F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia)
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Após a aquisição, a sociedade adquirida F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia) passou a ser nossa controlada, tendo sido incorporada em momento seguinte.
Quadro societário antes e após a operação	Antes: F.S. Vasconcelos & Cia Ltda existia com personalidade jurídica própria. Depois: F.S. Vasconcelos & Cia Ltda deixa de existir, tendo o seu patrimônio se tornado parte integrante do Magazine Luiza S.A.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Desdobramento de ações
Principais condições do negócio	Em 1º de abril de 2011, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o desdobramento da totalidade de 48.283.255 (quarenta e oito milhões, duzentos e oitenta e três mil, duzentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias representativas do capital social da Companhia de forma que cada 1 (uma) ação ordinária possuída nesta data pelos acionistas passou a ser representada por 3,1066671040436154 novas ações ordinárias.
Sociedades envolvidas	Nós.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Após o desdobramento, manteve-se o valor do capital social de R$43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais), anteriormente dividido em 48.283.255 (quarenta e oito milhões, duzentos e oitenta e três mil, duzentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, agora dividido em 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, as quais foram distribuídas aos acionistas da Companhia na propor!"o de suas participações no capital social.
Quadro societário antes e após a operação	Não há alteração no percentual da participação societária dos acionistas.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Aquisição e Incorporação da New-UTD Utilidades Domésticas S.A. pelo Magazine Luiza S.A.
Principais condições do negócio	Em 21 de julho de 2011, foi celebrado o "Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças" por meio do qual foram adquiridas 100% das ações do capital social da New-UTD Utilidades Domésticas S.A. ("New-UTD") pelo montante total de R$ 83 milhões, sendo que liquidação ocorreu em 29 de julho de 2011. Em 30 de novembro de 2011, houve a incorporação da New-UTD pelo Magazine Luiza S.A.. Em virtude dessa incorporação, o valor contábil do acervo líquido da New-UTD, apurado com base no Laudo de Avaliação na data-base de 31 de outubro de 2011, no montante de R$ 293.169,54 negativo, foi transferido à Magazine Luiza S.A.
Sociedades envolvidas	Nós e New-UTD Utilidades Domésticas S.A. (Lojas do Baú)
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Magazine Luiza tornou-se única acionista, detentora de 100% do capital social de New-UTD Utilidades Domésticas S.A., tendo sido esta última incorporada em momento seguinte.
Quadro societário antes e após a operação	Antes: New-UTD Utilidades Domésticas S.A. existia com personalidade jurídica própria. Depois: New-UTD Utilidades Domésticas S.A. deixa de existir, tendo o seu patrimônio se tornado parte integrante do Magazine Luiza S.A.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a presente data, não apresentamos nem sofremos qualquer pedido de falência fundado em valor relevante, recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 6 do Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Somos um grupo atuante no setor de varejo com lojas físicas e virtuais e através do oferecimento de produtos e serviços complementares (serviços financeiros, seguros e consórcios) em conjunto com parceiros renomados no mercado.

No segmento de varejo, somos uma das maiores redes varejistas com foco em bens duráveis com grande presença nas classes populares do Brasil. Ao final de 2011, operávamos 728 lojas e nove centros de distribuição estrategicamente localizados em dezesseis Estados brasileiros, cujas economias correspondem a 75% do PIB nacional. Nessa mesma data, contávamos com mais de 26 mil colaboradores, e uma base de aproximadamente 30 milhões de clientes.

Nossa subsidiária Luizaseg, uma associação com a Cardif, empresa do grupo BNP Paribas, oferece à nossos clientes principalmente o produto Garantia Estendida para móveis e eletrodomésticos. Oferecemos também o Troca Certa (onde garantimos a troca do produto com defeito até o limite do valor segurado) além de outros seguros individuais tais como Seguro Prestamista (garante o pagamento de prestações de financiamento), Seguro de Vida, Hospitalar e Assistência Médica. Disponibilizamos a opção de Garantia Estendida para nossos clientes em todos os nossos canais, inclusive internet e demais seguros individuais em nossas lojas físicas.

O Consórcio Luiza opera em diversos segmentos de produtos, desde veículos (como autos, motos, lanchas, tratores, etc.), eletrodomésticos, serviços (cirurgia plástica, assistência dentária, viagens, material de construção, pós-graduação) e imóveis. Oferecemos consórcios em todas as nossas lojas e operamos com funcionários próprios e através de representantes comerciais. Além disso, a venda de produtos de consórcios pode ser realizada por qualquer funcionário do Magazine Luiza, bastando para isso solicitar acesso ao sistema de vendas. Em lojas maiores possuímos quiosques dedicados ao Consórcio, onde são exibidos e oferecidos os produtos comercializados

Somos uma companhia que cresceu consistentemente ao longo dos anos, combinando crescimento orgânico e aquisições. Nos últimos três exercícios sociais, nosso número de lojas passou de 455 ao final de 2009 para 728 ao final de 2011, e nossa receita total bruta passou de R$4,1 bilhões de 2009 para R$7,6 bilhões ao final de 2011. Em 2011, nossas vendas em base de mesmas lojas cresceram 16,5%. Nos últimos dez anos, nossa taxa anual composta de crescimento da receita bruta de operações de varejo foi de 28%.

Mais do que números, somos uma companhia que valoriza pessoas. Nossa cultura organizacional está centrada na valorização dos nossos colaboradores, na transparência de nossas ações e decisões e na ênfase especial que damos ao relacionamento com nossos clientes. Acreditamos que nosso crescimento ao longo dos anos decorre diretamente de termos aplicado estes princípios a nossas atividades.

Somos, também, uma companhia que inova e que busca se antecipar a tendências de mercado. Acreditamos ter sido a primeira empresa de varejo no Brasil a oferecer, em 1992, um canal virtual para a venda dos nossos produtos, combinando tecnologia e atendimento pessoal em nossas Lojas Virtuais, e também uma das primeiras que buscou, em 2001, constituir associações com instituições financeiras para prover uma ampla gama de serviços e produtos financeiros voltados ao crédito de consumo, seguros e garantias estendidas a nossos clientes.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Nosso Público e Como o Acessamos

Ao longo de mais de 50 anos de operação no varejo, nossa estratégia e atuação estiveram voltadas ao varejo de bens duráveis para a Classe C, a classe social que mais cresce no Brasil, representando mais de 95 milhões de pessoas, ou aproximadamente 50% da população brasileira, de acordo com dados publicados pelo IBGE. Em nossa visão, o varejo de bens duráveis para esta classe social é o segmento com um dos maiores potenciais de crescimento no setor de varejo para os próximos anos, em vista dos seguintes fatores:

- as condições macroeconômicas no Brasil, combinadas com programas sociais de transferência de renda, são favoráveis ao crescimento da renda e do poder de compra deste segmento;
- a Classe C tem um perfil mais jovem, fazendo com que parte significativa destes consumidores esteja prestes a ingressar no mercado de trabalho e assim deverão se manter economicamente ativos por mais tempo, fenômeno também conhecido como “bônus demográfico”;
- a baixa penetração de bens duráveis nos domicílios da Classe C, o que gera demanda reprimida por tais bens; e
- o crescente acesso da Classe C à Internet, o que possibilita um maior volume de compras por meios eletrônicos.

Para facilitar o acesso desses clientes aos produtos que ofertamos, em outubro de 2001, nos associamos ao Unibanco (atual Itaú Unibanco), um dos maiores bancos no Brasil, para a formação da Luizacred, nossa subsidiária financeira, na qual detemos participação de capital de 50%. Essa associação permitiu a oferta de diversos produtos financeiros a nossos clientes, dentre os quais se destacam o cartão de crédito, o empréstimo pessoal, o crédito direto ao consumidor e o crédito consignado. Como detemos 50% da participação da Luizacred, beneficiamo-nos de 50% dos lucros e perdas associados a suas operações, e beneficiamo-nos do conhecimento e experiência do Itaú Unibanco em matéria de aprovação de crédito. Segregamos o processo de concessão de crédito do processo de venda, reforçando a utilização das expertises da Luizacred e do Itaú Unibanco de forma complementar e independente, garantindo assim a saúde da carteira de nossa financeira e evitando quaisquer conflitos de interesse de nossos vendedores na avaliação do cliente e realização da venda.

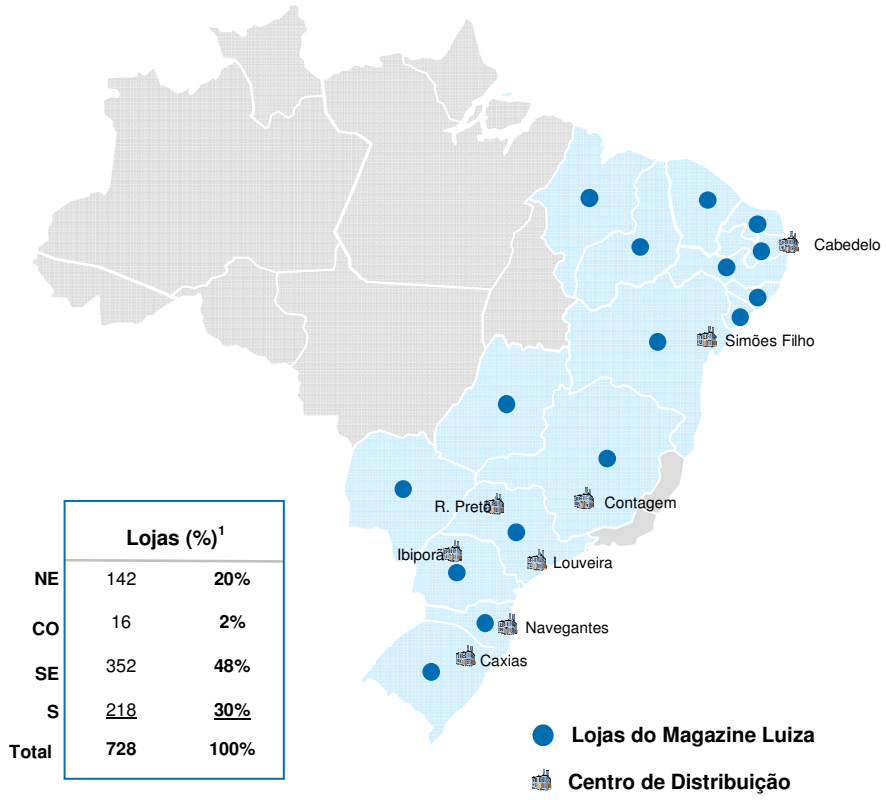
A Luizacred representa uma importante ferramenta competitiva e fonte importante de rentabilidade. Em 2011, a Luizacred financiou aproximadamente 50% das nossas vendas. Além disso, contamos com uma base de 4,4 milhões de cartões de crédito, consistindo em uma importante ferramenta de fidelização do cliente, apresentando um dos maiores índices de ativação do mercado (acima de 80%). Nosso cartão de crédito possui a bandeira Mastercard, e pode ser utilizado tanto em nossas lojas, em condições especiais em relação a outros cartões de crédito, como em outros estabelecimentos comerciais.

Adicionalmente, buscamos proporcionar uma experiência de compra diferenciada por meio de nossa diversificada plataforma de vendas, operada de forma integrada, consistente nos seguintes canais: (i) lojas convencionais (lojas de rua e de shopping), com área média de vendas de 700 m^2, que contam com mostruário físico e estoque próprio; (ii) lojas-conceito, com área média de vendas de 3.000 m^2, com exposição do mix completo de produtos e espaço para oferta de serviços diferenciados; (iii) lojas virtuais, com área média de vendas de 130 m^2, na qual os produtos são vendidos por meio de terminais de

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

computadores com o auxílio de vendedores, sem haver estoque físico de mercadorias nas lojas; e (iv) site na Internet, que oferece conteúdo, serviços diferenciados e produtos exclusivos para este canal. Em 2011, nossas vendas pelos canais virtuais, incluindo lojas virtuais e site na Internet, consistiram em uma das maiores operações de comércio eletrônico brasileiro, representando R$1.116,1 milhões, ou 15,7% de nossas vendas de mercadorias.

O mapa abaixo indica o número e a localização geográfica de nossas lojas e centros de distribuição:



	Lojas (%)[1]	
NE	142	20%
CO	16	2%
SE	352	48%
S	218	30%
Total	728	100%

Acreditamos que estamos posicionados de uma forma ímpar para nos beneficiarmos do potencial de crescimento do setor de varejo e atuarmos como um consolidador neste setor. Para tanto, aliamos o reconhecimento e a solidez de nossa marca nas praças em que atuamos, a multiplicidade de nossos canais de venda, a oferta de crédito e de demais serviços a nossos clientes e nosso alcance nos principais mercados nacionais com especial posicionamento no Nordeste do Brasil, a região com maior crescimento econômico no País nos últimos anos, de acordo com dados do IBGE.

Nossa Cultura, Nossa Missão e Visão

Nossa cultura organizacional está profundamente centrada na valorização dos nossos colaboradores e no respeito aos nossos clientes. Valorizamos pessoas, e sempre as colocamos em primeiro lugar. Isso se reflete no relacionamento com nossos clientes e na política de gestão de pessoas que sempre adotamos.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Nossa visão é a de ser uma companhia inovadora no varejo, atuando em diversas linhas de produtos e serviços para a casa da família brasileira, através de diferentes tipos de lojas físicas e de um canal virtual forte, que encante o cliente com o melhor time de colaboradores, com capacidade de relacionamento e proporcionando uma experiência de compra diferenciada, a preços competitivos. Nossa missão é a de colocar em prática a visão que temos de nossa Companhia, visando sempre o bem-estar comum.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a comercialização, em nossas lojas físicas e virtuais, de produtos de linha branca, linha marrom, móveis, equipamentos de telefonia, informática, brinquedos assim como utensílios domésticos e presentes em geral.

Os principais itens que compõem as nossas linhas de produtos são:

- *Produtos de linha branca*: refrigeradores, freezer, máquinas de lavar, aparelhos de ar-condicionado, microondas, adega, lava-louça, fogão e exaustor
- *Produtos de linha marrom*: televisores, home theater, aparelhos de som.
- *Informática*: notebooks, desktop, cabos e periféricos, jogos e câmeras fotográficas
- *Brinquedos*: Jogos de tabuleiro, bonecas, piscina e carrinhos
- *Utensílios domésticos*: copos, panela e bombonier
- *Presentes em geral*: aparelhos de jantar, talheres e panela de pressão.
- *Telefonia*: telefonia fixa, celulares pré-pago, celulares pós-pagos, smartphones e tables.

Como forma de viabilização de vendas e complementação de nosso negócio, disponibilizamos aos nossos clientes, através de nossas coligadas Luizacred e Luizaseg e também de nossa controlada Consórcio Luiza, serviços e produtos financeiros como cartões de crédito, crédito direto ao consumidor (CDC), empréstimos pessoais, garantia estendida, seguro prestamista, consórcio de veículos, etc.
Possuímos, em nossa ampla variedade de produtos, reconhecidas marcas de fornecedores que acreditamos agregar valor ao nosso negócio, como as marcas Samsung, Sony, TIM, Brastemp, Electrolux, LG, Positivo, Cônsul, Nokia e Mattel.

Acreditamos que a diversidade do nosso mix de produtos nos proporciona atender às necessidades de toda a família, o que é um diferencial em relação aos nossos concorrentes.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Os segmentos em que operamos consistem de Varejo (lojas físicas e virtuais, incluindo E-Commerce, do Magazine Luiza e Lojas Maia), Operações Financeiras (através de nossa coligada LuizaCred), Operações de Seguros (através de nossa coligada LuizaSeg) e Administração de Consórcios (através de nossa controlada Consórcio Luiza). No texto abaixo comentamos, para os segmentos relevantes, o desempenho da receita líquida nos exercícios de 2009 a 2011.

No período analisado nossa receita líquida consolidada apresentou um crescimento de 84,2%, o que representa um crescimento composto próximo a 36% ao ano, conforme ilustra a tabela abaixo:

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(em $ mil)	Receita Líquida por Segmento					
	2011	%	2010	%	2009	%
Varejo	5.932.741	92,4%	4.441.960	92,4%	3.051.573	91,1%
Operações Financeiras	528.871	8,2%	395.373	8,2%	315.367	9,4%
Operações de Seguros	68.754	1,1%	58.297	1,2%	55.584	1,7%
Administração de Consórcios	25.795	0,4%	19.560	0,4%	19.273	0,6%
Eliminações (1)	(136.790)	-2,1%	(107.166)	-2,2%	(90.798)	-2,7%
Total	**6.419.371**		**4.808.024**		**3.350.999**	

(1) A eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.

Observamos que o crescimento consolidado do grupo foi liderado pelo crescimento do segmento de Varejo, resultante da expansão no número de lojas realizada através de lojas inauguradas organicamente e de aquisições. Contribuíram também para esse crescimento o aumento de produtividade e a evolução das vendas no conceito mesmas lojas (SSS) de 8,9%, 29,2% e 16,5% nos anos de 2009, 2010 e 2011 respectivamente. Em 2009, observamos a tendência de redução no consumo causada pelas incertezas macro-econômicas advindas da crise de 2008, quando em Abril o governo federal divulgou medidas anti-cíclicas para incentivar o consumo. Em conjunto com as medidas do governo, nesse mesmo período passamos a permitir o parcelamento sem juros com o cartão Luiza para compras em nossas lojas. Esses dois fatos, combinados com o incremento de produtividade das lojas abertas em São Paulo em 2008, recuperaram nosso nível de vendas e fizeram com que apresentássemos um crescimento de quase 20% em relação a 2008. Esse desempenho foi obtido essencialmente durante o segundo semestre de 2009, quando os incentivos de origem externa proporcionados aos nossos clientes (incentivos fiscais e a perspectiva positiva de desempenho do país frente à crise mundial) e de origem interna (flexibilização de alternativas de pagamentos), criaram um ambiente favorável para essa recuperação. Durante o ano de 2010, o ritmo de consumo do segundo semestre de 2009 se manteve mesmo após a remoção dos incentivos fiscais e ganhamos *market-share* em praticamente todos os setores. O evento da Copa do Mundo foi responsável por um crescimento significativo nas vendas do setor de linha marrom.

Em 2011, as vendas começaram aquecidas, porém a segunda metade do ano apresentou acomodação das atividades, devido, sobretudo ao impacto das medidas macroprudenciais (aperto monetário e fiscal) promovido pelo governo brasileiro na virada do ano e também pelas incertezas em relação ao ambiente externo, como a recuperação da economia americana e, principalmente, com o crítico cenário europeu devido às crises fiscais de diversos países do bloco econômico.

O segmento de Operações Financeiras apresentou crescimento superior ao consolidado no período. A consolidação da base de cartões de crédito impacta positivamente o desempenho do segmento através do aumento da participação do faturamento fora das lojas do Magazine Luiza, que já representa cerca de 66% do faturamento total dos cartões Luiza.

O segmento de Operações de Seguros apresentou crescimento de 23,7% em relação a 2009 sendo proveniente principalmente pela venda adicional de seguros nas novas lojas abertas no período. No

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

comparativo entre 2010 e 2011, o crescimento observado na receita líquida de Operações de Seguros ficou em 17,9%.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O quadro abaixo mostra a distribuição do Lucro Líquido entre nossos segmentos de atuação e posteriormente discutimos os resultados dos segmentos relevantes.

(em $ mil)	Lucro Líquido por Segmento		
	2011	2010	2009
Varejo	11.666	68.834	(92.707)
Operações Financeiras	22.747	35.263	4.354
Operações de Seguros	7.471	6.196	5.138
Administração de Consórcios	(354)	935	1.486
Eliminações	(29.864)	(42.394)	(10.978)
Total	**(11.666)**	**68.834**	**(92.707)**

(1) A eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.

O segmento de varejo teve o desempenho de 2009 impactado pelas despesas associadas à abertura das 46 lojas na Grande São Paulo no ano anterior. O investimento realizado, o desempenho de vendas nessas lojas inferior ao projetado inicialmente devido à crise econômica global e o elevado nível de endividamento resultante do investimento penalizaram os resultados deste exercício. Em 2010, com a recuperação econômica e a maturação do investimento feito em 2008, pudemos diluir nossos custos fixos de maneira a gerar sólido resultado operacional. Além disso, com a renovação do contrato junto ao Itaú Unibanco pela exclusividade na distribuição de produtos e serviços financeiros nas lojas do Magazine Luiza por meio da LuizaCred, realizado em 2009, utilizamos os valores recebidos para reduzir nosso nível de endividamento, o que resultou em despesas com pagamento de juros significativamente menores.
O ano de 2011 foi mais um período de expressivo crescimento das nossas vendas, principalmente no primeiro semestre do ano, porém os custos de integração das lojas do Baú, das Lojas Maia e maiores provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa na Luizacred, afetaram negativamente os resultados nos dois últimos trimestres do ano.

Em 2009, com o novo processo de concessão de crédito, passando de um processo de concessão julgamental para um processo de decisão científica, utilizando políticas específicas e modelos estatísticos utilizados pelo Itaú Unibanco, nossa carteira passou a incorporar créditos de melhor qualidade e, nesse mesmo ano, observamos uma redução sensível nas perdas de crédito, favorecendo o resultado do ano. Em 2010, nosso excelente resultado foi devido a manutenção de nossa política de crédito e o foco no aumento da participação da LuizaCred nas vendas do segmento de Varejo.
Em 2011, com a migração da plataforma de cartão de crédito para o Itaú Unibanco, novas práticas foram adotadas na Luizacred, de forma que o reconhecimento de receitas passou a ser mais conservador, as provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa substancialmente maiores e a taxa de aprovação de crédito reduzida em mais de 10 pontos percentuais, apesar da melhora dos indicadores de atraso. Tais fatores influenciaram negativamente os resultados da Luizacred, notadamente no último trimestre de 2011.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. características do processo de produção

Não possuímos processo de produção.

b. características do processo de distribuição

Entendemos por processo de distribuição todas as atividades relacionadas à aquisição de produtos para revenda, a administração dos estoques e a disponibilização destes produtos para nossos clientes em todos os canais de venda em que operamos. Nosso objetivo nesse processo é sempre de disponibilizar os produtos que nossos clientes desejam, na quantidade adequada para cada loja e entregando no momento / data negociados com o cliente no momento da compra.

Compras e Fornecedores

Nossa política de compras tem como objetivo o estabelecimento de parcerias comerciais de forma a garantir o suprimento adequado, tanto em termos de quantidades como de prazos de entrega, de produtos a preços competitivos e com condições de pagamento que nos permitam atingir níveis de margens compatíveis com a estrutura da empresa e com nossas metas de rentabilidade.

Operamos essencialmente com fornecedores locais através de contratos e/ou cartas de parcerias, os quais são negociados anualmente visando definir quantidades-objetivo para o ano, iniciativas comerciais conjuntas, regras para a utilização de verbas de propaganda cooperada bem como para outros eventos ao longo do ano. Esta prática contribui para a profissionalização e melhoria dos procedimentos, reduzindo riscos de planejamento. Dessa maneira, conseguimos garantir a disponibilidade de produtos necessária para a previsão de vendas do ano, bem como de condições comerciais bastante atrativas e regras operacionais claras para pautar as negociações comerciais.

Possuímos atualmente mais de 700 fornecedores cuidadosamente selecionados. A seleção dos nossos fornecedores ocorreu ao longo de mais de 50 anos de atuação no mercado, visando parceiros que atendam às nossas exigências de qualidade e preço. Buscamos criar parcerias estratégicas duradouras com os nossos fornecedores com o objetivo de aprimorar a gestão da cadeia de suprimentos. Nossas compras são pulverizadas e não possuímos dependência de nenhum de nossos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2011, nosso maior fornecedor representou 11,0% das nossas compras e nossos dez maiores representaram 52,2% do valor das nossas compras.

Através de nosso sistema de operação de lojas, definimos níveis de margem mínima para os produtos que comercializamos. Acompanhamos as margens comercializadas em base diária e solicitações de flexibilização para as margens definidas são encaminhadas, analisadas e decididas pela área de compras. Dessa maneira, fazemos um acompanhamento em tempo real de nossa estratégia de preço comparada com a de nossos concorrentes, o que constitui uma importante ferramenta para negociações futuras junto a nossos fornecedores.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Devido ao alto valor agregado dos produtos que vendemos, despendemos particular atenção com nosso processo de planejamento de compra de produtos. Diariamente acompanhamos o desempenho de vendas dos SKUs (Unidades de manutenção de Estoque), que designa os diferentes itens do estoque por meio de um código identificador, comercializados e ajustamos nossos indicadores de análise buscando garantir a adequação do volume de compras frente à previsão de vendas, ao nível de capital de giro em cada setor e ao fluxo de caixa da empresa. Nossos sistemas de tecnologia controlam a liberação dos volumes de produtos definidos de acordo com as condições estabelecidas entre as áreas Comercial e Financeira com base nos indicadores analisados e os pedidos de compras são transmitidos eletronicamente aos fornecedores.

Atualmente, nossas lojas físicas comercializam aproximadamente 9.000 SKUs enquanto aproximadamente 30.000 SKUs são comercializados em nosso *website*. A quantidade de produtos comercializados vem aumentando devido a fatores como o sortimento “não comum” oriundo da operação do Nordeste e a ampliação orgânica e estratégica do sortimento de algumas categorias. Muitos dos SKUs comercializados pelo canal online são produtos pertencentes ao chamado *long-tail*, ou seja, produtos menos procurados e que, portanto, necessitam de uma política de compras diferenciada, com uma frequência de reposição diferenciada. Para atender a essa particularidade, temos uma equipe de compradores especialmente direcionada para negociar a compra destes produtos. Para os demais produtos comercializados em ambos os canais, buscamos melhores condições comerciais agrupando os pedidos de todos os canais de venda e obtendo ganhos de escala.

Gestão de Estoques

Usamos a nossa experiência, modelos estatísticos e a assessoria de consultores especializados para aprimorar nossa gestão de estoque. Buscamos o aperfeiçoamento da equação composta pelas variáveis custo, capital de giro empregado, disponibilidade de produtos para venda e despesas logísticas.

Nossa gestão de estoques combina o processo automático de reposição baseado em modelos estatísticos com o conhecimento e experiência de gestores de linhas de produtos. A responsabilidade pela administração do nível de estoques é atribuída a cada gestor de produtos, incluindo a segregação de estoques considerados “sadios” e “não-sadios” que determinamos frente ao ciclo de vida de cada linha de produtos. Incentivamos esse monitoramento incluindo e ponderando de forma significativa o indicador de controle de nível de estoques na remuneração variável dos colaboradores da área de Compras e Planejamento Comercial. Além do processo automático de reposição baseado em modelos estatísticos, como forma de alavancar resultados, nossos compradores e gerentes de lojas têm autonomia para apresentar estratégias para produtos em lojas ou regiões específicas que podem resultar em volumes diferenciados de reposição.

Em nossa gestão de estoques buscamos lidar com as particularidades regionais, culturais e econômicas provenientes do fato de estarmos presentes em 16 estados com 728 lojas. Através da análise de diversas variáveis referentes às lojas e seus respectivos clientes, conseguimos agrupá-las de acordo com suas características comuns e, assim, conseguimos identificar e ofertar um mix de produtos com maior

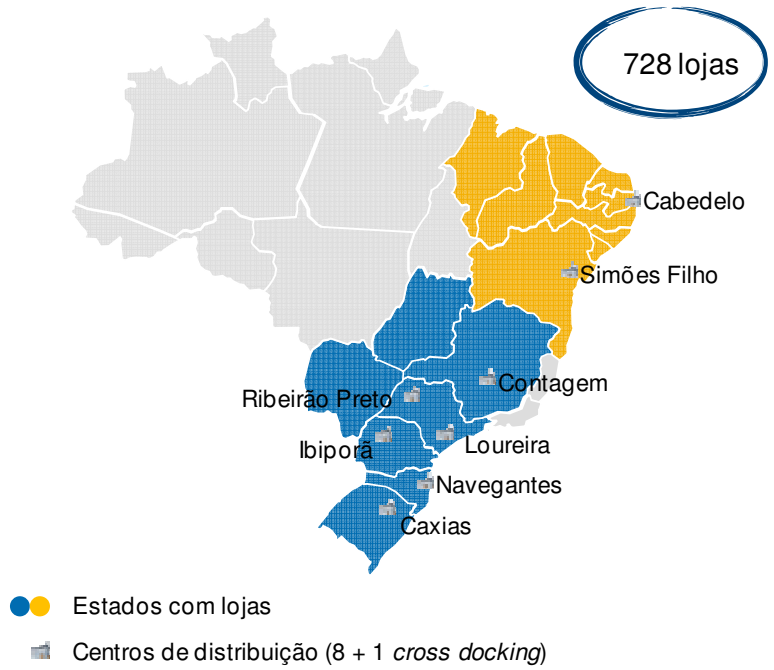
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

propensão de vendas em cada grupo. Dessa forma, otimizamos o capital de giro empregado na empresa e reduzimos potencialmente o volume de estoques não-sadios.

Nossa área de Planejamento Comercial monitora diariamente nosso nível de ruptura (nível de produtos indisponíveis para a venda) em lojas e/ou Centros de Distribuição. Essas informações são compartilhadas com os gestores de produtos de forma a ajustar as projeções dos níveis de estoques.

Logística

Em 31 de Dezembro de 2011 operávamos com oito centrais de distribuição mais um *cross-docking* localizados estrategicamente em sete Estados Brasileiros como demonstra a figura abaixo:



Em 2011, iniciamos a ampliação do centro de distribuição de Louveira, de 60 mil m² para 97 mil m². Finalizada as obras, passaremos a contar com um total de aproximadamente 180.000 m^2 de área total e capacidade de armazenagem próxima a 3,3 milhões de m3. Cada central de distribuição é responsável por abastecer lojas e fazer entregas em domicílio para as suas respectivas regiões de abrangência. O canal de venda eletrônico é atendido pela central de distribuição localizada em Louveira no Estado de São Paulo. A distribuição de produtos, principalmente para entrega em domicílio, também é suportada por plataformas de passagem rápida de produtos, localizadas em nove Estados do país, que são equivalentes a *cross docking*, onde acontece um processo de distribuição em que a mercadoria recebida é redirecionada sem necessariamente acontecer uma armazenagem no local. Ter centrais de distribuição localizados em vários Estados nos permite manter um nível de serviço elevado para nossas lojas por manter o estoque próximo ao consumo final também minimiza o impacto do saldo de ICMS-ST a recuperar.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O sistema de gestão das centrais de distribuição é desenhado para garantir eficiência em cada fase do processo logístico. Os nossos sistemas acompanham todas as movimentações de estoque em tempo real e adotam controles rígidos para o recebimento das mercadorias em nossos centros de distribuição. Nesse sentido, adotamos os seguintes procedimentos como práticas de gestão: (i) recebimento de mercadorias apenas em data e hora agendada com nossos fornecedores; (ii) conferência da mercadoria com a nota fiscal; (iii) conferência para garantir que os produtos apresentam plena condição de comercialização; (iv) máxima eficiência na ocupação dos espaços dentro da central de distribuição.

As centrais de distribuição estão divididas por setores, organizadas por tipo de produto. O sistema organiza a separação de maneira a garantir alta produtividade. Todos os produtos são identificados com etiquetas que contêm as lojas para as quais eles se destinam ou com todas as informações dos clientes para quem o produto será entregue. Para os produtos vendidos pelo canal de venda eletrônico, o processo garante a separação, expedição e preparação dos produtos para transporte de maneira eficiente e assertiva.

As fotos abaixo mostram a área interna da central de distribuição de Louveira, São Paulo:





7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Contamos ainda com uma frota própria de 169 veículos para distribuição de produtos no Sul e Nordeste do País. Possuímos ainda transportadoras terceirizadas que distribuem nossos produtos em todo o território nacional. As transportadoras são cuidadosamente selecionadas e monitoradas por nossa equipe de logística. Acreditamos que a frota existente é suficiente para o modelo logístico que nos propomos a operar e que dispomos de caminhões adequados às nossas operações.

Toda esta estrutura permite atendermos os nossos canais de venda de maneira adequada e com um elevado nível de serviço. Para segmentar os nossos serviços logísticos, dividimos nossos canais de venda em três tipos; (i) internet, (ii) retirada em lojas e (iii) entregas em domicílio.

A Liquidação Fantástica, que é a nossa maior liquidação anual, é um evento extraordinário e exige do departamento de logística uma enorme mobilização tanto no processo de abastecimento prévio das lojas para a grande venda concentrada em poucas horas como também na reposição dos estoques, uma vez que os estoques das lojas tendem a zero no dia seguinte a essa liquidação. Um número de veículos, equivalente ao número de lojas, ficam carregados próximos às lojas aguardando o fim da liquidação para o abastecimento rápido do piso de loja.

Acreditamos que os nossos centros de distribuição possuem capacidade para atender às necessidades atuais de nossa rede e das novas lojas que pretendemos abrir, conforme nosso plano de expansão.

Canais de Venda

Possuímos diversos canais de venda que operam de forma independente, porém complementar. Pesquisas conduzidas pela *Nielsen Global Consumer Report* em 2010 demonstraram que 55% das pessoas que realizam compras pela Internet preferem operações multi-canais. Em linha com os resultados da pesquisa, acreditamos no conceito de multicanalidade como uma vantagem competitiva no setor e nos posicionamos de forma diferenciada ao focarmos no desenvolvimento de cada canal como parte de uma estratégia de interação completa e de percepção única de nossa empresa por parte de nossos clientes.

Possuíamos, em 31 de Dezembro 2011, 454.045 m^2 em área total de vendas, distribuída nos seguintes formatos de lojas:

- Lojas Convencionais

Compreende a maior parte de nossas lojas, 84%. São lojas de rua ou em shoppings, com área média de vendas de 700 m², que possuem sortimentos de produtos adequado à sua localização e público. Essas lojas possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

- Lojas Conceito

Como uma variante entre as lojas convencionais, recentemente desenvolvemos as Lojas Conceito. Atualmente possuímos 4 Lojas Conceito localizadas nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, com área média de vendas de 3.000 m^2 e com exposição do mix completo de produtos. O objetivo é ampliar a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

interação com nossos clientes oferecendo espaços diferenciados para experimentação de produtos e experiências diferenciadas como espaços com brinquedos para crianças, aulas de culinária e outros serviços.

- Lojas Virtuais

Lojas físicas que estão localizadas em cidades menores ou em determinados bairros de cidades médias, com área de vendas de cerca de 130 m^2 e o mesmo mix de produtos de uma loja convencional. Possuem a particularidade de operarem sem estoques físicos ou mostruários na loja (exceto por alguns aparelhos eletrônicos e celulares). Toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, principalmente a internet.

- *Website*

Consiste do endereço eletrônico *www.magazineluiza.com.br* através do qual nossos clientes têm acesso a um sortimento muito maior de produtos em comparação com as lojas físicas. Dentro do conceito de multicanalidade, clientes que se utilizarem de nosso canal internet podem ter seu relacionamento pós-venda com lojas físicas selecionadas para operações como trocas de produtos. Em 2011, nossas vendas virtuais constituíam uma das maiores operações de comércio eletrônico da internet brasileira considerando o número de acessos entre os *websites* da categoria de lojas de departamento, de acordo com o *HitWise*, que é uma ferramenta da *Serasa Experian* de monitoramento de audiência e inteligência de mercado web.

- Televendas

Oferece basicamente o mesmo mix de produtos da internet e é utilizado por clientes com dúvidas com relação a produtos ou que buscam negociações adicionais nas condições de venda.

Abertura de Novas Lojas

Nosso crescimento orgânico é suportado por um processo de identificação e seleção de novos pontos de venda que garantem a aderência do novo ponto de venda à estratégia de crescimento da empresa e aos objetivos de resultados. A tabela a seguir apresenta um resumo da abertura de novas lojas convencionais e virtuais para os exercícios findos em 2009, 2010 e 2011.

	Crescimento Orgânico			
	2011	2010	2009	Total
Lojas convencionais novas	19	9	9	37
Lojas conceito novas	0	1	-	1
Lojas virtuais novas	5	5	4	14
Total	**24**	**15**	**13**	**52**

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- Estratégia

Anualmente definimos nossa meta de abertura de lojas e os mercados de atuação. Alocamos esta meta nos diversos Estados em que temos interesse em atuar, e analisamos cidades e bairros de interesse buscando identificar, através de análises de demografia e mercado, o potencial de cada localização. Utilizamos informações como o PIB da cidade, número de habitantes, renda per capita e a presença ou não de concorrentes na cidade, entre outros, como critérios para decisão e definição de prioridades. Buscamos diluir os custos fixos nos mercados em que já atuamos, com a abertura de novas lojas dentro do raio de atendimento do Centro de Distribuição que suporta a região. Adicionalmente, monitoramos o movimento de nossos principais concorrentes nos mercados potenciais para re-avaliação de atratividade e prioridade em termos geográficos.

- Seleção

Depois de definidas as cidades para prospecção, a identificação da localização em cada cidade leva em consideração a localização dos pontos disponíveis em relação a principal rua/avenida de comércio da cidade/bairro, da renda média do público local, da localização, se existente, de pontos de vendas de nossos concorrentes e de facilitadores de fluxo como proximidade de agências bancárias. Nossa equipe de expansão é responsável pela identificação de pontos de venda, mas nossos gerentes regionais de venda têm liberdade para sugerir outros pontos de venda e poder de influenciar nas decisões sobre as alternativas identificadas.

- Avaliação

Após a identificação e seleção dos potenciais pontos de vendas, estimamos o potencial de vendas e realizamos uma análise econômico-financeira avaliando a TIR (Taxa Interna de Retorno). As expectativas de retorno se baseiam na projeção de vendas da nova loja, nas margens esperadas, nas estruturas de despesas, incluindo as despesas com locação, despesas pré-operacionais e investimentos necessários para a viabilização da loja (como gastos para reforma, capital de giro, etc.).

- Contrato

Sendo a loja viável do ponto de vista econômico-financeiro, verificamos eventuais restrições legais à reforma, construção ou operação da loja. Em paralelo analisamos a documentação do imóvel para então, firmarmos o contrato de locação. A tabela abaixo ilustra o prazo de vencimento dos nossos contratos de locação em vigor:

Vencimento dos Contratos de Locação Comercial			
	0 a 1 ano	mais de 1 ano a 3 anos	mais de 3 anos a 5 anos
Quantidade	40	220	291

Após a assinatura do contrato de locação temos as seguintes etapas para abertura das lojas:

- Legalização e Construção

Após assinarmos o contrato de locação, obtemos a aprovação das obras e providenciamos a regularização de nossas atividades no local junto aos órgãos competentes. Trabalhamos com escritórios

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

de arquitetura e com empresas de engenharia terceirizadas. Entretanto, todo o planejamento, coordenação e acompanhamento do processo e todas as negociações e aquisições de materiais são feitas internamente por nossa área de Expansão para melhor gestão de custos e para obtenção de ganho de escala nas negociações.

- Layout

Em paralelo à construção de imóvel, nossas equipes de engenharia, *marketing* e *merchandising* desenvolvem o *layout* da loja e gerenciam interfaces com fornecedores. Determinamos então a qual grupo a loja pertencerá, o que por consequência determina o *mix* de produtos a ser comercializado e a política de abastecimento da loja.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

O segmento de bens de consumo duráveis, que inclui móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática, brinquedos, entre outros é altamente dependente do desempenho da economia, sendo afetado principalmente pela renda do consumidor e pela disponibilidade de crédito. As vendas têm sido beneficiadas pela consolidação econômica brasileira e pelo rápido ritmo de crescimento do país.

Em 2011, o faturamento do setor de comércio varejista (exceto automóveis e materiais de construção) apresentou crescimento de 11,5%. Enquanto, apenas o volume de vendas do varejo de móveis e eletrodomésticos apresentou crescimento acumulado no ano de 16,6%, reflexo da manutenção do crescimento do emprego, do rendimento e do crédito. Embora expressivo, o crescimento de 2011 nessa categoria foi inferior ao apresentando em 2010 (20%), influenciada pelo desaquecimento da economia, bem como pelo elevado nível de endividamento das famílias.

Já em termos de faturamento nominal, o varejo de móveis e eletrodomésticos acumulou crescimento de 13,1% no ano, atingindo R$ 61 bilhões de faturamento, sustentando o ritmo de crescimento das vendas de 2010. A menor taxa de crescimento do faturamento nominal em relação à taxa de crescimento do volume de vendas pode ser atribuído à intensificação da queda dos preços desses bens, que por outro lado vem estimulando o volume de vendas do segmento (comparado com a inflação média do ano de 6,5%, o setor apresentou deflação no período de 3%).

Cenário Macroeconômico Brasileiro

O Brasil tem, repetidamente, mostrado solidez em seus fundamentos econômicos, que se destacaram ainda mais a partir de 2004: estabilidade institucional; alto nível de crescimento; crível política monetária, aumento de credibilidade internacional do Banco Central; inflação controlada e dentro da meta estabelecida; cumprimento da lei de responsabilidade fiscal; consistentes reservas cambiais para enfrentar choques externos; melhoria gradual na distribuição de renda, etc. A evolução positiva da

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

economia terminou elevando o Brasil à categoria de países considerados “grau de investimento”, no final de abril de 2008.

O PIB brasileiro vinha crescendo de modo ascendente em um ciclo de 5 anos até 2008, com média acima de 4,8% ao ano, capitaneado pela elevação do consumo das famílias e pelo investimento privado (FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo). Pelo lado doméstico, contribuíram mais incisivamente para o crescimento a elevação contínua da massa real de salários, com elevação de emprego e renda *per capita*, e a trajetória altista do crédito. Em 2009, o PIB do País encolheu tão somente 0,6%, mas se destacou, visto que, diante da crise global, grandes economias maduras tiveram quedas entre 3% e 5%. O ano de 2010 foi de recuperação, apresentando crescimento de 7,5%, sendo uma das economias que mais cresceu mundialmente.

O ano de 2011, em especial o segundo semestre, foi marcado pelas incertezas no ambiente internacional, reflexo dos indícios de desaceleração da economia chinesa e dos problemas fiscais desencadeados em alguns países da União Européia, afetando a percepção de risco de uma crise sistêmica na Europa, com possibilidade de contágio mundial. Já nos Estados Unidos, alguns resultados da atividade econômica surpreenderam positivamente, indicando que o país pode ter entrado num ciclo de recuperação econômica, ao mesmo tempo que a economia ainda passa longe da sua recuperação plena. Nesse cenário de deterioração do ambiente externo, combinados também aos resultados do aperto monetário e fiscal (medidas macroprudenciais) promovidos pelo governo brasileiro na virada do ano com objetivo de conter o ritmo acelerado da inflação, o PIB do Brasil apresentou crescimento de 2,7% em 2011, sinalizando acomodação na atividade econômica do país.

Por outro lado, na economia brasileira, o reflexo da consistência econômica é vista com nitidez no mercado de trabalho. Em 2011, a taxa de desemprego atingiu o menor patamar de sua série histórica, 6,0%, e a massa real de rendimento manteve seu crescimento, dessa vez aumentando 4,5% em relação ao ano anterior. Esses fatores combinados a diversas outras variáveis, como a queda da taxa de desemprego, o avanço e distribuição da renda e acessão das classes C e D têm influenciado o consumo das famílias nos últimos anos.

A permanência da queda do desemprego e da ascensão da renda tende a impulsionar um aumento do consumo das famílias, inclusive com maior participação das classes C e D. Estima-se que a participação do consumo privado em relação ao PIB cresceu a uma elasticidade média de 2,6x nos últimos cinco anos.

Concomitantemente, a crescente elevação do crédito combinada com redução nas taxas de juros tem contribuído para a elevada demanda por bens semi-duráveis e duráveis, que vem contribuindo fortemente para o crescimento das vendas do setor varejista.

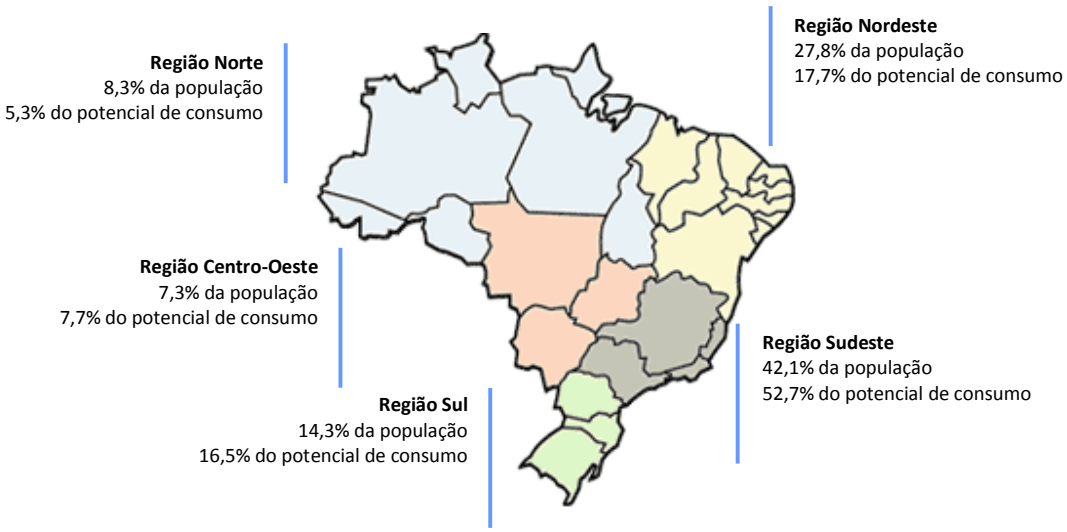
O crédito contribui diretamente para o aumento das vendas do setor varejista. Assim, intrinsecamente, o consumidor, especialmente aquele de menor renda, tem tido a oportunidade de adquirir produtos de maior valor agregado, como eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos. O volume de crédito concedido às pessoas físicas tem crescido de forma consistente. Em 2001, o volume concedido era de R$ 82,6 bilhões, representando 3,7% do PIB. No final de 2006 esse montante passou para R$ 238 bilhões ou 9,1% do PIB e, em 2011, o valor já estava acima de R$ 650 bilhões, cerca de 15,7% do PIB.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O total do volume de crédito do sistema financeiro, incluindo operações com recursos livres e direcionados totalizou R$ 2,03 trilhões em dezembro de 2011, chegando próximo de 50% do PIB. O crédito total avançou 19% em 2011, tendo crescido 20,5% em 2010, 15,2% em 2009 e 31,1% em 2008.

Os eventos esportivos Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Olimpíadas em 2016 também deverão favorecer a retomada consistente da atividade industrial, induzindo ao aumento da oferta de emprego, nos setores produtivos, comércio e prestação de serviços.

Segundo o IBGE, o Brasil possui mais de 58 milhões de domicílios particulares permanentes (PNAD 2009) e uma população estimada de aproximadamente 195 milhões de pessoas, distribuída da seguinte forma no território nacional:



Fonte: IBGE e IPC Marketing
*Índice de Potencial de Consumo de todos os municípios brasileiros medido pela IPC Marketing

Juntas, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste do País correspondem a 84,3% da população brasileira e 86,9% do potencial de consumo. O estado de São Paulo é considerado o motor econômico do Brasil, respondendo por cerca de 33% do PIB brasileiro em 2008, segundo os últimos dados disponíveis do SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados). Por outro lado a região Nordeste tem revelado um crescimento significativo, ficando na segunda posição no ranking do consumo nacional, tendo seu potencial de consumo somente superado pelo Sudeste.

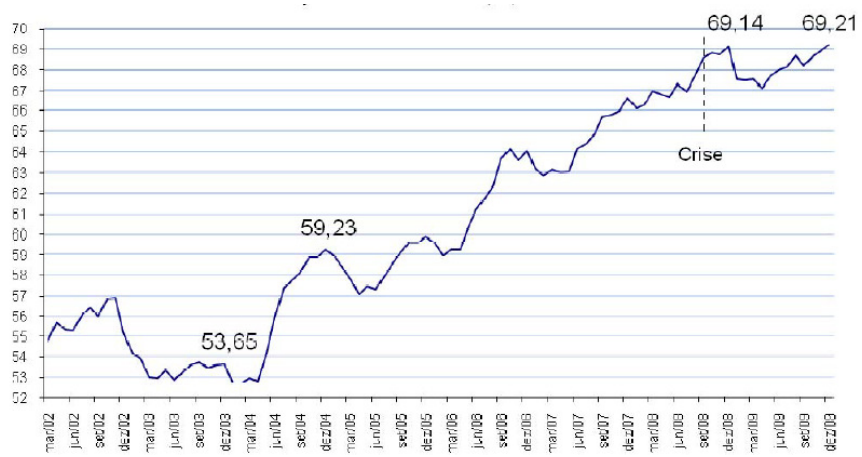
O crescimento da região Nordeste é devido, em parte, pelo recebimento de investimentos em infraestrutura e no setor produtivo, a exemplo das refinarias, ferrovias e rodovias, transposição de bacias e os complexos portuários. Soma-se a isso a expansão dos programas sociais e do salário mínimo que, direta e indiretamente, acaba por estimular o crescimento da economia da região. Somente o programa Bolsa Família beneficia mais de 12 milhões de famílias e mais da metade dos beneficiados são nordestinos. O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, cujo valor a ser recebido

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

por família pode variar entre R$ 22,00 e R$ 200,00 por mês, dependendo da renda familiar por pessoa (limitada a R$ 140,00) bem como do número e idade dos filhos.

Além de viabilizar o crescimento de todas as regiões do país, a melhoria na distribuição de renda verificada nos últimos anos possibilitou uma gradativa ascensão social das famílias com nível de renda mais baixo, o que se refletiu em expansão da classe C. Segundo informações do Centro de Políticas Sociais da FGV, cerca de 29 milhões de pessoas ascenderam das classes D/E e ingressaram na classe C entre 2003 e 2009, que cresceu mais em termos proporcionais (2,5%) do que as demais classes. Hoje são aproximadamente 95 milhões de brasileiros na classe C, o que corresponde mais de 50% da população.

Evolução da Classe A/B/C (%)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Nesse novo contexto, o mercado tem se voltado para os consumidores de baixa renda e as empresas brasileiras tiveram que reinventar produtos, segmentar e especializar as suas formas de relacionamento com os clientes e criar mecanismos de crédito mais arrojados para atender a essa grande e poderosa massa de novos consumidores. Hoje esse público almeja a mesma qualidade e os mesmos produtos oferecidos para as classes A e B, tornando-se mais exigentes na medida em que houve o aumento do seu poder de compra.

O país encontra-se também em processo de amadurecimento da massa da população. Atualmente 66% da população encontra-se na faixa etária considerada economicamente mais produtiva (entre 15 e 64 anos) e esta proporção deverá continuar a crescer até 2022. Tal mudança caracterizada como bônus demográfico favorecerá o país por mais 24 anos. (Fonte: revista Exame, de 17/11/2010, edição nº 21, página 37).

O Comércio Varejista

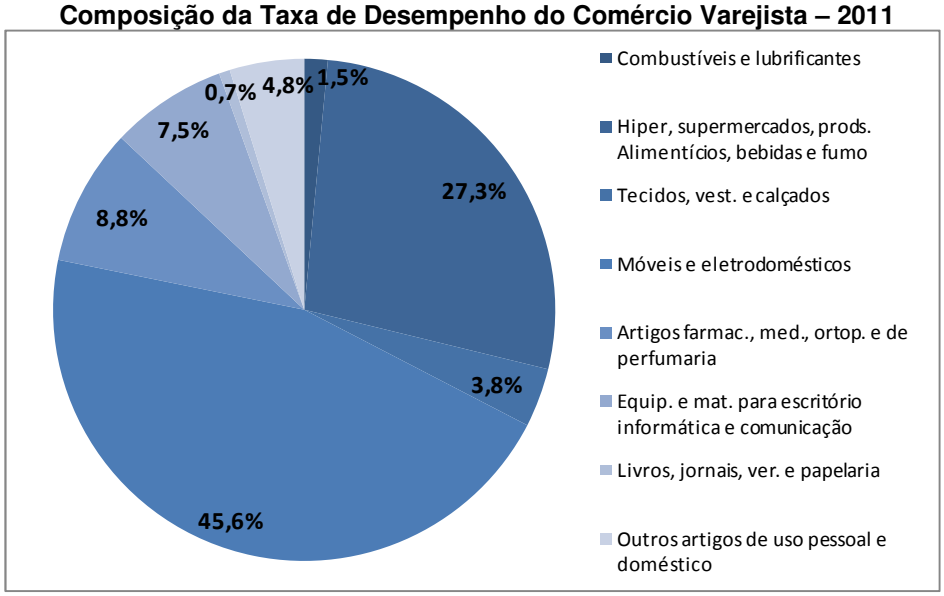
Segundo dados da última Pesquisa Anual do Comércio divulgada pelo IBGE, o comércio varejista era composto, em 2008, por 1,1 milhão de empresas, representando 80,0% do total de empresas comerciais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

existentes no País. Em termos de receita operacional líquida, foram gerados R$ 576,8 bilhões, o correspondente à 19% do PIB naquele exercício. Tal atividade vem apresentando desempenho crescente desde 2003.

A última Pesquisa Mensal do Comércio (Dez/2011), também divulgada pelo IBGE, apresenta taxas de crescimento para o volume de vendas do Comércio Varejista na ordem de 6,7% no acumulado do ano. A receita nominal corresponde a 11,5% de incremento no acumulado do ano. A pesquisa demonstra entre os 8 segmentos que compõem o comércio varejista aqueles mais representativos na composição da taxa de crescimento anual: o varejo de equipamentos e materiais para escritório e informática, de móveis e eletrodomésticos e o de artigos farmacêuticos, médicos e perfumaria, nessa ordem.

Composição da Taxa de Desempenho do Comércio Varejista – 2011



Fonte: IBGE

Na comparação 2011/2010, todas as oito atividades englobadas pelo comércio varejista tiveram aumento no volume de vendas, sendo que, dentre aqueles que possuem maiores contribuições, podemos destacar:

- Móveis e Eletrodomésticos:

  Com aumento de 16,6% em relação ao ano anterior, este segmento teve a maior representatividade (45,6%) na taxa anual do varejo. Esse desempenho decorreu, principalmente, da manutenção do crescimento do emprego e da renda, da expansão de crédito e da redução de preços, principalmente na categoria de eletrodomésticos.

- Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo:

  Em 2011, com o aumento do poder de compra da população, conforme citado acima, este segmento registrou 4,0% de expansão no volume de vendas em relação ao ano anterior, resultado

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

que o levou a representar 27,3% da taxa anual do varejo. Porém, esse resultado foi inferior ao de 2010, quando sua contribuição na composição do taxa de crescimento do varejo foi de 39,9%.

Neste contexto, nota-se ainda algum nível de informalidade no comércio varejista. Porém acreditamos que tal nível de informalidade será gradualmente combatido pelo Governo brasileiro, à medida que mecanismos de fiscalização eficientes e informatizados, tais quais a Nota Fiscal Eletrônica, sejam adotados e implementados em todas as praças comerciais. Entendemos também que a regulamentação da Substituição Tributária no recolhimento de ICMS contribui para a redução da evasão fiscal e conseqüente informalidade nas transações de compra e venda ao longo de toda a cadeia de suprimentos até o cliente final.

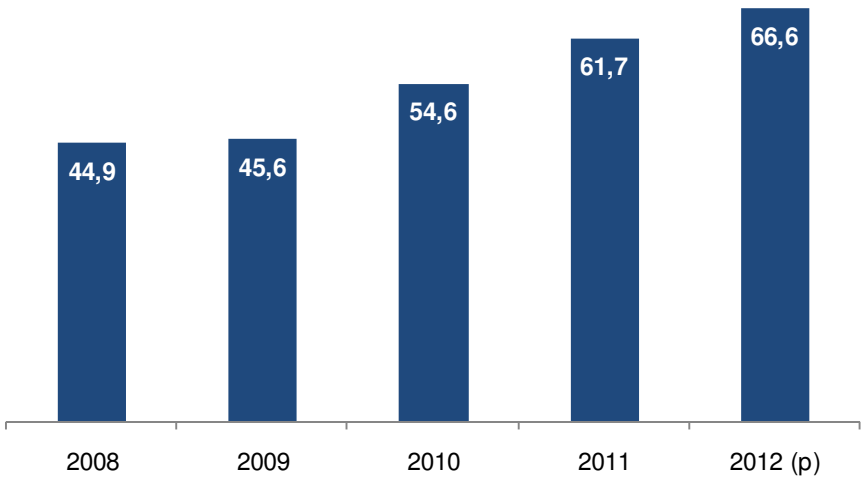
Sob tal cenário, empresas que sustentam sua rentabilidade à custa da informalidade serão penalizadas e terão sua operação enfraquecida, abrindo espaço para um forte movimento de reconfiguração do setor, no qual os consolidadores serão os players bem estruturados em termos de *compliance,* governança e estrutura de capital.

Comércio Varejista de Bens Duráveis

O segmento varejista de bens duráveis abrange aqueles bens que não se esgotam no ato de sua utilização e são utilizados durante um período relativamente longo, como móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos de informática, brinquedos etc.

Nos últimos anos, o setor de eletroeletrônicos e móveis brasileiro teve um crescimento importante, apoiado pela estabilização da economia brasileira e melhoria dos índices salariais. Apesar da crise de 2008/09, o mercado deste segmento conseguiu recuperar suas vendas:

Faturamento do Varejo de Móveis e Eletrodomésticos - em R$ bilhões



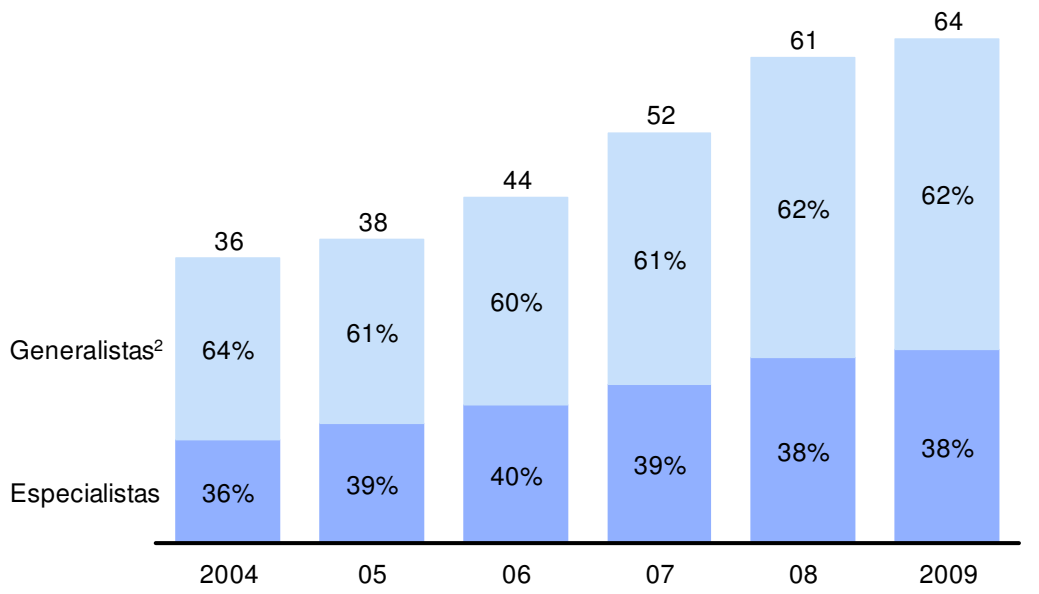
Fonte: IBGE e projeção LCA Consultores para 2012.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Mesmo com o grande aumento nas vendas dos últimos anos, o setor de eletroeletrônicos e móveis ainda possui um alto potencial de crescimento em função da baixa penetração de seus produtos nas classes de menor renda, que, emergentes na sociedade, tornam-se propensas a adquirir bens de maior valor agregado.

As empresas varejistas atuantes no setor de bens duráveis adotam diferentes estratégias de mix de produtos e tamanho de lojas, com a convivência de concorrentes com os mais diversos tipos de pontos de venda, tais como lojas especializadas, lojas de departamento, hipermercados etc. Os varejistas especializados tem aumentado a sua participação frente varejistas generalistas pois aqueles, apesar do apelo de consumo por impulso dos hipermercados, oferecem uma equipe de vendedores treinados que prestam serviço de atendimento personalizado a seus clientes, podendo auxiliar na escolha do produto e oferecendo melhores condições de pagamento.

Evolução de vendas brutas no mercado de eletrônicos[1]
R$ bilhões



1 Inclui as linhas marrom, branca, PCs, e celulares. Não inclui móveis
2 Inclui hipermercados, home shopping, lojas de departamento

Fonte: McKinsey

O modelo tradicional de loja física, seja de rua ou em shopping centers, é somente um dos canais de venda utilizados pelos varejistas especializados. A oferta de produtos através de multicanais de venda é uma estratégia que tende a agregar um maior número de consumidores, bem como fortalecer a marca do varejista, que passa a atender clientes com os mais diferentes perfis, através de internet, televenda, catálogo e TV.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Parcerias e serviços financeiros

A customização de parcerias entre varejistas e instituições financeiras, visando ampliar a oferta de crédito e agregar ao portfólio tradicional produtos e serviços correlacionados, tem sido um movimento fortemente observado nos últimos anos.

Para as varejistas, essa solução, além de fidelizar o cliente e ampliar sua capacidade de consumo, lhes possibilita capturar parte dos ganhos que antes eram repassados integralmente para as operadoras de cartão de crédito ou financeiras.

Essas parcerias têm ocorrido em dois modelos de negócio. No mais simples, a instituição financeira financia as vendas dos clientes da varejista, arcando com todos os riscos da operação. No mais arrojado, a rede varejista e a instituição financeira constituem uma sociedade de crédito, financiamento e investimento, sendo compartilhados o controle, os riscos e os resultados da operação.

Cartões de crédito híbridos ou *private label*, crediário e pagamento de contas, depósitos e saques, são apenas alguns exemplos de serviços viabilizados por tais parcerias. Em parte significativa das classes de menor renda, o serviço financeiro via loja de varejo pode ser a primeira experiência de bancarização do cliente.

Nesse contexto, em muitos casos a oferta de cartões de crédito pelas varejistas torna-se o primeiro passo para que a população tenha acesso a serviços bancários. De acordo com pesquisa recente realizada pelo IPEA, 39,5% da população brasileira não possui conta bancária, sendo a região Nordeste a que mais apresenta oportunidade de penetração (52,6% da população nordestina não tem conta bancária).

i - Participação em cada um dos mercados

O setor varejista é dinâmico e ainda bastante pulverizado, sendo que em algumas regiões, especialmente fora dos grandes centros urbanos, a presença de players de pequeno porte é ainda observada.

De acordo com as informações disponíveis no mercado, estamos entre os três maiores varejistas de bens duráveis do país, com faturamento bruto de R$ 7,6 bilhões em 2011.

ii - Condição de competição nos mercados

Concorremos com varejistas especialistas em móveis, eletroeletrônicos, bem como com varejistas generalistas e hipermercados. Acreditamos que nossos principais concorrentes nas capitais em que atuamos são Via Varejo, Máquina de Vendas, Carrefour e Walmart. Concorremos em outras cidades com redes locais, tais como Lojas Colombo, Lojas Salfer e Fast Shop.

Nossos principais concorrentes no segmento de comércio eletrônico são B2W, Nova Pontocom e Compra Fácil.

O ambiente competitivo do mercado de varejo de eletroeletrônicos tem passado por um movimento de consolidação, que se deu por diversas transações de fusões e aquisições que ocorreram nos últimos anos, dentre as quais, se destacam: Pão de Açúcar, Ponto Frio e Casas Bahia, Ricardo Eletro e Insinuante e a fusão entre Magazine Luiza e Lojas Maia. Ainda existem empresas regionais fortes e que

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

podem ser alvo de futuras aquisições. De acordo com estudo realizado pela McKinsey em 2010, as redes regionais tem 3.471 lojas espalhadas pelo Brasil e presença em todas as regiões.

c. sazonalidade de resultados

O varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido à datas comemorativas como o Dia das Mães, no 2º trimestre, e Natal, no 4º trimestre. Entretanto, essa sazonalidade pode também ser influenciada por campanhas de marketing e promoções específicas realizadas pela Companhia.

A tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestre das receitas operacionais:

	Participação Trimestral							
(% da receita total do ano)	**1T10**	**2T10**	**3T10**	**4T10**	**1T11**	**2T11**	**3T11**	**4T11**
Receita Operacional Bruta (Consolidada)	19,7%	22,2%	24,8%	33,3%	22,3%	22,9%	24,9%	29,9%

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Nós não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente

Nós não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nossas atividades de varejo não são reguladas.

(i) Regulamentação para o Funcionamento da Luizacred

Nos termos do artigo 2º do Regulamento Anexo da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.040, de 28 de novembro 2002, conforme alterada ("Resolução nº 3.040/02"), o funcionamento de uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("SCFI") no Brasil depende: (i) da constituição da SCFI em conformidade com as normas legais e regulamentação aplicáveis; e (ii) da autorização para funcionamento da SCFI pelo BACEN.

Nos termos do artigo 7º, do Regulamento Anexo à Resolução nº 3.040/02, constituem condições para a concessão da autorização para funcionamento de uma SCFI pelo BACEN, (i) a aprovação, pelo BACEN, dos atos formais de constituição da SCFI, de acordo com a legislação e a regulamentação vigentes, e (ii) a comprovação, pela totalidade dos integrantes do grupo de controle e por todos os detentores de Participação Qualificada na SCFI, da origem dos recursos que serão utilizados no empreendimento.

Além disso, nos termos da Resolução do CMN nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, conforme alterada ("Resolução nº 2.099/94"), uma SCFI deverá observar, de forma permanente, o limite mínimo de capital integralizado e de patrimônio líquido de R$7.000.000,00 (sete milhões de reais). Alem disso, nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN de nº 3.041/02, a posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários de uma SCFI são privativos de pessoas cuja eleição ou nomeação tenha sido homologada pelo Bacen, o qual deverá analisar os respectivos processos e tomar as decisões que reputar convenientes ao interesse publico. Os atos de eleição ou nomeação de membros de órgãos estatutários de uma SCFI devem ser submetidos a aprovação do Bacen, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência, devidamente instruídos com a documentação pertinente.

A Luizacred obteve sua licença para funcionamento em 2001 e desde então registra um excelente histórico de relacionamento com o BACEN.

(ii) Regulamentação para o Funcionamento da Luizaseg

Os setores de seguros e previdência complementar no Brasil estão sujeitos a abrangente regulamentação. O Sistema Nacional de Seguros Privados, criado pelo Decreto-Lei nº 73/66, é composto (i) pelo CNSP, (ii) pela SUSEP, (iii) pelas companhias de seguros e entidades de previdência complementar que foram devidamente autorizadas a realizar negócios no mercado local, (iv) pelas companhias de resseguro (incluindo o IRB-Brasil) e (v) pelo corretores de seguros devidamente registrados.

No Brasil, a regulamentação das atividades de seguro e de previdência complementar é realizada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Subordinado ao Ministério da Fazenda, compete ao CNSP (i) fixar as diretrizes e políticas gerais aplicáveis às entidades que fazem parte do Sistema Nacional de Seguros Privados, (ii) regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização destas sociedades e (iii) estipular índices e demais condições técnicas sobre tarifas, investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas sociedades de previdência complementar e de seguros. O CNSP é composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Ministério da Seguridade Social, Banco Central, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, CVM e pelo superintendente da SUSEP.

A SUSEP é uma autarquia encarregada da implementação e condução das políticas estabelecidas pelo CNSP e da supervisão dos ramos de seguro e previdência complementar. A SUSEP não regulamenta nem supervisiona (i) as entidades de previdência complementar fechadas que são reguladas pela PREVIC nem (ii) as operadoras de planos privados de assistência à saúde que são reguladas pela ANS.

Com a promulgação da Lei Complementar nº 126/07, o CNSP e a SUSEP passaram a ser responsáveis também pela regulamentação do mercado brasileiro de resseguro.

Além disso, o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP é um órgão governamental sob a supervisão do Ministério da Fazenda, responsável pela revisão das decisões tomadas pela SUSEP. Esse órgão revê em segunda instância as decisões proferidas pela SUSEP. As decisões administrativas do CRSNSP são definitivas e vinculantes em relação às partes sujeitas à sua jurisdição.

A Luizaseg possui todas as licenças regulatórias para funcionamento e desde sua constituição em 2005 registra um excelente histórico de relacionamento com a administração pública.

(iii) Regulamentação Estatal para o Funcionamento do Consórcio Luiza

O Banco Central é o órgão responsável pela normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das atividades do sistema de consórcios, conforme poderes que lhe foram conferidos pelo art. 6º, da Lei nº 11.795/08.

O Consórcio é a reunião de pessoas naturais e/ou jurídicas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, promovida por administradora de consórcio, com a finalidade de propiciar a seus integrantes, de forma isonômica, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. O contrato de participação em grupo de consórcio, por adesão, poderá ter como referência bem móvel, imóvel ou serviço de qualquer natureza. Todos os grupos da administradora são independentes. Recursos de um grupo não podem ser transferidos para outro, nem se confundem com o patrimônio da administradora.

Também compete ao Banco Central do Brasil conceder autorização para constituição e funcionamento de uma administradora de consórcios, além de fiscalizar as administradoras e as operações de consórcio, bem como os atos de seus administradores.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

As administradoras de consórcio devem remeter periodicamente ao Banco Central informações contábeis e não-contábeis sobre as operações de consórcio.

De autoria do Poder Legislativo, em 8 de outubro de 2008 foi promulgada a Lei nº 11.795, que *"dispõe sobre o Sistema de Consórcio"*, a qual entrou em vigor em 6 de fevereiro de 2009, constituindo assim, um marco e conquista do sistema de consórcio. Ela define, dentre outros assuntos, que *(i)* os interesses do grupo prevalecem sobre o interesse individual do consorciado; *(ii)* o grupo de consórcio é autônomo em relação aos demais e possui patrimônio próprio, que não se confunde com o de outro grupo, nem como o da própria administradora; *(iii*) os recursos dos grupos serão contabilizados separadamente; *(iv)* estabelece regras para a responsabilização e punição dos gestores das administradoras de consórcio; *(v)* as garantias que serão exigidas dos consorciados contemplados; *(vi*) a devolução ao consorciado excluído; *(vii)* define as penalidades a serem impostas aos administradores em caso de cometimento de infrações.

A constituição e o funcionamento de grupos de consórcio são regulamentados pela Circular nº 3.432/09, do Banco Central do Brasil, a qual dispõe sobre *(i)* os requisitos mínimos que deverão constar na proposta de participação em grupo de consórcio; *(ii)* as garantias que serão exigidas dos contemplados, observando-se o segmento; *(iii)* a aplicação dos recursos do grupo; *(iv)* as normas de constituição do grupo, quantidade de participantes e limite de cotas por participante; *(v)* as formas de contemplação e utilização do crédito; *(vi)* dissolução do grupo; (*vii)* realização de assembleias.

O Consórcio Luiza obteve sua licença para funcionamento em 1993 e desde então registra um excelente histórico de relacionamento com o BACEN.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Nossas atividades não causam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, razão pela qual não estamos sujeitos a regulação ambiental e não aderimos a padrões internacionais de proteção ambiental.

Todavia, temos consciência de que o exercício de nossas atividades pode gerar impactos indiretos ao meio-ambiente e por isso temos desenvolvido políticas e práticas de preservação e conscientização em relação aos recursos naturais ao longo dos anos. Há muitos anos adotamos lixeiras de coleta seletiva de lixo em nossos escritórios e centros de distribuição, utilizamos papel reciclado e desenvolvemos campanhas de conscientização.

O Centro de Distribuição Bandeirantes é um exemplo de nossas iniciativas de preservação de recursos naturais, pois foi projetado para grande aproveitamento da iluminação natural, reduzindo o consumo de energia e também para o aproveitamento da água da chuva, reduzindo o consumo de água tratada. Os palets de madeira foram adquiridos com certificação de manejo sustentável de florestas.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Como uma maneira de oficializar e divulgar ainda mais nosso comprometimento com valores de sustentabilidade, preservação ambiental e dos direitos humanos, todos os nossos contratos com fornecedores, firmados a partir de 2010, passaram a conter a seguinte cláusula: “Da Responsabilidade Social e Ambiental - O Magazine Luiza defende o cumprimento da legislação, a preservação do meio ambiente, o respeito às pessoas e aos direitos humanos. A empresa se posiciona firmemente contrária a práticas de desmatamento de áreas embargadas ou de proteção ambiental, assim como é contra a utilização de trabalhadores em condições indignas e/ou ilegais, e também é contra a utilização de mão de obra infantil, práticas de preconceito, assédio moral e assédio sexual. O Magazine Luiza explicita que seus fornecedores e parceiros empresas devem comungar destas convicções e adotar práticas contra a degradação do meio ambiente e do ser humano. Caso haja evidências de práticas contrárias a estas premissas, o Magazine Luiza romperá os acordos e compromissos comerciais com as empresas até que elas revejam sua posição e redirecionem suas atitudes“.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, ou INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para identificação de seus produtos ou serviços. O prazo de vigência e os requisitos para prorrogação dos registros de marca no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que as marcas encontram-se registradas.

Somos titulares, em nome próprio ou de nossas subsidiárias, de marcas que se encontram registradas junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades, nas formas nominativas, mista e figurativa, incluindo “Magazine Luiza” e “Luizacred”. Ainda somos titulares de diversos nomes de domínio, entre eles magazineluiza.com.br.

Nossa marca “Magazine Luiza” é nacionalmente reconhecida. Na hipótese de perda de tal marca, acreditamos que nossas atividades seriam afetadas de maneira adversa.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não possuímos receitas provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não possuímos receitas provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

c. *receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor*

Não possuímos receitas provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, pois nossas atividades estão restritas ao território nacional.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Contrato de Aliança Estratégica para a criação da Luizaseg.

Em 13 de dezembro de 2005, celebramos com a Cardif S.A. (empresas pertencente ao Grupo BNP Paribas) e a Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. um contrato de aliança estratégica pelo prazo de 10 anos, com o objetivo de desenvolver e distribuir produtos de seguros e garantias estendidas aos nossos clientes. No âmbito do contrato, adquirimos 50% das ações da Cardif, afiliada do grupo NCVP Participações Societárias S.A. por meio de compra de participação e subscrição de aumento de capital. O contrato garantiu à nova sociedade criada, Luizaseg, em sociedade com a Cardif S.A. exclusividade para o desenvolvimento, venda e administração qualquer tipo de produtos de seguro - exceto os produtos de seguros relativos a empréstimos pessoais que são comercializados pela Luizacred - vendidos no Brasil através da nossa rede de distribuição, incluindo seguro do credor sobre créditos ao consumidor (morte, invalidez, incapacidade física e desemprego), proteção individual vendida através de telemarketing ou diretamente nos nossos estabelecimentos, produtos de seguro vinculados aos nossos cartões de crédito e seguros de dano. Na mesma data, foram celebrados um acordo de acionistas, um acordo operacional, um contrato de distribuição e um contrato de serviços para regular nossa relação com nossos sócios. Seguem detalhes dos acordos firmados:

(i) Acordo de Acionistas: Acordo celebrado entre nós, Cardif S.A. e NCVP Participações Societárias S.A. com o objetivo de regular os direitos e obrigações das Partes em relação à *joint venture* criada para atuar no segmento de seguros;

(ii) Acordo Operacional: Acordo celebrado entre nós, Cardif S.A. e Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. para estabelecer os termos e condições que regularão nosso relacionamento com a Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. com relação ao desenvolvimento, comércio e administração de qualquer tipo de produto de seguro vendido no Brasil por nossa rede de distribuição, excetuando-se produtos de seguro relacionados a empréstimos pessoais que são comercializados pela Luizacred, e garantias estendidas. Tal acordo estabelece, entre outras coisas, as diretrizes para nossa remuneração;

(iii) Contrato de Distribuição: Acordo celebrado entre nós e Cardif do Brasil Seguros Gerais S.A. para fixar os termos e condições que regularão o nosso relacionamento com relação à Cardif do Brasil Seguros Gerais S.A. com relação ao desenvolvimento, comércio e administração dos produtos na nossa rede de distribuição;

(iv) Contrato de Serviços: Acordo celebrado entre Cardif do Brasil Seguros Gerais S.A. e Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. para a prestação de serviços de *back-office*, *Call Center,* processamento de TI, manutenção de TI, gestão de contenciosos, contabilidade e tesouraria, auditoria interna e serviços atuariais.

Acordo de Associação - Luizacred

Em novembro de 2009, celebramos com Itaú Unibanco Holding S.A., tendo como intervenientes anuentes o Banco Itaucard S.A. e Luizacred, um acordo de associação para manter e ampliar a associação atualmente existente com o Itaú Unibanco Holding S.A. para ofertar, distribuir e comercializar produtos e serviços financeiros destinados aos nossos clientes, incluindo empréstimos pessoais de qualquer natureza, CDC, cartões de crédito, cheques pré-datados, bem como produtos, serviços acessórios e

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

seguros vinculados a esses produtos e serviços. O acordo prevê a divisão igualitária entre as partes, dos riscos e dos lucros do negócio. Por meio desse contrato, concedemos à Luizacred exclusividade para a distribuição, e comercialização dos produtos descritos acima até 31 de dezembro de 2029, sendo que nos comprometemos a não negociar, estabelecer ou manter com terceiros quaisquer parcerias ou acordos relativos à oferta, distribuição e comercialização dos produtos e serviços financeiros destinados aos nossos clientes. Em 2010 e novamente em 2011, o Acordo de Associação foi aditado para prever a oferta de produtos e serviços financeiros nas lojas adquiridas da cadeia “Lojas Maia” e do Baú da Felicidade.
Foi estabelecida exclusividade para a distribuição e comercialização dos produtos também nas Lojas Maia e lojas adquiridas do Baú da Felicidade até 31 de dezembro de 2029.

Relatório de Sustentabilidade

A Companhia está se preparando internamente para elaborar e divulgar o Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2012, no modelo GRI-C. Estamos desenvolvendo internamente os processos e informações necessárias para essa divulgação, por isso o tempo estimado é de um ano.

7.9 - Outras informações relevantes

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos pontos fortes são:

Forte cultura corporativa, centrada na valorização das pessoas. Nossa cultura corporativa, voltada para a valorização dos nossos colaboradores e o foco no atendimento diferenciado aos clientes, é nossa marca distintiva. Nossos colaboradores são treinados e estimulados a operar com qualidade e autonomia no atendimento aos nossos clientes, visando à evolução em seu plano de carreira. A tomada de decisões no dia-a-dia de nossas lojas está a cargo de nossos vendedores e gerentes que são responsáveis pela gestão das operações como um todo, incluindo flexibilidade para negociar as condições de venda, sempre observando diretrizes gerais para tanto. Praticamos uma política meritocrática de remuneração variável, que considera não apenas o cumprimento de metas, mas também a qualidade dos serviços prestados e os níveis de satisfação de nossos clientes. Além disso, em linha com nossa cultura organizacional, temos uma administração transparente e adotamos a política de "portas abertas", que permite um relacionamento mais estreito com colaboradores de todos os níveis hierárquicos. Desde a primeira edição da pesquisa "A Melhor Empresa para se Trabalhar" em 2002, publicada pela revista Exame, sempre figuramos entre os primeiros colocados, o que evidencia a nossa capacidade de crescer sem comprometer nossa cultura corporativa. Entendemos que tais fatores foram e serão elementos-chave para o atingimento de nossas metas e a fidelização dos nossos clientes.

Consistente crescimento e evolução de desempenho. Ao longo dos últimos anos, temos apresentado um crescimento constante em termos de receita total bruta de operações de varejo. O nosso crescimento ocorreu organicamente e por meio de aquisições bem sucedidas. Nossa base de lojas passou de 455 lojas em 31 de dezembro de 2009 para 728 lojas em 31 de dezembro de 2011. Nos últimos dez anos, nossa taxa anual composta de crescimento da receita bruta de operações de varejo foi de 28%. Ingressamos no mercado da Região Metropolitana de São Paulo, por meio da inauguração simultânea de 46 lojas, bem como adquirimos a Lojas Maia, uma das maiores redes de varejo de bens duráveis no Nordeste do Brasil, o que nos permitiu ingressar naquela Região, que consideramos estratégica. Em 2011, além da nossa expansão orgânica e da aquisição das lojas do Baú da Felicidade, conseguimos crescer 16,5% na mesma base de lojas, obtendo uma diluição significativa das despesas fixas.

Ampla base de clientes, com gestão de relacionamento voltada para fidelização e retenção. Acreditamos que, por meio da nossa habilidade de se comunicar com a Classe C, e da consistência e impacto de nossas ações de marketing, conseguimos ampliar significativamente nossa base de clientes nos últimos para aproximadamente 23 milhões de clientes ao final de 2011. Mais do que empreender esforços de captação de novos clientes, entendemos que nos destacamos pelas nossas ações voltadas para a fidelização e retenção de nossos clientes atuais. Para tanto, possuímos um sofisticado sistema de gestão de relacionamento com o cliente (CRM), que aplica modelos estatísticos sobre nossa robusta base de dados de clientes e seu comportamento de consumo, de forma a identificar e antecipar suas necessidades, criando ofertas personalizadas de produtos e serviços. As ferramentas de CRM também são disponibilizadas para nossos colaboradores que atuam nas lojas, para que eles reforcem o relacionamento com nossos clientes, visando sua fidelização e retenção. Estas ações são importantes para manter e elevar as vendas por cliente da forma mais eficiente e menos dispendiosa possível.

7.9 - Outras informações relevantes

Diversificada plataforma de vendas, integrada por meio da multi-canalidade. Possuímos diversos canais de vendas: Lojas Convencionais, Lojas-Conceito, Lojas Virtuais, Loja na Internet e Televendas. Fomos pioneiros na criação do conceito de Loja Virtual e uma das primeiras redes de varejo a vender pela Internet. Essa variedade de estruturas nos proporciona maior flexibilidade para ingressar em novos mercados e fortalecer nossa participação nos mercados em que já estamos presentes, nos ajudando, ainda, a otimizar os recursos a serem empregados. Além disso, pesquisas conduzidas pela Nielsen Global Consumer Report em junho de 2010 demonstraram que 55% das pessoas que realizam compras pela Internet preferem operações multi-canais. Temos por objetivo alcançar o cliente onde ele estiver e integrar os serviços pelos diversos canais de venda, combinando a praticidade e comodidade proporcionada pela Internet com o contato humano proporcionado em nossa rede de lojas físicas. Nossa experiência indica que clientes que compram por vários canais fazem mais compras que os demais clientes.

Localização estratégica nos principais centros de consumo do país e elevada abrangência logística. Estamos presentes nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País, o que nos permite acesso ao mercado consumidor de dezesseis Estados, que conjuntamente representavam 75% do PIB brasileiro em 2010, de acordo com dados do IBGE. Acreditamos ter acumulado ao longo da nossa história um portfólio de pontos comerciais estrategicamente localizados e de grande visibilidade. Nossa bem-sucedida expansão para novos mercados ao longo dos últimos anos nos conferiu importante conhecimento e experiência quanto às particularidades em operar em diversas regiões do Brasil, tais como preferências e características da população de cada região, clima e perfil de renda. Por isso, possuímos vantagens competitivas por ter conhecimento em adaptar o *mix* dos nossos produtos e lojas ao público-alvo de cada região. Para atender à demanda nas regiões em que atuamos, possuímos oito centros de distribuição e um *cross docking* estrategicamente localizados, com sistemas de informações integrados às nossas lojas, nos permitindo uma gestão eficiente dos nossos estoques e o abastecimento dos nossos pontos de venda em tempo hábil que contribuem para a entrega das mercadorias aos nossos clientes dentro do prazo contratado. Entendemos estar especialmente bem posicionados, com presença sólida nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, as principais regiões em termos sócio-econômicos no Brasil e com potencial de crescimento.

Portfólio amplo de serviços e produtos financeiros. Oferecemos, por meio de nossa subsidiária Luizacred, opções atrativas de crédito aos nossos clientes, principalmente no financiamento das vendas a prazo. Em 2011, a Luizacred financiou aproximadamente 50% das nossas vendas. O Cartão Luiza é um importante instrumento de fidelização de nossos clientes e ampliação de nossas vendas e base de clientes. Nossa habilidade e experiência em oferecer crédito de forma rápida e simplificada são elementos fundamentais de diferenciação em relação à maioria de nossos concorrentes. Ao conceder crédito, possibilitamos que nossos clientes realizem maior volume de compras. A Luizacred conta com o suporte financeiro do Itaú Unibanco para as operações de crédito e financiamento, oferecendo, além de cartão de crédito e crédito direto ao consumo, crédito pessoal e consignado a nossos clientes. Nosso parceiro financeiro é o único responsável pela política de concessão de crédito aos nossos clientes. Adicionalmente, oferecemos seguros de garantia estendida e outros produtos de seguro por meio da Luizaseg e produtos de consórcio por meio do Consórcio Luiza, que reforçam nossa estratégia de agregar conveniência e disponibilidade de diferentes modalidades de crédito, serviços e produtos financeiros aos nossos clientes. Acreditamos que esses produtos geram maior valor agregado aos nossos negócios,

7.9 - Outras informações relevantes

impulsionam novas vendas, expandem a base de dados de nossos clientes, bem como aumentam o movimento de potenciais clientes dentro das lojas.

Administração qualificada e experiente voltada para resultados, apoiada por parceiros renomados. Nossa Administração é composta por acionistas fundadores e administradores profissionais, aliando um profundo conhecimento do setor varejista de bens duráveis a uma visão empresarial clara e experiente, favorecendo um processo ágil de tomada de decisão. A maioria de nossos executivos seniores possui em média mais de 15 anos de experiência em varejo e mais de 10 anos de carreira em nossa Companhia e são submetidos a avaliações de desempenho anuais. Acreditamos que a nossa equipe de administradores tem contribuído para um incremento consistente em nossos resultados financeiros e operacionais nos últimos anos, e que ela tem sido essencial para o crescimento de nossas receitas, lucratividade e para a expansão bem sucedida de nossos negócios. Além disso, entendemos que parcerias estratégicas, que agreguem conhecimento e experiências complementares a nossa, adicionam grande valor aos nossos negócios. Nessa linha, firmamos parcerias com Itaú Unibanco e Cardif para a oferta de serviços e produtos financeiros aos nossos clientes, agregando conhecimento e experiência específica para estes negócios.

Ainda, em maio de 2005, fundos de *private equity* administrados pela Capital International Inc., ou Capital, adquiriram participação de 12,36% no nosso capital social. Como parte de sua atuação no nosso Conselho de Administração, a Capital contribuiu para a adoção das melhores práticas de governança corporativa e de ferramentas de gestão financeira.

Nossa Estratégia

Pretendemos adotar as seguintes estratégias para alavancar nosso crescimento e agregar valor aos nossos acionistas:

Abrir novas lojas e expandir nossa cobertura geográfica por meio de crescimento orgânico e de aquisições.

- ***Crescimento orgânico.*** Em 31 de dezembro de 2011, operávamos 728 lojas em dezesseis Estados do Brasil. Em linha com nosso histórico de crescimento nos últimos anos, pretendemos aumentar nossa presença nas regiões onde já atuamos, buscando oportunidades em cidades e bairros de alto potencial de consumo e expandir a nossa presença geográfica em Estados que apresentam uma oportunidade atrativa para nossas atividades. Avaliamos cuidadosamente as localidades com potencial para instalação de lojas, baseada em estudos de mercado e dados sobre a população local, bem como sobre o perfil de renda, padrão de consumo, tráfego e proximidade de nossos centros de distribuição para definir se a nova praça é atrativa. Atualmente, consideramos que cerca de 240 cidades nos Estados em que atuamos, onde ainda não estamos presentes, apresentam condições favoráveis para a abertura de pelo menos uma loja.

- ***Crescimento por aquisições.*** Além das iniciativas visando ao crescimento orgânico, pretendemos expandir nossa área de atuação por meio de aquisições e parcerias estratégicas. Nosso mercado ainda é altamente fragmentado, com várias redes de pequeno e médio porte, o que abre espaço para consolidação futura. Exploraremos, sempre de forma seletiva,

7.9 - Outras informações relevantes

oportunidades referentes a atividades complementares às nossas e que apresentem sinergia com nossos negócios, proporcionando rentabilidade, ganhos de escala e valor aos nossos acionistas.

Aumentar a eficiência de nossas operações, visando aumento de receitas, rentabilidade e redução de estoques. Nosso crescimento e a consolidação de nossa posição de destaque no setor de varejo de bens duráveis passa pelo aumento da eficiência de nossas operações. Para tanto, continuaremos investindo em ferramentas de gestão comercial de ponta-a-ponta para aperfeiçoar nosso sortimento por loja, planejar melhor as nossas compras, abastecer corretamente as lojas e assegurar giro dos produtos com revisão periódica dos preços. Investiremos também na revisão dos processos nas lojas, incentivos para força de vendas e ferramentas para controlar despesas, objetivando melhorar nossa produtividade e os indicadores de satisfação dos nossos clientes. Adicionalmente, outra medida importante é a preparação da infraestrutura de logística e sistemas para viabilizar este crescimento acelerado e disperso regionalmente, onde investiremos para aumentar capacidade, melhorando a disponibilidade dos produtos e o nível de serviço ao consumidor final, com redução de custos.

Fortalecer e expandir a oferta de serviços e produtos financeiros. Acompanhando o desenvolvimento do mercado de crédito no Brasil, uma de nossas principais estratégias consiste no aumento da oferta de produtos e serviços financeiros a nossos clientes, beneficiando-nos de nossa atual base de clientes e sinergia operacional com nossas atividades de varejo. Esperamos, assim, aumentar a emissão e utilização do Cartão Luiza. Pretendemos continuar investindo em iniciativas direcionadas à captação de novos clientes, bem como em campanhas dirigidas e personalizadas à parcela de nossa base de clientes que ainda não possui o Cartão Luiza. Entendemos que há um grande potencial de crescimento de clientes que compram ou utilizam nossos serviços e produtos financeiros, tendo em vista que apenas 4,4 milhões de clientes da nossa base de 23 milhões de clientes possuem o cartão Luiza. A ampliação da oferta de produtos e serviços de crédito oferecidos aos nossos clientes possibilita maior flexibilidade no pagamento, ampliando o poder de compra e aumentando a fidelidade de nossa base de clientes, além de incrementar nossa receita de operações de crédito.

Aperfeiçoar a experiência de compra por meio da multi-canalidade e aumentar as vendas dos canais virtuais. Acreditamos que a multiplicidade de canais de venda, atuando de forma integrada, agrega valor à experiência de compra do cliente e aumenta o alcance e a capilaridade de nossa rede de pontos de venda. Assim, continuaremos a investir na integração entre os diversos canais de vendas, em treinamento e desenvolvimento pessoal de nossos colaboradores, em vendas virtuais e na ampliação de novas soluções de atendimento.

O comércio eletrônico, em especial, apresenta um crescimento proporcionalmente maior que os demais canais de venda, tendo em vista o número crescente das vendas virtuais e de pessoas que acessam a rede mundial de computador. Pretendemos continuar a investir nas vendas pela Internet, por meio do aumento do *mix* de produtos ofertados, de aquisições ou associações com empresas especializadas no mercado digital e da abertura de novas Lojas Virtuais.

Nossa Missão

Ser uma companhia competitiva, inovadora e ousada, que visa sempre o bem-estar comum.

7.9 - Outras informações relevantes

Nossa Visão

Ser uma companhia inovadora no varejo, atuando em diversas linhas de produtos para a casa da família brasileira, através de diferentes tipos de lojas físicas e de um canal virtual forte, que encante o cliente com o melhor time de colaboradores, com capacidade de relacionamento e proporcionando uma experiência de compra diferenciada e a preços competitivos.

A nossa cultura

A cultura Magazine Luiza é efetivada e passada diariamente a todos os colaboradores através dos pilares da cultura organizacional, ou seja, da prática efetiva de ações que mantém a cultura viva e os colaboradores integrados a empresa. Os pilares da cultura são:

- **Os Valores**
  - Pessoas em primeiro lugar – valorização, respeito, desenvolvimento e reconhecimento
  - Trabalho em equipe – União, companheirismo e colaboração
  - Ética – verdade, honestidade e justiça
  - Transparência – Coragem, franqueza e comunicação "olho no olho"
  - Liberdade de expressão - política de portas abertas e livre acesso às lideranças
  - Inovação – ousadia, pioneirismo, fazer diferente e fazer acontecer
  - Crença - fé em Deus, energia positiva e crença no país
  - Lucro com qualidade – motivação, compromisso com os resultados e responsabilidade sócio-ambiental
  - Simplicidade
  - Felicidade
  - Ousadia

- **Os Princípios**
  - As pessoas são a força e a vitalidade da nossa organização;
  - Vem ser Feliz - O cliente é a razão da nossa existência e por isso, devemos adotar atitudes que priorizem suas necessidades, satisfaçam seus desejos e gerem sua felicidade e encantamento;
  - Em todas as nossas relações buscamos agir conforme a regra de ouro: “Faça aos outros aquilo que gostaria que fizessem a você.”
  - A empresa é um grande organismo vivo cujas áreas, operações e unidades de negócios estão interligadas e interdependentes trabalhando em conjunto para atingir resultados;
  - O lucro é essencial para permanência e expansão da empresa no mercado; O comprometimento com a evolução do ser humano se dá através do investimento no processo educativo e nas oportunidades de auto- desenvolvimento e carreira;

- **O Rito de Comunhão**

O Rito de Comunhão é realizado toda segunda-feira, em todas as unidades simultaneamente, antes do início das atividades. É o momento em que alinhamos as equipes e reiteramos os nossos valores. Nessa oportunidade nós compartilhamos os resultados da semana e celebramos os aniversários, as

7.9 - Outras informações relevantes

conquistas, as datas comemorativas, o reconhecimento dos destaques e damos as boas vindas aos novos colaboradores.

O Rito segue um roteiro base, que prevê a comunhão com a Pátria (Hino Nacional), a comunhão com a empresa (Hino da Empresa) e a comunhão com o Absoluto (oração Pai Nosso). A cada semana o Rito de Comunhão é organizado por um grupo diferente, em sistema de rodízio, possibilitando assim que todos, sem exceção, exerçam sua criatividade, sua liderança e tenham a oportunidade de oferecer aos seus colegas uma experiência diferente e agradável. Além de seguir o roteiro base, este grupo tem autonomia para inovar, trazendo dinâmicas, apresentações e informações que contribuam para a qualidade de vida dos funcionários.

- **As Reuniões Matinais**

É um momento de direcionamento, alinhamento e mobilização da equipe que acontece diariamente, em todas as lojas com duração máxima de 20 minutos, antes do início da jornada de cada turma. Sua realização é obrigatória, seguindo roteiros pré-estabelecidos. Os gerentes de loja e os gerentes regionais são responsáveis por garantir sua realização com criatividade e motivação, mantendo a equipe informada quanto às metas e resultados esperados para aquela filial, evidenciando os resultados do dia anterior e elaborando estratégias para o alcance das metas.

- **O Conselho de colaboradores**

O Conselho foi criado em 1994 como uma instância de gestão democrática e participativa. Em cada uma das unidades da empresa – lojas, centros de distribuição e escritório central – um grupo é eleito anualmente para participar das tomadas de decisão junto às lideranças. Nas lojas, o Conselho ajuda os gerentes a decidir sobre promoções, admissões e demissões.

O Conselho de colaboradores é um dos canais que os colaboradores têm para participarem e contribuírem com os processos de tomada de decisões administrativas da loja. Com eleições anuais, os conselheiros são escolhidos pelos próprios colegas, um representante de cada setor. Um gerente não pode efetuar o desligamento de um funcionário sem ouvir as pessoas do conselho de colaboradores, por exemplo.

O Conselho também organiza confraternizações, ações motivacionais e campanhas assistenciais, o que propicia a união da equipe e um bom clima de trabalho, uma vez que nossas pesquisas apontam que lojas com melhor clima de trabalho apresentam melhor performance.

- **Os Programas de reconhecimento e recompensas**

Em cada uma das nossas unidades, o colaborador que se destacar em suas atividades, é homenageado com sua foto no quadro o “Destaque do Mês”. Temos ainda o programa “Atendimento 10 estrelas” que visa estimular os líderes a treinar toda a sua equipe e garantir que ela aplique os princípios do nosso atendimento aos clientes. Este programa tem a capacidade de traduzir o “Jeito Luiza de Atender” em passos e técnicas que nos diferenciam de nossos principais concorrentes no relacionamento com o cliente.

7.9 - Outras informações relevantes

Marketing e Propaganda

Possuíamos um banco de dados de clientes que contava , em dezembro de 2011, com aproximadamente 30 milhões de clientes cadastrados, com informações como dados demográficos, histórico e comportamento de compra. Acreditamos que nosso profundo conhecimento dos hábitos de compras, anseios e necessidades de nossos clientes, obtidos por meio de nossos anos de experiência e de nosso sistema de gestão de relacionamento com o cliente - CRM - nos permite agregar valor ao negócio, conquistando e fidelizando clientes. A fidelização dos clientes nos traz diversos benefícios, como maior reconhecimento de marca e incremento nas receitas, tendo em vista que os clientes fidelizados compram, em média, 56% a mais que os nossos demais clientes. Fazemos uso dessa valiosa fonte de informações que construímos ao longo dos anos para desenvolver iniciativas em propagandas e promoções de vendas e oferecer produtos e condições customizados para nossos clientes. Nosso *slogan*, "Vem ser Feliz", traduz o posicionamento da nossa marca e a relação e a satisfação que buscamos com nossos clientes.

- **Campanhas e Promoções**
  Em nossas campanhas buscamos sempre um elemento diferenciador que posicione nossa marca de maneira inovadora e diferenciada na percepção de nossos clientes. Iniciativas como Só Amanhã e a Liquidação Fantástica são exemplos claros de campanhas que reforçam o posicionamento da marca junto a nossos clientes e geram resultados efetivos de vendas.

  O Só Amanhã possui formato proprietário e, portanto, o molde da campanha é propriedade intelectual nossa. O Só Amanhã existe há mais de 15 anos e já faz parte do calendário de eventos de nossos clientes. Anunciamos a oferta de um produto, geralmente aos domingos, que é válida somente por um dia. Negociamos condições especiais com os fornecedores para o produto ofertado, o que nos possibilita oferecer a nossos clientes preços bastante inferiores aos de mercado. O volume de vendas obtido nesses eventos confirma o sucesso do modelo da campanha.

  Outro caso de sucesso de vendas, mídia espontânea e geração de satisfação para nossos clientes é a Liquidação Fantástica. Com quase 20 anos, acreditamos que a nossa liquidação anual é consagrada como a liquidação mais tradicional do varejo brasileiro. Com produtos de mostruário em oferta com até 70% de desconto, a Liquidação Fantástica mudou o nosso calendário de sazonalidade, fazendo com que Janeiro, antes um mês fraco para as vendas, passasse a apresentar um volume expressivo de vendas.

  Além disso, realizamos nos últimos anos grandes promoções de prêmios divulgadas por meio de *merchandising* no programa de auditório de maior audiência da TV brasileira, o Domingão do Faustão. Nossas promoções tiveram em comum o fato do ganhador aparecer na televisão, o que gera, além dos prêmios, uma experiência memorável para o cliente ganhador e um vínculo emocional com a marca. Entendemos que a parceria com o apresentador Fausto Silva, que já dura quatro anos, confere à marca destaque e credibilidade junto ao nosso público alvo.

7.9 - Outras informações relevantes

- **Programa Ouro**
  O programa ouro é uma estratégia de fidelização de clientes que visa reconhecer, recompensar e se relacionar com os nossos clientes mais fiéis. Para fazer parte deste seleto grupo, o cliente precisa (i) realizar cinco compras por meio de qualquer um de nossos instrumentos de crédito; (ii) estar em dia com suas prestações e (iii) nunca ter sido "negativado" em nossos sistemas ou nas instituições de proteção ao crédito. Desta forma, recompensamos o nosso cliente fiel e com baixo risco de crédito. O resultado do programa reflete-se no comportamento de consumo deste cliente que, comparativamente aos demais clientes, têm maior ativação e maior freqüência de compra. O Dia do Cliente Ouro é a principal ação de reconhecimento e fidelização desses clientes e consiste em abrir as nossas lojas no domingo, esticar o tapete vermelho, oferecer café da manhã, música ao vivo e ofertas especiais exclusivamente para atender aos Clientes Ouro. São realizadas três edições deste dia durante o ano.

- **Telemarketing**
  Com o objetivo de estimular a prática do telemarketing nas lojas, criamos a Operação Bumerangue. O programa consiste em premiar os colaboradores que conseguem converter as ligações em vendas. As ligações são auditadas e cruzadas com o banco de dados, o que confere à iniciativa alta credibilidade junto aos colaboradores.

  Em prática há seis anos, o projeto funciona como um programa de milhagem. Ligações convertidas em vendas viram pontos para quem ligou. Os pontos são acumulados durante o ano e podem ser trocados por produtos a venda em nossas lojas, viagens entre outros.

Nosso comprometimento com a Sociedade

Responsabilidade Social faz parte de cultura do Magazine Luiza desde a fundação da primeira loja em Franca-SP, no interior de São Paulo. Este comprometimento está presente em todos os nossos relacionamentos: com clientes, colaboradores, o meio ambiente, fornecedores e a sociedade.

Fomos classificados entre as melhores empresas para trabalhar por 13 anos consecutivos, sendo que em 2011 foi considerada a 6ª melhor do Brasil, segundo a metodologia do Instituto *Great Place to Work*. Em 2003, a empresa foi considerada a melhor do Brasil, e a primeira do mundo no setor do varejo a receber este reconhecimento. A avaliação é baseada na opinião dos próprios colaboradores, que respondem a um questionário e enviam diretamente ao site do instituto.

Este reconhecimento é reflexo de um conjunto de práticas de valorização das pessoas, seja por meio de benefícios diferenciados que promovem a dignidade e elevam o grau de saúde e escolaridade de seus colaboradores e de suas famílias, seja por meio do incentivo ao auto-desenvolvimento e ao plano de carreira bem definido e disseminado. A transparência nas informações e o alinhamento frequente e contínuo de todas as equipes garantem a sintonia com os propósitos da empresa. Os canais oficiais de comunicação (rádio interna com atualização diária, TV corporativa ao vivo com programa semanal, e

7.9 - Outras informações relevantes

portal de intranet que registra mais de 1,5 milhão de acessos por mês) recebem até 90% de aprovação por parte dos colaboradores, que recebem simultaneamente as mesmas informações que os seus líderes.

Adotamos uma política clara de valorização da diversidade, traduzida em programas específicos, como o de inclusão de pessoas com deficiência, de contratação de jovens aprendizes e *trainees*, e atendimento diferenciado para as mulheres que querem crescer na empresa. Todas as unidades da empresa estão inseridas na comunidade onde atuam, e apóiam inúmeros projetos sociais, culturais e comunitários. Além deste apoio permanente, a solidariedade também é um dos nossos valores mais fortes. Por isso, são frequuentes o apoio a diversas ações, eventos culturais e esportivos e sociais que contribuem para a integração e valorização da cultura regional. Cada unidade é estimulada a promover ações voluntárias, campanhas de vacinação, arrecadação de alimentos e agasalhos, e apoio a eventos típicos locais. Os gerentes recebem recursos específicos para apoiar eventos comunitários e participar ativamente das campanhas e mobilizações em prol da saúde e assistência aos menos favorecidos. O conjunto de ações é revelado na Rede do Bem, uma comunidade virtual interna que divulga e fomenta o voluntariado.

Nas lojas virtuais e nas lojas conceito da empresa são oferecidas diferentes aulas gratuitas (que variam de loja para loja) de culinária, artesanato, internet, informática, ginástica, inglês e cineminha infantil para as crianças. O Magazine Luiza, em parceria com Vivo (Operadora de telefonia celular brasileira pertencente aos grupos Portugal Telecom e Telefonica), desenvolveu também a ação cultural Cinema Itinerante que, com apoio das prefeituras municipais, leva filmes para cidades do interior, onde não há salas de cinema, com exibição em praças, parques e centros culturais.

Nós somos associados ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social há alguns anos. Em Franca, onde fica a sede administrativa, a empresa apóia as ONGs Franca Viva, especialmente o projeto de formação de crianças e adolescentes em Informática, no projeto de inclusão digital; a Secos e Não Molhados, que distribui fraldas descartáveis para idosos, e o Instituto Pró-Criança, que tem como causa o combate ao trabalho infantil nas indústrias de calçados. A empresa apóia também o Hospital do Câncer, realizando constantes mobilizações entre seus colaboradores que voluntariamente participam na aquisição de rifas e camisetas, cujos recursos arrecadados são direcionados a manutenção do próprio hospital.

Seguros

A contratação de seguros é compatível com a natureza de nossas atividades e com os riscos envolvidos em nossas operações e com os padrões do setor econômico em que atuamos. Nossos seguros refletem as condições usuais de mercado e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados por nossa Administração.

Ao final de 2011, possuíamos apólice de seguro de riscos nomeados contratada junto a Itaú Seguros S.A., com vigência até 31 de maio de 2012, com cobertura para 728 locais, entre pontos comerciais e centros de distribuição, a qual possui garantia, dentre outras, para (i) incêndio, raio e explosão, (ii) danos elétricos, (iii) alagamento e inundação, (iv) roubo e/ou furto qualificado de bens dentro do interior do estabelecimento e (v) lucros cessantes.

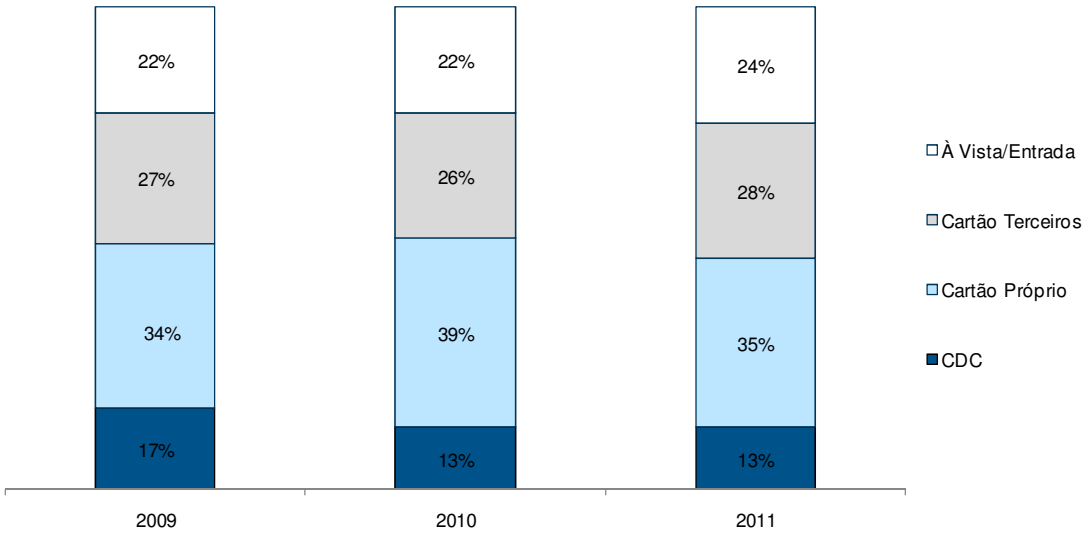
7.9 - Outras informações relevantes

Ademais, contratamos apólices de seguros (a) de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O), na qual os administradores da Luizaseg não são segurados, (b) de Responsabilidade Civil geral, a qual garante o pagamento da indenização que eventualmente sejamos obrigados a pagar, mediante decisão judicial transitada em julgado ou acordo homologado pela seguradora, a terceiros em decorrência de um sinistro ocorrido, (c) Aeronáutico, (d) de Automóvel, para nossa frota de veículos, e (e) de Vida em Grupo, para nossos empregados, de acordo com seus respectivos riscos e em linha com os padrões de mercado. As empresas coligadas também possuem apólices de seguros para cobertura de riscos de seus ativos de acordo com as práticas de mercado.

Formas de Pagamento

Nossos clientes têm à sua disposição uma grande variedade de formas de pagamentos, como cartões de crédito, cartões de débito, cheque, dinheiro e crédito direto ao consumidor. A participação de cada meio de pagamento em nossa receita total bruta é ilustrada abaixo.

Mix de Vendas Financiadas



A principal forma de pagamento para compra dos nossos produtos é o Cartão Luiza, que carrega a bandeira da Mastercard e, em 2011, representou 35% do valor total de nossas vendas e próximo de 50% do valor total das vendas financiadas, com ticket médio em torno de R$ 550,00. Em comparação, na mesma data, as outras formas de pagamento: dinheiro, débito e cheque à vista, crédito direto ao consumidor, e cartão de crédito de terceiros representaram 24%, 13% e 28%, respectivamente, do valor total de vendas. Por meio do Cartão Luiza, permitimos o financiamento em até 24 parcelas (com juros) e em até 10 parcelas (12 parcelas em nosso site) sem juros. Com cartões de terceiros temos a mesma política de número de parcelas para a condição sem juros. Por conta do elevado custo de capital

7.9 - Outras informações relevantes

empregado na condição de parcelamento sem juros, mantemos um controle estrito do volume de vendas nessa condição. O parcelamento sem juros é atualmente permitido somente para alguns setores e regiões específicas onde nossas análises mostraram maior alavancagem de vendas com esta condição.

O CDC é emitido pela Luizacred e permite financiamentos em até 24 parcelas. Nosso canal de vendas corporativas faz uso intenso deste meio de pagamento.

Nosso prazo médio de recebimento das receitas do varejo é de aproximadamente 48 dias, sendo em grande parte influenciado pelo recebimento das vendas financiadas pela nossa financeira Luizacred, os quais são transferidos dois dias após o reconhecimento das compras. Essa é mais uma das vantagens competitivas que nossa parceria com o Itaú Unibanco nos oferece.

Operações financeiras

Em 2001, a Luizacred foi criada, em parceria com o Itaú Unibanco, para deter a exclusividade dos direitos de comercialização de produtos e serviços financeiros para a nossa base de clientes. Como detemos 50% da participação da Luizacred, beneficiamo-nos de 50% dos lucros e perdas associados a suas operações, e beneficiamo-nos do conhecimento e experiência do Itaú Unibanco em matéria de aprovação de crédito. Atualmente, oferecemos à nossa base de clientes produtos como cartão de crédito, CDC, empréstimo pessoal e empréstimo consignado. Essa iniciativa teve um papel importante no crescimento do Magazine Luiza. Com uma financeira dedicada a prover os recursos para a disponibilização de crédito aos nossos clientes, nós podemos oferecer aos nossos clientes melhores condições de pagamento e a aprovação de crédito no momento da compra, impactando diretamente o crescimento das vendas.

A partir do lançamento do Cartão Luiza, em 2007, a Luizacred assistiu a um crescimento bastante robusto e acelerado da sua base de clientes, atingindo um patamar, em 31 de dezembro de 2011, de mais de 4,4 milhões de cartões emitidos, sendo mais de 80% clientes ativos. Essa história de constante crescimento se reflete também no nosso faturamento e nos nossos resultados. Nos últimos três anos, a receita bruta da Luizacred cresceu 67,7% chegando, em 2011, a R$1.057,7milhões. A sua carteira de crédito apresentou crescimento de 39,8% em média nos últimos três anos, atingindo R$3,3 bilhões no último ano.

Os clientes que possuem o Cartão Luiza possuem facilidades exclusivas na compra de nossos produtos em todos os nossos canais de vendas, tais como condições especiais para parcelamento das compras, utilização de créditos rotativos, participação em promoções exclusivas, bem como permite acesso mais fácil e rápido aos nossos serviços e produtos financeiros. Além disso, o nosso Cartão Luiza oferece as facilidades de qualquer cartão de crédito bandeirado e pode ser utilizado fora de nossas lojas, sendo que em 2011, mais de 60% do faturamento dos portadores dos cartões Luiza foi obtido fora da rede Magazine Luiza. O Cartão Luiza é uma importante ferramenta na nossa estratégia de negócios por diversas razões, dentre as quais destacamos: (i) fidelização de nossos clientes; (ii) aumento do ticket médio por cliente; (iii) criação de oportunidade de novas compras por ocasião da possibilidade do pagamento das prestações do Cartão Luiza em nossas lojas; e (iv) facilitação da oferta de nossos diversos outros serviços e produtos financeiros.

O processo de concessão de crédito aos nossos clientes na primeira compra é realizado de maneira centralizada e utilizando modelos de crédito desenvolvidos pelo Itaú Unibanco. Nossos atendentes

7.9 - Outras informações relevantes

inserem as informações de nossos prospectivos clientes em nosso sistema e conferem a documentação necessária para abertura do cadastro. Se a documentação estiver em ordem e com os dados inseridos no sistema, automaticamente fazemos a verificação junto aos órgãos de restrição de crédito. Caso não haja restrições, submetemos o cadastro à verificação do *credit score no Itau Unibanco*, o qual, através de modelos estatísticos, avalia a capacidade de crédito do potencial cliente. As decisões de aprovação e negação das propostas são definitivas e não sofrem influência dos demais envolvidos no processo de venda, como o vendedor e o gerente da loja. Caso a proposta fique pendente, nosso Núcleo de Relacionamento com o Cliente (NRC), fará uma re-análise do caso, readequando a condição da venda, se necessário, e decidirá pela aprovação ou não da proposta. No momento da aprovação já estabelecemos o limite de crédito do cliente baseado na capacidade de pagamento identificada.

Em 2011, os indicadores de atraso da carteira da Luizacred melhoraram em relação a 2010. A carteira em atraso representava 16,8% da carteira total em dez/11, comparado com 19,4% em dez/10, uma redução de 2,6 pontos percentuais.
O saldo de provisões para devedores duvidosos no balanço da Luizacred aumentou de R$ 309,4 milhões (13,1% da carteira total) em dez/10 para R$469,5 milhões (14,1% da carteira total) em dez/11, permanecendo R$14,8 milhões acima da provisão requerida pelo Banco Central de acordo com a Lei nº 2682. O saldo de provisões representava 114% da carteira em atraso acima de 90 dias.

Em Dezembro de 2009, reafirmamos nossa parceria com o Itaú Unibanco estendendo-a por mais 20 anos. Nesse contrato, formalizamos diversas práticas de governança que adotávamos na Luizacred, dentre as quais a divisão de responsabilidades com o Itaú Unibanco nas operações. Dentre as segregações definidas destaca-se a atribuição dado ao Itaú Unibanco da responsabilidade pela criação e manutenção de modelos estatísticos de avaliação de risco e a definição de políticas de crédito. Dessa maneira, como já vinha ocorrendo, segregamos o processo de concessão de crédito do processo de venda, reforçando a utilização das expertises do Magazine Luizae do Itaú Unibanco de forma complementar e independente, garantindo assim a saúde da carteira de nossa financeira e evitando quaisquer conflitos de interesse de nossos vendedores na avaliação do cliente e realização da venda. Como consequência desta política a Luizacred tem apresentado um dos mais baixos níveis de perda líquida sobre a carteira do mercado. Além disso, a empresa possui independência operacional contando com profissionais de mercado para a gestão do negócio, além de um comitê operacional e um Conselho de Administração, com membros da Luizacred, Itaú Unibanco e conselheiros independentes.

Operações de Seguros

Como forma de ampliar o leque de produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes, identificamos a oportunidade de oferecer a extensão da garantia de produtos no momento da venda, principalmente, de eletro-eletrônicos de maior valor agregado. Buscamos um parceiro com expertise complementar à nossa para nos associarmos e oferecermos produtos exclusivos e direcionados às necessidades, de nossos clientes. Em 2005 foi então criada a Luizaseg em parceria com a Cardif.

Acreditamos que, do mesmo modo que com a Luizacred, a Luizaseg é importante fator de diferenciação competitiva, uma vez que nos permite termos total controle da carteira segurada, não sendo necessário

7.9 - Outras informações relevantes

compartilhar a sinistralidade com seguros comercializados em outros varejistas e, por consequência, de podermos negociar condições mais vantajosas junto a nosso parceiro para repasse aos nossos clientes.

Até o momento, o produto Garantia Estendida continua sendo o principal produto da Luizaseg. De acordo com o ranking de mercado preparado pela divisão de Coordenação de Sistemas e Informações para o Mercado da SUSEP (COSIM), a Luizaseg está entre as principais empresas que comercializam Garantias Estendidas.

Além de Garantia Estendida para móveis e eletrodomésticos, oferecemos aos nossos clientes o Troca Certa (onde garantimos a troca do produto com defeito até o limite do valor segurado) além de outros seguros individuais tais como Seguro Prestamista (garante o pagamento de prestações de financiamento), Seguro de Vida, Hospitalar, Assistência Médica, entre outros. Disponibilizamos a opção de Garantia Estendida para nossos clientes em todos os nossos canais, inclusive internet e demais seguros individuais em nossas lojas físicas.

Administração de Consórcios

O Consórcio Luiza está em operação há quase 20 anos com o objetivo de financiar nossos clientes na aquisição de eletrodomésticos. Atualmente operamos em diversos segmentos de produtos, desde veículos (como autos, motos, lanchas, tratores, etc.), eletrodomésticos, serviços (cirurgia plástica, assistência dentária, viagens, material de construção, pós-graduação) e imóveis, com uma carteira de mais de 50.000 clientes ativos.

Oferecemos consórcios em todas as nossas lojas e operamos com funcionários próprios e através de representantes comerciais. Além disso, a venda de produtos de consórcios pode ser realizada por qualquer funcionário do Magazine Luiza, bastando para isso solicitar acesso ao sistema de vendas. Em lojas maiores possuímos quiosques dedicados ao Consórcio, onde são exibidos e oferecidos os produtos comercializados.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. Controladores diretos e indiretos

Acionistas	Participação Direta	Participação Indireta
LTD Administração e Participações S.A.	60,61%	-
Wagner Garcia Participações S.A.	4,51%	23,87%
Luiza Participações S.A.	-	36,74%
Pelegrino José Donato	0,73%	
Luiza Trajano Donato	1,03%	
Onofre de Paula Trajano	0,29%	18,37%
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	0,64%	18,37%
Fabrício Bittar Garcia	0,04%	9,46%
Flávia Bittar Garcia	0,04%	9,46%
Franco Bittar Garcia	0,04%	9,46%

* As participações acima descritas têm por base a data deste Formulário de Referência.

Para mais informações acerca do quadro acionário da LTD Administração e Participações S.A., vide itens 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.

b. Controladas e coligadas

Denominação Social	Sociedade	Participação
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Controlada em Conjunto	50,00%
Luizaseg Seguros S.A.	Controlada em Conjunto	50,00%
Luiza Administradora de Consórcios Ltda.	Controlada	100,00%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

c. Participações de nossa Companhia em sociedades do grupo

Denominação Social	Sociedade	Participação
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Controlada em Conjunto	50,00%
Luizaseg Seguros S.A.	Controlada em Conjunto	50,00%
Luiza Administradora de Consórcios Ltda.	Controlada	100,00%

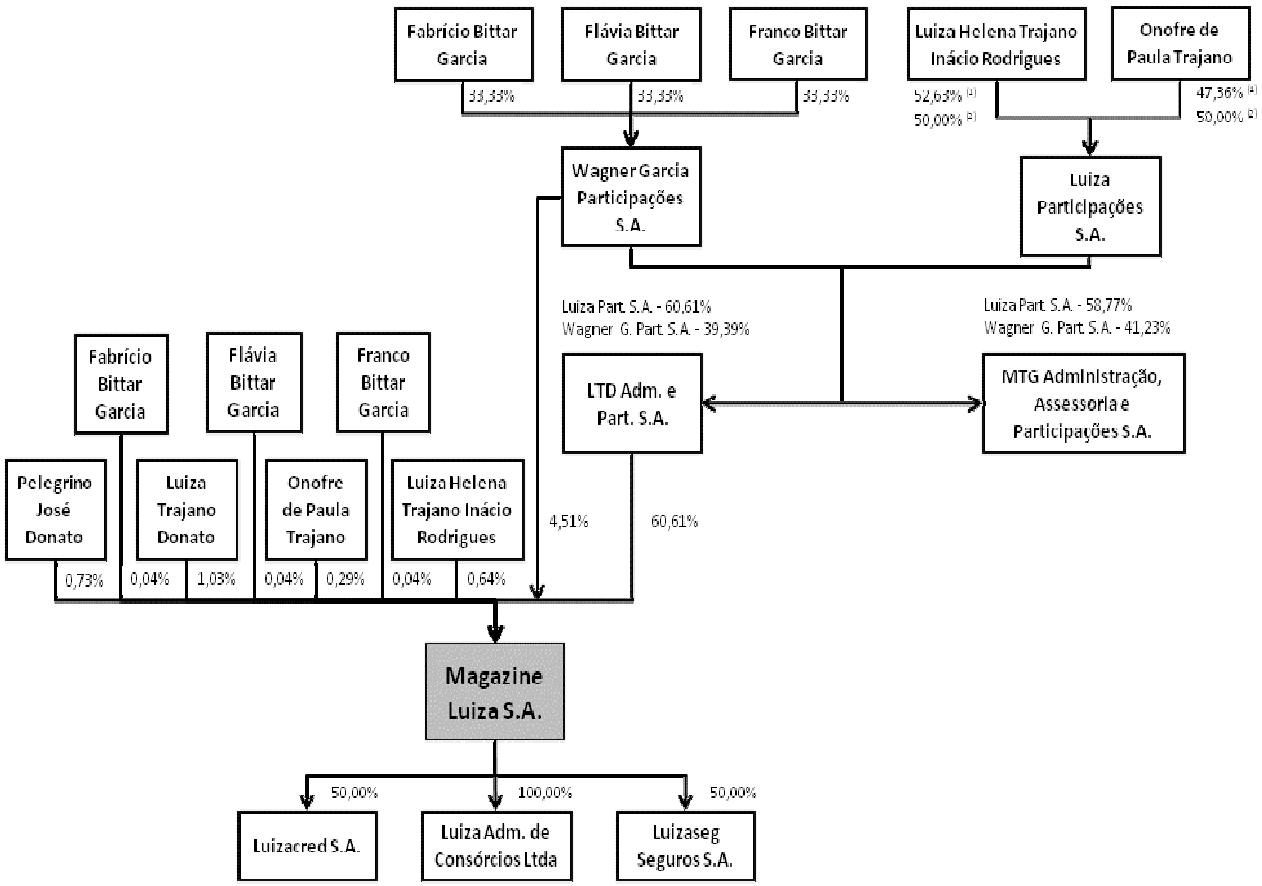
d. Participações de sociedades do grupo em nossa Companhia

Nenhuma outra sociedade do grupo detém participação em nosso capital social.

e. Sociedades sob controle comum

Denominação Social	Controlador Comum	Participação detida pelo Controlador Comum
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A.	Wagner Garcia Participações S.A. e Luiza Participações S.A.	100,00%
Castelo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Wagner Garcia Participações S.A. e Luiza Participações S.A.	100,00%
Ubervel Uberaba Veículos e Peças Ltda.	Wagner Garcia Participações S.A. e Luiza Participações S.A.	100,00%
Meta Veículos Ltda.	Wagner Garcia Participações S.A. e Luiza Participações S.A.	100,00%
Luiza Factoring Fomento Mercantil Ltda.	Wagner Garcia Participações S.A. e Luiza Participações S.A.	100,00%

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



(1) Capital Votante
(2) Capital Total

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	**29/07/2011**
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 21 de julho de 2011, foi celebrado o “Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças” por meio do qual foram adquiridas 100% das ações do capital social da New-UTD Utilidades Domésticas S.A. (“New-UTD”) pelo montante total de R$ 83 milhões, sendo que liquidação ocorreu em 29 de julho de 2011. Em 30 de novembro de 2011, houve a incorporação da New-UTD pelo Magazine Luiza S.A..
Data da operação	**17/12/2010**
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 17 de dezembro de 2010, a sociedade sob controle comum MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. celebrou junto a F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia) Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis, por meio do qual nos comprometemos a adquirir 3 imóveis detidos pela F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia) pelo valor de R$ 16.420.000,00 com o objetivo de expandir as nossas atividades.
Data da operação	**16/07/2010**
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	Em 16 de julho de 2010 adquirimos a totalidade das quotas em que se dividia o capital social da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia) pelo valor de R$ 98.280.693,00 com o objetivo de expandir as nossas atividades. Referida aquisição foi aprovada por nossa Assembleia Geral de Acionistas em 02/08/2010. Em 30 de abril de 2012, houve a incorporação da Lojas Maia pelo Magazine Luiza S.A.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que julguemos relevantes para as atividades da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Carapicuiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Diadema	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ferraz de Vasconcelos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itapevi	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itaquaquecetuba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Mauá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Praia Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Santo André	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Vicente	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Suzano	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Poá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarujá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Caieiras	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Mauá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Santos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Diadema	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Jaraguá do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Sapiranga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Vacaria	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Farroupilha	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	São José	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Içara	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Araranguá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Balneário Camboriú	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	General Carneiro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Mafra	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Uberaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Uberaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Pinhalzinho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Frederico Westphalen	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Passo Fundo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Passo Fundo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Franca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Matão	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Atibaia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Sete Lagoas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Maringá	Alugada
Escritório (Benfeitorias)	Brasil	SP	Franca	Alugada
Escritório (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escritório Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	SP	Louveira	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	SC	Navegantes	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	PR	Ibiporã	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	BA	Simões Filho	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Própria
Loja	Brasil	SP	Araçatuba	Própria
Loja	Brasil	SP	Sorocaba	Própria
Loja	Brasil	SP	Presidente Venceslau	Própria
Loja	Brasil	SP	Sertãozinho	Própria
Loja	Brasil	MG	São Sebastião do Paraíso	Própria
Loja	Brasil	MG	Alfenas	Própria
Loja	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Loja	Brasil	PR	Apucarana	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja	Brasil	PR	Cornelio Procopio	Própria
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Magazine Luiza – nº 821279483, classe 09:35 – 55 - 80	Brasileiro	Registro válido até 03/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza – nº 822238195, classe 35	Brasileiro	Registro válido até 25/07/2016	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Loja Eletrônica Luiza – nº 817072160, classe 20	Brasileiro	Registro válido até 09/03/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Loja Eletrônica Luiza – nº 824629353	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Loja Eletrônica Luiza – nº 824654552 (classe 35) e 824654560 (classe 20)	Brasileiro	Registro válido até 24/04/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 816772592, classe 20:15 – 20 - 25	Brasileiro	Registro válido até 08/03/2014	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 816772584, classe 18:10	Brasileiro	Registro válido até 24/01/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 817072152, classe 09:05 – 40 - 50	Brasileiro	Registro válido até 09/03/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 817264655, classe 09:05 – 40 - 50	Brasileiro	Registro válido até 30/05/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Luiza – nº 820259217 (classe 09:35 – 55 - 80) e 821279459 (classe 09:35 – 55 - 80)	Brasileiro	Registro válido até 03/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 822238209, classe 35	Brasileiro	Registro válido até 25/07/2016	São as mesmas consequências descritas acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 902271253, 902271709, 902271091 e 902271580 (classes 11, 21, 07 e 12, respectivamente)	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 823054241, classe 36	Brasileiro	Registro válido até 14/07/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 816996601, classe 40:16	Brasileiro	Registro válido até 16/06/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Loja Virtual Luiza – nº 821430440, classe 20	Brasileiro	Registro válido até 10/02/2014	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Loja Virtual Luiza – nº 821430432, classe 09:05 – 40 - 50	Brasileiro	Registro válido até 03/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Loja Virtual Luiza – nº 821430459, classe 35	Brasileiro	Registro válido até 10/02/2014	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Loja Virtual Luiza – nº 821430424, classe 09:35 – 55 - 80	Brasileiro	Registro válido até 03/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza.com – nº 822210800, classe 38	Brasileiro	Registro válido até 13/06/2011	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza.com – nº 822210819, classe 42	Brasileiro	Registro válido até 29/05/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	O Futuro é Já – nº 822312875, classe 35	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza.com – nº 822491761, classe 42	Brasileiro	Registro válido até 29/05/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza.com – nº 822491753, classe 38	Brasileiro	Registro válido até 18/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine.com – nº 822491770 e 822491788	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Tia Luiza.com – nº 822814331 (classe 35) e 822814340 (classe 35)	Brasileiro	Registro válido até 10/10/2016	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Microluiza – nº 824754417, classe 09	Brasileiro	Registro válido até 24/04/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Liquidação 30 Horas – nº 824880072 (classe 20) e 824880080 (classe 35)	Brasileiro	Registro válido até 02/05/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Liquidação 30 Horas – nº 824881893, classe 09	Brasileiro	Registro válido até 10/06/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Troca Garantida - nº 824950780 e 824957318	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima, sabendo que os números são 825118107, 825118123, 825118131, 825118115, 825119987, 825119995 e 825150000 (classes 09, 20, 21, 11, 07 12 09 e 28)	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Liquidação Fantástica– nº 825118107, 825118123, 825118131, 825118115, 825119987, 825119995 e 8251500	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza Hair– nº 826343830, 826405266 e 826405282	Brasileiro	Registro válido até 18/09/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza Hair – nº 826405258, classe 03	Brasileiro	Registro válido até 16/12/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza Hair – nº 826405290, classe 38	Brasileiro	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Liquidação da Madrugada– n º 826343848, 826405452	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Só Hoje – nº 826343856, 826405304, 826405312, 826405320, 826405339, 826405347, 826405355 e 826405363	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Só Hoje – nº 826405371 e 826405380	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza – Vem Ser Feliz – nº 827192452 (35), 827192460 (20) e 827192479 (09)	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Dinner – nº 829721142, classe 28	Brasileiro	Registro válido até 07/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Dinner – nº 900979283, classe 21	Brasileiro	Registro válido até 14/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Dinner – nº 901034070	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Explorer– nº 829721150	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Luizacred.com – nº 900161671 (classe 42) e 900161710 (classe 38)	Brasileiro	10 anos (renováveis)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Loja Eletrônica Luiza – nº 824629353 (classe 11)	Brasileiro	Registro válido até 14/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza Hair – nº 826405274, classe 11	Brasileiro	Registro válido até 31/05/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Recarga Premiada – n.º 904165000 (classe 36), 904165035 (classe 38)	Brasileiro	10 anos após data do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Você – n.º 903750597 (classe 35), 903750740 (classe 35)	Brasileiro	10 anos após data do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza Você – n.º 903751240 (classe 35)	Brasileiro	10 anos após data do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Recarga Celular – nº 900622377, classe 36	Brasileiro	Registro válido até 29/12/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Troca Certa – nº 900622660, classe 35	Brasileiro	Registro válido até 29/12/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Vitreo - nº 900967897	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Thunder – nº 900972777	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Grill Designer – nº 901086142	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Grill Estilo – nº 901086169	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Grill Aroma – nº 901086274	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pérola – nº 901086649	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Ion Ceramic – nº 901086789	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazineluiza nº 901356280,901354929,901355046,901355879,901355364,901355712,901356476 e 901356549	Brasileiro	Registro válido até 06/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazineluiza – nº 901356360, classe 28	Brasileiro	Registro válido até 07/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Promoção Agarre O Que Puder Magazine Luiza Vem Ser Feliz– nº 901788252,901788813 e 901789046	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Promoção Agarre O Que Puder Magazine Luiza Vem Ser Feliz – nº 901786861, 901787116, 901787531 e90178	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Lu Vendedora Virtual– nº 902072277, 902072323, 902072609, 902072668, 902141570 e 902207610	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Kit República– nº 902566440, 902566946, 902567233, 902576232, 902574710, 902576577 e 902582283	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza Company O Atendimento Magazine Luiza Para Sua Empresa – nº 902074296, 902073818 e 902075209	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Luiza Company Atendimento Magazine Luiza Para Sua Empresa – nº 902075268, 902075306 e 902180975	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Chutou,Ganhou! Magazine Luiza – nº 902437771, classe 09	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Os Imbatíveis Nossos Super-Heróis Destruíram os Preços ! – nº902501780, classe 35	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Kit República Magazineluiza.com Uma Força Para Equipar Sua Nova Casa – nº 902579738, classe 35	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Consórcio Nacional Luiza – nº 818197951, classe 40:16	Brasileiro	Registro válido até 25/02/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Consórcioluiza – nº 828982635, classe 36	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Plano Meu Primeiro Carro – nº 901791415, classe 36	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luizaseg – nº 827986785, classe 36	Brasileiro	10 anos a partir registro	São as mesmas consequências descritas acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza Seguros - nº 827986793	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Seguros Luiza – nº 900622687	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Seguros Luiza Vida – nº 900622741, classe 36	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Seguros Luiza Renda Hospitalar – nº 900622776, classe 36	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Seguros Luiza Cartão Protegido – nº 900622806, classe 36	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Cred Seguro – nº 824629329, classe 36	Brasileiro	Registro válido até 10/06/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	FMX – nº 820375390, classe 36	Brasileiro	Registro válido até 12/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Cartão Luiza – nº 824629310, classe 36	Brasileiro	10 anos (renováveis)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Luizacred – nº 824629337, classe 36	Brasileiro	10 anos (renováveis)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Grana Extra – nº 824629345, classe 36	Brasileiro	10 anos (renováveis)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Reforma & Construção – nº 825848016, classe 36	Brasileiro	10 anos (renováveis)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Graninha	Brasileiro	10 anos (renováveis)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Multicaixa – nº 90062842, classe 36	Brasileiro	10 anos (renováveis)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	magazineluiza.com.br	N/A	Registro válido até 06/10/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Garantia Luiza Plus – nº 821279467, classe 40:15	Brasileiro	Registro válido até 04.07.2016	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca concedidos podem ser contestados, como, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei, ou por requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que violamos os direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenhamos êxito processual. Não temos conhecimento da existência de qualquer procedimento de violação por nossa parte. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Garantia Luiza Plus – nº 821396048, classe 09 : 35 - 55 - 80	Brasileiro	Registro válido até 03.08.2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Garantia Luiza Plus – nº 821396048, classe 09 : 35 - 55 - 80	Brasileiro	Registro válido até 03.08.2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Garantia Luiza Plus nº200037013,821396056, 200037021, 821396064, (classes 21, 20, 24 e 21 respectiv)	Brasileiro	Registro válido até 12/08/2013	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Garantia Luiza Plus – nº 900622601, classe 36	Brasileiro	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Lider – nº 770244505, classe 09:50	Brasileiro	Registro válido até 26/12/2014	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza - nº 812376307, classe 28:10	Brasileiro	Registro válido até 08/12/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza – nº 812376315, classe 20:10	Brasileiro	Registro válido até 27/10/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
F S Vasconcelos e Cia Ltda.	09.268.517/0001-30	-	Controlada	Brasil	PB	João Pessoa	Comercio varejista, atacadista, representante comerciais, administração de cartão de créditos.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado	31/12/2010	0,00
31/12/2011	-34,280000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2011	63.106.000,00
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Lojas Maia, possui a mesma atividade da controladora e faz parte do plano de expansão da rede, além da não sobreposição de lojas e crescimento do mercado consumidor onde a mesma está localizada.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Luiza Administradora de Consórcios Ltda.	60.250.776/0001-91	-	Controlada	Brasil	SP	Franca	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos.	0,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado	31/12/2010	0,00
31/12/2011	-3,500000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2011	9.771.000,00
31/12/2010	10,180000	0,000000	0,00			
31/12/2009	19,290000	0,000000	1.500.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Luiza Administradora de Consórcios fomenta o aumento de vendas por meio dos consórcios de eletro e móveis, além da consolidação da marca através dos outros produtos ofertados (consórcio de imóveis e veículos).

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Sociedades de crédito, financiamento e investimento – financeiras	40,550000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado	31/12/2010	0,00
31/12/2011	137,170000	0,000000	7.058.000,00	Valor contábil	31/12/2011	122.858.000,00
31/12/2010	119,520000	0,000000	1.654.000,00			
31/12/2009	12,910000	0,000000	863.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Luizacred suporta e viabiliza a maior parte das operações de crédito junto aos nossos clientes.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Seguros não-vida	50,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado	31/12/2010	0,00
31/12/2011	3,450000	0,000000	5.970.000,00	Valor contábil	31/12/2011	38.398.000,00

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2010	7,310000	0,000000	7.000.000,00					
31/12/2009	0,750000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Luizaseg suporta e viabiliza a maior parte das operações de seguros vendidos aos nossos clientes.

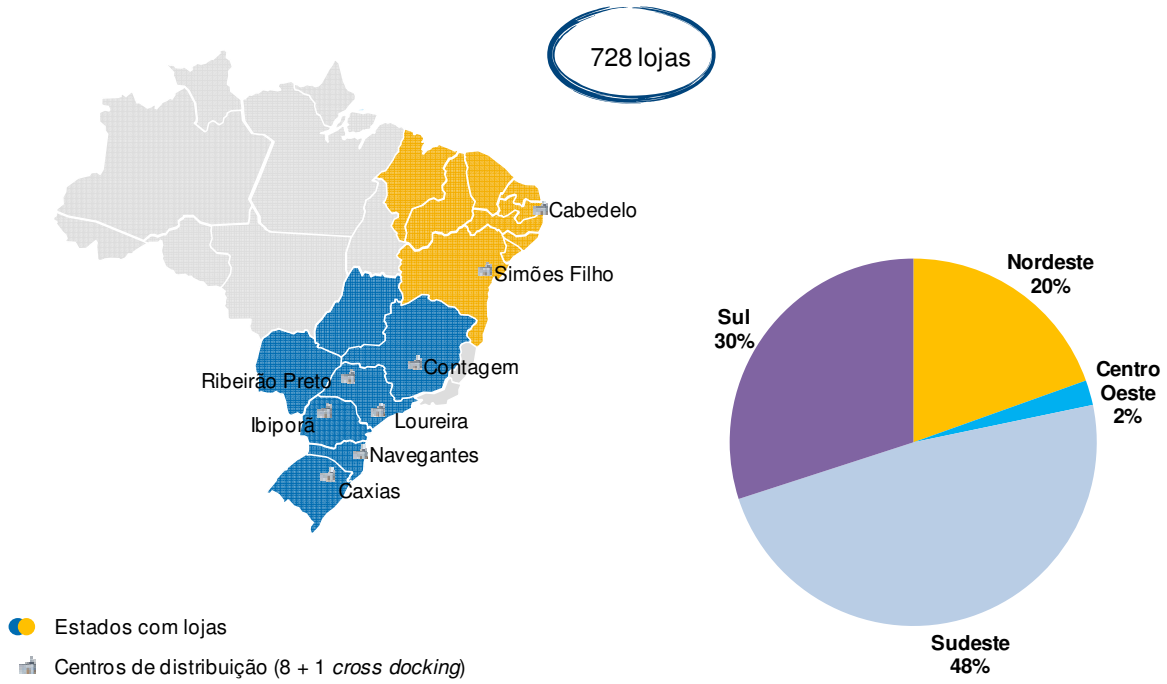
9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 9 do Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

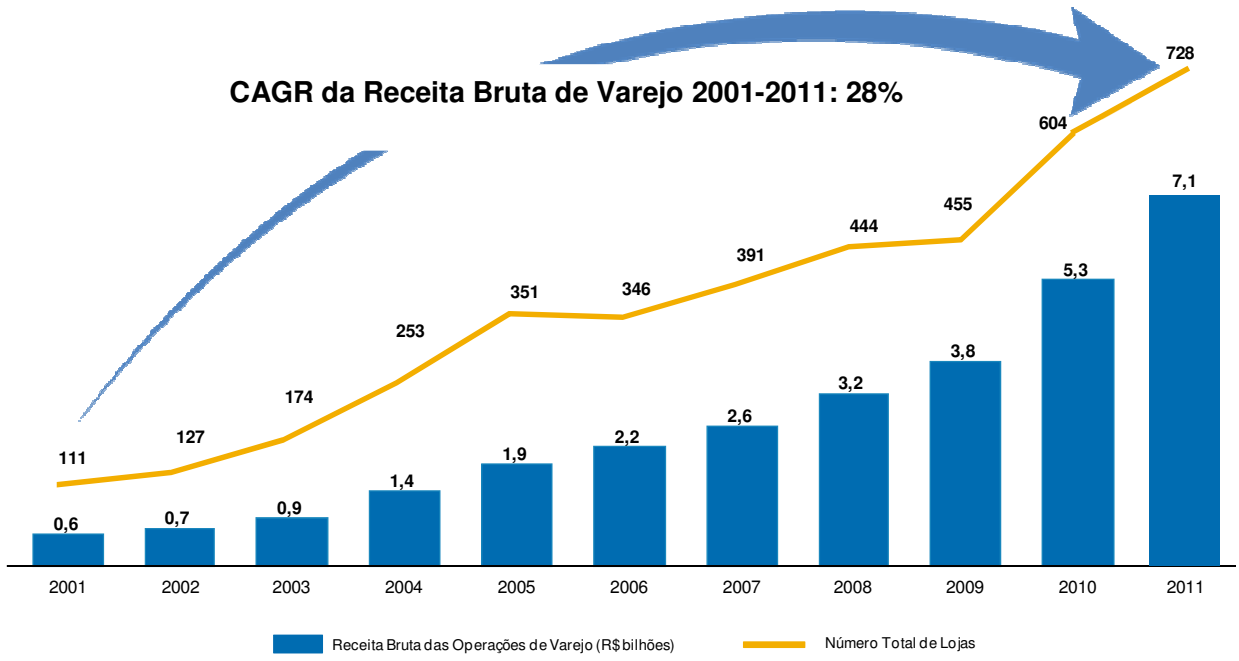
O Magazine Luiza é uma das maiores redes varejistas com foco em bens duráveis e com grande presença nas classes populares do Brasil. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia operava 728 lojas e nove centros de distribuição estrategicamente localizados em 16 estados brasileiros, cujas economias correspondem a 75% do PIB nacional. Nessa mesma data, a Companhia contava com mais de 26 mil colaboradores, e uma base de aproximadamente 23 milhões de clientes.



Nos últimos 10 anos, a taxa anual composta de crescimento da receita bruta de operações de varejo foi de 28%, conforme indica o gráfico abaixo. Nesse período, a Companhia apresentou crescimento acima de dois dígitos em todos os anos, mesmo em momentos de crise econômica.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Evolução da Receita Bruta das Operações de Varejo (em R$ bilhões) e do Número de Lojas



A Companhia busca proporcionar uma experiência de compra diferenciada por meio de uma diversificada plataforma de vendas, consistente nos seguintes canais: (i) 624 lojas convencionais, que contam com mostruário físico e estoque próprio; (ii) 103 lojas virtuais, nas quais os produtos são vendidos por meio de terminais de computadores com o auxílio de vendedores e sistema multimídia, sem a necessidade de estoque físico de mercadorias nas lojas; (iii) 1 site (www.magazineluiza.com.br), que oferece conteúdo, serviços diferenciados e produtos exclusivos para este canal; (iv) televendas e (v) vendas corporativas.

PRINCIPAIS INDICADORES 2011

R$ milhões (exceto quando indicado)	12M11	12M10	Var(%)
Receita Bruta Total	7.601,3	5.692,0	33,5%
Receita Líquida Total	6.419,4	4.808,0	33,5%
EBITDA	300,6	319,9	-6,0%
Margem EBITDA	4,7%	6,7%	-2,0 pp
Lucro Líquido	11,7	68,8	-83,1%
Margem Líquida	0,2%	1,4%	-1,2 pp
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas	16,5%	29,0%	-
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	13,1%	24,7%	-
Crescimento nas Vendas Internet	44,4%	75,0%	-
Quantidade de Lojas - Final do Período	728	604	20,5%
Área de Vendas - Final do Período (M²)	454.045	400.112	13,5%
Área Média por Loja - Final de Período (M²)	624	662	-5,8%
Base Total de Cartões Luizacred (mil)	4.426	3.287	34,6%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

DESTAQUES 2011

O ano de 2011 foi considerado um período de grandes iniciativas e conquistas para a Companhia, notadamente pelo expressivo crescimento em vendas, pela abertura do capital da Companhia, pela consolidação do escritório de negócios em São Paulo e pelos significativos investimentos em expansão e reforma de lojas, em logística e tecnologia:

Crescimento Expressivo em Vendas

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza em 2011 foi de R$7,6 bilhões, crescendo 33,5% em relação ao ano de 2010. O crescimento no conceito mesmas lojas foi de 16,5%, o que representa ganhos relevantes de *market-share*. As vendas pela internet cresceram 44,4%, totalizando R$821,1 milhões em 2011. Adicionalmente, o faturamento da Lojas Maia praticamente dobrou em relação ao seu faturamento antes da aquisição, atingindo R$1,0 bilhão.

Crescimento Sustentável

A Companhia apresentou um crescimento sustentável em todos os trimestres, apesar da desaceleração da economia, notadamente no segundo semestre de 2011, e de uma política mais conservadora na aprovação de crédito pela Luizacred. A margem bruta consolidada se manteve nos patamares projetados para 2011, destacando o esforço em crescer o *market-share* sem afetar a rentabilidade comercial. Além disso, a Companhia manteve sua disciplina financeira, limitando as vendas sem juros.

Consolidação do Escritório de São Paulo

A Companhia realizou a transferência, em outubro de 2010 e janeiro de 2011, de 350 colaboradores e suas famílias de Franca para São Paulo. O ano de 2011 representou a consolidação e o pleno funcionamento do novo escritório de negócios, impactando as despesas administrativas no curto prazo. No entanto, essa mudança foi extremamente importante para a sustentabilidade e o futuro da Companhia, sendo que tais custos serão diluídos no médio prazo com o aumento das vendas e a incorporação das redes adquiridas.

Abertura do Capital da Companhia

Em junho de 2011, a Companhia finalizou o processo de IPO, um passo muito importante para a sua trajetória de crescimento, permitindo o acesso a uma fonte alternativa de financiamento dos investimentos, geração de empregos e criação de valor para seus acionistas. Com o IPO, mais de mil funcionários puderam se tornar acionistas da Companhia, reforçando a sua forte cultura corporativa.

Investimentos e Expansão

O Magazine Luiza inaugurou 124 lojas em 2011, passando de 604 em 2010 para 728 lojas em dezembro de 2011, sendo 24 lojas novas e 100 oriundas da aquisição do Baú. Dessa forma, a Companhia antecipou seu plano de investimentos em cerca de dois anos. Além disso, foram reformadas e remodeladas 124 lojas, incluindo 39 lojas no Nordeste, onde foi iniciado o processo de virada da marca de Lojas Maia para Magazine Luiza.
Em função de todos os investimentos realizados, a Companhia elevou o nível de despesas operacionais em 2011, afetando a sua rentabilidade final, impactada pelos seguintes principais fatos:

Aquisição das Lojas do Baú

A aquisição das Lojas do Baú teve principalmente dois objetivos estratégicos: (i) aumentar a presença nos estados de São Paulo e Paraná e (ii) expandir o canal virtual através da inauguração de mais de 30 lojas virtuais. A Companhia encerrou o ano de 2011 com 103 lojas virtuais, demonstrando o seu comprometimento em investir na multi-canalidade. Os resultados de 2011 foram impactados em decorrência de:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Desembolso inicial no valor de R$80,3 milhões pela aquisição;
- Despesas extraordinárias de R$30,8 milhões, relacionadas a pessoal, aluguel das lojas e centros de distribuição, marketing e treinamento, principalmente no período em que as lojas permaneceram fechadas;
- Investimentos de R$10,5 milhões relacionados à reforma e inauguração de lojas.

Processo de Integração da Lojas Maia

A Companhia, dando continuidade ao processo de integração da Lojas Maia, realizou a virada da marca nas regiões metropolitanas do Recife, em outubro, Maceió e Fortaleza, em dezembro. A antecipação da virada da marca teve como objetivo o fortalecimento do Magazine Luiza nas principais regiões metropolitanas do Nordeste, que apresenta um crescimento acima da média do país. Os principais impactos nos resultados de 2011 foram:

- Redução das vendas das lojas que permaneceram parcialmente fechadas durante o período de reforma;
- Despesas extraordinárias no valor de R$18,0 milhões, relacionadas às liquidações de estoques, marketing, viagens, treinamentos da equipe, dentre outras;
- Investimentos de R$49,5 milhões relacionados à reforma e inauguração de lojas.

Investimentos em Infraestrutura

O Magazine Luiza realizou importantes investimentos em infraestrutura, notadamente em logística e tecnologia, de R$71,0 milhões, incluindo o início das obras de expansão do centro de distribuição de Louveira, de 60 mil m^2 para 95 mil m^2, com conclusão prevista para 2T12. Além dos investimentos fixos, a Companhia teve despesas extraordinárias de R$29,6 milhões, relacionadas a consultorias e despesas de integração das redes adquiridas. Tais gastos contribuíram para garantir o sucesso das integrações da Lojas Maia e do Baú, o expressivo crescimento das vendas no final do ano e na Liquidação Fantástica, realizada na primeira semana de 2012, simultaneamente em 728 lojas.

Resultados da Luizacred

Com a migração da plataforma de cartão crédito para o Itaú Unibanco, novas práticas foram adotadas na Luizacred, de forma que o reconhecimento de receitas passou a ser mais conservador, as provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa substancialmente maiores do que o previsto e a taxa de aprovação de crédito reduzida em mais de 10 pontos percentuais, apesar da melhora dos indicadores de atraso.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de dezembro de 2011, o nosso patrimônio líquido totalizava R$620,9 milhões, enquanto o nosso endividamento líquido era de R$420,0 milhões. A predominância do capital de terceiros na nossa estrutura de capital é resultado da nossa opção por acelerar nosso crescimento, de forma a maximizar o valor para os nossos acionistas. Consideramos também que as receitas diferidas são parte importante do financiamento dos nossos negócios, uma vez que os recursos recebidos decorrentes de parcerias foram utilizados para reduzir nosso endividamento e financiar nosso crescimento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital:

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**2009**
Empréstimos e Financiamentos Circulantes	129,7	108,8	168,1
Financiamento da Aquisição da Lojas Maia	-	33,6	0,0
Empréstimos e Financiamentos Não Circulantes	581,7	666,1	527,7
Endividamento Bruto (A)	**711,3**	**808,5**	**695,8**
Caixa e Equivalentes de Caixa	173,1	328,9	192,4
Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	75,0	46,7	39,2
Títulos e Valores Mobiliários Não Circulantes	43,3	32,0	24,0
Caixa e Aplicações (B)	**291,3**	**407,6**	**255,6**
Endividamento Líquido (A) - (B) (1)	**420,0**	**400,9**	**440,2**
Receitas Diferidas	318,4	322,0	272,8
Patrimônio Líquido	620,9	47,4	(6,1)

(1) O Endividamento Líquido corresponde a empréstimos e financiamentos circulante e não circulante mais financiamentos de aquisições, subtraído do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulante e não circulante. Outras companhias podem calcular o Endividamento Líquido de maneira diferente da Companhia.

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, bem como fórmula de cálculo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Cumprimos com todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência, bem como mantivemos assiduidade nos pagamentos desses compromissos. Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e recursos de terceiro. No exercício de 2012, considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades, investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo ilustra a reconciliação entre o nosso lucro (prejuízo) líquido e o EBITDA:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	**2011**	**2010**	**2009**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	11,7	68,8	(92,7)
(+) Imposto de renda e contribuição social	36,3	41,1	(43,9)
(+) Resultado financeiro líquido	165,7	141,5	140,6
(+) Depreciação e amortização	86,9	68,5	60,6
EBITDA (1)	**300,6**	**319,9**	**64,6**
Margem EBITDA (EBITDA / Receita Líquida)	**4,7%**	**6,7%**	**1,9%**

(1) Calculamos o EBITDA (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) como o lucro (prejuízo) líquido, antes do imposto de renda e da contribuição social, das receitas (despesas) financeiras e da depreciação e amortização. Em razão de nosso cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também da nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou IFRS, e não deve ser considerado com alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicadore de liquidez. O EBITDA não possui significado padrão e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com a definição de EBITDA utilizada por outras companhias. Porém, uma vez que EBITDA não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.

Em 2011, alcançamos EBITDA de R$300,6 milhões, com margem EBITDA de 5,4%. No mesmo período, nossa dívida liquida era de R$420,0 milhões, representando 1,4 vezes nosso EBITDA. Adicionalmente, alteramos o perfil de nossos financiamentos, privilegiando os empréstimos de longo prazo, que representavam 82% do nosso endividamento bruto em 31 de dezembro de 2011.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	**2011**	**2010**	**2009**
(+) Empréstimos e financiamentos circulantes	129,7	108,8	168,1
(+) Financiamento da Aquisição da Lojas Maia (circulante)	-	33,6	0,0
(+) Empréstimos e financiamentos não circulantes	581,7	666,1	527,7
(=) Endividamento Bruto	**711,3**	**808,5**	**695,8**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	173,1	328,9	192,4
(-) Títulos e valores mobiliários circulantes	75,0	46,7	39,2
(-) Títulos e valores mobiliários não circulantes	43,3	32,0	24,0
(=) Endividamento Líquido	**420,0**	**400,9**	**440,2**
Endividamento de curto prazo / Endividamento Bruto	18%	18%	24%
Endividamento de longo prazo / Endividamento Bruto	82%	82%	76%
EBITDA	300,6	319,9	64,6
Dívida Líquida / EBITDA	1,4 x	1,3 x	6,8 x

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos, em ativos não circulantes, utilizadas

Nosso capital de giro é financiado principalmente por recursos de terceiros. Nossos ativos operacionais de curto prazo são compostos, principalmente, pelos estoques, contas a receber e impostos decorrentes da substituição tributária. Do lado passivo, contamos principalmente com nossos fornecedores de mercadorias para revenda, bem como com o financiamento garantido pelo Itaú Unibanco para a Luizacred financiar nossos clientes (depósitos inter financeiros).

Para o financiamento de nossos investimentos em ativos não circulantes, contamos com geração de caixa (nossa e também de nossas controladas em conjunto e subsidiárias) e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha.

A tabela abaixo ilustra a nossa estrutura de capital de giro:

	Em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	**2011**	**2010**	**2009**
Ativo Circulante	3.567,1	2.895,6	2.011,2
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(173,1)	(328,9)	(192,4)
(-) Títulos e Valores Mobiliários Circulantes	(75,0)	(46,7)	(39,2)
Subtotal	3.319,0	2.520,0	1.779,6
Passivo Circulante	3.167,1	2.685,9	1.837,3
(-) Empréstimos e Financiamentos Circulantes	(129,7)	(108,8)	(168,1)
(-) Financiamento da Aquisição da Lojas Maia	-	(33,6)	0,0
(-) Receitas Diferidas	(24,1)	(26,0)	(55,0)
(-) Dividendos a Pagar	(1,7)	-	-
Subtotal	3.011,6	2.517,5	1.614,2
Capital de Giro	**307,3**	**2,4**	**165,4**

A tabela abaixo ilustra a nossa estrutura de capital fixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	**2010**	**2010**	**2009**
Contas a receber	9,4	18,7	24,8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	178,9	168,2	162,5
Outros ativos	139,8	79,8	27,1
Imobilizado	489,9	358,8	297,8
Intangível	448,9	374,6	86,7
Contas dos Ativos não circulantes (A)	**1.267,0**	**1.000,1**	**598,9**
Depósitos interfinanceiros	-	4,0	4,3
Impostos parcelados	4,4	6,3	12,9
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	173,4	182,0	26,3
Provisões técnicas de seguros	17,9	20,8	12,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10,8	13,7	0,0
Outras contas a pagar	6,9	5,4	1,4
Contas dos Passivos não circulantes (B)	**213,3**	**232,2**	**57,1**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2010	2010	2009
Capital Fixo (A) - (B)	**1.053,6**	**767,9**	**541,8**

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa operacional e de nossas controladas em conjunto e subsidiárias é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais divergências entre as disponibilidades com montantes vincendos no curto prazo, contamos também com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

f. Níveis de endividamento e características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Grande parte do nosso endividamento é composta por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é a garantia de recursos para nossos investimentos, como: aberturas de novas lojas, capital de giro e aquisições. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009, os nossos empréstimos e financiamentos apresentavam saldo de R$711,3 milhões, R$774,9 milhões e R$695,8 milhões, respectivamente.

As principais garantias que oferecemos para a captação de linhas de financiamento têm sido a cessão dos nossos recebíveis, fianças bancárias, hipoteca e avais/fianças de acionistas.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros referentes aos períodos indicados:

		Vencimento	Exercício encerrado em 31/dez de		
Modalidade	**Encargo**	**final**	**2011**	**2010**	**2009**
BNDES	TJLP + 2,38%aa IPCA + 8,91%aa	dez/13	32.297 658.646	50.338	76.350
Capital de Giro	107,5% a 118,8% CDI	ago/15	20.392	709.876	608.030
Arrendamentos Mercantis Financeiros	CDI/TJLP/LIBOR	dez/19		14.659	11.460
Total			**711.335**	**774.873**	**695.840**
Passivo circulante			129.671	108.758	168.122
Passivo não circulante			581.664	666.115	527.718

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2011.

Banco do Brasil

- *Contrato de Abertura de Crédito (FINBENS)*

  O Magazine Luiza celebrou Contrato de Abertura de Crédito com o Banco do Brasil S.A. (FINBENS), em 19 de setembro de 2007, com um limite de crédito de R$300,0 milhões.

- *Contratos de Abertura de Créditos Fixos*

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Magazine Luiza celebrou quatro Contratos de Abertura de Crédito com o Banco do Brasil S.A., em 19 de março de 2009, 14 de abril de 2009, 13 de maio de 2009 e 08 de julho de 2009, com o valor total de R$150,0 milhões.

Em 01 de agosto de 2011, os saldos devedores de Créditos Fixos e FINBENS foram consolidados e ratificados. Os prazos de vencimentos alterados para 17 de agosto de 2015.

As amortizações de principal passaram a ter carência de pagamento de 30 (trinta) meses a contar da data de consolidação e ratificação, sendo amortizados em quatro parcelas semestrais a partir de 17 de fevereiro de 2014. Os pagamentos de juros serão feitos semestralmente a partir da data de consolidação e ratificação.

O contrato é garantido por fiança da MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. e cessão de direitos creditórios de recebíveis da bandeira Visa.

Os contratos poderão ser declarados antecipadamente vencidos, no caso das hipóteses usuais de mercado.

- *Contratos de Empréstimo Externo Direto em Moeda Estrangeira*

A F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia) celebrou com o Banco do Brasil S.A., em 17 de dezembro de 2010, dois Contratos de Empréstimo Externo Direto em Moeda Estrangeira e Outras Avenças (“Contratos de Empréstimo Internacional - BB“) nos valores de USD 54,2 milhões e USD 16,4 milhões, respectivamente. O saldo devedor e os contratos são garantidos por cessão de direitos creditórios de recebíveis da bandeira Visa.

Com o objetivo de mitigar o risco cambial da operação de crédito, firmamos contratos de *swap* com o Banco do Brasil S.A., os quais substituem o valor principal mais juros, indexados em moeda estrangeira, pela variação do CDI + spread, em moeda local.

Os contratos têm estruturas semelhantes e serão amortizados em nove parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira parcela em 24 de junho de 2012.

Os contratos poderão ser declarados antecipadamente vencidos, no caso das hipóteses usuais de mercado.

Banco Bradesco

- *Contratos de Empréstimo*

O Magazine Luiza celebrou o Contrato de Empréstimo com o Bradesco S.A., New York Branch, em 14 de dezembro de 2010, no valor de USD60,0 milhões.

Este contrato é garantido por nota promissória do Magazine Luiza, aval da MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. e por cessão de direitos creditórios dos recebíveis das bandeiras Amex (originados no Magazine Luiza e na Lojas Maia) e Hipercard (originados na Lojas Maia).

Com o objetivo de mitigar o risco cambial da operação de crédito, firmamos um contrato de swap com o Banco do Bradesco S.A., o qual substitui o valor principal mais juros, indexados em moeda estrangeira, pela variação do CDI + spread, em moeda local.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido, no caso das hipóteses usuais de mercado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- *Contrato de Financiamento - BNDES*

  O Magazine Luiza celebrou Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nº 08.2.0171.1, em 14 de julho de 2008, com o valor principal de R$76,5 milhões, constando de três subcréditos (subcrédito A no valor de R$51,3 milhões, subcrédito B no valor de R$22,0 milhões e subcrédito C, no valor de R$3,2 milhões).

  Este contrato é garantido por cartas fiança, emitidas pelo Banco do Brasil S.A., Banco Votorantim S.A., HSBC Bank Brasil S.A. e Itaú BBA.

  Os pagamentos dos valores principais dos subcréditos serão efetuados em parcelas mensais e anuais, no período de 15 de agosto de 2009 a 15 de dezembro de 2013.

  O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido, no caso das hipóteses usuais de mercado, ou, no caso da existência de pessoa que exerça função remunerada na empresa que venha ser diplomada como Deputado(a) Federal ou Senador(a).

O nosso endividamento de curto e longo prazo, na data base de 31 de dezembro de 2010, está assim distribuído ao longo do tempo:

	Pagamentos devidos por período (em reais mil)				
Contrato de Empréstimo	**Total**	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**
Total	**711.335**	**129.672**	**348.029**	**233.634**	**-**

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2011, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, mantemos sólidas relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Adicionalmente, firmamos (i) com o Itaú Unibanco e com o Banco Itaucard S.A. um Acordo de Associação relativo à nossa operação com a Luizacred, nossa controlada em conjunto financeira; e (ii) com a Cardif um Acordo relativo à nossa operação com a Luizaseg, nossa controlada em conjunto que oferece trabalho de seguros com garantia estendida e outros seguros. Para maiores informações sobre estes contratos, consulte item 7.8 (a) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, principalmente com relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 31 de dezembro de 2011, cumprimos com as obrigações acessórias ("*covenants*"), que restringiam os limites e a contratação de novas dívidas, constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos, firmados junto às instituições financeiras. Essas obrigações acessórias referem-se ao atingimento de índices financeiros, que possuem vencimentos no ano de 2012, conforme descrito abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	● não realizar, sem prévia e expressa autorização do Banco do Brasil, a distribuição de dividendos em, no máximo, 25% do lucro líquido;
Contrato Banco do Brasil	● manter a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada[1] / EBITDA não superior a 3,0 vezes, sendo apurada semestralmente, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos financeiros; e
	● apresentar balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.

[1] Dívida Financeira Líquida Ajustada entende-se como o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, excluindo-se as operações de Compror e Vendor, menos disponibilidades e contas a receber de cartões de crédito.
[2] Dívida Líquida entende-se como o somatório de todos e quaisquer empréstimos bancários, excluindo-se as operações de Compror e Vendor, menos disponibilidades.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos um total de R$711,3 milhões de empréstimos tomados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, as quais foram elaboradas de acordo dom as Normas Internacionais de Relatórios Financeiras *(International Financial Reporting Standars – IFRS),* emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis *(International Accounting Standards Board – IASB)*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e o Relatório dos Auditores Independentes também se encontra anexo às Demonstrações Financeiras Anuais Completas, e possui parágrafo de ênfase quanto a preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Descrição das principais linhas do nosso resultado

- **Receita Líquida**

Nossa receita líquida é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias; (ii) operações financeiras; e (iii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas.

As receitas de revenda de mercadorias são geradas por todas as nossas lojas, incluindo a nossa subsidiária Lojas Maia. A contabilização das receitas é feita quando da entrega das mercadorias aos clientes e a titularidade legal das mercadorias é transferida aos clientes. As receitas provenientes das operações de crédito são realizadas por nossa controlada em conjunto Luizacred, e compreendem principalmente as atividades de crédito direto ao consumidor, cartões de crédito e empréstimo pessoal. A contabilização dos juros é realizada conforme a taxa de juros, o prazo e o saldo devedor de cada financiamento, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, ou BACEN. As receitas de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

prestação de serviços são realizadas por todas as nossas empresas e incluem a venda de garantias estendidas, consórcios, diversos tipos de seguros, além da cobrança de tarifas de cartões de crédito e taxas pela nossa atividade de correspondente bancário.

Abaixo descrevemos os impostos e devoluções sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado:

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre a receita bruta em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

Nos dezesseis estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributaria do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*Mark-up*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. Os impostos antecipados na forma de substituição foram registrados de acordo com o regime de competência no grupo de custo das mercadorias vendidas, das operações de varejo, conforme descrito abaixo.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 7% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Ressaltamos ainda que recolhemos os impostos devidos sobre as vendas dos produtos e, posteriormente, pagamos ao governo do respectivo Estado. Quando nossos produtos são vendidos, o custo do ICMS, que tínhamos anteriomente registrado como parte do custo dos estoques, torna-se registrado como custo de mercadorias revendidas quando as vendas são realizadas. Em geral, a incidência tributária ocorre quando, ao circularmos com a mercadoria, entramos em outro Estado da federação, mesmo que o efetivo pagamento esteja relacionado com as compras futuras dos nossos clientes.

Especificamente para o Estado de São Paulo, nas vendas de produtos cujos fornecedores estão localizados em outros Estados da federação, somos responsáveis pelo pagamento deste tributo no Estado de São Paulo. De outro modo, nas vendas de produtos cujos centros de distribuição estão no Estado de São Paulo e destinam para outros Estados da federação, também somos responsáveis pelo recolhimento do ICMS para este outro Estado e, em seguida, recuperamos o tributo anteriormente pago ao Estado de São Paulo.

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais, como computadores. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, pelos quais as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre produtos que compramos e outras despesas. Além disso, nas atividades de financiamento e de seguros, aplicam-se alíquotas de 0,65% para PIS e de 4,0% para COFINS, cuja base de cálculo recai, respectivamente, na receita líquida de despesa de captação, deduzindo as recuperações de crédito e depósitos judiciais, e no prêmio ganho, deduzido dos sinistros pagos, acrescidos de todas as receitas financeiras. Nas atividades de financiamento e de seguros os valores de PIS e COFINS são registrados como despesas tributárias, no grupo de despesas operacionais.

Impostos sobre Serviços - ISS

O Imposto Sobre Serviço (ISS) é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. Efetuamos o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Devoluções sobre Vendas

Os montantes relativos às devoluções de vendas, efetuadas pelos nossos clientes, são registrados como deduções que impactam nossa receita líquida.

- **Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados**

O custo das mercadorias vendidas é apurado com base no custo médio de aquisição dos produtos que revendemos e registrado na data em que as receitas de venda de mercadorias são reconhecidas. Estes valores são deduzidos das verbas de indenização por obsolescência e outras verbas por superação de metas, incluindo bônus por compras adicionais de produtos, pagas pelos nossos fornecedores. Além disso, contabilizamos também como custo das mercadorias os gastos com frete, relacionadas ao transporte de mercadorias até os Centros de Distribuição ("CDs"), que por consequência são incorporados ao custo. Adicionalmente, nos 16 estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributaria do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*markup*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado, o recolhimento desta substituição tributário do ICMS é conhecido em nossos estoques e impacta o custo das nossas mercadorias vendidas, quando as vendas são realizadas.

Os custos das operações de crédito são compostos por custos de captação no mercado (depósitos interfinanceiros), por meio de nossa controlada em conjunto Luizacred. Os custos dos serviços prestados englobam custos de sinistros com as apólices de garantia estendidas e outros custos da administração de consórcios.

- **Despesas com Vendas**

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações das nossas lojas, bem como das nossas subsidiárias e controladas em conjunto. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários; comissões; encargos sociais e benefícios; propaganda e *marketing*; distribuição e logística; aluguel; comunicação; segurança; energia; e manutenção.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritório central de Franca, escritório de negócios de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como consultorias e assessorias especializadas.

- **Depreciação e amortização**

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, ou do conjunto destes, reconhecemos estes bens por meio do método linear, fazendo com que o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado das nossas demonstrações financeiras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

- **Outras Receitas Operacionais, Líquidas**

A conta contábil Outras receitas operacionais, líquidas consiste substancialmente da apropriação de receitas diferidas relativas a acordos de cessão de direito de exploração, realizadas por instituições financeiras (i) para gerir a nossa folha de pagamento e oferecer com exclusividade serviços bancários a nossos empregados; (ii) ter o direito de exclusividade para oferecer serviços financeiros e produtos de seguros para os nossos clientes, por nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg. Os acordos de cessão de direitos de exploração, que são geralmente pagos em dinheiro, são registrados nas contas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

contábeis de caixa e receita diferida, no balanço patrimonial e são apropriadas ao resultado do exercício mensalmente na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”.

- **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais contas contábeis são as despesas de juros incidentes sobre o endividamento, juros sobre antecipações de cartão de crédito e juros das operações comerciais de vendor.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e de consorcio de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. Para as atividades de financiamento e seguros, as alíquotas são de 25% para IRPJ e 15% para CSLL.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos pela diferença temporária dos valores, no fim de cada período, entre saldos ativos e passivos do balanço patrimonial, bem como as suas bases fiscais correspondentes, incluindo todos os rendimentos tributáveis ou prejuízos fiscais. Os impostos diferidos, registrados no passivo, são reconhecidos por toda diferença temporária tributável, enquanto os impostos diferidos, registrados no ativo, são reconhecidos pela diferença temporária dos valores dedutíveis, mas apenas se a empresa apresentar significativos lucros tributáveis no período, no qual sejam suficientes para suprir as deduções aplicadas. Os impostos diferidos no ativo e no passivo não são reconhecidos por diferenças tributárias temporárias, que são resultantes do valor da conta intangível, ou do reconhecimento inicial para as demais operações do ativo e do passivo que não impactam o lucro tributável ou o lucro contábil, exceto para as combinações de negócios.

Para maiores informações sobre imposto de renda e contribuição social diferidos, ver o item “Políticas Contábeis Críticas” acima

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V. %(1)	2010	A.V. %(1)	Variação % 2010/2011
Receita Líquida de Vendas	**6.419,4**	**100,0**	**4.808,0**	**100,0**	**33,5**
Custo das Mercadorias Revendidas, das Prestações de Serviços e de Captações para Operações Financeiras	(4.275,1)	(66,6)	(3.166,3)	(65,9)	35,0
Lucro bruto	**2.144,3**	**33,4**	**1.641,8**	**34,1**	**30,6**
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(1.271,0)	(19,8)	(960,2)	(20,0)	32,4
Gerais e administrativas	(354,6)	(5,5)	(248,9)	(5,2)	42,5
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(244,9)	(3,8)	(175,3)	(3,6)	39,7
Depreciação e amortização	(86,9)	(1,4)	(68,5)	(1,4)	26,9
Outras receitas operacionais, líquidas	26,8	0,4	62,5	1,3	(57,1)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**213,7**	**3,3**	**251,4**	**5,2**	**(15,0)**
Resultado Financeiro	(165,7)		(141,5)	(2,9)	17,1
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**47,9**	**0,7**	**110,0**	**2,3**	**(56,4)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido	(36,3)	(0,6)	(41,1)	(0,9)	(11,8)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	**11,7**	**0,2**	**68,8**	**1,4**	**(83,1)**

(1) Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.

A tabela abaixo apresenta os componentes da receita líquida:

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V. %(1)	2010	A.V. %(1)	Variação % 2010/2011
Receita Bruta de Vendas e Serviços	**7.601,3**	**118,4**	**5.692,0**	**118,4**	**33,5**
Impostos e Devoluções	(1.182,0)	(18,4)	(884,0)	(18,4)	33,7
Receita Líquida de Vendas	**6.419,4**	**100,0**	**4.808,0**	**100,0**	**33,5**

(1) Percentual em relação ao total da receita operacional líquida.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Abertura da quantidade de lojas

Número de lojas por Estado	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
São Paulo	272	222	210
Minas Gerais	79	77	76
Paraná	105	41	40
Mato Grosso do Sul	12	11	10
Goiás	4	4	4
Rio Grande do Sul	55	55	56
Santa Catarina	58	57	58
Paraíba	22	22	0
Rio Grande do Norte	12	12	0
Pernambuco	20	19	0
Ceará	18	17	0
Alagoas	10	8	0
Sergipe	4	4	0
Bahia	51	49	0
Piauí	4	4	0
Maranhão	1	1	0
Nacional – Site	1	1	1
Total	**728**	**604**	**455**

Abertura de Loja por Canal de Vendas (Final do Período)

Número de lojas por canal - final do período	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Lojas virtuais	103	67	62
Site	1	1	1
Subtotal - Canal Virtual	**104**	**68**	**63**
Lojas convencionais [1]	624	536	392
Magazine Luiza	413	400	392
Lojas Maia	142	136	0
New Co.	69	0	0
Total	**728**	**604**	**455**

[1] Os dados de lojas convencionais incluem as lojas-conceito.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Bruta por Canal

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Receita bruta por canal	**2010**	**A.V. (%)**	**2009**	**A.V. (%)**	**Crescimento**
Lojas virtuais	238,6	4,5%	183,7	4,8%	29,9%
Site	568,7	10,7%	324,9	8,5%	75,0%
Subtotal - Canal Virtual	**807,3**	15,2%	**508,7**	13,3%	58,7%
Lojas convencionais [1]	4.517,1	84,8%	3.320,1	86,7%	36,1%
Magazine Luiza	4.189,1	78,7%	3.320,1	86,7%	26,2%
Lojas Maia	328,0	6,2%	0,0	0,0%	0,0%
Total	**5.324,4**	**100,0%**	**3.828,7**	**100,0%**	**39,1%**

(1) Os dados de lojas convencionais incluem as lojas-conceito.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Receita bruta por canal	**2011**	**A.V. (%)**	**2010**	**A.V. (%)**	**Crescimento**
Lojas virtuais	295,1	4,1%	238,6	4,5%	23,6%
Site	821,1	11,5%	568,7	10,7%	44,4%
Subtotal - Canal Virtual	**1.116,1**	15,7%	**807,3**	15,2%	38,2%
Lojas convencionais [1]	5.996,6	84,3%	4.517,1	84,8%	32,8%
Magazine Luiza	4.942,4	69,5%	4.189,1	78,7%	18,0%
Lojas Maia	992,1	13,9%	328,0	6,2%	202,4%
New Co.	62,2	0,9%	-	-	-
Total	**7.112,8**	100,0%	**5.324,4**	100,0%	33,6%

(1) Os dados de lojas convencionais incluem as lojas-conceito.

Receita Bruta Consolidada

A tabela abaixo descreve a distribuição da receita bruta entre os segmentos de negócios:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	**2011**	**2010**	**Variação % 2010/2011**
Receita Bruta - Varejo – Revenda de Mercadorias	6.848,1	5.138,3	33,3%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	264,7	186,1	42,2%
Total Varejo	**7.112,8**	**5.324,4**	**33,6%**
Receita Bruta – Financiamento ao Consumo	528,9	395,4	33,8%
Receita Bruta - Operações de Seguros	68,8	58,3	17,9%
Receita Bruta - Administração de Consórcios	27,7	21,1	31,6%
Eliminações Inter-Companhias [1]	(136,8)	(107,2)	27,6%
Receita Bruta Total	**7.601,3**	**5.692,0**	**33,5%**

A receita bruta consolidada do Magazine Luiza avançou 33,5% em 2011, passando de R$5.692,0 milhões para R$7.601,3 milhões. O expressivo aumento obtido no ano foi devido principalmente aos seguintes fatores:

- Expansão de 33,6% no segmento de varejo, influenciado pelo crescimento de 16,5% no conceito mesmas lojas, pela expansão orgânica de 24 lojas e pela aquisição da Lojas Maia e Baú.
  - As vendas pela internet cresceram 44,4%, totalizando R$821 milhões em 2011;
  - O faturamento da Lojas Maia praticamente dobrou em relação ao seu faturamento antes da aquisição, atingindo R$1,0 bilhão;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Crescimento na receita proveniente do segmento de financiamento ao consumo de 33,8%, passando de R$395,4 milhões em 2010 para R$528,9 milhões em 2011, com destaque para o crescimento das receitas provenientes do Cartão Luiza e para o empréstimo pessoal.

Receita Líquida Consolidada

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação % 2010/2011
Receita Líquida - Varejo – Revenda de Mercadorias	5.703,0	4.280,6	33,2%
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	229,7	161,4	42,3%
Total Varejo	**5.932,7**	**4.442,0**	**33,6%**
Receita Líquida - Operações de Crédito	528,9	395,4	33,8%
Receita Líquida - Operações de Seguros	68,8	58,3	17,9%
Receita Líquida - Administração de Consórcios	25,8	19,6	31,9%
Eliminações – Receita entre segmentos [1]	(136,8)	(107,2)	27,6%
Receita Líquida Total	**6.419,4**	**4.808,0**	**33,5%**

A receita líquida consolidada aumentou 33,5%, em linha com o crescimento da receita bruta, passando de R$4.808,0 milhões para R$6.419,4 milhões.

Lucro Bruto Consolidado

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação % 2010/2011
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.539,6	1.187,8	29,6%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	229,7	161,4	42,3%
Total Varejo	**1.769,3**	**1.349,1**	**31,1%**
Lucro Bruto - Operações de Crédito	431,3	334,4	29,0%
Lucro Bruto - Operações de Seguros	63,8	55,4	15,3%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	11,7	10,0	¨16,9%
Eliminações – Operações entre segmentos [1]	(131,8)	(107,2)	23,0%
Lucro Bruto Total	**2.144,3**	**1.641,8**	**30,6%**

[1] As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir mostra a nossa margem bruta nos períodos indicados.

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	Variação % 2010/2011
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	27,0%	27,7%	(0,8) pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	100,0%	100,0%	0,0 pp
Total Varejo	**29,8%**	**30,4%**	**(0,6) PP**
Margem Bruta - Operações de Crédito	81,5%	84,6%	(0,3) pp
Margem Bruta - Operações de Seguros	92,8%	95,0%	(2,1) pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	45,3%	51,2%	(5,8) pp
Eliminações Inter companhia	96,4%	100,0%	(3,6) pp
Margem Bruta Total	**33,4%**	**34,1%**	**(0,7) pp**

(1) A margem bruta é calculada dividindo-se o lucro bruto pela receita líquida

Em 2011, o lucro bruto consolidado totalizou R$2.144,3 milhões, um aumento de 30,6% comparado ao ano anterior. Seguem abaixo os principais fatores que influenciaram a variação do lucro bruto:

- A margem bruta do segmento varejo diminuiu de 30,4% em 2010 para 29,8% em 2011, principalmente em função de uma maior participação de categorias de produtos com margens mais baixas, como eletro-eletrônicos, e das vendas pela internet;
- A margem do segmento de financiamento ao consumo foi de 81,5% em 2011, levemente abaixo de 2010. A redução da margem bruta no segmento de financiamento ao consumo está associada ao aumento do CDI médio no período e à mudança no perfil da carteira da Luizacred, em função do crescimento mais acelerado do uso do Cartão Luiza fora das lojas. Esta transação tem menor margem financeira no início, mas gera mais resultados no médio prazo.

Despesas Operacionais

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	% RL	2010	% RL	Variação % 2010/2011
Despesas com vendas	(1.271,0)	(19,8)	(960,2)	(20,0)	32,4
Despesas gerais e administrativas	(354,6)	(5,5)	(248,9)	(5,2)	42,5
Perda em liquidação duvidosa	(244,9)	(3,8)	(175,3)	(3,6)	39,7
Outras receitas operacionais, líquidas	26,8	0,4	62,5	1,3	(57,1)
Total de Despesas Operacionais	**(1.843,7)**	**(28,7)**	**(1.321,8)**	**(27,5)**	**39,5**

Despesas com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R$1.271,0 milhões em 2011, representando 19,8% da receita líquida, abaixo dos 20,0% observados em 2010. Apesar das despesas com lojas novas, da aquisição das lojas do Baú e gastos com a virada da marca na Lojas Maia, a Companhia conseguiu diluir despesas de vendas no segmento de varejo, tais como despesas de aluguel, de marketing e de pessoal.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R$248,9 milhões em 2010 para R$354,6 milhões em 2011, representando 5,5% da receita líquida. Esse aumento foi devido à mudança do escritório de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

negócios para São Paulo, bem como pela manutenção dos escritórios e centros de distribuição da Lojas Maia e das lojas do Baú, e todos os gastos extraordinários oriundos do processo de integração das redes adquiridas.

Perdas em Crédito de Liquidação Duvidosa

As provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa passaram de R$175,3 milhões em 2010 para R$244,9 milhões em 2011, representando 3,8% da receita líquida. É importante ressaltar que, por conservadorismo, a Luizacred veio ao longo do ano reduzindo a taxa de aprovação das propostas de financiamentos, apesar da melhora dos indicadores de atraso da carteira da Luizacred. A carteira total em atraso diminuiu 2,6 pontos percentuais de dez/10 para dez/11.

Outras Despesas (Receitas) Operacionais

As outras despesas (receitas) operacionais líquidas passaram de receitas líquidas de R$62,5 milhões em 2010 para receitas líquidas de R$26,8 milhões em 2011. Essa variação foi decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Despesas extraordinárias com o processo de integração das redes, incluindo despesas com lojas novas, virada da marca no nordeste e gastos de integração das redes adquiridas;
- Redução na apropriação de receitas diferidas (em função principalmente de uma alteração no critério de apropriação para o método linear);
- Aumento nas despesas com cartão de crédito na Luizacred, em função das lojas novas e do aumento da base de novos cartões de crédito;
- Alteração na contabilização do empréstimo pessoal, que passou a ser contabilizado no resultado da intermediação financeira, reduzindo a receita de *profit sharing.*

EBITDA

Nos 12M11, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) consolidado foi de R$300,6 milhões com margem de 4,7%, representando uma queda de 6,0% em relação ao ano de 2010, em função, principalmente, do impacto das despesas extraordinárias, tais como as despesas pré-operacionais de lojas novas e gastos com a virada da marca no nordeste e integração das redes, no 3T11 e 4T11.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas passaram de R$141,5 milhões (2,9% da receita líquida) em 2010 para R$165,7 milhões (2,6% da receita líquida) em 2011. Essa variação foi consequência principalmente da redução do endividamento líquido da Companhia após a abertura de capital.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social saíram de R$41,1 milhões em 2010 para R$36,3 milhões em 2011. A Companhia não contabilizou impostos diferidos ativos em função do prejuízo das lojas do Baú e da Lojas Maia, no montante de R$13,6 milhões, afetando a alíquota efetiva consolidada. Vale explicar que este prejuízo deve ser compensado com o aproveitamento fiscal do ágio das aquisições, possível após as incorporações.

Lucro Líquido Consolidado

Nos 12M11, o lucro líquido consolidado foi de R$11,7 milhões, com margem de 0,2% sobre a receita líquida, influenciado pelas despesas extraordinárias e créditos fiscais não aproveitados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Receita Bruta de Vendas e Serviços

A tabela abaixo descreve a distribuição de nossa receita bruta entre nossos segmentos de negócio:

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	**2009**	**Variação % 2009/2010**
Receita Bruta - Varejo – Revenda de Mercadorias	5.138,3	3.670,6	40,0%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	186,1	158,2	17,6%
Receita Bruta - Operações de Crédito	395,4	315,4	25,4%
Receita Bruta - Operações de Seguros	58,3	55,6	4,9%
Receita Bruta - Administração de Consórcios	21,1	20,7	1,9%
Eliminações - Receita Bruta entre segmentos [(1)]	(107,2)	(90,8)	18,1%
Receita Bruta Total	**5.692,0**	**4.129,6**	**37,8%**

(1) As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.

A receita bruta de vendas e serviços aumentou 37,8%, ou R$1.562,4 milhões, passando de R$4.129,6 milhões no exercício social encerrado em 2009, para R$5.692,0 milhões no exercício social encerrado em 2010. Esse aumento é principalmente relacionado ao aumento da receita bruta de varejo de mercadorias, que por sua vez é um resultado dos seguintes fatores:

- crescimento de 29,0% na venda de mercadorias no conceito “mesmas lojas”, que considera apenas as lojas com no mínimo doze meses de operação, com destaque para o crescimento de 75,0% nas vendas pelo nosso *website* e 24,7% nas mesmas lojas físicas;
- expansão orgânica, com a inauguração de mais quinze lojas novas com a marca Magazine Luiza, principalmente na grande São Paulo;
- expansão para novas regiões e cidades, especialmente com a aquisição de 136 filiais da Lojas Maia, em agosto de 2010, acrescentando R$328,0 milhões, na receita bruta, em cinco meses de operação.

A receita bruta também foi impactada pelos seguintes fatores:

- aumento significativo de 71% na base de clientes ativos do Cartão Luiza, resultando um crescimento de 24,9% na receita com operações de crédito (as receitas das operações com cartão de crédito cresceram 45,3%de R$ 158,6 milhões para R$ 230,5 milhões, enquanto as receitas de CDC diminuíram 5,3%, de R$ 108,0 milhões para R$ 102,3 milhões; e
- As eliminações aumentaram devido ao incremento nas transações entre os segmentos do grupo (do valor de R$ 107,2 milhões, são R$ 85,1 milhões referentes a receitas de serviços prestadas pela operação de varejo para os segmentos da operação de crédito e de seguros, e R$ 22,0 milhões referem-se a juros contabilizados como receitas no segmento da operação de crédito e despesa financeira nas operações de varejo.

Impostos e Devoluções sobre Vendas

Os impostos e devoluções de vendas aumentaram somente 13,5%, ou R$105,4 milhões, passando de R$778,6 milhões no exercício social encerrado em 2009, para R$884,0 milhões no exercício social encerrado em 2010. O fato dos impostos terem crescido menos do que a receita bruta foi justificado pela maior venda de produtos sujeitos à substituição tributária (“ICMS – substituição tributária”). Nessa

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

modalidade os impostos antecipados são contabilizados no grupo de custo das mercadorias vendidas, não afetando o grupo de impostos e devolução sobre vendas. O ICMS – substituição tributária aumentou de R$235,5 milhões no exercício de 2009 para R$523,2 milhões no exercício de 2010 e afetou o custo das mercadorias vendidas.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2010	2009	Variação % 2009/2010
Deduções - Varejo – Revenda de Mercadorias	(857,7)	(759,9)	12,9%
Deduções - Varejo - Prestação de Serviços	(24,7)	(17,2)	43,6%
Deduções - Administração de Consórcios	(1,5)	(1,5)	4,6%
Deduções Total	**(884,0)**	**(778,6)**	**13,5%**

(1) As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia

Receita Líquida de Vendas e Serviços

Nossa receita líquida de vendas aumentou 43,5%, ou R$1.457,0 milhões, passando de R$3.351,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R$4.808,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, devido ao crescimento da receita bruta de 37,8% enquanto as deduções cresceram apenas 13,5% devido principalmente aos impactos da substituição tributaria, conforme comentado anteriormente.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2010	2009	Variação % 2009/2010
Receita Líquida - Varejo – Revenda de Mercadorias	4.280,6	2.910,6	47,1%
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	161,4	140,9	14,5%
Receita Líquida - Operações de Crédito	395,4	315,4	25,4%
Receita Líquida - Operações de Seguros	58,3	55,6	4,9%
Receita Líquida - Administração de Consórcios	19,6	19,3	1,6%
Eliminações – Receita entre segmentos (1)	(107,2)	(90,8)	18,1%
Receita Líquida Total	**4.808,0**	**3.351,0**	**43,5%**

(1) As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.

Custo das Mercadorias Revendidas, das Prestações de Serviços e de Captações para Operações Financeiras

Nosso custo total das mercadorias revendidas, das prestações de serviços e de captações para operações financeiras aumentou 47,9%, ou R$1.026,1 milhões, passando de R$2.140,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R$3.166,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O custo das mercadorias vendidas aumentou 48,7% em 2010, ou seja, bastante acima do crescimento de 40,0% da receita bruta de mercadorias, devido principalmente aos impactos da substituição tributária, conforme descrito acima. Entretanto, esse aumento no custo foi compensado pela redução nos impostos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

sobre a receita bruta, de forma que o lucro bruto de mercadorias tenha crescido 42,9%, ou seja, acima do crescimento das vendas.

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Variação % 2009/2010
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(3.092,8)	(2.079,6)	48,7%
Custos - Operações de Crédito	(61,0)	(47,7)	27,9%
Custos - Operações de Seguros	(2,9)	(3,0)	(3,3%)
Custos - Administração de Consórcios	(9,5)	(10,0)	(5,0%)
Custos Total	**(3.166,3)**	**(2.140,2)**	**47,9%**

Lucro Bruto

Nosso lucro bruto aumentou 35,6%, ou R$431,0, milhões, passando de R$1.210,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R$1.641,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação justifica-se pelos motivos acima expostos, com o destaque para o crescimento do lucro bruto de mercadorias, que cresceu 42,9%. O lucro bruto das operações financeiras cresceu menos do que a varejo pelo fato de que as taxas de juros no cartão de crédito são menores do que no CDC, porém o resultado final é recompensado com uma inadimplência menor.

A tabela a seguir mostra o nosso lucro bruto nos períodos indicados.

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Variação % 2009/2010
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.187,8	831,1	42,9%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	161,4	140,9	14,5%
Lucro Bruto - Operações de Crédito	334,4	267,7	24,9%
Lucro Bruto - Operações de Seguros	55,4	52,6	5,3%
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	10,0	9,3	7,5%
Eliminações – Operações entre segmentos [(1)]	(107,2)	(90,8)	18,1%
Lucro Bruto Total	**1.641,8**	**1.210,8**	**35,6%**

(1) As eliminações referem-se a valores auferidos com a prestação de serviços realizados entre os segmentos operacionais da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir mostra a nossa margem bruta nos períodos indicados.

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	Variação % 2009/2010
Margem Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	27,7%	28,6%	(0,9) pp
Margem Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	100,0%	100,0%	0,0 pp
Margem Bruta - Operações de Crédito	84,6%	84,9%	(0,3) pp
Margem Bruta - Operações de Seguros	95,0%	94,6%	0,4 pp
Margem Bruta - Administração de Consórcios	51,2%	48,2%	2,8 pp
Eliminações Inter companhia	100,0%	100,0%	0,0 pp
Margem Bruta Total	**34,1%**	**36,1%**	**(2,0) pp**

(1) A margem bruta é calculada dividindo-se o lucro bruto pela receita líquida

Receitas (Despesas) Operacionais

Vendas

As despesas com vendas aumentaram 19,2%, ou R$154,4 milhões, passando de R$805,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R$960,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, a representatividade das despesas com vendas diminuiu 4,0 pontos percentuais, passando de 24,0% para 20,0% da receita líquida. A diminuição das despesas com vendas decorreu devido a, principalmente, (i) elevação das vendas do conceito mesmas lojas, reduzindo proporcionalmente as despesas com pessoal, aluguel e *marketing*; e (iii) renegociação do Acordo de Associação com Itaú Unibanco, que alterou a forma de remuneração mensal dos serviços prestados por nós para a Luizacred, para um modelo baseado em ressarcimento de custos, no qual os custos decorrentes de atividades semelhantes, tais como vendas e cobrança, são faturados contra a Luizacred, enquanto os custos de atividades de operacionais são distribuídos e reembolsadas pela Luizacred para o Magazine Luiza.

Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 52,2%, ou R$85,3 milhões, passando de R$163,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R$248,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, a representatividade das despesas administrativas aumentou 3,0 pontos percentuais, passando de 4,9% para 5,2% da receita líquida. Essa variação se justifica pelo crescimento das despesas relacionadas à transferência do nosso escritório central para São Paulo, gastos com consultoria relacionada ao Projeto Giro Certo, esforços na transição da Lojas Maia e reestruturação da área administrativa do e-commerce para sustentar o crescimento acelerado das nossas operações.

Perdas em Crédito de Liquidação Duvidosa

As perdas em crédito de liquidação duvidosa diminuíram 7,9%, ou R$15,1 milhões, passando de R$190,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R$175,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Desta forma, a representatividade das perdas em crédito de liquidação duvidosa passou de 5,8% para 3,6% da receita líquida. Essa variação decorreu da redução significativa nos índices de inadimplência de 8,2% para 7,0% nos exercícios sociais encerrados em 2009 e 2010, respectivamente, em função principalmente da adoção de modelos estatísticos e de modelos de crédito, especialmente utilizados pela nossa controlada em conjunto Luizacred. O saldo médio do contas a receber

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

aumentou 22,8% de R$1.122,2 milhões para R$1.378,4 milhões, de forma que as perdas em crédito de liquidação duvidosa foram reduzidas de 17,0% para 12,7% do saldo médio da carteira.

Depreciação e Amortização

A conta de depreciação e amortização aumentou 13,0%, ou R$7,9 milhões, passando de R$60,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R$68,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, principalmente pelo aumento dos investimentos em ativo imobilizado e intangível, decorrentes da inauguração de 15 novas lojas, reformas de 20 lojas existentes e investimentos em tecnologia da informação, com um especial destaque no novo sistema financeiro corporativo (Oracle e Hyperion) e no novo sistema de gestão de pessoas (People Soft).

Outras Receitas Operacionais, Líquidas

As outras receitas operacionais líquidas aumentaram 360,8%, ou R$49,0 milhões, passando de R$13,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R$62,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento expressivo deu-se, principalmente, pela apropriação mensal de receitas diferidas decorrentes da venda do direito de exploração de nossos clientes, por instituições financeiras.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro aumentou 6.185,0%, ou R$247,4 milhões, passando de R$4,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R$251,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação justifica-se pelos fatores citados acima.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro não teve alterações significativas, comparando-se os anos de 2009 e 2010, uma vez que a variação apresentada foi de 0,6%, ou um prejuízo de R$0,9 milhão, passando de um valor negativo de R$140,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para um valor negativo R$141,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Apesar do crescimento das vendas, com a aprovação do Contrato de Associação da Luizacred, ao final de 2009, recebemos cerca de R$250,0 milhões, registrados na conta caixa, e que usamos para pagar parte do nosso endividamento. Destacamos que as principais operações que afetaram esta conta contábil foram: (i) os juros de empréstimos e financiamentos; (ii) juros na antecipações de recebíveis de cartões de crédito; e (iii) juros de vendor nas operações com fornecedores.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou R$246,6 milhões, passando de prejuízo de R$136,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para o lucro de R$110,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorre das explicações das contas contábeis descritas acima.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido diminuiu R$85,0 milhões, passando de R$43,9 milhões de receita no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R$41,1 milhões de despesa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação é reflexo do resultado positivo do lucro antes dos impostos renda e contribuição social que obtevemos em 2010 no valor R$110,0 milhões sobre um prejuízo no ano de 2009 no valor de R$136.6 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício aumentou R$161,5 milhões, passando de um prejuízo de R$92,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para R$68,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação justifica-se pelo exposto nos itens anteriores, com destaque para o crescimento nas vendas e diminuição de despesas comerciais.

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2011 comparado a 31 de dezembro de 2010.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	**2011**	**A.V. %(1)**	**2010**	**A.V. %(1)**	**Variação % 2010/2011**
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	173,1	3,5	328,9	8,4	(47,4)
Títulos e valores mobiliários	75,0	1,5	46,7	1,2	60,4
Contas a receber	1.927,8	39,5	1.524,7	38,8	26,4
Estoques	1.264,7	25,9	849,8	21,6	48,8
Partes relacionadas	42,6	0,9	36,0	0,9	18,3
Impostos a recuperar	24,6	0,5	46,5	1,2	(47,1)
Outros ativos	59,4	1,2	63,0	1,6	(5,7)
Total dos ativos circulantes	3.567,1	73,1	2.895,6	73,7	23,2
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	43,3	0,9	32,0	0,8	35,4
Contas a receber	9,4	0,2	18,7	0,5	(49,7)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	178,9	3,7	168,2	4,3	6,3
Outros ativos	139,8	2,9	79,8	2,0	75,1
Imobilizado	489,9	10,0	358,8	9,1	36,5
Intangível	448,9	9,2	374,6	9,5	19,8
Total dos ativos não circulantes	1.310,2	26,9	1.032,2	26,3	26,9
TOTAL DO ATIVO	**4.877,4**	**100,0**	**3.927,8**	**100,0**	**24,2**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2011	A.V. %(1)	2010	A.V. %(2)	Variação % 2010/2011
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	1.267,8	23,1	1.132,3	28,8	12,0
Empréstimos e financiamentos	129,7	2,4	108,8	2,8	19,2
Depósitos interfinanceiros	981,5	17,9	852,7	21,7	15,1
Operações com cartões de crédito	436,1	7,9	220,2	5,6	98,0
Salários, férias e encargos sociais	121,6	2,2	116,5	3,0	4,4
Impostos a recolher	49,3	0,9	39,4	1,0	25,1
Partes relacionadas	25,5	0,5	21,7	0,6	17,7
Impostos parcelados	2,9	0,1	43,0	1,1	(93,4)
Receita diferida	24,1	0,4	26,0	0,7	(7,2)
Dividendos a pagar	1,7	0,0	-	-	-
Provisões técnicas de seguros	32,5	0,6	22,9	0,6	41,5
Outras contas a pagar	94,6	1,7	102,4	2,6	(7,6)
Total de passivo circulante	3.167,1	57,6	2.685,9	68,4	17,9
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	581,7	10,6	666,1	17,0	(12,7)
Depósitos interfinanceiros	-	-	4,0	0,1	(100,0)
Impostos parcelados	4,4	0,1	6,3	0,2	(30,2)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	173,4	3,2	182,0	4,6	(4,7)
Provisões técnicas de seguros	17,9	0,3	20,8	0,5	(14,0)
Receita diferida	294,3	5,4	296,1	7,5	(0,6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10,8	0,2	13,7	0,3	(21,7)
Outras contas a pagar	6,9	0,1	5,4	0,1	28,6
Total de passivo não circulante	1.089,3	19,8	1.194,4	30,4	(8,8)
Total dos passivos	4.256,41	77,4	3.880,3	98,8	9,7
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	606,5	11,0	43,0	1,1	1.310,5
Reserva legal	4,0	0,1	3,4	0,1	16,9
Reserva de retenção de lucros	10,4	0,2	1,0	0,0	947,8
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	620,9	11,3	47,4	1,2	1.209,0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.877,4**	**100,0**	**3.927,8**	**100,0**	**40,0**

(1) Percentual do total do ativo.
(2) Percentual do total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 23,2%, ou R$671,5 milhões, passando de R$2.895,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$3.567,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. O ativo circulante representava 73,7% do total do ativo em 31 de dezembro de 2010 e 73,1% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) queda de 47,4%, ou R$155,8 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R$328,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$173,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução justifica-se pelo alto nível de investimentos ao longo do ano de 2011, conforme mencionado acima, e pelo desembolso na aquisição da Lojas Maia no valor R$80,3 milhões;

(ii) aumento de 60,4%, ou R$28,2 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R$46,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$75,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. Estes saldos são compostos principalmente por aplicações financeiras da nossa controlada em conjunto Luizaseg e cresceram em função do aumento na venda de seguros. Além disso, estes títulos estão vinculados às provisões técnicas de seguros, que são normatizadas pela SUSEP;

(iii) aumento de 26,4%, ou R$403,2 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R$1.524,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$1.927,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das operações de vendas da nossa empresa, financiadas pela nossa controlada em conjunto Luizacred, além do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimentos comerciais;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(iv) aumento de 48,8%, ou R$414,9 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R$849,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$1.264,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu do próprio crescimento das vendas, da abertura de 24 novas lojas, da aquisição da Lojas Maia e mais recentemente do Baú, principalmente, do aumento dos itens com a incidência de substituição tributária do ICMS, que é contabilizada na conta de estoque de mercadorias para revenda quando do pagamento antecipado deste tributo;

(v) aumento de 18,3%, ou R$6,6 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R$36,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$42,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu do crescimento das receitas de prestação de serviço para as nossas controladas em conjunto, bem como pelo aumento do saldo a receber da Luizacred referente à vendas por cartões de crédito;

(vi) redução de 47,1%, ou R$21,9 milhões, no saldo da conta impostos a recuperar, que passou de R$46,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$24,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução do saldo ocorreu basicamente em função de créditos de ICMS a serem compensados no longo prazo, portanto foram transferidos para o ativo não circulante; e

(vii) redução de 3,6%, ou R$5,7 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R$63,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$59,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Não tivemos variações significativas nessa conta.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 26,9%, ou R$278,0 milhões, passando de R$1.032,2milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$1.310,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. O ativo não circulante representava 26,3% do total do ativo em 31 de dezembro de 2010 e 26,9% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

(i) aumento de 35,4% ou R$11,3 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R$32,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$43,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das vendas de seguros da nossa controlada em conjunto, conforme citado anteriormente;

(ii) diminuição de 49,7%, ou R$9,3 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução justifica-se principalmente pela diminuição do prazo médio de recebimento e a consequente reclassificação para o curto prazo;

(iii) aumento de 6,3%, ou R$10,7 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R$168,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$178,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se principalmente pelo aumento do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia;

(iv) aumento de 75,1%, ou R$60,0 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R$79,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$139,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento refere-se principalmente a depósitos judiciais e à transferência de impostos a recuperar do curto para o longo prazo;

(v) aumento de 36,5%, ou R$131,1 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R$358,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$489,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi uma consequência de investimentos na inauguração de lojas novas, das reformas de lojas e da amplicação do centro de distribuição de Louveira; e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(vi) aumento de 19,8%, ou R$74,3 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R$374,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$448,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi decorrente, principalmente, do ágio na aquisição da New-Utd ("Lojas do Baú"), além dos investimentos em tecnologia da informação.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 17,9%, ou R$481,2 milhões, passando de R$2.685,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$3.167,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. O passivo circulante representava 68,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e 57,6% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 12,0%, ou R$135,5 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R$1.132,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$1.267,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação decorreu da necessidade de aumentar os estoques para suportar o crescimento nas vendas e melhorar a disponibilidade de produtos no Nordeste e nas lojas recém adquiridas do Baú da Felicidade;

(ii) aumento de 19,2%, ou R$20,9 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R$108,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$129,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento deveu-se à transferência de vencimentos de longo prazo para curto prazo, uma vez que a dívida bruta total foi reduzida no período;

(iii) aumento de 15,1%, ou R$128,8 milhões, no saldo da depósitos interfinanceiros, que passou de R$852,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$981,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação decorreu do crescimento da carteira de crédito junto aos nossos clientes, que é financiada por este passivo;

(iv) aumento de 98,0%, ou R$215,9 milhões, no saldo da conta operações com cartões de crédito, que passou de R$220,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$436,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimentos comerciais;

(v) aumento de 4,4%, ou R$5,1 milhões, no saldo da conta salários, férias e encargos sociais, que passou de R$116,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$121,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento justifica-se pelo crescimento no quadro de funcionários das mesmas lojas, para atender uma maior demanda de clientes, das 24 novas lojas, da estruturação do escritório de negócio de São Paulo e da aquisição das lojas do Baú;

(vi) aumento de 25,1%, ou R$9,9 milhões, no saldo da conta impostos a recolher, que passou de R$39,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$49,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi decorente principalmente do aumento na provisão para pagamento de PIS e COFINS, em consequência do aumento de receitas tributáveis.;

(vii) aumento de 17,7%, ou R$3,8 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R$21,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$25,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi decorrente do crescimento de operações com campanhas publicitárias com uma de nossas partes relacioadas;

(viii) redução de 93,4%, ou R$40,2 milhões, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$2,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu do pagamento à vista do REFIS (débitos inseridos no Programa de Recuperação Fiscal) pela controlada em conjunto Luizacred;

(ix) diminuição de 7,2%, ou R$1,9 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R$26,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$24,1 milhões em 31 de dezembro de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

2011. A variação do saldo foi uma consequência de uma redução relativa a apropriações de receita diferida ao resultado, pelo prazo de nossos contratos diferidos e um aumento decorrente do aditivo do acordo de associação com nossa controlada em conjunto Luizacred em 2011 incorporando a aquisição das lojas do Baú;

(x) aumento de R$1,7 milhão na conta dividendos a pagar, que era zero em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento refere-se à provisão para a distribuição obrigatória de dividendos referentes ao exercício;

(xi) aumento de 41,5%, ou R$9,5 milhão, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de um valor R$22,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$32,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento refere-se ao maior provisionamento de prêmios não ganhos na nossa Controlada Luizaseg, que é constituído para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas ao longo dos prazos dos contratos de seguros; e

(xii) redução de 7,6%, ou R$7,8 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R$102,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$94,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu principalmente pelo pagamento do saldo remanescente do financiamento da aquisição da Lojas Maia e outras variações rotineiras de outras contas a pagar da Companhia.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante reduziu em 8,8%, ou R$105,2 milhões, passando de R$1.194,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$1.089,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. O passivo não circulante representava 30,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e 19,8% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) redução de 12,7%, ou R$84,5 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R$666,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$581,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução deveu-se ao pagamento de empréstimos e financiamentos da Companhia;

(ii) redução de 100,0%, ou R$4,0 milhões, no saldo da conta depósito interfinanceiros, que passou de R$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para zero em 31 de dezembro de 2011, devido à migração dos saldos de longo para curto prazo;

(iii) redução de 30,2%, ou R$1,9 milhão, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R$6,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu do pagamento à vista do REFIS (débitos inseridos no Programa de Recuperação Fiscal) pela Controlada Luizacred;

(iv) redução de 4,7%, ou R$8,6 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R$182,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$173,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorreu de novas adições e reversões de provisões baseadas nas avaliações de nossos assesores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais;

(v) redução de 14,0%, ou R$2,9 milhões, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de R$20,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$17,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução decorreu da transferência das provisões do longo para o curto prazo;

(vi) redução de 0,6%, ou R$1,8 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R$296,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$294,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi decorrente do aditivo do Acordo de Associação, por meio do qual registramos no saldo da receita diferida o valor de R$48,0 milhões referentes à aquição das lojas do Baú e também pela apropriação receita diferida ao resultado do exercício de R$27,7 milhões no ano;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(vii) redução de 21,7%, ou R$3,0 milhões, no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos, que passou de R$13,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$10,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa redução devido à amortização de intangível na combinação de negócios; e

(viii) aumento de 28,6%, ou R$1,5 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de um valor R$5,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$6,9 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou R$573,5 milhões, passando de R$47,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$620,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido ao lucro líquido do exercício e principalmente pelo aumento de capital de R$563,5 milhões originados da Oferta Pública de Ações. O patrimônio líquido representava 1,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e 11,3% em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é explicado abaixo por conta a conta do nosso patrimônio líquido:

(i) aumento de R$563,5 milhões, no saldo da conta capital social, que passou de R$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$606,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento devido a captação de recursos na Oferta de Ações da Companhia (IPO) em maio de 2011;

(ii) aumento de 16,9%, ou R$0,6 milhão, no saldo da conta reserva legal, que passou de R$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esta variação consiste na provisão de reserva legal estatutária;

(iii) aumento de R$9,4 milhões, no saldo da conta reserva de retenção de lucros, que passou de R$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2010, para R$10,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento decorre do saldo remanescente após as retenções legais e distribuição de dividendos; e

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2010 comparado a 31 de dezembro de 2009.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	**2010**	**A.V. %(1)**	**2009**	**A.V. %(1)**	**Variação % 2009/2010**
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	328,9	8,4	192,4	7,3	70,9
Títulos e valores mobiliários	46,7	1,2	39,2	1,5	19,1
Contas a receber	1.524,7	38,8	1.188,6	45,1	28,3
Estoques	849,8	21,6	518,6	19,7	63,9
Partes relacionadas	36,0	0,9	18,6	0,7	93,5
Impostos a recuperar	46,5	1,2	29,6	1,1	57,1
Outros ativos	63,0	1,6	24,2	0,9	160,3
Total dos ativos circulantes	2.895,6	73,7	2.011,2	76,4	44,0
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	32,0	0,8	24,0	0,9	33,3
Contas a receber	18,7	0,5	24,8	0,9	(24,6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	168,2	4,3	162,5	6,2	3,5
Outros ativos	79,8	2,0	27,1	1,0	194,5
Imobilizado	358,8	9,1	297,8	11,3	20,5
Intangível	374,6	9,5	86,7	3,3	332,1
Total dos ativos não circulantes	1.032,2	26,3	622,8	23,6	65,7
TOTAL DO ATIVO	**3.927,8**	**100,0**	**2.634,0**	**100,0**	**49,1**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2010	A.V. %(2)	2009	A.V. %(2)	Variação % 2009/2010
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	1.132,3	29,0	696,0	26,4	63,9
Empréstimos e financiamentos	108,8	2,8	168,1	6,4	(35,3)
Depósitos interfinanceiros	852,7	21,7	569,0	21,6	49,9
Operações com cartões de crédito	220,2	5,6	120,5	4,6	82,7
Salários, férias e encargos sociais	116,5	3,0	69,1	2,6	68,6
Impostos a recolher	39,4	1,0	28,8	1,1	36,8
Partes relacionadas	21,7	0,3	13,9	0,5	(5,0)
Impostos parcelados	43,0	1,1	39,1	1,5	10,0
Receita diferida	26,0	0,7	55,0	2,1	(52,7)
Provisões técnicas de seguros	22,9	0,6	23,1	0,9	(0,9)
Outras contas a pagar	102,4	2,6	54,7	2,1	87,2
Total de passivo circulante	2.685,9	68,4	1.837,3	69,8	46,2
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	666,1	17,0	527,7	20,0	26,2
Depósitos interfinanceiros	4,0	0,1	4,3	0,2	(7,0)
Impostos parcelados	6,3	0,2	12,9	0,5	(51,2)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	182,0	4,6	26,3	1,0	592,0
Provisões técnicas de seguros	20,8	0,5	12,2	0,5	70,5
Receita diferida	296,1	7,5	217,9	8,3	35,9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13,7	0,3	0,0	0,0	0,0
Outras contas a pagar	5,4	0,1	1,4	0,1	285,7
Total de passivo não circulante	1.194,4	30,4	802,7	30,5	48,8
Total dos passivos	3.880,3	98,8	2.640,0	100,2	47,0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	43,0	1,1	220,0	8,4	(80,5)
Reserva legal	3,4	0,1	0,0	0,0	0,0
Reserva de retenção de lucros	1,0	0,0	0,7	0,0	42,9
Prejuízos acumulados	0,0	0,0	(226,7)	(8,6)	0,0
Total do patrimônio líquido	47,4	1,2	(6,1)	(0,2)	0,0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.927,8**	**100,0**	**2.634,0**	**100,0**	**49,1**

(1) Percentual do total do ativo.
(2) Percentual do total do passivo e do patrimônio líquido.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 44,0%, ou R$884,4 milhões, passando de R$2.011,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$2.895,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. O ativo circulante representava 76,4% do total do ativo em 31 de dezembro de 2009 e 73,7% em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 70,9%, ou R$136,5 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R$192,4 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$328,9 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse sensível aumento justifica-se pelo aditivo do Acordo de Associação, firmado com as instituições financeiras Itaú Unibanco Holding S.A. e Banco Itaucard S.A., em dezembro de 2010, por meio do qual a Luizacred pagou à Lojas Maia o montante de R$160,0 milhões pelo direito de exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros na Região Nordeste;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(ii) aumento de 19,1%, ou R$7,5 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R$39,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$46,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Estes saldos são compostos basicamente por aplicações financeiras da nossa controlada em conjunto Luizaseg e cresceram em função do aumento na venda de seguros. Além disso, estes títulos estão vinculados às provisões técnicas de seguros, que são normatizadas pela SUSEP;

(iii) aumento de 28,3%, ou R$336,0 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R$1.188,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$1.524,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das operações de vendas da nossa empresa, financiadas pela nossa controlada em conjunto Luizacred, além do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimento comerciais;

(iv) aumento de 63,9%, ou R$331,2 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R$518,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$849,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu do próprio crescimento das vendas, da abertura de 15 novas lojas, da aquisição da Lojas Maia e, principalmente, do aumento dos itens com a incidência de substituição tributária do ICMS, que é contabilizada na conta de estoque de mercadorias para revenda quando do pagamento antecipado deste tributo;

(v) aumento de 93,5%, ou R$17,4 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$36,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse expressivo aumento decorreu do crescimento das receitas de prestação de serviço por nós para as nossas controladas em conjunto e subsidiárias, além da venda financiada de três imóveis da Lojas Maia para a nossa controladora MTG, pelo valor de R$16,4 milhões;

(vi) aumento de 57,1%, ou R$16,9 milhões, no saldo da conta impostos a recuperar, que passou de R$29,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$46,5 milhões em 31 de dezembro de 2010. O incremento do saldo ocorreu basicamente em função de créditos de ICMS a serem compensados nos meses subseqüentes; e

(vii) aumento de 160,3%, ou R$38,8 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R$24,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$63,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu principalmente da arrecadação de correspondente bancário, despesas pagas antecipadamente e adiantamento a funcionários.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 65,7%, ou R$409,4 milhões, passando de R$622,8 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$1.032,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. O ativo não circulante representava 23,6% do total do ativo em 31 de dezembro de 2009 e 26,3% em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

(i) aumento de 33,3% ou R$8,0 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R$24,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$32,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela reclassificação de certos títulos de curto para longo prazo;

(ii) diminuição de 24,6%, ou R$6,1 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R$24,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução justifica-se principalmente pela reclassificação para o curto prazo;

(iii) aumento de 3,5%, ou R$5,7 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R$162,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$168,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa diminuição justifica-se pela compensação do prejuízo fiscal, sendo superior as provisões temporárias;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(iv) aumento de 194,5%, ou R$52,7 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R$27,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$79,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação refere-se principalmente a depósitos judiciais;

(v) aumento de 20,5%, ou R$61,0 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R$297,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$358,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento foi uma consequência de investimentos na inauguração de lojas novas, do novo escritório de negócios em São Paulo e da aquisição de uma aeronave; e

(vi) aumento de 332,1%, ou R$287,9 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R$86,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$374,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação foi decorrente, principalmente, do ágio na aquisição da Lojas Maia, além dos investimentos em tecnologia da informação (ERP / Oracle, Hyperion e People Soft).

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 46,2%, ou R$848,6 milhões, passando de R$1.837,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$2.685,9milhões em 31 de dezembro de 2010. O passivo circulante representava 69,8% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 e 68,4% em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 63,9%, ou R$444,7 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R$696,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$1.132,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu da necessidade de aumentar os estoques para suportar o crescimento nas vendas e melhorar a disponibilidade de produtos no Nordeste;

(ii) redução de 35,3%, ou R$59,3 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R$168,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$108,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução deveu-se ao trabalho de alteração do perfil das nossas dívidas, liquidando contratos de curto prazo e privilegiando linhas de crédito de longo prazo;

(iii) aumento de 49,9%, ou R$283,7 milhões, no saldo da depósitos interfinanceiros, que passou de R$569,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$852,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu do crescimento da carteira de crédito junto aos nossos clientes, bem como do pagamento pelo direito de exclusividade da Luizacred na Lojas Maia;

(iv) aumento de 82,7%, ou R$99,7 milhões, no saldo da conta operações com cartões de crédito, que passou de R$120,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$220,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu do crescimento da utilização do nosso cartão de crédito em outros estabelecimentos comerciais;

(v) aumento de 68,6%, ou R$47,4 milhões, no saldo da conta salários, férias e encargos sociais, que passou de R$69,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$116,5 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pelo crescimento no quadro de funcionários das mesmas lojas e das 15 novas lojas, para atender uma maior demanda de clientes, estruturação do escritório de negócio de São Paulo e da aquisição de Lojas Maia;

(vi) aumento de 36,8%, ou R$10,6 milhões, no saldo da conta impostos a recolher, que passou de R$28,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$39,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação foi uma consequência da provisão de IRPJ e CSLL do exercício;

(vii) diminuição de 5,0%, ou R$0,7 milhão, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R$13,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$21,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa pequena diminuição foi decorrente de variações normais nos saldos das nossas transações cotidianas com as controladas em conjunto e subsidiárias;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(viii) aumento de 10,0%, ou R$3,9 milhões, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R$39,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu da transferência do registro de impostos parcelados do longo para o curto prazo;

(ix) diminuição de 52,7%, ou R$29,0 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$26,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. A variação do saldo foi uma consequência de uma redução na parcela a ser amortizada referente ao acordo de associação da Luizacred em 2009 e um aumento decorrente do aditivo do mesmo acordo de associação em 2010;

(x) redução de 0,9%, ou R$0,2 milhão, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de um valor R$23,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$22,9 milhões em 31 de dezembro de 2010. Nessa conta contábil não tivemos variações significativas; e

(xi) aumento de 87,2%, ou R$47,7 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R$54,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$102,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu da contabilização do financiamento da aquisição da Lojas Maia, por parte dos antigos proprietários, no valor remanescente de R$33,6 milhões.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou 48,8%, ou R$391,7 milhões, passando de R$802,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$1.194,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. O passivo não circulante representava 30,5% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 e 30,4% em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 26,2%, ou R$138,4 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R$527,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$666,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento deveu-se ao trabalho de alteração do perfil das nossas dívidas, privilegiando linhas de crédito de longo prazo;

(ii) redução de 7,0%, ou R$0,3 milhão, no saldo da conta depósito interfinanceiros, que passou de R$4,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Nessa conta contábil a variação não foi significativa;

(iii) redução de 51,2%, ou R$6,6 milhões, no saldo da conta impostos parcelados, que passou de R$12,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$6,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução decorreu da transferência do registro de impostos parcelados do longo para o curto prazo;

(iv) aumento de 592,0%, ou R$155,7 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R$26,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$182,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento foi uma consequência da constituição de provisões para contingências, decorrentes principalmente da aquisição da Lojas Maia;

(v) aumento de 70,5% ou R$8,6 milhões, no saldo da conta provisões técnicas de seguros, que passou de R$12,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$20,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pelo crescimento das operações da nossa controlada em conjunto Luizaseg;

(vi) aumento de 35,9%, ou R$78,2 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de um valor R$217,9 milhões ‘em 31 de dezembro de 2009, para R$296,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento foi justificado pelo aditivo do Acordo de Associação, por meio do qual registramos a receita diferida no valor de R$80,0 milhões;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(vii) aumento de R$13,7 milhões, no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos, que passou de zero em 31 de dezembro de 2009, para R$13,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse valor referiu-se à contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo de intangíveis nos ajustes para a combinação de negócios referentes à Lojas Maia; e

(viii) aumento de 285,7%, ou R$4,0 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de um valor R$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2009, para R$5,4 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou R$53,5 milhões, passando de R$(6,1) milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$47,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, devido ao lucro líquido do exercício de R$ 68,8 milhões e distribuição de dividendos de R$ 15,3 milhões. O patrimônio líquido representava (0,2%) do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 e 1,2% em 31 de dezembro de 2010. Essa variação (aumento) é explicado abaixo por conta a conta do nosso patrimônio líquido:

(i) diminuição de 80,5%, ou R$177,0 milhões, no saldo da conta capital social, que passou de R$220,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa diminuição justifica-se pela redução de capital social incorporada nos prejuízos acumulados;

(ii) aumento de R$3,4 milhões, no saldo da conta reserva legal, que passou de zero em 31 de dezembro de 2009, para R$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação consiste na provisão de reserva legal estatutária;

(iii) aumento de 42,9%, ou R$0,3 milhão, no saldo da conta reserva de retenção de lucros, que passou de R$0,7 milhão em 31 de dezembro de 2009, para R$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela aplicação da reserva legal contra prejuízos acumulados; e

(iv) diminuição de R$226,7 milhões, no saldo da conta prejuízos acumulados, que passou de R$(226,7) milhão em 31 de dezembro de 2009, para zero em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela incorporação do capital social e do resultado do exercício.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	**2011**	**2010**	**2009**
(+) Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11,7	68,8	(92,7)
(+) Ajustes para conciliar o resultado ao fluxo de caixa	439,6	332,7	376,8
(+) (Aumento) redução nos ativos operacionais	(1.127,3)	(804,7)	(550,6)
(+) Aumento (redução) nos passivos operacionais:	448,8	828,7	454,2
(+) IR / CS Pagos	(36,3)	(20,1)	(15,1)
(=) Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais (1)	**(263,4)**	**405,4**	**172,6**
(+) Aquisição/ Venda de imobilizado e intangível	(178,1)	(123,7)	(46,6)
(+) Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	24,0	80,0	250,0
(+) Aplicação/ Resgate em fundo de investimento exclusivo	(9,3)	-	-
(+) Investimento em controlada	(107,0)	(61,8)	0,0
(=) Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimentos (2)	**(270,4)**	**(105,5)**	**203,4**
(+) Aumento de capital, por oferta pública de ações	553,0	-	-
(+) Captação de empréstimos e financiamentos	182,8	319,9	333,3
(+) Pagamento de empréstimos e financiamentos	(273,1)	(405,9)	(454,4)
(+) Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(84,5)	(63,7)	(97,9)
(+) Pagamento de dividendos	0	(13,7)	0,0
(=) Caixa oriundo das (aplicado nas) nas atividades financeiras (3)	**378,2**	**(163,5)**	**(219,0)**
Aumento (Redução) do saldo de caixa (1) + (2) + (3) = (4)	**(155,7)**	**136,5**	**156,9**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	328,9	192,4	35,5
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	173,1	328,9	192,4

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais

Em 2009, o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R$172,6 milhões. Em 2010, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$405,4 milhões, comparado caixa aplicado de R$263,4 milhões em 2011. A evolução no fluxo de caixa das operações, no último exercício, foi decorrente do aumento na necessidade de capital de giro, devido, principalmente às Lojas Maia e lojas do Baú. Os principais passivos operacionais que financiam nossos ativos são fornecedores de mercadorias de revenda, depósitos interfinanceiros e as operações com cartões de crédito. No último exercício, devido a

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

adequação nos estoques para as lojas do Baú e Lojas Maia, bem como pelo crescimento do contas a receber em função do crescimento na receita bruta, nossos ativos circulantes operacionais aumentaram em montante superior ao incremento nos nossos passivos circulantes operacionais.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento

Em 2009, o caixa líquido gerado pelas atividades de investimento foi de R$203,4 milhões, devido ao recebimento de R$250,0 milhões pela renovação do contrato de associação da Luizacred, deduzidos de investimentos em reforma e expansão, que totalizaram R$46,6 milhões. Em 2010, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R$105,5 milhões, considerando a aquisição de bens imobilizados e intangíveis, no valor de R$123,7 milhões, o aditamento do contrato de associação da Luizacred para inclusão da Lojas Maia, no valor de R$80,0 milhões, e o pagamento de R$61,8 milhões pela aquisição da Lojas Maia. Em 2011, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R$270,4 milhões, devido, principalmente, a aquisição de bens imobilizados e intangíveis, no valor de R$178,1 milhões, o aditamento do contrato de associação da Luizacred para inclusão das lojas do Baú, no valor de R$24,0 milhões, e o pagamento de R$80,3 milhões pela aquisição das lojas do Baú.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento

Em 2009, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R$219,0 milhões, decorrentes da liquidação de uma série de empréstimos de curto prazo com os recursos provenientes da renovação do acordo de associação da Luizacred. Em 2010, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R$163,5 milhões, em função de pagamentos de empréstimos em montante acima das captações, no valor líquido de R$86,0 milhões, pagamento de juros da ordem de R$63,7 milhões e dividendos de R$13,7 milhões. Em 2011, o caixa das atividades de financiamento ficou positivo em R$378,2 milhões, devido ao aumento de capital no montante de R$553,0 milhões, líquido dos pagamentos de empréstimos e financiamentos no valor de R$174,8 milhões.

Variação no Saldo de Disponibilidades

O saldo de disponibilidades foi aumentado em R$156,9 milhões em 2009, principalmente pelo caixa oriundo das atividades de investimento. O saldo de disponibilidades foi aumentado em R$136,5 milhões, em 2010, devido ao caixa oriundo das atividades operacionais. Finalmente em 2011, o saldo de disponibilidades foi reduzido em R$155,7 milhões, devido a maior necessidade de capital de giro e maior nível de investimentos, em partes compensados pelo aumento de capital provenientes dos recursos captados na Oferta de Ações.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrições de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias; (ii) operações de crédito; e (iii) prestações de serviços.

As receitas de revenda de mercadorias são realizadas por todas as nossas lojas, incluindo as nossas subsidiárias, Lojas Maia e New Co. As receitas provenientes das operações de crédito são realizadas por nossa controlada em conjunto, Luizacred, e compreendem principalmente os juros cobrados nas operações de crédito direto ao consumidor ("CDC"), empréstimo pessoal e no nosso cartão de crédito. As receitas de prestação de serviços são realizadas por todas as nossas empresas e inclui a venda de garantias estendidas, diversos tipos de seguros, tarifas de cartões de crédito, taxa de administração de consórcio, além da prestação de serviços pelas operações de varejo para as suas controladas em conjunto e subsidiárias.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossas operações, principalmente de revenda de mercadorias, dependem sensivelmente das condições macro econômicas, incluindo a inflação, o nível de emprego, a variação no rendimento real dos salários, o grau de confiança dos consumidores a taxa de juros real.

A situação financeira e o resultado das nossas operações dependem das condições macro-econômicas, principalmente por fatores como: (i) o desenvolvimento econômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) o nível de juros básico; e (v) o nível de renda da população.
Em 2011, com a evolução destes indicadores, a receita nominal de vendas do comércio varejista cresceu 10,1% segundo dados do IBGE. O faturamento das vendas apenas no segmento de móveis e eletrodomésticos destacou-se com crescimento de 16,6%, em relação ao ano de 2010. Mais uma vez a Companhia conseguiu aproveitar o bom momento da economia e crescer acima do mercado, ganhando *market share.*
É importante ressaltar que nos últimos anos, nosso setor de atuação vem crescendo acima do varejo como um todo. Considerando que a penetração dos nossos produtos na classe C ainda é muito baixa, o potencial de crescimento continua muito elevado para os próximos anos. Ao longo de mais de 50 anos de operação no varejo, nossa estratégia e atuação estiveram voltadas ao varejo de bens duráveis para a Classe C, a classe social que mais cresce no Brasil, representando aproximadamente 102 milhões de pessoas, ou 53% da população total brasileira, conforme a Pesquisa Cetelem Ipsos 2010.

Apesar da desaceleração da economia, notadamente no segundo semestre de 2011, a Companhia apresentou crescimento sustentável ao longo do ano.

Nossa perspectiva, é que o varejo de bens duráveis para esta classe C é o segmento com um dos maiores potenciais de crescimento no setor de varejo para os próximos anos, em vista dos seguintes fatores: (i) as condições macroeconômicas no Brasil, combinadas com programas sociais de transferência de renda, que são favoráveis ao crescimento da renda e do poder de compra deste segmento; (ii) a Classe C tem um perfil mais jovem, fazendo com que parte significativa destes consumidores esteja prestes a ingressar no mercado de trabalho e assim deverão se manter economicamente ativos por mais tempo, fenômeno também conhecido como "bônus demográfico"; (iii) a baixa penetração de bens duráveis nos domicílios da Classe C, o que gera demanda reprimida por tais bens; (iv) o crescente acesso da Classe C à Internet, o que possibilita um maior volume de compras por meios eletrônicos; (v) a queda da taxa de desemprego; e (vi) paralelamente a queda das taxas de juros e aumento da renda média do brasileiro. Fatores estes que tem estimulado o consumo das famílias.

b. Variações das receitas atribuíveis às modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem um ou mais setores em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio ou na taxa de juros. Muitos produtos que comercializamos, especialmente nas linhas de eletro eletrônicos e informática, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços de nossos produtos. Por um lado, os produtos eletro eletrônicos estão cada vez mais baratos para nós e para nossos clientes, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala, decorrentes da produção de volumes maiores. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais frequentes e com funcionalidades cada vez mais atraentes para nossos consumidores, estimulando muitas vezes a compra de produtos mais caros e sofisticados.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

	31 de dezembro de		
	2011	**2010**	**2009**
Crescimento do PIB (%) [1]	2,7%	7.5%	(0,3%)
Inflação (IGP-M) (%) [2]	5,1%	11,3%	(1,7%)
Inflação (IPCA) (%) [3]	6,4%	5,9%	4,3%
CDI[1] (%) [4]	11,7	10,0%	9,9%
TJLP (%) [5]	6,0%	6,0%	6,1%
Taxa SELIC (%) [6]	11,0%	10,8%	8,8%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	12,6%	(4,3%)	(25,5%)
Taxa de câmbio (fechamento) - R$ por US$1,00 [7]	1,9	1,7	1,7
Taxa média de câmbio - R$ por US$1,00 [8]	1,7	1,8	2

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

(1) Fonte: Banco Central

(2) inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

(3) A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.

(4) O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

(5) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

(6) Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.

(7) Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

(8) Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. Um aumento significativo do dólar norte americano encareceria os produtos eletro eletrônicos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução do dólar norte americano tornaria esses produtos ainda mais baratos, estimulando ainda mais suas vendas.

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, consequentemente, os preços para nossos clientes. Como vendemos milhares de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo, tipicamente alavancadas por capital de terceiros. O custo das operações de crédito, oriundos das captações via depósitos inter-financeiros na Luizacred, também seriam adversamente afetados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira e juros de empréstimos bancários.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios sociais.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- Aquisição das lojas do Baú da Felicidade

O Magazine Luiza concluiu em 29 de julho a aquisição das ações da New-Utd Utilidades Domésticas S.A., empresa criada pelo Grupo Silvio Santos. A New-Utd tinha como ativos 121 lojas da rede de varejo Baú da Felicidade, localizadas nos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, os respectivos contratos de locação, móveis, equipamentos e instalações das lojas, bem como os sistemas de informática e a base de clientes. O valor final da aquisição foi de R$80,3 milhões, integralmente pagos no dia 29 de julho de 2011. A Companhia concluiu o plano de transição das lojas do Baú, convertendo 35 lojas no formato virtual e 69 lojas no formato convencional. Adicionalmente, 4 lojas eram adjacentes às lojas existentes do Magazine Luiza e foram integradas, de forma que apenas 13 lojas foram alienadas.

A aquisição das Lojas do Baú teve principalmente dois objetivos estratégicos: (i) aumentar a presença nos estados de São Paulo e Paraná e (ii) expandir o canal virtual através da inauguração de mais de 30 lojas virtuais. A Companhia encerrou o ano de 2011 com 103 lojas virtuais, demonstrando o seu comprometimento em investir na multi-canalidade.

- Aquisição das Lojas Maia

Em 16 de julho de 2010, adquirimos por R$98,3 milhões a sociedade F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. (Lojas Maia), que compreendia 136 lojas, espalhadas pelos nove Estados da região Nordeste do Brasil. A aquisição foi estratégica para nós, pois tínhamos como objetivo ingressar no mercado nordestino, cujos índices de crescimento são os maiores no país, bem como poderíamos aproveitar uma forte sinergia para estas unidades adquiridas, principalmente com relação à nossa estratégia comercial e de crédito.

Os primeiros resultados de nossos esforços de integração da Lojas Maia já se refletiram no seu faturamento, que cresceu 35,9%, ou R$172,3 milhões, passando de R$479,6 milhões no exercício social encerrado em 2009 para R$651,9 milhões no exercício social encerrado em 2010, sendo que R$328,0 milhões foram incorporados ao nosso faturamento consolidado, a partir de agosto de 2010.

Os próximos passos da integração da Lojas Maia incluem a reforma de diversas lojas, a mudança da marca para Magazine Luiza, a implementação de toda nossa política comercial, incluindo a gestão de estoques e nossa política de preços, e finalmente a integração completa dos sistemas de informação.

- Acordo de Associação

Em dezembro de 2010, celebramos com o Itaú Unibanco um aditivo ao Acordo de Associação da Luizacred, por meio do qual a nossa subsidiária pagou à Lojas Maia o montante de R$160,0 milhões pelo direito de exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros. No início de 2011, conforme o mesmo aditivo, os sócios aumentaram o capital da Luizacred no mesmo montante, cabendo ao Magazine Luiza o aporte de R$80,0 milhões. Esses recursos foram utilizados pela Luizacred para reduzir a captação via depósitos interfinanceiros, feita especificamente para o pagamento à Lojas Maia. A transação foi reconhecida contabilmente na Lojas Maia como receita diferida, e na Luizacred como ativo intangível, que serão amortizados ao longo de 19 anos.
Em 2011, celebramos com o Itaú Unibanco mais um aditivo ao Acordo de Associação da Luizacred, desta vez para contemplar as lojas adquiridas do Baú, por meio do qual a nossa subsidiária Luizacred pagou o montante de R$48,0 milhões pelo direito de exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros nas suas lojas.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, uma vez que não tivemos nenhuma operação ou evento não usual.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Elaboramos as nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – "IFRS") emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – "IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras individuais da controladora de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão substancialmente convergidas as IFRS, uma vez que estes pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com as IFRS. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme os IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Adicionalmente, vale ressaltar que nós adotamos as prerrogativas do IFRS e o conjunto de normas dos CPCs de forma retroativa, até primeiro de janeiro de 2008, e após a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 12 de maio de 2010, conforme declarado na nota explicativa 03 de nossas demonstrações financeiras. Desta forma, pelo fato das práticas contábeis adotadas no Brasil estarem substancialmente convergidas as IFRS, o nosso patrimônio líquido constante nas demonstrações financeiras individuais reflete o mesmo saldo do patrimônio liquido consolidado preparado conforme as prerrogativas do IFRS e do BRGAAP (regras anteriores as leis nos 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e 11.941, de 27 de maio de 2009). Adicionalmente, não ocorreram mudanças significativas em nossas práticas contábeis, uma vez que estas foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Item não aplicável

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Auditor independente emitiu seu relatório com parágrafo de ênfase quanto a preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião dos auditores independentes não é ressalvada em função deste assunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Preparamos as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Nós revisamos nossas demonstrações financeiras para assegurar que elas representam as informações relacionadas as condições econômicas de nosso ambiente de negócios.

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos posteriores se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como o Grupo forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, sumarizamos as principais práticas contábeis, conforme a opinião de nossos administradores.

Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, quando transferimos ao comprador os riscos e os benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; não existe envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para nós; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. As devoluções e descontos podem divergir de nossas estimativas impactando o resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Possuímos diversos instrumentos financeiros derivativos para gerenciar nossa exposição ao risco de variação cambial, representado basicamente por taxa de juros e “swap” de moedas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, são avaliados ao seu valor justo no final de cada exercício ou período de relatório. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, pois os mesmos não são designados como instrumento efetivo de “hedge”.

Para determinar o valor justo de nossos derivativos em cada exercício social, utilizamos certas estimativas as quais podem impactar o valor justo mensurado.

Provisão para créditos de liquidação de duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente por nós, para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber. O critério de constituição da provisão leva em consideração, entre, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Reduções ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Administração do Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo para cada unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. O valor da perda, se aplicável, é registrado como redutora do ativo. A determinação do fluxo de caixa descontado envolve estimativas e assunções efetuadas pela Administração.

Reduções ao valor recuperável do ágio

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior freqüência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subseqüentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir. Na alienação ou baixa de uma subsidiaria, o respectivo ágio é incluído na determinação do lucro ou perda da operação.

Provisões contingentes adquiridas em uma combinação de negócios
Os passivos contingentes conhecidos e adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, reconhecida de acordo com o IAS 18 - Receita (equivalente ao CPC 30)

Na determinação do valor justo dos passivos contingentes, utilizamos certos julgamentos e estimativas e o resultado atual dos passivos contingentes podem ser diferentes de nossa estimativa.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Provisão para riscos tributarias, cíveis e trabalhistas

Somos parte de diversas autuações, reclamações e processos administrativos. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas autuações e processos administrativos são determinados com base na opinião legal de nossos assessores jurídicos e de acordo com a avaliação da gerencia na data base de cada balanço, para os riscos considerados mais prováveis que sim do que não. A possibilidade de perda é acessada com base em evidências disponíveis, a hierarquia de leis, jurisprudências e decisões mais

10.5 - Políticas contábeis críticas

recentes dos tribunais, e sua relevância com o sistema legal, e a avaliação efetuada por nossos assessores jurídicos terceirizados.

Provisões técnicas de seguros

Reconhecemos provisão técnica de seguros denominadas: Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG); Provisão para Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE); Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIP); Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL); Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) baseadas na estimativas da administração e em premissas atuarias especificas para os seguros da Companhia. Os sinistros reais futuros podem ser maior ou menor do que os considerados pelas presunções e estimativas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício ou período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração da base tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável, sendo calculados em cada empresa componente do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos (exceto para combinação de negócios) em uma transação que não afete a base tributável ou o lucro contábil.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício ou período de relatório e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Preparamos projeções futuras de lucro, as quais são aprovadas pelo Conselho de Administração, com o objetivo de mensurar o potencial de geração de lucro tributável futuro que suporte a realização do imposto de renda e contribuição social registrados em nossas demonstrações financeiras. Na preparação de tais projeções utilizamos várias premissas e julgamentos. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas.

Vida útil de ativos de longa duração

Reconhecemos a depreciação dos ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais de cada unidade podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação de seu custo.

Provisão para perdas dos estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente para cobrir as prováveis perdas relacionadas.

Provisão para desvalorização dos estoques

A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações. O Grupo estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os nossos Diretores acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições em nossos controles internos. A partir de junho de 2010, implementamos o sistema financeiro corporativo (ERP) da Oracle, que tem nos permitido maior segurança, velocidade e qualidade das informações.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores não realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, mas apenas para opinar sobre as nossas demonstrações financeiras. No entanto, no contexto de suas auditorias sobre nossas demonstrações financeiras, nossos auditores podem identificar pontos de melhoria de nossos controles internos, que quando identificados nos são comunicados.

Na avaliação da Administração nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

No dia 02 de Maio de 2011, o Magazine Luiza deu mais um passo muito importante em sua trajetória de crescimento, realizando a oferta pública inicial de ações (IPO). A Companhia listou suas ações no Novo Mercado da BM&FBovespa e mantém o firme compromisso de operar de acordo com as melhores práticas de governança corporativa.
O valor total da Oferta de Ações foi de R$886,4 milhões, sendo R$583,9 milhões na distribuição primária e R$302,5 milhões na distribuição secundária. O aumento de capital, líquido das despesas da Oferta, totalizou R$563,5 milhões.

Os recursos captados foram destinados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição, sendo distribuída da seguinte forma: (i) 30% em reforço de capital de giro e redução de endividamento, principalmente em relação ao reforço de capital de giro nas Lojas Maia e lojas do Baú; (ii) 30% investidos na aquisição das 100 lojas do Baú e aberturas de 18 novas lojas no Magazine Luiza e outras 6 lojas na região Nordeste; (iii) 20% investidos em reformas de 50 lojas do Magazine Luiza, 39 lojas no Nordeste e 35 lojas do Baú; e (iv) 20% investidos em tecnologia e logística, alocados principalmente na ampliação do depósito de Louveira, criação do *cross-docking* em Guarulhos e investimento na frota própria de veículos para a Grande São Paulo.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta divulgada no Prospecto da distribuição.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (off balance sheet itens), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

iv. contratos de construção não terminada; e

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não detemos outros itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b. Natureza e o propósito da operação

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

10.10 - Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em ativo imobilizado e intangível saíram de R$123,7 milhões em 2010 para R$210,2 milhões em 2011. Esses investimentos incluem reformas de lojas existentes, bem como investimentos em tecnologia, logística e lojas novas. Em 2011, inauguramos organicamente 24 lojas novas e iniciamos os investimentos para a abertura de mais 3 lojas virtuais do Baú e 4 lojas convencionais no nordeste no 1T12. Outros investimentos incluem o início da ampliação do centro de distribuição de Louveira e outros investimentos em logística, no total de R$28,2 milhões no ano de 2011.

A Companhia deverá continuar investindo em projetos de infraestrutura, notadamente logística e tecnologia, e não prevê aquisições de outras redes de lojas. A Companhia está concluindo a expansão do centro de distribuição em Louveira, tem reforçado seus sistemas de tecnologia para absorver as redes adquiridas, e recentemente duplicou a hospedagem do seu banco de dados em Franca e São Paulo com o objetivo de aumentar a segurança das informações. Os investimentos totais planejados para 2012 estão orçados em R$140 milhões, considerando a abertura de novas lojas (entre 20-30 lojas) e as reformas (entre 50-60 lojas), incluindo o Nordeste.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Nossos investimentos são suportados principalmente pela nossa geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não temos desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realizá-los.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Segundo os nossos Diretores, não foram adquiridas quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
Não aplicável, vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; e,
Não aplicável, vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.
Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto das projeções

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nossa administração é composta por um Conselho de Administração, Conselho Fiscal e uma Diretoria, regidos pelo disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou Lei das Sociedades por Ações, e em nosso Estatuto Social. Não possuímos comitês estatutários.Nosso Estatuto Social permite a criação de comitês pelo nosso Conselho de Administração, para auxiliá-lo no exercício de suas funções, e neste sentido em 22 de março de 2012 criamos dois comitês, sendo eles: i) Comitê de Auditoria e Riscos; e ii) Comitês de Finanças.

a. Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração:

De acordo com o nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei:

a) exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;

b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

c) eleger e destituir os Diretores da Companhia;

d) atribuir aos Diretores as respectivas funções, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores;

e) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76;

f) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e os papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

g) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

h) escolher e destituir os auditores independentes;

i) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;

j) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

k) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

l) aprovar a criação e supressão de subsidiária e a participação da Companhia no capital de outras sociedades;

m) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia, bem como em fundações que patrocine;

n) manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

o) autorizar a emissão de ações da Companhia, observado o seu capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir ou reduzir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em Oferta Pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

p) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

q) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;

r) aprovar a celebração de contratos com partes relacionadas dos acionistas controladores;

s) outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de programa previamente aprovado em Assembleia Geral;

t) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

u) autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros;

v) estabelecer alçada da Diretoria para alienação ou oneração de bens do ativo permanente, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

w) estabelecer alçada da Diretoria para aquisição de bens do ativo permanente e outros compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretende investir, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

x) estabelecer alçada da Diretoria para contratar quaisquer captações de recursos e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam debêntures, notas promissórias e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

y) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

z) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado;

(aa) dispor, observadas as normas deste Estatuto e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e

(bb) instituir e extinguir Comitês, nomear seus membros e estabelecer seus respectivos regimentos e competências.

Diretoria:

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos nossos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo nosso Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao nosso Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do nosso Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração.

Compete à Diretoria:

a) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;

b) submeter ao Conselho de Administração as Políticas e Estratégias da Companhia;

c) submeter ao Conselho de Administração proposta de aumento de capital e de reforma do Estatuto Social; e

d) recomendar ao Conselho de Administração a aquisição, alienação ou oneração de bens, móveis ou imóveis, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias em operações de interesse da Companhia.

Adicionalmente, observada a competência de cada Diretor, conforme previsto em nosso Estatuto Social, cabe, ainda, à Diretoria:

a) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte;
b) prestar contas junto aos acionistas, atuando nos assuntos institucionais da Companhia, dirigir o desenvolvimento de inovações e novos negócios sociais;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e suas controladas, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e o planejamento e controle financeiro da Companhia,

d) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais,

e) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

f) manter atualizado os registros da Companhia perante a CVM;

g) acompanhar as metas orçamentárias da Companhia;

h) exercer o controle dos bens patrimoniais e promover a gestão contábil-fiscal da Companhia e de suas controladas;

i) elaborar o planejamento comercial da Companhia; e

j) coordenar as operações comerciais da Companhia.

Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal é um órgão societário que funcionará em caráter não permanente, de modo independente de nossa administração e de nossos auditores independentes. Nosso Conselho Fiscal foi instalado em Assembleia Geral Ordinária, mediante solicitação pelos nossos acionistas, conforme previsto em lei.

Nos termos da Lei nº 6.404 de 15.12.1976, compete ao Conselho Fiscal da Companhia:

(i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

(ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléiageral;

(iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(iv) denunciar aos órgãos de administração, e se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembléia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a companhia;

(v) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembléia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;

(vi) convocar a assembléia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias;

(vii) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e

(viii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar

Comitê de Auditoria e Riscos:

O Comitê de Auditoria e Riscos tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração : (i) na supervisão da qualidade, veracidade e integridade das demonstrações financeiras e demais relatórios financeiros, (ii) da qualificação, performance e independência dos auditores independentes, (iii) no monitoramento sobre a adequação do Magazine Luiza às exigências das leis e regulamentos, e (iv) no monitoramento das atividades de gerenciamento dos principais riscos corporativos e respectivos controles internos para mitigá-los.O Comitê tem a função de assessorar o Conselho na supervisão:

(I) Da qualidade e integridade das demonstrações financeiras e dos demais relatórios financeiros:
   a. Discutir com a administração do Magazine Luiza e os auditores independentes, as demonstrações financeiras intercalares e anuais, incluindo as divulgações no relatório da administração;
   b. Revisar com os Auditores Independentes: as políticas e práticas contábeis adotadas pelo Magazine Luiza na preparação de seus relatórios financeiros; os tratamentos alternativos das informações financeiras, que tenham sido discutidas com a administração da empresa, as ramificações do uso desses tratamentos alternativos, as divulgações e o tratamento recomendado pelos auditores independentes; as dificuldades encontradas no decorrer da auditoria, limitação no escopo dos trabalhos ou no acesso às informações e eventuais pontos de discordância com a administração com relação aos relatórios financeiros; e as comunicações relevantes entre os auditores independentes e a administração da empresa, tais como, correspondência sobre assuntos contábeis e controles internos, carta de gerência e planilha de diferenças apuradas pelos auditores independentes e não ajustadas pela empresa.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c. Revisar com a administração da empresa: a efetividade dos procedimentos e controles de informações a serem divulgadas nos relatórios financeiros; as tendências e desenvolvimentos nas práticas de elaboração e divulgação de relatórios financeiros da empresa; as transações relevantes com as partes relacionadas;

(II) Aderência da empresa aos requerimentos legais e regulamentares:

a. Revisar com a administração da empresa: a adequação e efetividade dos procedimentos para assegurar a aderência às normas legais e regulatórias aplicáveis; e quaisquer assuntos legais incluindo o estágio dos litígios pendentes e quaisquer relatórios ou questionamentos das agências reguladoras ou governamentais que possam ter impacto relevante nas demonstrações financeiras da empresa.

(III) Qualificações, performance e independência dos auditores independentes:

a. Opinar quanto à existência de eventuais conflitos de interesse que afetem a independência dos auditores independentes;
b. Opinar sobre a contratação ou destituição do auditor independente, bem como de qualquer contratação de serviços adicionais, não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, a serem prestados pelos auditores independentes do Magazine Luiza;
c. Revisar com os auditores independentes, o escopo, o planejamento e a alocação da equipe para a auditoria proposta para o ano corrente;
d. Supervisionar os trabalhos dos auditores independentes (incluindo a manifestação quanto a eventuais discordâncias entre a administração da empresa e os auditores independentes relacionadas com os relatórios financeiros), estabelecendo protocolo de comunicação com a empresa dos auditores independentes; e
e. Revisar com o sócio-líder do trabalho da empresa de auditoria independente, no mínimo anualmente: os procedimentos internos de controle de qualidade; a política de rotação do sócio responsável e dos demais membros das equipes de trabalho da auditoria independente; todos os relacionamentos profissionais e comerciais entre a empresa dos auditores independentes e a empresa para analisar a questão da independência dos mesmos.
f. Avaliar anualmente as qualificações, a independência e o desempenho dos auditores independentes, recomendando ao Conselho a sua retenção ou substituição.

(IV) Avaliação e gerenciamento dos riscos corporativos e respectivos controles internos:

a. Manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais processos operacionais do Magazine Luiza com o objetivo de conhecer as operações, os principais riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigar estes riscos;
b. Monitorar o gerenciamento dos principais riscos da empresa por meio de Indicadores de Risco e Indicadores de Performance, e informando periodicamente o conselho de administração o resultado deste monitoramento;
c. Discutir com a administração, os auditores independentes e os auditores internos sobre quaisquer deficiências relevantes nos controles internos da empresa e as providências tomadas pela administração;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

d. Revisar a estrutura organizacional de auditoria interna, o plano de trabalho, o programa de treinamento, avaliações de performance dos profissionais, o orçamento anual, entre outros;
e. Periodicamente, manter reuniões com os executivos da auditoria interna para conhecer o progresso dos trabalhos planejados e os resultados dos seus trabalhos.

Comitê de Finanças:

O Comitê de Finanças é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na formado disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 23, do Estatuto Social da Companhia. O Comitê tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: (i) na definição da política e do planejamento financeiro da Companhia; (ii) na definição das políticas e dos níveis de endividamento adequados para as atividades da Companhia, bem como monitoramento de *covenants* contratuais e garantias; (iii) na definição da política de aplicações financeiras e de investimentos; (iv) monitoramento dos riscos financeiros para o Magazine Luiza *e*; (iv) no monitoramento das atividades das subsidiárias Luizacred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, e Luizaseg Seguros S.A.

O Comitê terá as seguintes atribuições e responsabilidades, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, em ata específica:

I. Auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise dos potenciais reflexos da conjuntura econômica brasileira e mundial na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no âmbito de sua política e planejamento financeiro;

II. Referendar e submeter à aprovação do Conselho de Administração as políticas de endividamento, definição de *covenants* contratuais, concessão de garantias, definição de caixa mínimo, política de aplicações financeiras e investimentos, bem como todas as políticas complementares propostas pela Diretoria da Companhia, inclusive definição de alçadas;

III. Referendar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o orçamento anual e plurianual do Magazine Luiza;

IV. Acompanhar a implantação das políticas listadas no item anterior, aprovadas pelo Conselho, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas pelo Conselho;

V. V. Assessorar o Conselho nos assuntos específicos de sua competência e de acordo com as solicitações efetuadas pelo mesmo;

VI. VI. Supervisionar o cumprimento das políticas financeiras e suas políticas complementares, acompanhando o conjunto das operações realizadas pela Companhia através do monitoramento de indicadores definidos pelo Comitê;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

VII. Supervisionar a aderência das estratégias de riscos de mercado sob enfoque de cumprimento das políticas;

VIII. Supervisionar e monitorar as atividades das subsidiárias Luizacred e Luizaseg;

IX. Definir a política de contratação de seguros para o Magazine Luiza;

X. Acompanhar e avaliar as transações e negócios com partes relacionadas, verificando sua aderência às boas práticas de governança corporativas.

O Comitê de Finanças e o Comitê de Auditoria e Riscos deverão atuar em conjunto, sempre que necessário, mantidas as atribuições específicas de cada um dos Comitês.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente e foi instalado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2012.

Nosso Estatuto Social prevê a possibilidade de criação de comitês para auxiliar nosso Conselho de Administração no exercício de suas atribuições, e neste sentido em 22 de março de 2012 criamos dois comitês, sendo eles i) Comitê de Auditoria e Riscos; e ii) Comitês de Finanças.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

Não há mecanismo de avaliação de desempenho de tais conselhos.

Diretoria:

Não há mecanismo de avaliação de desempenho global da Diretoria.

Comitês:

Não há mecanismo de avaliação de desempenho dos Comitês não estatutários.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretor Presidente: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte, ou indicar um Diretor ou procurador para fazê-lo e (ii) prestar contas junto aos acionistas, atuando nos assuntos institucionais da Companhia, dirigir o desenvolvimento de inovações e novos negócios sociais, analisar e aprovar recomendações do Diretor Superintendente sobre o planejamento estratégico da Companhia.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Diretor Superintendente: (i) dirigir os negócios e a administração geral da Companhia e exercer as demais atribuições que lhe foram conferidas por este Estatuto, pelo Conselho de Administração e, ainda, privativamente: (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iii) conceder licença aos membros da Diretoria e indicar-lhes substitutos; (iv) dirigir a administração e gestão dos negócios sociais, superintendendo e orientando os trabalhos dos demais Diretores; (v) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação de cada Diretor; (vi) tomar decisões de caráter de urgência de competência da Diretoria, "ad referendum" desta; (vii) submeter ao Diretor Presidente recomendações sobre planejamento estratégico da Companhia; e (viii) convocar o Diretor Presidente para as reuniões semanais, bem como para outras reuniões deliberativas, conforme entender ser necessário.

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e suas controladas, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e o planejamento e controle financeiro da Companhia, (ii) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, (iii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior, e (iv) manter atualizado os registros da Companhia perante a CVM.

Diretor de Administração e Controle: (i) acompanhar as metas orçamentárias da Companhia; e (ii) exercer o controle dos bens patrimoniais e promover a gestão contábil-fiscal da Companhia e de suas controladas.

Diretor Comercial: (i) elaborar o planejamento comercial da Companhia; (ii) supervisionar as atividades de compra de produtos; (iii) adotar uma política de preços competitivos; e (iv) estabelecer sortimento de produtos em consonância com as exigências do mercado.

Diretor de Vendas e *Marketing*: (i) coordenar as operações de lojas; (ii) supervisionar as atividades promocionais; (iii) estabelecer políticas de vendas e de *marketing*; e (iv) zelar pela satisfação e fidelização dos clientes da Companhia.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Conselho de Administração:

Não possuímos mecanismo de avaliação individual dos membros de nosso Conselho de Administração.

Conselho Fiscal:

Não possuímos mecanismo de avaliação individual dos membros de nosso Conselho Fiscal.

Diretoria:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Não possuímos mecanismo de avaliação individual dos membros de nossa Diretoria.

Comitês:

Não possuímos mecanismo de avaliação individual dos membros de nossos Comitês.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

Conforme determina a Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias são convocadas com 15 dias de antecedência para a primeira convocação e 8 dias para a segunda. Em determinadas circunstâncias, a pedido de qualquer acionista, a CVM poderá aumentar o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação para até 30 dias.

b. Competências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, compete aos acionistas decidir em Assembleia Geral: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, desde que, em qualquer caso, a remuneração não seja diversa da contemplada nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia; d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e) reformar o Estatuto Social; f) deliberar sobre o aumento ou redução do capital social, fora do limite do capital autorizado; g) deliberar sobre qualquer reestruturação financeira envolvendo direta ou indiretamente a Companhia; h) deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como transferência de parte substancial dos ativos da Companhia que gere a descontinuidade de suas atividades; i) deliberar sobre resgate, amortização, desdobramento ou grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; j) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência; k) deliberar sobre a dissolução da Companhia, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá atuar no período de liquidação; l) distribuir dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório; m) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados; n) deliberar o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a adesão e saída do Novo Mercado; o) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta, aquisição de participação relevante ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; p) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e q) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto em Lei e no Estatuto, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estão disponíveis na nossa sede localizada na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, Franca/SP, ou nos endereços eletrônicos www.magazineluiza.com.br/ri; www.cvm.gov.br; www.bmfbovespa.com.br.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se as regras constantes na legislação brasileira, caso ocorra qualquer conflito de interesses.

A Lei das Sociedades por Ações prevê, por exemplo, que o acionista não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com os quais concorrer para a formação do capital social e a aprovação de suas contas como administrador. Desta forma, os acionistas que puderem se beneficiar de modo particular, ou em situações nas quais tiverem interesses conflitantes com o nosso, não poderão exercer seu respectivo direito de voto.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo Presidente do nosso Conselho de Administração.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não aplicável.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Adicionalmente, nosso Estatuto Social estabelece que os acionistas deverão depositar em nossa sede a referida procuração, com antecedência mínima de 24 horas, antes da hora marcada para a realização da referida Assembleia Geral.

Não admitimos procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns e/ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não transmitimos ao vivo o vídeo e/ou áudio das nossas Assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Não aplicável, uma vez que não adotamos mecanismos, além daqueles previstos em lei, destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos nossos acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	23/03/2012
		Valor Econômico - SP	23/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	30/03/2012
			03/04/2012
			04/04/2012
		Valor Econômico - SP	30/03/2012
			02/04/2012
			03/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	17/05/2012
		Valor Econômico - SP	17/05/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Site Magazine Luiza - SP	27/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	13/08/2011
		Valor Econômico - SP	15/08/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	02/03/2010
		Valor Econômico - SP	02/03/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	26/03/2010
		Jornal a Cidade (Viamão) - SP	26/03/2010

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Frequência das reuniões

As reuniões do Conselho de Administração ocorrerão, ordinariamente, ao menos a cada 2 (dois) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existem acordos de acionistas que estabeleçam restrições ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho de administração em vigor.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira.

De acordo com o nosso Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a nossa companhia. A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social, nós, nossos acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigamo-nos a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Frederico Trajano Inácio Rodrigues	36	Pertence apenas à Diretoria	21/02/2011	2 anos
253.929.608-47	Administrador de Empresas	Não há.	21/02/2011	Sim
Não há.				
Fabrício Bittar Garcia	34	Pertence apenas à Diretoria	21/02/2011	2 anos
212.460.718-94	Empresário	Não há.	21/02/2011	Sim
Não há.				
Roberto Bellissimo Rodrigues	36	Pertence apenas à Diretoria	21/02/2011	2 anos
251.674.028-08	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	21/02/2011	Não
Diretor Financeiro				
Marcelo José Ferreira e Silva	61	Pertence apenas à Diretoria	21/02/2011	2 anos
018.752.214-68	Economista	Não há.	21/02/2011	Sim
Não há.				
Maria Isabel Bonfim de Oliveira	49	Pertence apenas à Diretoria	21/02/2011	2 anos
046.688.188-60	Contadora	Não há.	21/02/2011	Sim
Não há.				
Onofre de Paula Trajano	75	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	Até AGO de 2013
026.538.268-87	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2012	Sim
Não há.				
José Antônio Palamoni	74	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	Até AGO de 2013
202.536.998-00	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2012	Sim
Diretor Executivo da Luiza Administradora de Consórcios Ltda.				
Carlos Renato Donzelli	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	Até AGO de 2013
122.456.288-70	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2012	Sim
Diretor F.S. Vasconcelos & Cia Ltda.				
Joaquim Francisco de Castro Neto	68	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	Até AGO de 2013
026.491.797-91	Administrador de Empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2012	Sim
Não há.				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Inês Corrêa de Souza	61	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2012	Até AGO de 2013
299.870.677-00	Administradora de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2012	Sim
Não há.				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	63	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2012	Até AGO de 2013 C.A. /2 anos Diretoria Até AGO de 2012 C.A. 2 anos Diretoria Até AGO de 2012 C.A.
052.571.868-02	Empresária	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	30/04/2012	Sim
Não há.				
Fabrício Gomes	29	Conselho Fiscal	30/04/2012	Até AGO de 2013
226.190.198-42	Administrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/05/2012	Sim
Não há.				
Inocêncio Teixeira Baptista Pinheiro	70	Conselho Fiscal	30/04/2012	Até AGO de 2013
108.145.668-04	Membros da diretoria, conselho de administração e conselho fiscal	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/05/2012	Sim
Não há.				
Mauro Marangoni	63	Conselho Fiscal	30/04/2012	Até AGO de 2013
541.922.008-30	Membros da diretoria, conselho de administração e conselho fiscal	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/05/2012	Sim
Não há.				
Robinson Leonardo Nogueira	36	Conselho Fiscal	30/04/2012	Até AGO de 2013
201.470.788-06	Membros da diretoria, conselho de administração e conselho fiscal	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/05/2012	Sim
Não há.				
Antônio Hélio Gozzi	59	Conselho Fiscal	30/04/2012	Até AGO de 2013
437.249.578-15	Membros da diretoria, conselho de administração e conselho fiscal	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	30/05/2012	Não
Não há.				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Frederico Trajano Inácio Rodrigues - 253.929.608-47				

Frederico Trajano Inácio Rodrigues – Tem graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e especialização em Finanças pela University of Califórnia – Berkeley. Iniciou sua carreira atuando nos setores de varejo e bens de consumo na Deutsche Bank Securities entre os anos de 1998 e 1999. Trabalhou nos setores de tecnologia, internet e telecomunicações na Westsphere Equity Investors, entre os anos de 1999 a 2000. Iniciou suas atividades na Companhia em maio de 2000, onde respondeu pelo departamento de E-Commerce. Em 2002, assumiu nossa Diretoria de Marketing. Em 2005, foi eleito Diretor Comercial estatutário e em 2010, eleito Diretor Executivo de Vendas e Marketing. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Fabrício Bittar Garcia - 212.460.718-94

Fabrício Bittar Garcia – Graduou-se em administração de empresas pelo Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF) e fez especialização em administração de empresas pela Universidade de São Paulo. Iniciou sua carreira atuando na área comercial da Companhia em 1996. Assumiu o cargo de Gerente Adjunto de Compras em 2003 e passou a Diretor Adjunto de Compras e Diretor de Compras entre os anos de 2006 e 2009. Em agosto de 2010, assumiu nossa Diretoria Comercial. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Roberto Bellissimo Rodrigues - 251.674.028-08

Roberto Bellissimo Rodrigues – Tem graduação em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1997. Iniciou sua carreira na área de mercado de Capitais no Bradesco BBI no período de 1997 a 2001.Iniciou suas atividades na Companhia em maio de 2001, onde respondeu pela Coordenação no Departamento de Orçamento, Gerente de Controladoria, Diretor de Controladoria e, em 2010, assumiu nossas Diretorias Financeira e de Relações com Investidores. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva – Formado em economia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE em 1972, em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP e pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco – FESP. Iniciou sua carreira atuando na área de auditoria na empresa Arthur Andersen & Co entre 1971 e 1978. Trabalhou na área financeira na empresa Grupo Bompreço, entre os anos de 1978 a 2001. Atuou como diretor presidente na empresa G. Barbosa no ano de 2002 e na empresa Casas Pernambucanas durante o período de 2002 a 2009. Desde 2009, é nosso diretor superintendente. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Em janeiro de 2007, o Colegiado da CVM, em Processo Administrativo Sancionador (PAS nº 02/2003) movido pela CVM a apuração de responsabilidades dos administradores e do acionista controlador do Bompreço S.A. – Supermercados do Nordeste, ou Bompreço, de eventos relacionados ao fechamento de capital do Bompreço e sua comunicação ao público, aplicou multa pecuniária ao Sr. Marcelo José Ferreira e Silva, no montante de R$250 mil. O Sr. Marcelo José Ferreira e Silva é atualmente nosso Diretor Superintendente e, à época dos fatos e antes de ingressar na Companhia, exercia o cargo de Diretor de Relações com Investidores do Bompreço. O Sr. Marcelo José Ferreira e Silva interpôs recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o qual está pendente de julgamento.

Maria Isabel Bonfim de Oliveira - 046.688.188-60

Maria Isabel Bonfim de Oliveira – Formada como Técnica de Contabilidade pelo Instituto Francano de Ensino em 1982, iniciou suas atividades na Companhia. em 1982 como contadora e, em 1992, passou a gerenciar o Departamento de Orçamento. Atuou como Diretora de Controladoria a partir de 2001 e, em 2010, tornou-se nossa Diretora de Administração e Controle. Não possui condenação criminal ou administrativa que a impeça de exercer cargos de administração.

Onofre de Paula Trajano - 026.538.268-87

Onofre de Paula Trajano – Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Franca em 1967. Atua no Grupo Magazine Luiza, tendo atuado na MTG Administração Assessoria e Participações S/A – Holding Administrativa e Acionária, como Diretor Executivo; na LTD como Conselheiro e Diretor Executivo; na Luiza Administradora como Diretor Financeiro; na Castelo Empreendimentos Imobiliários Ltda. como Diretor Executivo; na Meta Veículos Ltda. como Diretor Executivo; na UBERVEL Uberaba Veículos e Peças Ltda. como Diretor Executivo; na Luiza Factoring como Diretor Executivo; na LuizaCred como Conselheiro suplente; na Luiza Participações como sócio e Diretor Executivo e atualmente na Companhia como membro do Conselho de Administração. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

José Antônio Palamoni - 202.536.998-00

José Antônio Palamoni – Formou-se como técnico contábil com curso de matemática financeira, liderança, gestão estratégica e tributária no Instituto Francano de Ensino em 1961. Iniciou suas atividades na Companhia em 1963, como contador. Atua, desde 1991, como Diretor Executivo do Grupo Luiza e participa ativamente do Conselho de Administração da holding dos acionistas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

Carlos Renato Donzelli – Formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

Joaquim Francisco de Castro Neto – Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e fez especialização em Administração de Vendas e em Marketing e Desenvolvimento de Novos Produtos pela IMEDE em Lausane, Suíça. Iniciou sua carreira atuando na área de investimentos no Banco Crefisul de Investimentos e BFL Crédito Financiamento e Investimento S.A. no período de 1967 a 1971, bem como no Multibanco Banco de Investimentos S.A. de 1971a 1972, no Banco Nacional Brasileiro S.A 1972 a 1973, no Bansulvest – Banco de Investimentos S.A. e Finansul Crédito financiamento e Investimento S.A. de 1973 a 1974 e no Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A. de 1974 a 2008. Ocupou cargos executivos e de conselho no Unibanco Leasing S.A., no Banco Dibens, na Unicard, na Luizacred, no PontoCred, na Fininvest, na Asset Management, no Orbitall, Credicard e na Tecban. Foi membro do Conselho da Visa Latin American and Caribben, membro do conselho de administração da Prever S.A. e oresidente do conselho de administração da Redecard S.A.. É membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2007 e, a partir de 2008, tornou-se presidente do Conselho de Administração da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

Inês Corrêa de Souza – Graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil AS entre 1973 e 1975. Trabalhou nas áreas de finanças e mercado de capitais na Companhia Vale do Rio Doce entre 1976 e 1999. Além disso, atuou em posições de destaque como Diretora de Operações no Banco UBS entre 1999 e 2004. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Foi membro da AIG Private Banking Advisory Board no Brasil dentre 2004 e 2007. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues é mãe de três filhos e avó de quatro netos, casada com Erasmo Fernandes Rodrigues, já falecido. É hoje Diretora Presidente do Magazine Luiza. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direto de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor de Vendas e Marketing na companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato, Pelegrino José Donato.Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupa desde 2009. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que lhe foi novamente atribuída em 2009. Assumiu também a presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para o biênio 2009-2010, e em 2011, foi eleita a vice-presidente. Faz parte do Conselho de Administração da Companhia desde a criação do Conselho de Administração em junho de 2005, sendo atualmente vice-presidente do conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Atualmente, é também presidente do Conselho de Administração da LuizaSeg Seguros S.A. e da LuizaCred S.A., tendo assumido os cargos em 2005 e 2002, respectivamente. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ela também é conferencista em diversos eventos, onde relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas. Não possui condenação criminal ou administrativa que a impeça de exercer cargos de administração. Em dezembro de 2010, o Colegiado da CVM, em Processo Administrativo Sancionador (PAS nº 18/2008) movido pela CVM para a apuração de responsabilidades dos administradores da Sadia S.A. por eventuais irregularidades relacionadas a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e na divulgação de informações, aplicou multa pecuniária no montante de R$200 mil à Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues.

Fabrício Gomes - 226.190.198-42

Fabrício Gomes tem graduação em Administração pela Universidade Estadual Paulista – UNESP em 2003, e em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Claretiano em 2010. Cursa pós-graduação em Controladoria e Finanças na Universidade de São Paulo – USP. Trabalhou como gerente de auditoria na Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no período de 2003 a 2010, onde desenvolveu trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras (participação em ofertas públicas de valores mobiliários), controles internos, gestão de riscos e compliance. Atua, desde 2010, como gerente de gestão de riscos corporativos na MTG. e em 30 de abril de 2012 foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Inocêncio Teixeira Baptista Pinheiro - 108.145.668-04

Inocêncio Teixeira Baptista Pinheiro tem graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru em 1966, e Tecnico em Contabilidade pelo Colégio Comercial de Dois Corregos, em 1960. Mestre em Direito pela Universidade de Franca em 2003. Sócio proprietário de escritorio de advogacia, Advocacia Inocêncio Pinheiro e Amorim, que iniciou suas atividades em 1966. Foi Presidente do Conselho de Administração da ACEF S/A, mantenedora da Universidade de Franca e do Instituto Francano de Ensino Alto Padrão e em 30 de abril de 2012 foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Mauro Marangoni - 541.922.008-30

Mauro Marangoni tem graduação em Direito, pela Faculdade De Direito de Franca-SP em 1986, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 110.596. Iniciou suas atividades na MTG. Administração, Assessoria e Participações S/A , no ano de 1991 onde desenvolve seu trabalho nas áreas cíveis e imobiliária e em 30 de abril de 2012 foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Robinson Leonardo Nogueira - 201.470.788-06

Robinson Leonardo Nogueira tem graduação em Administração pela Universidade Luterana do Brasil em 2011. Iniciou suas atividades na Holding MTG Adm Assessoria e Participações S/A em 2001, exercendo suas atividades no departamento de contabilidade, onde passou a responder por toda os assuntos voltados à contabilidade e tributário da empresa. Em 2005 assumiu a gestão de controles internos e gerenciais. Atualmente responde pela gestão financeira da Holding MTG e coligadas e em 30 de abril de 2012 foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Antônio Hélio Gozzi - 437.249.578-15

Antônio Hélio Gozzi tem graduação em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE em 1993 e cursou o MBA Executivo em Administração pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – FEAP em 1986. Atuou em posições de destaque como Superintendente Regional no Banco do Brasil entre 1999 e 2003. Além disso, atuou como Superintendente de Varejo na Companhia de Aliança do Brasil, ano de 2008. Foi membro do Conselho de Administração do SEBRAE entre 2004 e 2005. Desde 2008 é Gerente Executivo Administrativo e Financeiro da Cooperativa dos Cafeicultores da Media Sorocabana e em 30 de abril de 2012 foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Carlos Renato Donzelli	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	22/03/2012	1 ano
122.456.288-70			42	22/03/2012	
Não há.		Não há.			
José Antônio Palamoni	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	22/03/2012	1 ano
202.536.998-00			74	22/03/2012	
Não há.		Não há.			
Taiki Hirashima	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	22/03/2012	1 ano
007.568.818-20			71	22/03/2012	
Não há.		Não há.			
Carlos Renato Donzelli	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	22/03/2012	1 ano
122.456.288-70			42	22/03/2012	
Não há.					
Inês Corrêa de Souza	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora de Empresas	22/03/2012	1 ano
299.870.677-00			61	22/03/2012	
Não há.					
Roberto Bellissimo Rodrigues	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	22/03/2012	1 ano
251.674.028-08			36	22/03/2012	
Não há.					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Magazine Luiza S.A	47.960.950/0001-21	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração .				
Pessoa relacionada				
Frederico Trajano Inácio Rodrigues	253.929.608-47	Magazine Luiza S.A	47.960.950/0001-21	
Diretor de Vendas e Marketing				
Observação				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Magazine Luiza S.A	47.960.950/0001-21	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Onofre de Paula Trajano	026.538.268-87	LTD Administração e Participações S.A.	66.117.474/0001-26	
Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração				
Observação				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues é sobrinha de Onofre de Paula Trajano.				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do Emissor

Onofre de Paula Trajano | 026.538.268-87 | Controle | Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Luiza Participações S.A. | 00.835.086/0001-72

Diretor Presidente e detentor de 50% das ações da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Frederico Trajano Inácio Rodrigues | 253.929.608-47 | Controle | Controlada Direta

Diretor de Vendas e Marketing

Pessoa Relacionada

Luizaseg Seguros S.A. | 07.746.953/0001-42

Conselheiro Suplente

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

José Antônio Palamoni | 202.536.998-00 | Subordinação | Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento | 02.206.577/0001-80

Conselheiro Suplente

Observação

Não há.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Onofre de Paula Trajano	026.538.268-87	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Fabrício Bittar Garcia	212.460.718-94	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Conselheiro Suplente			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luiza Participações S.A.	00.835.086/0001-72		
Diretora Vice-Presidente e detentora de 32,70% das quotas da Luiza Participações Ltda., nossa controladora indireta.			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Fabrício Bittar Garcia	212.460.718-94	Controle	Controlador Indireto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18		
Diretor Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Fabrício Bittar Garcia	212.460.718-94	Controle	Controlador Direto
Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
LTD Administração e Participações S.A.	66.117.474/0001-26		
Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Onofre de Paula Trajano	026.538.268-87	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
LTD Administração e Participações S.A.	66.117.474/0001-26		
Diretor Executivo e Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Onofre de Paula Trajano	026.538.268-87	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Luiza Administradora de Consórcios Ltda.	60.250.776/0001-91		
Diretor, nossa controlada direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Controle	Controlador Direto
Diretora Presidente e Vice-Presidente			
Pessoa Relacionada			
LTD Administração e Participações S.A.	66.117.474/0001-26		
Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Presidente e Vice-Presidente			
Pessoa Relacionada			
Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Presidente e Vice-Presidente			
Pessoa Relacionada			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		
Presidente do Conselho de Administratação, nossa controlada direta			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
José Antônio Palamoni	202.536.998-00	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
LTD Administração e Participações S.A.	66.117.474/0001-26		
Diretor Executivo, nossa controladora direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
José Antônio Palamoni	202.536.998-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luiza Administradora de Consórcios Ltda.	60.250.776/0001-91		
Diretor, nossa controladora direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Marcelo José Ferreira e Silva	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Superintendente			
Pessoa Relacionada			
Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
Observação			
Não há.			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo José Ferreira e Silva	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Superintendente			
Pessoa Relacionada			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Marcelo José Ferreira e Silva	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Superintendente			
Pessoa Relacionada			
F S Vasconcelos e Cia Ltda.	09.268.517/0001-30		
Diretor, nossa controlada direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Maria Isabel Bonfim de Oliveira	046.688.188-60	Subordinação	Controlada Direta
Diretora de Administração e Controle			
Pessoa Relacionada			
F S Vasconcelos e Cia Ltda.	09.268.517/0001-30		
Diretora, nossa controlada direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Maria Isabel Bonfim de Oliveira	046.688.188-60	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretora de Administração e Controle			
Pessoa Relacionada			
Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Maria Isabel Bonfim de Oliveira	046.688.188-60	Subordinação	Controlada Direta
Diretora de Administração e Controle			
Pessoa Relacionada			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
Observação			
Não há.			
Administrador do Emissor			
Carlos Renato Donzelli	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
Conselheiro de Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
F S Vasconcelos e Cia Ltda.	09.268.517/0001-30		
Diretor, nossa controlada direta			
Observação			
Não há.			

Exercício Social 31/12/2010

Administrador do Emissor			
Onofre de Paula Trajano	026.538.268-87	Controle	Controlador Indireto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luiza Participações S.A.	00.835.086/0001-72		
Diretor Executivo e detentor de 50% das ações da Luiza Partiticipações S.A., nossa controladora Indireta			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wagner Garcia da Silva Junior	549.855.368-49	Controle	Controlador Direto
Diretor Administrativo			
Pessoa Relacionada			
Wagner Garcia da Silva Junior	549.855.368-49		
Diretor Presidente e detentor de 85,35% das ações da Wagner Garcia Participações S.A.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Frederico Trajano Inácio Rodrigues	253.929.608-47	Controle	Controlada Direta
Diretor de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
Observação			
Administrador do Emissor			
Frederico Trajano Inácio Rodrigues	253.929.608-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Vendas e Marketing			
Pessoa Relacionada			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Conselheiro Suplente			
Observação			
Administrador do Emissor			
José Antônio Palamoni	202.536.998-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
Observação			
Administrador do Emissor			
Onofre de Paula Trajano	026.538.268-87	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Conselheiro Suplente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fabrício Bittar Garcia	212.460.718-94	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Luizacred S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controladora direta			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Onofre de Paula Trajano	026.538.268-87	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luiza Participações Ltda.	01.878.512/0001-18		
Diretor Presidente e detentor de 17,24% das quotas da Luiza Participações Ltda., nossa controlada indireta.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wagner Garcia da Silva Junior	549.855.368-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Administrativo			
Pessoa Relacionada			
Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18		
Diretor Presidente e detentor de 85,35% das ações da Wagner Garcia Participações S.A.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Controle	Controlada Direta
Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luiza Participações S.A.	00.835.086/0001-72		
Diretora Vice-Presidente e detentora de 32,70% das quotas da Luiza Participações Ltda., nossa controladora indireta.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wagner Garcia da Silva Junior	549.855.368-49	Controle	Controlador Direto
Diretor Administrativo			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18		
Observação			
Administrador do Emissor			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Controle	Controlador Direto
Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luiza Participações Ltda.	00.835.086/0001-72		
Diretora Vice-Presidente e detentora de 32,70% das quotas da Luiza Participações Ltda., nossa controladora indireta.			
Observação			

Exercício Social 31/12/2009

Administrador do Emissor			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luiza Participações Ltda	00.835.086/0001-72		
Diretora Vice-Presidente e detentora de 32,70% das quotas da Luiza Participações Ltda., nossa controladora indireta.			
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

O Magazine Luiza possui apólice de Seguro na modalidade D&O Corporativo junto a ACE Seguros. Tal apólice de seguro prevê o pagamento de despesas suportadas pelos administradores, caso estes venham a ser responsabilizados a reparar danos causados, no exercício de suas funções, a terceiros ou a nós. O seguro abrange sinistros tais quais danos morais, danos à reputação, poluição, práticas trabalhistas indevidas, crises, multas e penalidades, erros e omissões, responsabilidade tributária, responsabilidade por danos materiais e corporais, entre outros. O seguro permanecerá em vigor até 30 de junho de 2012, quando deverá ser renovado, para o próximo período de 1 ano.

12.12 - Outras informações relevantes

Exercício Social	Publicação	Jornal – UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico	23.03.2012
	Aviso aos Acionistas comunicando a disponibilização das Demonstrações Financeiras	Não há.	27.02.2012
	Convocação da AGO que apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico	30.03.2012; 02.04.2012; 03.04.2012; e 04.04.2012.
	Ata da AGO que apreciou as Demonstrações Financeiras	Não há.	17.05.2012
	Fato Relevante – Emissão de Debêntures	DOESP e Valor Econômico	21/12/2011
	Fato Relevante – Aditivo acordo de associação entre Magazine Luiza e Itaú Unibanco para inclusão das Lojas do Baú	DOESP e Valor Econômico	20/12/2011
	Fato Relevante – Incorporação "Lojas do Baú"	DOESP e Valor Econômico	17/11/2011 – D.O; e 16/11/2011 – Valor Economico
	Fato Relevante – Aquisição 121 "Lojas do Baú"	DOESP e Valor Econômico	14/06/2011
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	DOESP e Jornal A Cidade - SP	27.04.2011
	Aviso aos Acionistas comunicando a disponibilização das Demonstrações Financeiras	Dispensada a publicação tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas nas AGOs (artigo 133, §4º da LSA).	Não aplicável.
	Convocação da AGO que apreciou as Demonstrações Financeiras	Dispensada a publicação tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas nas AGOs (artigo 124, §4º da LSA e artigo 21, §2º	Não aplicável.

12.12 - Outras informações relevantes

		da ICVM 480/09).	
	Ata da AGO que apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico	13/08/2011 – D.O.; e 15/08/2011- Valor Economico
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	DOESP e Jornal A Cidade - SP	02.03.2011
	Aviso aos Acionistas comunicando a disponibilização das Demonstrações Financeiras	Dispensada a publicação tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas nas AGOs (artigo 133, §4º da LSA).	Não aplicável.
	Convocação da AGO que apreciou as Demonstrações Financeiras	Dispensada a publicação tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas nas AGOs (artigo 124, §4º da LSA e artigo 21, §2º da ICVM 480/09).	Não aplicável.
	Ata da AGO que apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP e Jornal A Cidade - SP	26.03.2010

Nossas Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa e pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, adotamos, entre outras, as seguintes:

(i) capital social da companhia dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;

(ii) além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (b) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho

12.12 - Outras informações relevantes

de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (c) reforma do Estatuto Social; (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da companhia; (e) atribuição de bonificação em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos em ações; (f) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela companhia; (g) proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (h) eleição do liquidante, bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (i) a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (j) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no Estatuto Social; (l) escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e (m) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;

(iii) manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;

(iv) obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag along*);

(v) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;

(vi) previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;

(vii) escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes;

(viii) clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

(ix) não eleição de conselheiros suplentes;

(x) transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;

(xi) livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração; e

(xii) resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A nossa política de remuneração para os nossos diretores estatutários e diretores não estatutários (em conjunto, Administradores) tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essa política visa a retribuição do desempenho de nossos Administradores e recompensar-lhes pelas metas alcançadas. Estabelecemos a nossa remuneração com base em pesquisas realizadas no mercado.

Apenas nossos conselheiros independentes são remunerados em razão de sua participação nas reuniões do Conselho de Administração, portanto, nossa política de remuneração não é aplicável a esse órgão. Tal critério também é estendido aos membros dos comitês, visto que somente os membros independentes possuem remuneração em razão da participação nas reuniões dos comitês.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração fixa e variável adotada, bem como as indicações de eventuais benefícios recebidos pelos nossos Administradores são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração de qualquer natureza, com exceção dos conselheiros independentes, dos quais um conselheiro tem remuneração fixa mensal de R$10.000,00 e outro têm remuneração de R$10.000,00 por reunião realizada.

Diretoria:

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e remuneração variável, um prêmio pelo desempenho pessoal. Adicionalmente, a critério do nosso Conselho de Administração, poderão ser outorgadas a eles opções de compra de ações de nossa emissão. Além disso, nossos diretores recebem benefícios conforme prática de mercado como, por exemplo, carro, telefone, plano de saúde e vale refeição.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal recebem o mínimo estabelecido pelo artigo 162, § 3° da Lei 6.404/76.

Comitês:

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Finanças não possuem remuneração de qualquer natureza, com exceção dos membros independentes, dos quais um membro tem remuneração fixa mensal de R$13.000,00 e outro têm remuneração de R$10.000,00 por reunião realizada.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não há percentual pré-estabelecido para cada elemento na remuneração total. A remuneração variável dos Administradores é calculada por múltiplos de salário com limite máximo de 10 salários para os diretores estatutários e de 6 salários para os diretores não estatutários.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia específica de cálculo da remuneração. O reajuste da remuneração dos nossos Administradores se dá após a sua comparação com o mercado, quando fazemos pesquisas para avaliar a necessidade de eventual reajuste.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo para melhoria da nossa gestão e a retenção dos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazos.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos Diretores Estatuários é estabelecida anualmente e está atrelada, principalmente, as metas de lucros da Companhia. O nosso Conselho de Administração não tinha direito à remuneração variável até 31 de dezembro de 2011. A partir de 04 de janeiro de 2012, a Companhia outorgou opções de compra de ações a 02 (dois) membros do Conselho de Administração. No ano de 2012, foram estabelecidos critérios idênticos aos de 2011.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável de remuneração está vinculada ao resultado anual, que são pagos a diretores a título de bônus, bem como ao valor de mercado da Companhia, em razão da outorga de opções de compra de ações da Companhia. Metade da remuneração variável é atrelada ao desempenho da empresa como um todo, tendo como resultado do lucro líquido. Nossos Administradores são avaliados anualmente.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração descrita acima procura incentivar os nossos Administradores a buscar maior rentabilidade aos nossos investimentos em projetos diversos.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do nosso controle societário do emissor

Não há.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	6,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000,00	5.840.894,00	194.696,00	6.155.590,00
Benefícios direto e indireto	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
Participações em comitês	216.000,00	0,00	0,00	216.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	406.000,00	6.090.894,00	194.696,00	6.691.590,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	6,00		12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000,00	5.547.131,00		5.667.131,00
Benefícios direto e indireto	0,00	273.500,00		273.500,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.430.000,00		4.430.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	30.000,00	0,00		30.000,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	150.000,00	10.250.631,00		10.400.631,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	7,00		14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000,00	4.412.000,00		4.532.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	12.993,00		12.993,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.680.000,00		4.680.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	60.000,00	0,00		60.000,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	180.000,00	9.104.993,00		9.284.993,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000,00	2.470.000,00		2.590.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.333.000,00		3.333.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	30.000,00	0,00		30.000,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	150.000,00	5.803.000,00		5.953.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2012 (estimado) – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	03	12
Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	70.000	Não há	Não há	70.000
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	06	06	Não há	12
Remuneração variável				
Bônus	Não há	4.430.000	Não há	4.430.000
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	30.000	Não há	Não há	30.000
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	07	07	Não há	14
Remuneração variável				
Bônus	Não há	4.680.000	Não há	4.680.000
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	60.000	Não há	Não há	60.000
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	07	07	Não há	14
Remuneração variável				
Bônus	Não há	3.333.000	Não há	3.333.000
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	60.000	Não há	Não há	60.000
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
Remuneração baseada em ações	Não há	Não há	Não há	Não há

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não houve outorga de opções de compra de ações no último exercício social. Para o exercício social corrente, foram feitas outorgas de compra de ações para alguns 02 (dois) conselheiros, 05 (cinco) diretores estatutários, 10 (dez) diretores não-estatutários e um diretor de empresa controlada.

a. Termos e condições gerais

O nosso plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão, ("Plano") foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 01 de abril de 2011. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão ("Opções") nos termos de nosso Plano os nossos administradores, empregados ou prestadores de serviços ou os administradores, empregados ou prestadores de serviços de sociedades sob o nosso controle ("Beneficiários"). Ele será administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um comitê especialmente criado para assessorá-lo na administração do Plano. Tal órgão é competente para (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho das Pessoas Elegíveis, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; e (d) emissão de novas ações de nossa emissão dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano.

b. Principais objetivos do plano

Os objetivos principais do nosso Plano são os seguintes: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano; e (c) possibilita-nos e a outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter vinculados as Beneficiários.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento de opções de compra de ações ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

d. Como o plano se insere na nossa política de remuneração do emissor

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base no Plano trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

As ações obtidas mediante o exercício das Opções outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme o item f. acima, o total de Opções outorgadas no âmbito do Plano não podem ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

h. Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Conforme o Plano, o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

j. Critérios para fixação de prazo de exercício

Conforme o Plano, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

k. Forma de liquidação

Nos termos da cláusula 6.2 do Plano, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

l. Restrições à transferência das ações

Nos termos do nosso Plano, caberá ao nosso Conselho de Administração ou Comitê impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para nós opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela nossa Assembleia Geral e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da nossa Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo, se o beneficiário (a) desligar-se de nossos quadros por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que, se o desligamento ocorrer dentro do prazo de 12 (doze) meses após uma mudança no nosso controle acionário, tais direitos tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se de nossos quadros por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se de nossos quadros por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Magazine Luiza S.A. (Emissor)

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	6.840	0,00366%	0,00366%
Diretoria	Ações Ordinárias	26.562	0,01424%	0,01424%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais.

Em 04 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a outorga de 3.524.732 opções para seus Administradores, sendo 02 (dois) membros do Conselho de Administração, 05 (cinco) Diretores Estatutários, 10 (dez)diretores não estatutários e um diretor de empresa controlada.

Foram firmados dois tipos de contratos com os Administradores. Para um dos Administradores foi aprovada a outorga de 2.250.000 opções. O contrato com ele firmado estabelece o exercício das opções da seguinte forma:

- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos no ato da outorga;
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.012;
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.013;
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.014; e
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.015.

Com os demais administradores os contratos estabelecem o exercício das opções da seguinte forma:

- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.012;
- 20% (vinte por cento) das Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.013;
- 20% (vinte por cento) as Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.014;
- 20% (vinte por cento) as Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.015; e
- 20% (vinte por cento) as Opções poderão ser exercidos a partir do dia 1º de março de 2.016.

Abaixo apresentamos a remuneração dos Administradores baseada em ações previstos para 2012.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Conselho de Administração	
Número de membros beneficiários do Plano: 02	
Em relação a cada outorga de opções:	
Data da Outorga----------	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas ----------	233.126
Prazo para que as opções se tornem exercíveis ---------	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016
Prazo máximo para exercícios das opções----------	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações ----------	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
Em aberto no início do exercício social---------	R$ 13,60*
Perdidas durante o exercício social----------	N/A
Exercidas durante o exercício social----------	N/A
Expiradas durante o exercício social----------	N/A
Valor justo das opções na data da outorga ----------	R$ 13,60
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ----------	0,125%

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Diretoria Estatutária		
Número de membros beneficiários do Plano: 05		
Em relação a cada outorga de opções:	Contrato 1	Contrato 2
Número de Membros por Contrato:	01	04
Data da Outorga----------	04/01/2012	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas ----------	2.250.000	484.902
Prazo para que as opções se tornem exercíveis ---------	04/01/2012 01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016
Prazo máximo para exercícios das opções----------	04/01/2020	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações ----------	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
Em aberto no início do exercício social ---------	R$ 10,32*	R$ 13,60**
Perdidas durante o exercício social----------	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social----------	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social----------	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga----------	R$ 10,32	R$ 13,60
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ----------	1,206%	0,26%

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 31 de agosto de 2011.

** O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Diretoria Não Estatutária	
Número de membros beneficiários do Plano: 10	
Em relação a cada outorga de opções:	
Data da Outorga----------	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas----------	507.748
Prazo para que as opções se tornem exercíveis----------	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016
Prazo máximo para exercícios das opções ----------	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações----------	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
Em aberto no início do exercício social---------	R$ 13,60*
Perdidas durante o exercício social----------	N/A
Exercidas durante o exercício social----------	N/A
Expiradas durante o exercício social----------	N/A
Valor justo das opções na data da outorga----------	R$ 13,60
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ----------	0,272%

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Diretoria de Empresa Controlada	
Número de membros beneficiários do Plano: 01	
Em relação a cada outorga de opções:	
Data da Outorga----------	04/01/2012
Quantidade de opções outorgadas----------	48.956
Prazo para que as opções se tornem exercíveis----------	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016
Prazo máximo para exercícios das opções----------	04/01/2020
Prazo de restrição à transferência das ações ----------	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
Em aberto no início do exercício social---------	R$ 13,60*
Perdidas durante o exercício social----------	N/A
Exercidas durante o exercício social ----------	N/A
Expiradas durante o exercício social----------	N/A
Valor justo das opções na data da outorga----------	R$ 13,60
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ----------	0,026%

* O valor será corrigido pelo IPCA a partir de 02 de maio de 2011.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não havia sido feita nenhuma outorga ao final do último exercício social. A outorga das opções ocorreu em 4 de janeiro de 2012.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve exercício de opções de compra de ações nos 3 últimos exercícios sociais, pois a outorga das opções ocorreu em 4 de janeiro de 2012.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Para definir a precificação do valor das ações e das opções, foi utilizada a metodologia *Expected Growth*.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável visto que não há plano de previdência em vigor conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários até esta data.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	6,00	7,00	7,00	6,00	7,00	7,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.483.900,00	1.430.000,00	1.200.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	626.494,00	401.000,00	378.000,00	30.000,00	60.000,00	30.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	924.522,00	654.000,00	401.000,00	25.000,00	90.000,00	75.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2010	Para o cálculo da remuneração média, dividimos a remuneração total recebida pela Diretoria pelo número de membros.
31/12/2009	Para o cálculo da remuneração média, dividimos a remuneração total recebida pela Diretoria pelo número de membros.

Conselho de Administração	
31/12/2010	Apenas os nossos conselheiros independentes recebem remuneração. Portanto, para o cálculo da remuneração média dividimos o valor total da remuneração pelo número de conselheiros independentes.
31/12/2009	Apenas os nossos conselheiros independentes recebem remuneração. Portanto, para o cálculo da remuneração média dividimos o valor total da remuneração pelo número de conselheiros independentes.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2011	2010	2009
Conselho de Administração	1,88%	0,28%	0,35%
Diretoria Estatutária	85%	8%	11%
Conselho Fiscal	N/A	NA%	NA%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 13 do Formulário de Referência.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Em 31 de dezembro de 2008

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
São Paulo	administrativo	961
Minas Gerais	depósito	108
Paraná	depósito	107
Rio Grande do Sul	depósito	134
Santa Catarina	depósito	61
São Paulo	depósito	620
Goiás	loja	109
Minas Gerais	loja	2.077
Mato Grosso do Sul	loja	306
Paraná	loja	979
Rio Grande do Sul	loja	1.364
Santa Catarina	loja	1.037
São Paulo	loja	5.692
Total		**13.555**

Em 31 de dezembro de 2009

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
São Paulo	administrativo	935
Minas Gerais	depósito	109
Paraná	depósito	96
Rio Grande do Sul	depósito	130
Santa Catarina	depósito	72
São Paulo	depósito	674
Goiás	loja	103
Minas Gerais	loja	2.178
Mato Grosso do Sul	loja	328
Paraná	loja	990
Rio Grande do Sul	loja	1.397
Santa Catarina	loja	1.113
São Paulo	loja	5.869
Total		**13.994**

Em 31 de dezembro de 2010

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
São Paulo	administrativo	1.304
Minas Gerais	depósito	162
Paraná	depósito	94
Rio Grande do Sul	depósito	138
Santa Catarina	depósito	73
São Paulo	depósito	831
Goiás	loja	116
Minas Gerais	loja	2.528
Mato Grosso do Sul	loja	391
Paraná	loja	1.117
Rio Grande do Sul	loja	1.599
Santa Catarina	loja	1.306
São Paulo	loja	7.073
Total		**16.732**

Em 31 de dezembro de 2011

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
São Paulo	administrativo	1.741
Minas Gerais	depósito	175
Paraná	depósito	110
Rio Grande do Sul	depósito	167
Santa Catarina	depósito	87
São Paulo	depósito	1.431
Goiás	loja	110
Minas Gerais	loja	2.493
Mato Grosso do Sul	loja	459
Paraná	loja	1.490
Rio Grande do Sul	loja	1.626
Santa Catarina	loja	1.339
São Paulo	loja	7.868
Total		**19.096**

14.1 - Descrição dos recursos humanos

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Em 31 de dezembro de 2008

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Minas Gerais	segurança	30
Mato Grosso do Sul	segurança	-
Paraná	segurança	17
Rio Grande do Sul	segurança	15
Santa Catarina	segurança	18
São Paulo	segurança	114
Goiás	limpeza	4
Minas Gerais	limpeza	84
Mato Grosso do Sul	limpeza	12
Paraná	limpeza	42
Rio Grande do Sul	limpeza	12
Santa Catarina	limpeza	59
São Paulo	limpeza	162
Total		**659**

Em 31 de dezembro de 2009

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Minas Gerais	segurança	45
Mato Grosso do Sul	segurança	-
Paraná	segurança	22
Rio Grande do Sul	segurança	21
Santa Catarina	segurança	15
São Paulo	segurança	231
Goiás	limpeza	4
Minas Gerais	limpeza	86
Mato Grosso do Sul	limpeza	12
Paraná	limpeza	42
Rio Grande do Sul	limpeza	60
Santa Catarina	limpeza	61
São Paulo	limpeza	250
Total		**849**

Em 31 de dezembro de 2010

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Minas Gerais	segurança	45
Mato Grosso do Sul	segurança	2
Paraná	segurança	31
Rio Grande do Sul	segurança	18
Santa Catarina	segurança	18
São Paulo	segurança	214
Goiás	limpeza	4
Minas Gerais	limpeza	87
Mato Grosso do Sul	limpeza	12
Paraná	limpeza	42
Rio Grande do Sul	limpeza	60
Santa Catarina	limpeza	61
São Paulo	limpeza	254
Total		**848**

Em 31 de dezembro de 2011

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Minas Gerais	segurança	64
Mato Grosso do Sul	segurança	2
Paraná	segurança	42
Rio Grande do Sul	segurança	44
Santa Catarina	segurança	18
São Paulo	segurança	308
Goiás	limpeza	4
Minas Gerais	limpeza	78
Mato Grosso do Sul	limpeza	12
Paraná	limpeza	69
Rio Grande do Sul	limpeza	54
Santa Catarina	limpeza	60
São Paulo	limpeza	308
Total		**1063**

14.1 - Descrição dos recursos humanos

c. índice de rotatividade:

Para os anos de 2008, 2009 e 2010, 2011 o nosso índice de rotatividade (desligamentos voluntários) era de aproximadamente 44%, 35% e 42%, 39,8% respectivamente.

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

A maior parte dos processos trabalhistas em que figuramos como réus decorrem de pedidos de reconhecimento de horas extras. Como atuamos no setor de comércio varejista e nossos colaboradores são remunerados por comissão sobre as vendas, a extrapolação da jornada de trabalho é fato possível de ocorrer. Como, em alguns casos, o controle da jornada não é feito pelos próprios colaboradores, há ocasiões em que a jornada acaba sendo extrapolada, o que dá origem a tais demandas trabalhistas. Para mais informações sobre os processos trabalhistas nos quais somos parte, ver item “4.3 (i) – Contingências Trabalhistas” deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

As alterações dos números divulgados no item 14.1 acima decorrem da nossa necessidade de contratação em razão da expansão de nossos negócios nos referidos anos.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

Temos por política de remuneração praticar salários e remuneração variável em linha com o praticado no mercado.

Os salários dos nossos empregados são corrigidos anualmente nos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas. Além disso, concedemos aumentos salariais a empregados de acordo com seu desempenho, potencial e comprometimento.

Com relação à remuneração variável de curto-prazo, possuímos plano de participação nos lucros e resultados, destinados a todos os nossos colaboradores, incluindo as lojas, que fazem jus a comissões sobre vendas realizadas. Os planos de participação nos lucros e resultados são homologados anualmente em sindicato e constituem um instrumento incentivador do bom desempenho, uma vez que visam premiar os empregados que atingirem as metas individuais previamente estabelecidas. A remuneração variável de curto-prazo é distribuída mensalmente, semestralmente ou anualmente, a depender do empregado envolvido. São considerados para participação no programa os empregados admitidos até o penúltimo mês do referido exercício social.

b) política de benefícios

Nossos colaboradores são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e de acordo com as convenções coletivas ou por nossa liberalidade. Oferecemos a nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) vale refeição; (v) vale alimentação; (vi) previdência privada; (vii) empréstimo consignado; (vii) vale transporte; e (viii) auxilio creche.

Os benefícios são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico de nossos colaboradores, sendo que nem todos fazem jus a todos os benefícios.

Além dos programas de formação e do ensino à distancia temos ainda o benefício da bolsa de estudos oferecida para todos os colaboradores que estejam à mais de um ano na companhia. Para tanto, o bolsista deve apresentar bom desempenho de produtividade no trabalho e o valor da bolsa aumenta à medida que as notas do aluno vão melhorando, podendo chegar a 70% do valor total. Qualificam-se para fins da bolsa de estudo, cursos nos níveis de graduação, técnicos, idiomas, pré-vestibular, cursinho e 2º grau. Oferecendo essa oportunidade aos nossos colaboradores, investimos na concretização de um futuro melhor para todos.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Além destes, possuímos também plano de opção de compra de ações. Os termos e condições do plano estão descritos no item 13 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A grande maioria de nossos colaboradores é representada pelos sindicatos dos empregados do comércio nos municípios em que atuamos, os demais são representados pelo sindicato dos condutores de veículos rodoviários e trabalhadores em transportes de cargas em geral e passageiros de Itajaí e pelo sindicato dos trabalhadores de transportes rodoviários de Jundiaí. Acreditamos possuir boas relações com nossos empregados e com os sindicatos que os representam, não havendo histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho nos últimos anos.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Fabrício Bittar Garcia					
212.460.718-94	Brasileira-SP	Sim	Não	30/04/2011	
70.858	0,037995%	0	0,000000%	70.858	0,037995%
Onofre de Paula Trajano					
026.538.268-87	Brasileira-SP	Não	Sim	31/05/2011	
534.263	0,286477%	0	0,000000%	534.263	0,286477%
Flávia Bittar Garcia					
219.580.708-31	Brasileira-SP	Sim	Não	30/04/2011	
67.171	0,036018%	0	0,000000%	67.171	0,036018%
Administradores					
	Brasileira-SP	Não	Sim		
33.902	0,018179%	0	0,000000%	33.902	0,018179%
Franco Bittar Garcia					
219.466.798-95	Brasileira-SP	Sim	Não	27/04/2011	
70.859	0,037995%	0	0,000000%	70.859	0,037995%
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues					
052.571.868-02	Brasileira-SP	Não	Sim	26/07/2011	
1.200.524	0,643732%	0	0,000000%	1.200.524	0,643732%
Luiza Trajano Donato					
052.571.858-30	Brasileira-SP	Não	Sim	28/04/2011	
1.929.502	1,034616%	0	0,000000%	1.929.502	1,034616%
LTD Administração e Participações S.A.					
66.117.474/0001-26	Brasileira-SP	Sim	Sim	18/12/2010	
113.035.011	60,610383%	0	0,000000%	113.035.011	60,610383%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Pelegrino José Donato					
015.604.178-20	Brasileira-SP	Não	Sim	31/05/2011	
1.369.008	0,734074%	0	0,000000%	1.369.008	0,734074%
Espólio de Wagner Garcia da Silva Junior					
549.855.368-49	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2011	
2	0,000001%	0	0,000000%	2	0,000001%
Wagner Garcia Participações S.A.					
01.878.512/0001-18	Brasileira-SP	Não	Sim	18/12/2010	
8.411.383	4,510259%	0	0,000000%	8.411.383	4,510259%
OUTROS					
59.771.984	32,050271%	0	0,000000%	59.771.984	32,050271%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
186.494.467	100,000000%	0	0,000000%	186.494.467	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
LTD Administração e Participações S.A.				**66.117.474/0001-26**	
Luiza Participações S.A.					
00.835.086/0001-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/01/2011	
22.054.944	60,610000	0	0,000000	22.054.944	60,610000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
36.384.660	100,000000	0	0,000000	36.384.660	100,000000
Wagner Garcia Participações S.A.					
01.878.512/0001-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/01/2011	
14.329.716	39,390000	0	0,000000	14.329.716	39,390000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Wagner Garcia Participações S.A.				**01.878.512/0001-18**	
OUTROS					
14.720.700	14,640000	0	0,000000	14.720.700	14,640000
TOTAL					
100.540.474	100,000000	0	0,000000	100.540.474	100,000000
Wagner Garcia da Silva Junior					
549.855.368-49	Brasileira-SP	Sim	Sim		
85.819.774	85,360000	0	0,000000	85.819.774	85,360000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Luiza Participações S.A.				**00.835.086/0001-72**	
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues					
052.571.868-02	Brasileira-SP	Sim	Não		
65.000.000	52,630000	0	0,000000	65.000.000	50,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Onofre de Paula Trajano					
026.538.268-87	Brasileira-SP	Sim	Sim		
58.500.000	47,370000	6.500.000	100,000000	65.000.000	50,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
123.500.000	100,000000	6.500.000	100,000000	130.000.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Wagner Garcia Participações S.A.				**01.878.512/0001-18**	
OUTROS					
14.720.700	14,640000	0	0,000000	14.720.700	14,640000
TOTAL					
100.540.474	100,000000	0	0,000000	100.540.474	100,000000

Wagner Garcia da Silva Junior					
549.855.368-49	Brasileira-SP	Sim	Sim		
85.819.774	85,360000	0	0,000000	85.819.774	85,360000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

15.3 - Distribuição de capital

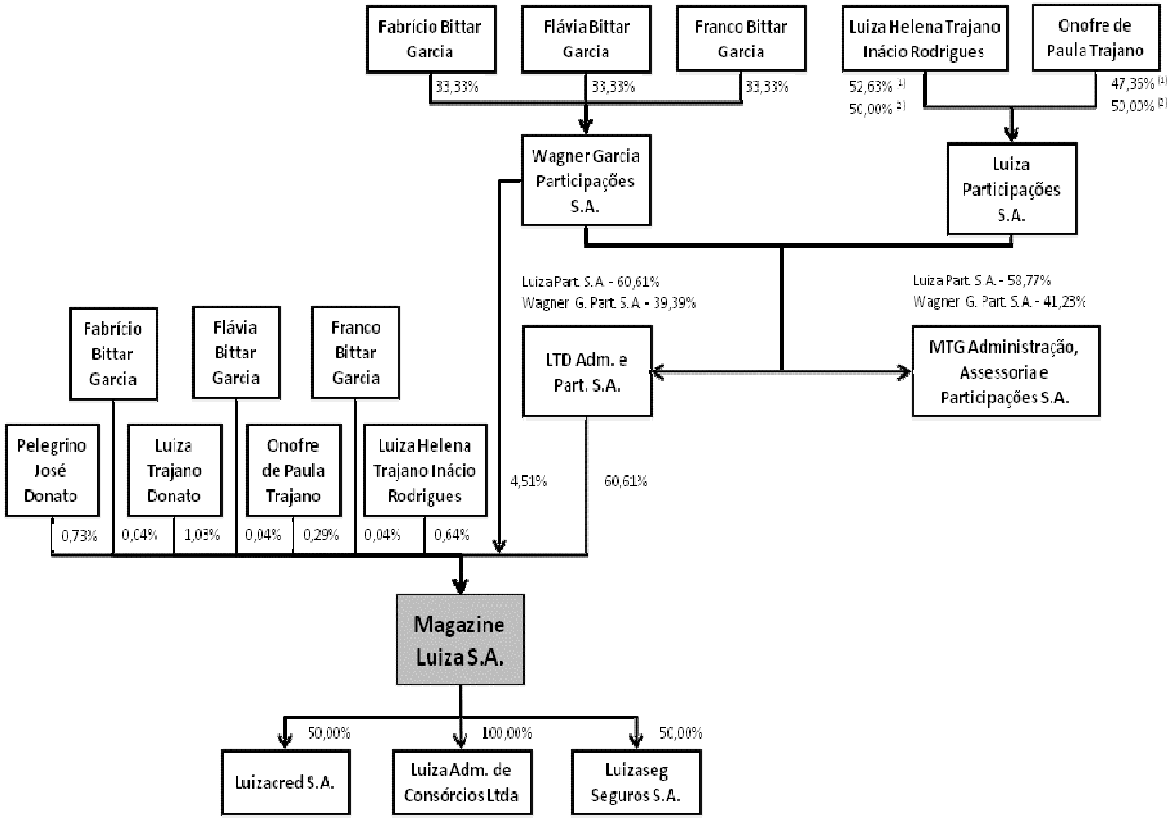
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	18.833
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1.496
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1.494

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	59.771.984	32,050000%
Quantidade preferênciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	59.771.984	32,050000%

15.4 - Organograma dos acionistas



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a. partes

Wagner Garcia Participações S.A., Luiza Participações S.A., Pelegrino José Donato, Luiza Trajano Donato, Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Onofre de Paula Trajano, Fabrício Bittar Garcia, Flávia Bittar Garcia e Franco Bittar Garcia.

b. data de celebração

27 de dezembro de 2002, aditado em 8 de setembro de 2003.

c. prazo de vigência

10 anos, facultada a prorrogação por decisão unânime dos signatários.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Todas as disposições sobre direito de voto no acordo de acionistas indicam que as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral da LTD Participações S.A.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

O acordo de acionistas contém disposição sobre a profissionalização da administração das empresas pertencentes ao Grupo Luiza (incluindo-se o Magazine Luiza S.A.), nos seguintes termos:

(i) os administradores serão obrigatoriamente eleitos pela controladora LTD Participações S.A.;

(ii) a escolha dos administradores recairá, como regra geral, em profissionais não pertencentes e nem ligados às famílias integrantes do Grupo Luiza;

(iii) como exceção, poderão ser admitidos como administradores os profissionais das famílias integrantes do Grupo Luiza, herdeiros dos acionistas controladores, desde que: (a) apresentem folhas de serviços prestados a empresas integrantes do Grupo Luiza ou outras empresas; e (b) a decisão favorável à contratação seja tomada pela maioria dos membros do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral da LTD Participações S.A.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

O acordo de acionistas prevê regras para a venda de ações das empresas pertencentes ao Grupo Luiza (incluindo-se o Magazine Luiza S.A.), nos seguintes termos:

(i) como regra geral serão realizadas entre os próprios signatários, seus herdeiros e empresas por eles controladas, observado que: (a) serão realizadas proporcionalmente às respectivas participações no

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

capital social; e (b) serão antecedidas de notificação escrita feita pelo acionista que deseja vender suas ações para que os demais acionistas se manifestem no prazo de 90 dias sobre eventual interesse na aquisição das ações;

(ii) excepcionalmente será admitida a venda de ações a terceiros após esgotadas, comprovadamente, as negociações entre os próprios signatários e desde que aprovado pela maioria dos signatários; e

(iii) comprovada a impossibilidade de negociação das ações entre os signatários, por respostas às notificações regularmente feitas ou pelo silêncio diante de tais notificações, o acionista que deseja alienar suas ações notificará os demais signatários de que colocará suas ações à venda, cientificando-os quanto às condições da negociação, tais como quantidade a ser negociada, preços, condições de pagamento e outras inerentes ao negócio.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 12 de julho de 2011, o acionista Controlador Wagner Garcia da Silva Junior faleceu, nesta data ele detinha 24,32% de participação direta e indireta das ações da Companhia. Foi realizada a partilha das ações entre os seus três filhos: Flávia Bittar Garcia, Franco Bittar Garcia e Fabricio Bittar Garcia, passando cada um deles a deter participação direta e indireta de 9,50%.

15.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 15 do Formulário de Referência.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

De acordo com o nosso Estatuto Social, é da competência do Conselho de Administração aprovar a celebração de quaisquer contratos entre a Companhia e partes relacionadas dos acionistas controladores.

Ainda, segundo o Regulamento do Novo Mercado, devemos enviar à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, ou BM&FBOVESPA, e divulgar informações de todo e qualquer contrato por nós celebrado com os nossos controladores, administradores, acionistas controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, em um único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$0,2 milhão, ou valor igual ou superior a 1% sobre nosso patrimônio líquido, considerado o que for maior.

As nossas transações com partes relacionadas são realizadas somente quando são consideradas como de nosso interesse, com preços, regras e condições usuais de mercado, e, portanto, não nos geram qualquer prejuízo.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/1994	15.558.899,12	63.765,98	1.912.979,40	31/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/1994	9.345.402,52	38.300,83	1.149.024,90	30/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/1994	16.615.997,40	68.098,35	2.042.950,50	31/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	16/02/2011	1.657.315,10	27.169,10	1.385.624,10	15/2/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	16/02/2011	1.472.995,67	24.147,47	1.231.520,97	15/2/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
P.J.D. – Agropastoril Ltda	01/04/2006	2.638.506,20	21.627,10	1.124.609,20	31/3/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
P.J.D. – Agropastoril Ltda	01/01/2009	884.421,58	9.024,71	550.507,31	31/12/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2011	4.880.000,00	40.000,00	Não tem como medir - fiança.	31/7/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ADMINISTRAÇÃO DE BENS IWAKURA LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	1.369.000,00	37.000	Não tem como medir – fiança.	30/9/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a AGRP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	12/02/2008	1.145.743,48	18.782,68	Não tem como medir – fiança.	11/2/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ALH PARTICIPAÇÕES S/C LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	18/11/2010	2.702.903,90	22.154,95	Não tem como medir – fiança.	15/11/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ALVEAR PARTICIPAÇÕES S/S LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2010	382.735,96	3.137,18	Não tem como medir – fiança.	31/10/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a AMELIA TITTOTO SELEGATO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	15/05/2004	1.191.519,10	9.766,55	Não tem como medir – fiança.	14/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a AMILTON ZENI CHIURATTO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	915.000,00	15.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/9/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ANA LYDIA MALZONI STRINA LINS, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	701.500,00	11.500,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ANA SILVIA JULIANI STRINA RODRIGUES, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/2010	564.715,20	11.524,80	Não tem como medir – fiança.	31/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ANDERKET ' Z, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2009	164.882,39	2.702,99	Não tem como medir – fiança.	31/7/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ANTONIO CARLOS SOARES, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	15/06/2010	909.937,00	14.917,00	Não tem como medir – fiança.	14/6/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ANTONIO GUEDES, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2009	638.860,32	10.473,12	Não tem como medir – fiança.	31/10/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ANTONIO SUCHEK-ME, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2009	271.860,53	4.456,73	Não tem como medir – fiança.	31/8/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ANTONIO VALÉRIO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/03/2011	3.376.223,12	27.673,96	Não tem como medir – fiança.	28/2/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ARGOPAR EMP E PART LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	15/06/2010	584.959,50	9.589,50	Não tem como medir – fiança.	14/6/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ARISTEU AUGUSTO PRIOSTI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	02/03/2008	304.692,56	4.994,96	Não tem como medir – fiança.	3/3/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ATEF ISSA ISSA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	427.000,00	7.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a BEATRIS FAGUNDES, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	28/08/2011	823.500,00	13.500,00	Não tem como medir – fiança.	27/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a BERIMBAU AUTO POSTO LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	14/07/2009	1.444.000,00	19.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/9/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a BERTE COM.PART LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/04/2011	4.848.178,74	39.739,17	Não tem como medir – fiança.	30/3/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a BI MALL INDAIATUBA EMPR. IMOB., a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2008	2.923.507,35	47.926,35	Não tem como medir – fiança.	31/12/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a BRANA TALERMAN, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	20/01/2011	1.911.922,20	42.487,16	Não tem como medir – fiança.	19/9/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a C & A MODAS LTDA a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	16/09/2011	922.395,89	70.953,53	Não tem como medir – fiança.	15/9/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a CAPITAL REALTY INFRAESTRUTURA LOGISTICA LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/1986	4.758.002,21	13.000,01	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a CARLA BARDARO (Dinamo), a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2009	222.853,74	3.653,34	Não tem como medir – fiança.	31/10/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a CELSO LUIZ BORTOLOZZO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	3.904.000,00	32.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/8/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a CGC - COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/05/2005	292.800,00	2.400,00	Não tem como medir – fiança.	30/4/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a CHAFIC MTANIOS CHAHOUH, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	213.500,00	3.500,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a CICERO MENDES DOS SANTOS, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2011	274.500,00	4.500,00	Não tem como medir – fiança.	31/10/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a CIRO ROSA DO PARAIZO NETO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2011	4.648.373,24	38.101,42	Não tem como medir – fiança.	30/10/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a COND CIVIL VOLUNTÁRIO DO SHOPPING CENTER BARUERI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/02/2012	14.897.341,92	122.109,36	Não tem como medir – fiança.	31/1/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a COND GALPÕES SINDI (C-003), a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	29/01/2011	3.074.631,80	25.201,90	Não tem como medir – fiança.	28/1/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a COND VOL PRO IND FLORIPA SHOPPING, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/07/2011	5.071.714,46	41.571,43	Não tem como medir – fiança.	30/6/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a COND WEST PLAZA SHOPPING CENTER I, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	61.206,18	501,69	Não tem como medir – fiança.	30/9/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a COND. EDIFICIO ARTHUR BERNARDES, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/1998	96.342,68	532,28	Não tem como medir – fiança.	31/8/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a COND.DO CATUAI SH, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/1998	4.715.593,00	26.053,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a COND.DO CATUAI SHOPPING CENTER, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	05/07/2007	45.506,00	373,00	Não tem como medir – fiança.	4/7/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a CONDOMINIO EDIFICIO SUL BRASILEIRO , a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	2.074.000,00	34.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/9/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a CSP1 PARTICIPAÇOES E ASSESSORIA LTDA., a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	15/03/2011	378.582,06	6.206,26	Não tem como medir – fiança.	14/3/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a DIOGENES FERREIRA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2010	329.400,00	5.400,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a EDNA LOURENCO DANTAS, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	2.074.000,00	34.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/9/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a CSP1 PARTICIPAÇOES E ASSESSORIA LTDA., a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/04/2007	640.500,00	10.500,00	Não tem como medir – fiança.	31/3/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a EDUARDO TRENTO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/2010	915.000,00	15.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/5/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a EID GEBARA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2010	1.211.048,25	19.853,25	Não tem como medir – fiança.	31/7/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ELI ABEL MAZZOLENI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2009	126.168,13	2.068,33	Não tem como medir – fiança.	31/8/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS COZER LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2010	1.321.968,82	21.671,62	Não tem como medir – fiança.	31/7/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ERMINIA JULIANI STRINA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	11/11/2010	261.006,80	4.278,80	Não tem como medir – fiança.	10/11/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ESPOLIO DE AUCLERES TAGLIARI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2009	500.200,00	8.200,00	Não tem como medir – fiança.	31/10/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ESPÓLIO DE NAZILA CHEDE JREGE, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	15/06/2010	519.964,00	8.524,00	Não tem como medir – fiança.	14/6/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a FABIO COLANERI MARIN, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/04/2011	1.574.444,00	25.810,56	Não tem como medir – fiança.	31/3/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a FAE EMPREENDIMENTOS LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	13/02/2008	2.444.137,02	40.067,82	Não tem como medir – fiança.	13/2/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a FLAMIWI PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2001	2.373.452,66	38.909,06	Não tem como medir – fiança.	31/12/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a FRANCA SHOPPING, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2011	392.000,00	8.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/7/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a FRANCISCO LUIZ GHIGGI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	170.800,00	2.800,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a FRANCISCO VICTAL FERREIRA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	10/10/2011	14.732.124,03	241.510,23	Não tem como medir – fiança.	9/10/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/02/2012	2.015.165,50	16.517,75	Não tem como medir – fiança.	31/1/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB VEREDA (C-003), a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2011	853.269,30	17.413,66	Não tem como medir – fiança.	31/12/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a G. RUVINSKY EMPREENDIMENTOS LTDA a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	366.000,00	6.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a GASTÃO ALOYSIO SPOHR, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	1.586.000,00	13.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/8/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a GC - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/04/2012	1.098.000,00	18.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/3/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a GIBENE PARTICIPAÇOES LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	793.000,00	13.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a GRASIELA STRINA DE TOLEDO ARRUDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2011	488.000,00	8.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/7/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a HASSIB DAOUD ABOU RAHAL, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/07/2007	582.848,90	9.554,90	Não tem como medir – fiança.	30/6/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a HEBAS HOLDING S. A., a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	1.464.000,00	24.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/9/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a HELENA MODESTI STANZIOLA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	02/03/2009	717.551,54	11.763,14	Não tem como medir – fiança.	1/3/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a HELENA SCACCHETTI NASSIF, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	07/04/2010	1.048.084,92	17.181,72	Não tem como medir – fiança.	6/4/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a HIDEAKI TAKAHASHI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	21/08/2007	3.198.162,90	26.214,45	Não tem como medir – fiança.	20/8/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a HIDEYO TAKIMOTO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/04/2010	450.317,84	9.190,16	Não tem como medir – fiança.	31/3/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a IBIZA ADM BENS E PARTIC LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/04/2011	1.915.888,00	15.704,00	Não tem como medir – fiança.	31/3/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a IPS EMPREENDIMENTOS S.A., a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	10/10/2010	1.112.803,48	18.242,68	Não tem como medir – fiança.	9/10/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ISSAM HAMMOUD, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	10/03/2011	130.153,26	2.133,66	Não tem como medir – fiança.	9/3/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JAIR VILELA SILVA FILHO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	12/03/2007	976.000,00	8.000,00	Não tem como medir – fiança.	11/3/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JANISCKI IMOVEIS LTDA., a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2011	610.000,00	10.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/7/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JANISCKI IMOVEIS LTDA., a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	09/12/2010	782.288,40	12.824,40	Não tem como medir – fiança.	8/12/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JERONYMO ANTONIO COLTRO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	05/07/2007	232.807,72	3.816,52	Não tem como medir – fiança.	4/7/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JOAO AMERICO PERAZOLO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2010	779.603,18	12.780,38	Não tem como medir – fiança.	31/12/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JOAO CARLOS DIAS RUBEZ, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/03/2010	916.822,07	15.029,87	Não tem como medir – fiança.	28/2/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JOAO MAHFUZ JUNIOR, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2011	1.952.021,20	32.000,20	Não tem como medir – fiança.	31/10/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JORGE NAGIB ABOU RJAILI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/12/2002	387.777,00	3.178,50	Não tem como medir – fiança.	30/11/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JOSE GERALDO FERNANDES, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/12/2002	387.777,00	3.178,50	Não tem como medir – fiança.	30/11/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JOSE GERALDO FERNANDES, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	15/06/2010	714.950,50	11.720,50	Não tem como medir – fiança.	14/6/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JOSE LUCIO MAGATTI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	20/10/2008	1.159.000,00	19.000,00	Não tem como medir – fiança.	19/10/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a JOSEBA INAKI DE NEGREIROS ECHEVARRIA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	732.000,00	12.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/9/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a KONSTANTINOS PIRES ZAKYNTINOS, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/12/2009	712.669,71	11.683,11	Não tem como medir – fiança.	30/11/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a L. B. EMPREENDIMENTOS E REPRESENTAÇOES LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	11/03/2003	2.515.410,64	20.618,12	Não tem como medir – fiança.	11/3/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a L.V.N. ADMINISTRADORA LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/07/2010	214.324,11	3.513,51	Não tem como medir – fiança.	30/6/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LEONICE MARIA STROPA DE OLIVEIRA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/07/2011	124.000,00	2.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/7/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LEONILDA VALENTINA PERANDRE LOURENCO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	915.000,00	15.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/9/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LIA MARIA CAMARA AMARAL, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/02/2011	2.047.106,40	27.663,60	Não tem como medir – fiança.	31/1/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LINHA VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2011	488.000,00	8.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/10/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LISELOTE MARCILIA CASTIGLIONI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2009	276.865,58	4.538,78	Não tem como medir – fiança.	31/8/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LOCADORA DE IMOVEIS DOIS VIZINHOS, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	304.998,78	4.999,98	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LOURI FURLAN, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/04/2006	636.731,42	5.219,11	Não tem como medir – fiança.	31/3/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LUCIANO GOULART, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	793.000,00	13.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LUISA MALZONI STRINA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	1.037.000,00	17.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LUIZ CARLOS PAIVA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2011	897.534,48	14.713,68	Não tem como medir – fiança.	31/12/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LUIZ RODRIGO GROCHOCKI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	15/04/2007	1.178.846,96	9.662,68	Não tem como medir – fiança.	14/4/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a M.BERTOLDO ADM. PART.S/A, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2011	152.500,00	2.500,00	Não tem como medir – fiança.	31/7/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MAFIP PARTICIPAÇOES LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	03/05/2011	349.402,51	5.727,91	Não tem como medir – fiança.	2/5/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MALEFIAU ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	175.000,00	7.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/9/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MANUEL ALCIDES MIRANDA TOMASIO01102011, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	15/05/2010	473.137,18	7.756,35	Não tem como medir – fiança.	9/5/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MARIA CELINA PEREIRA DA S. SCHIMANSKY, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/2001	2.374.948,06	13.121,26	Não tem como medir – fiança.	31/3/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MARIA DAS GRAÇAS TAVARES SILVA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	08/02/2010	240.177,74	3.937,34	Não tem como medir – fiança.	7/2/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MARIA DE LOURDES E SILVA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2009	660.867,90	10.833,90	Não tem como medir – fiança.	31/8/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MARIA DE LOURDES OTTAIANO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	05/05/2010	546.277,01	8.955,36	Não tem como medir – fiança.	4/5/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MARIA HELENA LEITE, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2010	129.978,80	2.130,80	Não tem como medir – fiança.	30/9/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MARIA JOSE DA SILVA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/12/2010	752.775,24	15.362,76	Não tem como medir – fiança.	30/11/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MARINGA ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS S. C. LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/1986	3.660.000,00	10.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MARIO BARDARO (DINAMO), a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2004	3.450.000,00	23.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/10/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MINAS CLUBE DE GOV. VALADARES, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/2011	146.400,00	1.200,00	Não tem como medir – fiança.	31/5/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MIYE ANZE KANZAWA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2010	13.176.000,00	108.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/12/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MRM ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE NEGOCIOS EMP. LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2010	19.764.000,00	162.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/12/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a MRM ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE NEGOCIOS EMP. LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	25/08/2010	191.671,76	3.142,16	Não tem como medir – fiança.	24/8/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a NAIR FLECK BIAVATI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2011	187.500,00	7.500,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a NAOKI MIMURA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2011	463.481,20	9.458,80	Não tem como medir – fiança.	31/12/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a NELSON STRAUBE, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2010	1.185.840,00	19.440,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a NEMO ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2011	64.538,00	1.058,00	Não tem como medir – fiança.	31/12/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a NEREU ELLER, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2005	314.728,92	2.232,12	Não tem como medir – fiança.	31/7/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a NILTON VILAS BOAS, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/1994	12.402.598,08	50.830,32	1.524.909,60	31/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/1994	10.762.671,64	44.109,31	1.323.279,30	31/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/02/2007	19.818.521,10	104.859,90	13.526.927,10	31/7/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/1994	3.904.000,00	16.000,00	480.000,00	31/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/1994	4.673.402,76	19.153,29	574.598,70	31/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	15/04/2011	1.159.000,00	19.000,00	Não tem como medir – fiança.	14/4/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a NORTH SHOPPING BARRETOS SPE LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	05/04/2012	9.000,00	3.000,00	Não tem como medir – fiança.	4/7/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a PAULO LANARI DO VAL FILHO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/07/2011	164.700,00	2.700,00	Não tem como medir – fiança.	30/6/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a PAULO SERGIO DE CARVALHO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2011	4.575.000,00	75.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/7/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a PEJAN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2006	3.523.217,26	28.878,83	Não tem como medir – fiança.	30/9/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a PRUDENSHOPPING S/, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	3.660.000,00	30.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/9/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a RDS ADMINISTRAÇÃO LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	02/01/2012	1.708.000,00	28.000,00	Não tem como medir – fiança.	1/1/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a REDWAN ALI AL SAIFI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2005	901.758,00	6.936,60	Não tem como medir – fiança.	31/8/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a RENATA GERMER SALIN OMATI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2006	426.998,78	3.499,99	Não tem como medir – fiança.	30/10/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a RICARDO MARTINS GARCIA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2010	451.784,91	7.406,31	Não tem como medir – fiança.	31/10/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a RITA BRANDAO SEGER, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/12/2010	1.339.376,00	26.787,52	Não tem como medir – fiança.	31/12/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a RM ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2009	502.840,08	8.243,28	Não tem como medir – fiança.	31/8/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a RODRIGO FOGOLIN TEIXEIRA DA SILVA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2009	171.349,00	2.809,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ROMILDO LOPES JUNIOR, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2009	281.939,56	4.621,96	Não tem como medir – fiança.	31/8/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ROQUE BRACHT, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2010	324.954,32	5.327,12	Não tem como medir – fiança.	30/9/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ROSA CRISTINA ANDARE RODRIGUES, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2009	285.445,84	4.679,44	Não tem como medir – fiança.	31/8/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ROSINHA APARECIDA GUELFI MAZUCO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	24/03/2011	378.590,40	6.206,40	Não tem como medir – fiança.	23/3/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a ROTARY CLUB DE GARÇA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2009	102.132,30	1.674,30	Não tem como medir – fiança.	31/8/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a RUDI SCHRODER, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2011	231.800,00	3.800,00	Não tem como medir – fiança.	31/7/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a RUY ALVES SIQUEIRA JUNIOR, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2010	814.883,75	13.358,75	Não tem como medir – fiança.	31/7/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SGC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2010	1.762.975,64	28.901,24	Não tem como medir – fiança.	31/10/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SHOPPING MINAS SUL S/A, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	11/06/2010	596.488,50	9.778,50	Não tem como medir – fiança.	10/6/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SIFA E COELHO INCORPORAÇÃO E IMOVEIS LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/07/2010	273.894,81	1.863,23	Não tem como medir – fiança.	30/6/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SILVIA APARECIDA DE PAULA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	274.500,00	4.500,00	Não tem como medir – fiança.	30/9/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SILVIA REGINA VINHOLI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2010	129.981,85	2.130,85	Não tem como medir – fiança.	30/9/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SILVIO BRANDAO PANISSA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/12/2010	258.518,00	4.238,00	Não tem como medir – fiança.	30/11/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SIRLENE PIROLO OTMANN, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	20/01/2011	193.622,54	3.174,14	Não tem como medir – fiança.	19/1/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SOLANGE MIYUKI MORI NOZAWA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2010	129.981,24	2.130,84	Não tem como medir – fiança.	30/9/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SUELY BRANDAO PANISSA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	16/05/2011	17.690.000,00	290.000,00	Não tem como medir – fiança.	11/5/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a S4 EMPR E PART LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2010	497.000,00	7.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SAME OMAR MOHAMMAD, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2011	772.829,74	12.669,34	Não tem como medir – fiança.	31/7/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SAN MARINO - PARTICIPAÇOES LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2011	1.342.000,00	22.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/9/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SANTA TEREZA - EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E AGROPECUARIA S/A, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	26/07/2010	662.704,00	10.864,00	Não tem como medir – fiança.	25/7/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SÃO FRANCISCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	20/01/2011	3.526.029,36	57.803,76	Não tem como medir – fiança.	19/1/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SÃO JOAQUIM S/A ADM E PARTICIPAÇÃO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	14/09/2010	4.379.117,41	71.788,81	Não tem como medir – fiança.	13/9/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SÃO MARCOS EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	27/02/2003	1.693.896,96	10.328,64	Não tem como medir – fiança.	31/7/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SELENE CASTEJON CILOTTI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/2007	480.748,80	6.585,60	Não tem como medir – fiança.	30/5/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SENI DALLA KRELING, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2011	3.762.638,60	30.841,30	Não tem como medir – fiança.	30/10/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a SERVENG-CIVILSAN S/A, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/12/2007	183.387,50	3.006,35	Não tem como medir – fiança.	30/11/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a TELMA PADOVANI DOS SANTOS, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	25/03/2006	603.226,21	4.501,69	Não tem como medir – fiança.	24/3/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a TEODORO KOÇOUSKI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	10/10/2007	793.419,68	6.503,44	Não tem como medir – fiança.	9/10/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a TEREZINHA MACHADO FRANCO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	09/09/2011	274.500,00	4.500,00	Não tem como medir – fiança.	8/9/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a THAISA VERCINDES DOS REIS LUIZ, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	15/07/2010	454.617,14	7.452,74	Não tem como medir – fiança.	14/7/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a TOLEDO PART IMOB LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/2010	284.304,30	7.683,90	Não tem como medir – fiança.	30/5/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a TRANSNACION, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/01/2011	275.843,14	3.727,61	Não tem como medir – fiança.	31/12/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a TRINDADE COELHO DE SOUZA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/11/2010	366.000,00	3.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/10/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a VALDEMAR FURLAN, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/12/2011	152.499,39	2.499,99	Não tem como medir – fiança.	30/11/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a VALDIZA CAVALIERI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/12/2011	91.500,00	1.500,00	Não tem como medir – fiança.	30/11/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a VALDIZA CAVALIERI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/12/2007	333.670,00	5.470,00	Não tem como medir – fiança.	30/11/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a VALENTIM ALTEVIR CANESSO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	15/08/2011	213.500,00	3.500,00	Não tem como medir – fiança.	14/8/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a VALTER WIENSKOSKI, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/2010	2.262.742,54	18.547,07	Não tem como medir – fiança.	31/5/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a VENDECASA EMPREEND IMOB, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2009	480.566,54	7.878,14	Não tem como medir – fiança.	31/8/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a VERA BEATRIZ MAGALHAES BATISTA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/05/2007	1.188.060,40	9.738,20	Não tem como medir – fiança.	30/4/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a VERA LUCIA DA SILVA AMARAL, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2010	1.303.448,00	21.368,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a VJJ EMPREEND E PART LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/2010	262.207,28	4.298,48	Não tem como medir – fiança.	30/9/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a VLADIMIR CASTRO JORDÃO, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/12/2010	338.262,08	5.545,28	Não tem como medir – fiança.	30/11/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a VOLNEI JOSE DOS SANTOS, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2010	717.101,36	11.755,76	Não tem como medir – fiança.	31/7/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a WAGNER LIMA DOS SANTOS, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/08/2010	717.100,14	11.755,74	Não tem como medir – fiança.	31/7/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a WAGNER LIMA DOS SANTOS, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/05/2000	998.954,00	5.342,00	Não tem como medir – fiança.	31/8/2015	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a WALDERES HABERNANN DA COSTA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	25/11/2009	809.592,00	13.272,00	Não tem como medir – fiança.	24/11/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a WALID JAMIL JEMAA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/2011	1.220.000,00	20.000,00	Não tem como medir – fiança.	31/5/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a WALTER BECKERT FI - ÓTICA MURICY LTDA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/09/2009	100.902,54	1.654,14	Não tem como medir – fiança.	31/8/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a WALTER FERREIRA DE SOUZA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/07/2011	122.000,00	2.000,00	Não tem como medir – fiança.	30/6/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a YUSKE MIYAMURA, a locadora, a Companhia a locatária e a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. fiadora da Companhia.						
Garantia e seguros	Fiança pela M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. e seguro do imóvel contra sinistros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda.	20/12/2010	6.540.947,00	0,00	6.540.947,00	07/11/2011.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Detemos 100% do capital social da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda.						
Objeto contrato	Empréstimo e transferência pela Companhia do montante acima indicado à F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda. Tal contrato será remunerado por correção de 100% do CDI.						
Garantia e seguros	O contrato não estabelece quaisquer garantias ou seguros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo financeiro com objetivo de reforçar o fluxo de caixa da operação da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda., permitindo a retomada da operação, com compras de mercadorias para revenda, e primeiros investimentos em infra-estrutura.						
F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda.	12/11/2010	3.567.060,74	0,00	3.567.060,74	07/11/2011.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Detemos 100% do capital social da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda.						
Objeto contrato	Empréstimo e transferência pela Companhia do montante acima indicado à F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda.						
Garantia e seguros	O contrato não estabelece quaisquer garantias ou seguros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo financeiro com objetivo de reforçar o fluxo de caixa da operação da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda., permitindo a retomada da operação, com compras de mercadorias para revenda, e primeiros investimentos em infra-estrutura.						
F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda.	12/11/2010	6.037.796,70	0,00	6.037.796,70	23/02/2011.	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Detemos 100% do capital social da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda.						
Objeto contrato	Empréstimo e transferência pela Companhia do montante acima indicado à F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda.						
Garantia e seguros	O contrato não estabelece quaisquer garantias ou seguros.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo financeiro com objetivo de reforçar o fluxo de caixa da operação da F.S. Vasconcelos & Cia. Ltda., permitindo a retomada da operação, com compras de mercadorias para revenda, e primeiros investimentos em infra-estrutura.						
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/1994	34.160.000,00	140.000,00	4.200.000,00	31/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
ETCO – Empresa Técnica de Comunicação Ltda.	01/03/2010	12.300.000,00	Não tem como auferir.	Não tem como auferir.	Prazo Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A sociedade ETCO – Empresa Técnica de Comunicação Ltda. é controlada indiretamente pela Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues.						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de publicidade e propaganda por sociedade em conta de participação, cujo sócio ostensivo é a Ogilvy & Mather Brasil Comunicação Ltda. e cujo sócio participante é a ETCO – Empresa Técnica de Comunicação Ltda.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato, a qualquer tempo, mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias à outra parte. O contrato poderá ser rescindido de pleno direito por qualquer parte, a qualquer tempo, mediante notificação à outra parte, no caso de (i) descumprimento de qualquer disposição contratual; e (ii) falência, processo de recuperação judicial ou extrajudicial, estado de insolvência ou dissolução judicial ou extrajudicial de uma das partes.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/1994	5.528.366,56	22.657,24	679.717,20	31/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	16/02/2011	4.331.550,22	71.009,02	3.621.460,02	15/2/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/10/1998	8.939.315,70	46.802,70	1.404.081,00	31/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	16/02/2011	1.190.012,40	19.508,40	994.928,40	15/2/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	16/02/2011	1.653.443,43	27.105,63	1.382.387,13	15/2/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	01/06/1994	8.967.756,40	36.753,10	1.102.593,00	31/5/2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A.	16/02/2011	1.792.142,18	29.379,38	1.498.348,38	15/2/2016	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A. é sociedade controlada pelos Controladores da Companhia.
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária.
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.
Natureza e razão para a operação	

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

Para tratar conflitos de interesse, adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial. Ressalvamos que as transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
31/05/2011	626.911.472,00	Não aplicável	186.494.467	0	186.494.467
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	**Quantidade de ações (Unidades)**	**Título**	**Condições para conversão**		
		NÃO HÁ.	Não aplicável		
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
31/05/2011	626.911.472,00	Não aplicável	186.494.467	0	186.494.467
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
31/05/2011	626.911.472,00		186.494.467	0	186.494.467
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
15/06/2005	0,00		50.000.000	0	50.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/04/2011	Conselho de Administração	28/04/2011	540.000.000,00	Subscrição pública	33.750.000	0	33.750.000	22,50000000	16,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das Ações foi calculado após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido neste item abaixo), tendo como parâmetro a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da Oferta junto a investidores institucionais no Brasil e pelos agentes de colocação internacional no exterior, em consonância com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”), o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentam suas ordens firmes de subscrição no contexto da Oferta.

Forma de integralização À vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/05/2011	Conselho de Administração	31/05/2011	43.911.472,00	Subscrição pública	2.744.467	0	2.744.467	1,50000000	16,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das Ações foi calculado após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido neste item abaixo), tendo como parâmetro a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da Oferta junto a investidores institucionais no Brasil e pelos agentes de colocação internacional no exterior, em consonância com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”), o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentam suas ordens firmes de subscrição no contexto da Oferta.

Forma de integralização À vista, no ato da subscrição.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
01/04/2011	48.283.255	0	48.283.255	150.000.000	0	150.000.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferênciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
17/12/2010	17/12/2010	177.000.000,00	48.283.255	0	48.283.255	0,80454500	0,00

Forma de restituição Não houve restituição.

Razão para redução Absorção de prejuízos acumulados.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 17 do Formulário de Referência.

Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	A Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou Lei das Sociedades por Ações geralmente exige que o Estatuto Social de cada companhia especifique o percentual mínimo disponível do valor a ser distribuído aos acionistas como dividendos, também conhecido como dividendo obrigatório, que pode também ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio. O dividendo obrigatório é baseado na porcentagem do lucro líquido ajustado, não inferior a 15,0%, em vez de um valor monetário fixo por ação. De acordo com nosso Estatuto Social, no mínimo 15,0% do saldo de lucro líquido do exercício social anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de nossa liquidação, após pagarmos todas as nossas obrigações, os nossos acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações em nosso capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em nossa Assembleia Geral poderá retirar-se do nosso quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. As nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação de nossos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária ou por meio de sorteio.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social nem as deliberações tomadas em nossa Assembleia Geral podem privar os nossos acionistas dos direitos de (i) participar dos nossos lucros sociais, (ii) participar do nosso acervo, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a nossa gestão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de nossas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se do nosso quadro de acionistas nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Aquele que já detiver ações de nossa emissão, derivativos ou outros direitos de natureza societária e que venha a adquirir o nosso controle em razão de contrato celebrado com o nosso acionista controlador estará obrigado a (a) deverá realizar oferta pública para aquisição das demais ações de nossa emissão; (b) ressarcir os acionistas que adquiriram ações de nossa emissão nos seis meses anteriores a alienação de controle, nos termos do nosso Estatuto; e (c) tomas as providências cabíveis para recompor o percentual de 25% das nossas ações em circulação no prazo de 6 (seis) meses contado da aquisição do controle.

Qualquer Acionista Adquirente, que adquira ou torne-se titular de ações de nossa emissão, em quantidade igual ou superior a 20% deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações de nossa emissão, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de nossa emissão.

Adicionalmente, a partir da data em que deixarmos de ter um acionista controlador, qualquer acionista que atingir a participação de 5% e que deseje realizar uma nova aquisição de ações de nossa emissão, estará obrigado a fazê-lo por meio de operações em bolsa de valores, estando vedadas aquisições privadas e em mercado de balcão.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Aquele que adquirir ações de nossa emissão, ainda que já seja acionista ou Grupo de Acionistas, é obrigado a divulgar, mediante comunicação (i) a nós, e esta às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão; e (ii) à CVM, a aquisição de ações que, somadas às já possuídas, representem percentual igual ou superior a 5% do nosso capital. Após atingido tal percentual, a mesma obrigação de divulgação deverá ser cumprida a cada vez que o acionista ou Grupo de Acionistas elevar sua participação, quer por meio de uma, quer por meio de várias operações, em 2,5% do nosso capital ou múltiplos inteiros de tal percentual. Igual dever terão os titulares de debêntures ou de outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e bônus de subscrição que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nos percentuais previstos neste artigo. Sem prejuízo das demais cominações previstas em Lei e na regulamentação da CVM, o acionista que descumprir esta obrigação terá suspensos seus direitos, na forma do artigo 120 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 18 (q) do Estatuto Social, cessando a suspensão tão logo cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social **31/12/2011**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	499.319.903	17,30	15,20	R$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	461.513.564	16,77	11,00	R$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	476.021.032	13,40	9,05	R$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	Nota Promissória Comercial - Série Única
Data de emissão	25/04/2012
Data de vencimento	22/10/2012
Quantidade (Unidades)	10
Valor total (Reais)	100.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Esta Nota Comercial foi objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação (“Oferta Restrita”). No ato da subscrição e integralização desta Nota Comercial, o titular declarou estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que esta Nota Comercial está sujeita a restrições de negociação, conforme previsto em sua cártula e na regulamentação aplicável. A Oferta Restrita é realizada nos termos do Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação de Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão do Magazine Luiza S.A. (o “Contrato de Distribuição”) celebrado entre a Emissora e o BB – Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 106, 36º andar, inscrita no CNPJ sob nº 24.933.830/0001-30, na qualidade de coordenador da Emissão (o “BB-BI” ou “Coordenador Líder”), na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	10 (dez) Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), totalizando, na Data de Emissão (25/04/2012), o valor de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais). As Notas Promissórias terão prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias após a Data de Emissão. As Notas Promissórias não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Emissão, correspondentes a 109,00% (cento e nove inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não Aplicável
Outras características relevantes	Amortização: O Valor Nominal Unitário será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento. Destinação de Recursos: os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao reforço da posição de caixa da Companhia.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debênture simples não conversíveis em ações da Companhia, em série única de espécie quirografária
Data de emissão	26/12/2011
Data de vencimento	26/06/2014
Quantidade (Unidades)	200

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor total (Reais)	200.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04 conforme alterada, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 12º mês contado da Data de Emissão, mediante aviso prévio de 10 dias úteis aos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures. Não haverá Resgate Antecipado parcial das Debêntures. O Resgate Antecipado será operacionalizado de acordo com os procedimentos a serem estabelecido na escritura de emissão das Debêntures e o valor do Resgate Antecipado corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido de um prêmio equivalente ao maior valor entre (a) 0,15% do Valor Total da Emissão acrescido da Remuneração devida e não paga até a Data de Resgate Antecipado; e (b) 0,90% ao ano, base 252 dias úteis, calculado sobre o Valor Total da Emissão acrescido da Remuneração devida e não paga até a Data de Resgate Antecipado, multiplicado pelo prazo remanescente da Emissão, equivalente ao período entre a Data do Resgate Antecipado e a Data de Vencimento das Debêntures, observadas as disposições a serem previstas na Escritura de Emissão. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado serão canceladas pela Companhia.
Características dos valores mobiliários	Debênture simples não conversíveis em ações da Companhia, em série única. Prazo de vigência de 30 (trinta) meses após a Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 26 de junho de 2014. As debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Emissão, correspondentes a 113,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não Aplicável
Outras características relevantes	Amortização: O Valor Nominal Unitário será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento. Destinação de Recursos: os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao reforço do capital de giro e alongamento do endividamento da Companhia.

Valor mobiliário	**Título de Investimento Coletivo**
Identificação do valor mobiliário	Nota Promissória Comercial - Séria Única
Data de emissão	22/10/2012
Data de vencimento	17/10/2013
Quantidade (Unidades)	20
Valor total (Reais)	200.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Descrição da restrição	Esta Nota Comercial foi objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação (“Oferta Restrita”). No ato da subscrição e integralização desta Nota Comercial, o titular declarou estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que esta Nota Comercial está sujeita a restrições de negociação, conforme previsto em sua cártula e na regulamentação aplicável. A Oferta Restrita é realizada nos termos do Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação de Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão do Magazine Luiza S.A. (o “Contrato de Distribuição”) celebrado entre a Emissora e o BB – Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 106, 36º andar, inscrita no CNPJ sob nº 24.933.830/0001-30, na qualidade de coordenador da Emissão (o “BB-BI” ou “Coordenador Líder”), na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	20 (dez) Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), totalizando, na Data de Emissão (22/10/2012), o valor de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). As Notas Promissórias terão prazo de vigência de até 360 (trezentos e sessenta) dias após a Data de Emissão. As Notas Promissórias não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Emissão, correspondentes a 105,00% (cento e cinco inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	O Valor Nominal Unitário será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento. Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados para o pagamento das notas promissórias emitidas pela Companhia no âmbito da primeira emissão e para o reforço do capital de giro da Companhia.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de nossa emissão são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código MGLU3.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

REGISTRO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA CVM/SRE/REM/2011/014 E CVM/SRE/SEC/2011/007, CONCEDIDO EM 29 DE ABRIL DE 2011

CÓDIGO ISIN Nº BRMGLUACNOR2
CÓDIGO DE NEGOCIAÇÃO NA BM&FBOVESPA: “MGLU3”

Nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) e na Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), MAGAZINE LUIZA S.A. (“Companhia”), BRAZIL ZIA I LLC, BRAZIL ZIA II LLC e os demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Acionistas Vendedores” e “Prospecto Definitivo”), de 28 de abril de 2011, em conjunto com o BANCO ITAÚ BBA S.A. (“Coordenador Líder” ou “Itaú BBA”), o BANCO BTG PACTUAL S.A. (“BTG Pactual”) e o BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. (“BB Investimentos”, e em conjunto com o Coordenador Líder e o BTG Pactual, “Joint Bookrunners”), comunicam o encerramento da distribuição pública primária e secundária de 55.398.796 ações ordinárias de emissão da Companhia, considerando o exercício parcial da Opção de Ações Suplementares (conforme definido abaixo), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), compreendendo: (i) a distribuição primária de 36.494.467 ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta Primária”), e (ii) a distribuição secundária de 18.904.329 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores (“Oferta Secundaria”) (“Oferta”), realizada no Brasil e no exterior, ao preço de R$16,00 por Ação (“Preço por Ação”), perfazendo o montante de R$ R$805.030.912,00.
O Prospecto Definitivo da Oferta de Ações encontra-se disponível para download, no site da Companhia e também na CVM.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Item não aplicável, dado que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 18 do Formulário de Referência.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem planos de recompra de nossas ações já aprovados.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem e não existiam valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 19 do Formulário de Referência.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**21/02/2011**
Cargo e/ou função	Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependente incluído na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente.

Principais características

Esclarecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo a nós, ou Informações Privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de nossa emissão, ou Valores Mobiliários, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM n.º 358/02 e das nossas políticas internas.Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de nossos Valores Mobiliários.A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM n.º 358/02, assim, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, por nós ou pelas Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários de nossa emissão, desde a data em que tomamos conhecimento de ato ou fato relevante, ou Ato ou Fato Relevante, até a sua divulgação ao mercado, conforme descritos no item 20.2 desta Seção 20.

20.2 - Outras informações relevantes

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM n.º 358/02, assim, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, por nós ou pelas Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários de nossa emissão, desde a data em que tomamos conhecimento de ato ou fato relevante, ou Ato ou Fato Relevante, até a sua divulgação ao mercado, conforme descritos no item 20.2 nesta seção 20:

(i) É vedada a negociação com Valores Mobiliários de nossa emissão pelas Pessoas Vinculadas nas datas em que negociarmos com ações de nossa emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo nosso Conselho de Administração.

(ii) As Pessoas Vinculadas e nós devemos nos abster de negociar nossos Valores Mobiliários de nossa emissão em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do nosso Presidente do Conselho de Administração. O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o período de bloqueio, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários.

(iii) As Pessoas Vinculadas e nós deveremos assegurar que nossos contatos comerciais e aqueles com quem mantemos relação comercial, profissional ou de confiança não negociem nossos Valores Mobiliários quando tiverem acesso a Informações Privilegiadas. Para tanto, as Pessoas Vinculadas e nós envidaremos nossos melhores esforços para que todos que acessem Informações Privilegiadas firmem o competente Termo de Adesão à Política de Negociação.

(iv) No contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução CVM n.º 400/03, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição de Valores Mobiliários de nossa emissão.

(v) As Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários de nossa emissão, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores: (a) no período de 15 dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e Formulário de Referência), cabendo ao Departamento de Relações com Investidores informar, antecipadamente, às Pessoas Vinculadas as datas previstas para divulgação dessas informações; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à nossa intenção ou dos nossos acionistas controladores de: (i) modificar o nosso capital social mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de nossa emissão por nós mesmos; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e (d) a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

(vi) Os administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos estatutários com funções técnicas ou consultivas, bem como de nossas controladas e coligadas, poderão adquirir as ações de nossa emissão, em conformidade com plano de investimento aprovado por nós no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (Formulário de Referência e DFP) exigidas pela CVM desde que: (a) nós tenhamos aprovado o cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP; (b) O plano de investimento estabeleça: (a) o compromisso irrevogável e irretratável de seus participantes de investir valores previamente estabelecidos, nas datas nele previstas; (b) a

20.2 - Outras informações relevantes

impossibilidade de adesão ao plano na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; (c) a obrigação de prorrogação do compromisso de compra, mesmo após o encerramento do período originalmente previsto de vinculação do participante ao plano, na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; e (d) obrigação de seus participantes reverterem a nós quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com ações de nossa emissão, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários ITR e DFP, apurados por meio de critérios razoáveis definidos no próprio plano.

(vii) As Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia desde a data em que tenham tomado conhecimento de Ato ou Fato Relevante até o que ocorrer primeiro entre: (a) a data de sua divulgação ao mercado e (b) seis meses após o seu afastamento.

(viii) Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o nosso Conselho de Administração não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.

(ix) As vedações à negociação de nossos Valores Mobiliários deixarão de vigorar tão logo divulguemos o Ato ou Fato Relevante aplicável ao mercado. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas possam interferir, em nosso prejuízo ou de nossos acionistas, com o ato ou fato associado ao Ato ou Fato Relevante.

(x) Mesmo após sua divulgação ao mercado, o Ato ou Fato Relevante deve continuar a ser tratado como não tendo sido divulgado até que tenha decorrido período de tempo mínimo para que os participantes do mercado tenham recebido e processado o Ato ou Fato Relevante, bem como se a negociação possa, a nosso juízo, interferir nas condições dos negócios com nossas ações, de maneira a resultar prejuízo a nós mesmos ou aos nossos acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pela Diretoria de Relações com Investidores.

O nosso Diretor de Relações com Investidores é responsável pela aplicação dos termos da Política de Negociação.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, ou Instrução CVM 358, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à BM&FBOVESPA determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à BM&FBOVESPA quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a nossa Companhia deve cumprir e cumpre com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

• estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

• especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;

• obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM e à BM&FBOVESPA, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;

• exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

• exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à BM&FBOVESPA o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

• exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de 5,0%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

• proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Ademais, fazemos parte do segmento especial de listagem “Novo Mercado” de governança corporativa da BM&FBOVESPA. Nesse sentido, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, devemos observar o Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, ou Regulamento do Novo Mercado, que contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto em razão da adoção das práticas de governança corporativa diferenciadas. O Regulamento do Novo Mercado, dentre as diversas obrigações que estabelece, impõe a obrigação, à companhia de capital aberto, de apresentação de informações trimestrais e nas demonstrações financeiras e a divulgação de cronograma de eventos corporativos, que deve ser divulgado anualmente, até o fim do mês de janeiro.

Em observância às normas da CVM e da BM&FBOVESPA, em 21.02.2011, adotamos uma Política de Divulgação de Informações Relevantes do Magazine Luiza S.A., ou Política de Divulgação, cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, ou Pessoas Vinculadas.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação, é considerada uma informação relevante qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberação de nossa Assembleia Geral ou dos órgãos de nossa administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, que possa influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de nossa emissão; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de nossa emissão; ou (iii) na determinação dos investidores sobre o exercício de quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido referente à companhia, é vedada a negociação com ações de emissão da companhia: (i) pela companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos seus Diretores; (iv) pelos seus Conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado e consultores, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia, sociedades controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção da companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

É também vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da companhia pelas pessoas acima mencionadas no período de 15 dias anterior a divulgação das nossas informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos por nós adotados para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

De acordo com a nossa Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, a comunicação de informações relevantes à CVM e a BM&FBOVESPA, deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente, de forma clara e precisa e em linguagem acessível ao público investidor, os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A informação relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados por nós habitualmente, podendo o anúncio conter a descrição resumida da informação relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da informação relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às bolsas de valores e a outras entidades, conforme aplicável.

A Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes estabelece como responsabilidades do nosso Diretor de Relações com Investidores:

a) divulgar e comunicar por escrito, à CVM e às bolsas de valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado Informação Relevante; e

b) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente na CVM e nas bolsas de valores e em todos os mercados nos quais tenhamos valores mobiliários admitidos a negociação, assim como ao público investidor em geral.

Sempre que for veiculada informação relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante deverá ser obrigatoriamente divulgada simultaneamente à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma informação relevante deverá comunicá-los imediatamente, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores.

A nossa Política de Divulgação estabelece como Pessoa Vinculada, aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, inclusive nós, nossos acionistas controladores diretos e indiretos, Diretores, membros do nosso Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando instalado, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades controladoras e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais que tenham aderido expressamente à nossa Política de Divulgação e estejam obrigados à observância das regras nela descritas, ou, ainda, qualquer pessoa que, nos termos da Instrução CVM 358, mesmo não tendo aderido à nossa Política de Divulgação, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição ocupada em nossa Companhia, seus acionistas controladores, suas controladas ou coligadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A nossa Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco o nosso interesse legítimo. Poderemos submeter à apreciação da CVM a nossa decisão de não divulgação. De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, caso seja constatada oscilação atípica na cotação, preço ou volume de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, os nossos acionistas ou administradores deverão, diretamente ou por meio do nosso Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, bolsas de valores e ao público em geral.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 21 do Formulário de Referência.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal em nossos negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve qualquer alteração significativa na forma da condução de nossos negócios.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contratos relevantes celebrados por nós ou nossas controladas que não estejam diretamente relacionados às nossas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 22 do Formulário de Referência.